

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

HUGO LEONARDO ROCHA SILVA DA ROSA

O BURBURINHO DAS ALMAS: QUERELAS E OUTRAS HISTÓRIAS DA
PSICOLOGIA BRASILEIRA

RIO DE JANEIRO

2020

HUGO LEONARDO ROCHA SILVA DA ROSA

O BURBURINHO DAS ALMAS: QUERELAS E OUTRAS HISTÓRIAS DA
PSICOLOGIA BRASILEIRA

Tese submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia (HCTE), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia.

Orientador: Prof. Arthur Arruda Leal Ferreira

RIO DE JANEIRO

2020

CIP - Catalogação na Publicação

DR788b Da Rosa, Hugo Leonardo Rocha Silva
O burburinho das almas: querelas e outras
histórias da psicologia brasileira / Hugo Leonardo
Rocha Silva Da Rosa. -- Rio de Janeiro, 2020.
253 f.

Orientador: Arthur Arruda Leal Ferreira.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio
de Janeiro, Decania do Centro de Ciências
Matemáticas e da Natureza, Programa de Pós-Graduação
em História das Ciências e das Técnicas e
Epistemologia, 2020.

1. História da Psicologia no Brasil. 2.
Historiografia da Psicologia. 3. Psicologia
brasileira. I. Ferreira, Arthur Arruda Leal,
orient. II. Título.

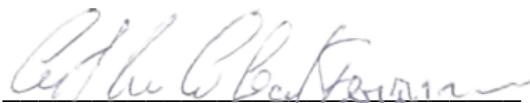
HUGO LEONARDO ROCHA SILVA DA ROSA

O BURBURINHO DAS ALMAS: QUERELAS E OUTRAS HISTÓRIAS DA
PSICOLOGIA BRASILEIRA

Tese submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia (HCTE), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia.

Aprovada em: 28 de abril de 2020

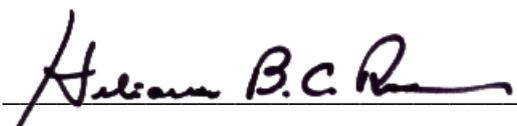
Banca examinadora



Prof. Dr. Arthur Arruda Leal Ferreira
Universidade Federal do Rio de Janeiro



Prof. Dr. Alexandre Kerr Pontes
Universidade Federal do Rio de Janeiro



Profa. Dra. Heliana de Barros Conde Rodrigues
Universidade do Estado do Rio de Janeiro



Prof. Dr. Ivan da Costa Marques
Universidade Federal do Rio de Janeiro



Prof. Dr. Fabiano dos Santos Castro
Centro Universitário Celso Lisboa

À memória de meu filho, com saudade,
e à Luiza Viana, grande companheira.

“Eu adoro o horror. É a única feição verdadeira da Humanidade.”

João do Rio

RESUMO

O objetivo do trabalho é propor novos caminhos para a historiografia da psicologia no Brasil. Parte de uma crítica que retoma aos primeiros ensaios e prossegue até mais recentemente, para argumentar que personagens, instituições, modelos e práticas científicas são ordenados por um roteiro que delimita a historiografia e suas possibilidades de narrativa. A partir desta crítica, duas perspectivas historiográficas são propostas: uma que explora controvérsias que ocorreram nas três primeiras décadas do século XX, casos que mobilizaram médicos, jornalistas, a polícia, a Igreja Católica, grupos espíritas e outros setores da sociedade civil. O objetivo é mostrar que uma controvérsia em torno de uma obra, um instituto ou uma certa forma de compreender as perturbações da alma e tratá-las, pode ser vista como constitutiva da própria história. Por outro lado, do conhecimento de grupos que disputaram por outras concepções de ciência e de Homem, conduzir ao limite a identificação das diferenças e se questionar: é possível uma narrativa sem as paisagens que a nós são tão familiares? A segunda perspectiva representa um abandono da própria Psicologia, tal como se conhece, para explorar todo e qualquer vestígio de psicologia na História do Brasil, no mesmo recorte cronológico. A tese analisa outras três, escritas e praticadas por outros psicólogos que, por meio da observação e da experiência pessoal, interrogaram o tempo presente para compreender os brasileiros, a vida cotidiana, personalidades da política ou os problemas do Brasil. Ao trilhar outros caminhos, o trabalho procura ampliar os horizontes da historiografia.

Palavras-chave: História da psicologia. Psicologia no Brasil. Historiografia da psicologia.

ABSTRACT

The work aims to propose new paths for the historiography of Brazilian psychology. It starts with a critique that goes back to the first essays and continues until more recently to argue that individuals, institutions, models and practices are ordered by a script that delimits historiography and its possibilities. From this, two historiographic perspectives are proposed: one that explores controversies that occurred in the first three decades of the 20th century, cases that put together doctors, journalists, the police, the Catholic Church, spiritists and other individuals and organizations. The objective is to show that a controversy over a work, an institute or a certain way of understanding soul diseases and treating them can be seen as constitutive of the history itself. On the other hand, from the knowledge of groups that competed for other conceptions of science and of Man, one can question: would it be possible to tell a story without the landscapes that are so familiar to us? The second historiographical perspective requires an abandonment of Psychology itself, as it is known, to explore any traces of psychology in the History of Brazil. The work analyzes three other psychologies, written and practiced by other psychologists who questioned their present time to understand Brazilians, daily life, the character of politicians or the country's problems. By taking other paths, it seeks to broaden the horizon of historiography.

Key-words: History of psychology. Brazilian psychology. Psychology historiography.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	O QUE É ESTE CURRÍCULO ESTRANHO E QUEM SÃO ESSES PSICÓLOGOS EXTRAVAGANTES?	16
3	O QUE DIZEM OS PSICÓLOGOS BRASILEIROS SOBRE SEUS ANTEPASSADOS?	21
4	TRIBOS DO PSÍQUICO, TERRITÓRIOS DE CONFLITO	49
4.1	JOÃO DO RIO, UM LOUCO? A DISCUSSÃO ENTRE O JORNALISTA MEDEIROS E ALBUQUERQUE E O MÉDICO NEVES-MANTA	60
4.2	ALCEU AMOROSO LIMA, WACLAW RADECKI E O INSTITUTO DE PSYCHOLOGIA DE 1932	67
4.3	UMA ESTRANHA PSICOMETRIA E A CURIOSA PSICOLOGIA EXPERIMENTAL	82
4.4	O CURANDEIRO CHARLATÃO E O MESSIAS DE CAMPOS: ENTRE A MEDICINA E O ESPIRITISMO	96
4.5	“CA’ TE ESPERO”: O OBSEDADO E O ALIENADO ENTRE O CENTRO ESPÍRITA REDEMPTOR E A PSIQUIATRIA CARIOCA	111
4.6	A CONTROVÉRSIA COMO OBJETO PARA UMA HISTÓRIA DO PSÍQUICO NO BRASIL	132
5	CONTRA A PSICOLOGIA: EM PROCURA DAS PSICOLOGIAS DE TUDO	144
5.1	O DÂNDI VAGABUNDO, A TOALETE E OS CABOTINOS: UMA OUTRA PSICOLOGIA MODERNA	150
5.2	OS PSICÓLOGOS PATRIOTAS E REPUBLICANOS: O RECURSO DA PSICOLOGIA PARA ANALISAR A POLÍTICA E O BRASIL	181
5.3	OS ILUSTRES HOMENS ORDINÁRIOS E A CURIOSA HISTÓRIA DE UM COICE: A PSICOLOGIA SOCIAL ESCRITA POR UM ANÔNIMO E UM GARIMPEIRO DE PSICOLOGIAS	203
5.4	OUTROS PSICÓLOGOS E OUTRAS PSICOLOGIAS: POR UMA NOVA HISTORIOGRAFIA	218
6	CONCLUSÃO	234
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	241

1 INTRODUÇÃO

Qual seria o propósito de ensinar História ou contar histórias senão tornar o nosso interlocutor consciente das experiências humanas no tempo? Ao relatar um fato sobre minha vida a um colega, procuro torná-lo consciente de uma experiência que protagonizei ou que ao menos fui testemunha. Em um encontro entre amigos que se divertem na areia da praia ou ao redor do fogo, muitas histórias são contadas, e durante aquele momento todos entram em sincronia com a sucessão de fatos narrados. Do mesmo modo, quando um professor ensina História do Brasil aos seus alunos ele não busca outra coisa senão torná-los conscientes sobre um conjunto de experiências e um estado de coisas que se presume ter acontecido. Os fatos, entretanto, existem em conjunto com outros elementos: ao narrar sobre minha vida, compartilho meus sentimentos. Os amigos riem, se revoltam ou se compadecem em conjunto. O professor mistura as pegadas humanas de outrora às suas impressões particulares e hipóteses. O jogo corporal na hora de narrar, a troca de olhares, o espaço do silêncio, a escolha e o ordenamento das palavras, o tom, tudo isso importa quando contamos histórias.

Na historiografia, porém, mesmo que durante o século passado o “acontecimento” tenha sido objeto de avaliação crítica, ele é a matéria prima a partir da qual ela se constrói. Certamente que a História, enquanto disciplina e ciência, não se limita a descrição de fatos ou experiências vividas por nossos antepassados, uma vez que a historiografia contemporânea organiza esta matéria prima em função de problemas. Inútil insistir sobre este ponto, uma vez ser uma discussão já bastante madura entre os historiadores. Mas não é a importância do acontecimento na pesquisa histórica que desejo sublinhar, mas a transformação pela consciência de um fato ou uma ação. Um exemplo pertinente para ilustrar: nos manuais de uma disciplina qualquer ou especialidade, os acontecimentos e as ideias possuem uma relevância inegável. É parte da formação de um especialista saber como o seu campo de estudos chegou àquele estado de coisas e para isso é necessário conhecer um conjunto mínimo de fatos encadeados no tempo. A transformação do aluno em especialista muito recorda a da criança em cidadão ou do filho em adulto: trata-se de um processo de conversão em que a história tem o seu papel, seja a história do próprio país ou a genealogia da família. É verdade que nem sempre se crê na veracidade dos fatos: uma narrativa pode ser fantástica, cheia de personagens maravilhosos e situações

improváveis, mas as ações narradas continuam tendo uma função transformadora sobre aqueles que ouvem ou leem. Personagens heroicos, mitos fundadores, guerreiros implacáveis contra uma legião de hereges, eis alguns ingredientes das muitas histórias que se contam, sejam de um pai para um filho ou de um professor aos seus alunos. Histórias nos transformam.

A narração de acontecimentos como instrumento de conversão pode ser facilmente ilustrada. Inclinando a discussão para a psicologia, aprendemos que a fisiologia do século XIX foi importante para sustentá-la em bases experimentais, no intuito de superar críticas já colocadas anteriormente pela filosofia. Neste sentido, todo aluno de psicologia aprende que o século XIX representou uma ruptura importante com uma tradição metafísica e só então, doravante nos trilhos certos, ela pôde caminhar na direção do método experimental e dos instrumentos de laboratório. Naturalmente tal processo é encabeçado por heróis, cientistas de gabarito cujos esforços findaram nessa formidável transformação da psicologia, de alguma coisa que parecia claudicar na mais bela e áspera retórica de filósofos, em uma ciência natural. Agora, psicologia filosófica é coisa do passado, ou melhor, de uma pré-história da psicologia. História, mesmo, começa com Fechner, Wundt, William James e tantos outros personagens conhecidos que habitam os nossos manuais. A partir desse momento de ruptura, grande parte do que é aprendido se resume ao entendimento da emergência de tradições de pensamento ou simplesmente as ideias que caracterizam as distintas escolas que tornam a psicologia um campo de estudos bastante plural e controverso. Depois de vencida a batalha contra a metafísica, segue-se um processo de profusão e institucionalização da psicologia no transcorrer do século XX que, conforme aprendemos, ainda se encontra em curso.

Os manuais tornam os alunos conscientes desse processo. Ser um psicólogo significa conhecer, em linhas gerais, contra quem os antepassados lutaram, o que foi superado e as conquistas realizadas desde então para consolidação do território. Desta perspectiva, não parece se distanciar muito da história de uma nação ou de uma guerra. Ao se constituírem como um corpo profissionalizado, institucionalizado e que, portanto, tem seus interesses de grupo, a história cumpre uma função identitária na classe, a classe a que ele pertence e que tem por obrigação ajudar na sua coesão e sobrevivência. Esta é uma função coletiva da história, mas individualmente ela produz nuances que possibilitam projetar o futuro de cada aluno e profissional: uns se rendem à pluralidade da psicologia e entendem que os problemas serão solucionados

ao cruzarmos diferentes práticas e modelos teóricos, enquanto outros estão convencidos de que só há futuro possível e grandioso na matemática. Tantos uns quanto outros foram transformados pela história que se narra e pelas muitas tradições criadas no decorrer do processo histórico.

A historiografia da psicologia, como pretendo mostrar, dificilmente escapa da estrutura narrativa que cumpre função identitária no campo profissional. Embora ela forneça boas contribuições para se pensar transformações no campo das ideias, bases epistemológicas nas tradições de pensamento, a vida dos psicólogos de outrora, ao iluminar certas práticas que existiram muito pontualmente no tempo e no espaço, a participação de instituições científicas na genealogia da psicologia, entre outros temas, há uma estrutura de fundo, um certo script, que condiciona a historiografia e dificulta um pensamento crítico sobre si mesma. Isso ocorre, grosso modo, porque o profissional é um profissional engajado com o seu grupo e a história tem um papel importante nessa relação.

Esta tese procura examinar criticamente a historiografia e propor um novo horizonte de estudos para a psicologia no Brasil. Será uma caminhada lenta, talvez fatigante em alguns momentos, e que se dividirá em três partes: na primeira, como adiantado, pretendo analisar a construção da historiografia, iniciando pelos primeiros trabalhos publicados até mais recentemente. Esgotar a literatura não é o objetivo, mas tão somente analisar uma parcela para extrair alguns aspectos gerais. Um entendimento crítico deles possibilitaria novas diretrizes de pesquisa. Na tese serão propostos dois caminhos possíveis: o primeiro tem por objeto tensões entre personagens cujas divergências ensejaram disputas na literatura livresca, na imprensa e/ou no campo jurídico. Neste caso, teríamos uma historiografia cujo centro de gravidade é a controvérsia. O objetivo é ilustrar como as controvérsias podem ser uma perspectiva interessante e uma ferramenta poderosa para compreender a psicologia no Brasil. No segundo, e que será a última parte da tese, percorreremos um outro conjunto de obras que a historiografia muito pouco ou nada investiga. São psicologias esquecidas e ainda hoje não reconhecidas, seja entre os pesquisadores ou os profissionais, mas que são produto das muitas possibilidades do que poderia ser o psíquico ou o psicológico. Neste caso, trata-se de uma linha investigativa que permite explorar o psicológico na cultura literária brasileira, na medida em que essa terminologia – carregada, imprecisa, mas que parece convergir de alguma forma – se esparramou nos textos para se referir a objetos ou fenômenos diversos. O recorte

temporal da pesquisa tem início na segunda metade do século XIX e finaliza na década de 1930, embora a maior parte das fontes tenha sido publicada nas três primeiras décadas do século XX. Portanto, em geral os personagens e os eventos narrados se inserem em recorte um tanto mais estrito, apesar do século XIX estar quase sempre presente como uma ponte para a compreensão dos acontecimentos e questões analisadas.

A escolha por este recorte pode ser justificada por três motivos: o primeiro possui relação com a historiografia do Brasil e da ciência, pois na segunda metade do século XIX os debates filosóficos, científicos e sobre um conjunto de questões nacionais mais amplas foram ricos e se refletiram na literatura daqueles tempos de um modo geral. O segundo motivo é operacional: a disponibilidade de fontes conforme o avançar do século XIX aumenta e possibilita uma investigação de maior fôlego. O terceiro é pessoal, pois se trata de um período com o qual há mais familiaridade e interesse.

É preciso observar que não se trata de rediscutir a historiografia de uma ciência chamada Psicologia, pois isso traria um problema e uma limitação. O problema seria pressupor uma definição para a ciência ou dedicar os primeiros esforços em delimitá-la. A limitação, uma consequência do problema, seria filtrar as obras para compor o arquivo a ser lido. Definir é tarefa desnecessária aqui, uma vez que basta o que os autores consideram por psicologia e o fato de terem feito dela uma palavra-chave de seu trabalho. Neste sentido, a pesquisa não trata de uma ciência em específico, mas antes sobre um conjunto de textos psicológicos, digamos assim, cujos autores decidiram, segundo seus próprios critérios, nomeá-los de psicologia ou com alguma terminologia que remete ao “psy” (por exemplo, psíquico, psicometria, psiquismo, etc). É verdade que isso que consideramos como ciência psicológica era um embrião de muita promessa, mas ainda em seus primeiros passos de existência. Aliás, o mesmo poderia ser dito da psiquiatria. Cabe pontuar, porém, que uma discussão sobre a alma e suas faculdades, ou sobre a natureza humana, incluindo a melhor forma de estudá-las, era, antes de tudo, embora não exclusivamente, uma discussão filosófica. Não exclusivamente porque extravasa a filosofia e avança em direção à literatura, ao direito, ao espiritismo e a qualquer outra esfera que já tenha manifestado o desejo e o apetite pela psicologia. Portanto, não se trata de escrever uma história da psicologia, mas de seguir os rastros da psicologia na história. Isso não é tarefa simples, não apenas por conta da dificuldade na manipulação do arquivo, mas também por outro

motivo. Por “história da psicologia” me refiro a uma psicologia específica que foi gestada e desenvolvida no interior de certas instituições médicas e pedagógicas. Deixar ser conduzido pelas muitas mãos que se apropriaram do psicológico evita o imbróglio da classificação, mas ao mesmo tempo desloca o investigador de um campo relativamente seguro para um nevoeiro de produções com a etiqueta da psicologia. A experiência com as fontes mostrou a existência de um amplo e pouco preciso arquivo cujo centro de gravidade é a ideia de alma ou uma ótica dita psicológica. A imagem de um nevoeiro é interessante, pois indica em uma só expressão a inexatidão nas fronteiras da psicologia e uma misteriosa e um tanto confusa semântica no uso da terminologia. Confusa para este que escreve, claro, já que se um escritor decide tomar emprestada a palavra psicologia é porque para ele há um sentido fora de questionamento. De todo modo, nomear ou classificar precisamente é difícil, já que há uma certa rebeldia nessas fontes que parece recusar balizas, muito embora a partir delas se crie muitas fronteiras. Sendo o caso de aludir a uma disciplina ou área mais específica, será apenas para facilitar a discussão ou quando os autores das fontes consultadas assim se referirem aos seus próprios trabalhos.

Ao analisar turbulências e uma zona muito pouco iluminada, o objetivo maior da pesquisa é ampliar os horizontes da historiografia, mas também, assim espero, possibilitar uma reflexão sobre a própria psicologia brasileira no decurso da história. Talvez a pretensão da pesquisa entre em desarmonia com os seus resultados, mas, efetivamente, existem caminhos a serem mais bem explorados. Se não tiver sucesso em análises mais aprofundadas, haverá satisfação se ao menos conseguir criar uma primeira trilha, ainda que imperfeita, em um bosque tão rude, mas tão cheio de possibilidades. Primeiro, adentraremos um terreno fictício para não dizer absurdo: contarei uma história que nunca aconteceu e que servirá para criar um efeito de contraste. Ela foi inspirada em Evaldo Cabral de Mello, que em seu discurso de posse da cadeira n. 34 da Academia Brasileira de Letras, em 27 de março de 2015, afirmou que o ficcionista inventa e imagina, enquanto “o historiador apenas imagina mas o faz sob o controle das regras precisas de um ofício que nasceu na Grécia clássica”. E encerra o raciocínio com a seguinte observação: “Em última análise o historiador tem de atender ao critério de veracidade, condição básica do seu trabalho (...)”¹. Embora Evaldo Cabral de Mello tenha lembrado, logo em seguida ao primeiro trecho, da

¹ ACADEMIA Brasileira de Letras. **Discurso de posse**. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm%3Fsid%3D1045/discurso-de-posse>>.

relação entre história e ficção, é possível que o historiador possa, como o ficcionista, inventar. Isto não significa deixar de satisfazer esse inevitável “critério de veracidade”, mas reconhecer que é possível criar uma ficção com boa dose de rigor e nela reconhecer uma parcela do real. Pois a experiência aprisiona de tal modo que a criação de um enredo, por ser necessariamente estruturado, pode revelar alguma coisa muito familiar. Assim, será necessário, neste primeiro momento, trair criativamente a ideia de fato, nossa tão cara *res gestae*.

2 O QUE É ESTE CURRÍCULO ESTRANHO E QUEM SÃO ESSES PSICÓLOGOS EXTRAVAGANTES?

Pedro Mendes é aluno do Instituto de Psicologia e Ciências Psíquicas de uma universidade pública das mais conhecidas no sudeste do país. Não sabe ao certo por que quis cursar psicologia, mas percebe a si mesmo como um apaixonado pelas questões do espírito e alimenta profundo interesse no autoconhecimento. Aliás, não apenas ele, pois onde quer que vá, fala-se de psicologia: nos cafés, nos bares, entre amigos em rodas de conversa e por aí vai. Psicologia, na verdade, é um dos cursos mais procurados do país entre os jovens vestibulandos. Pedro vive uma sociedade altamente psicologizada, em que as palavras psíquico, psicológico, alma, espírito e muitas outras pululam a todo tempo nas conversas aqui e acolá.

Como o típico recém aprovado em exame de vestibular, Pedro ainda não conhece o currículo do curso de psicologia. Na primeira vez que visita aquela admirável instituição onde irá estudar pelos próximos anos, decide caminhar pelos corredores para observar as salas de aula e as dependências do instituto, o respiro inaugural de uma vida que despontava. Encantado com tudo que observava, o peregrino, em meio a caminhada, depara-se pela primeira vez com o quadro de matérias que encontrou pregado em um mural já bastante castigado. O quadro abaixo é parte do currículo que Pedro observou, intrigado com o nome de algumas matérias e um tanto confuso com o título de outras:

INSTITUTO DE PSICOLOGIA E CIÊNCIAS PSÍQUICAS (QUADRO DE MATÉRIAS)

MATÉRIAS OBRIGATÓRIAS
2 PERÍODO
Psicologia do Brasileiro I
Psicologia do Dinheiro
Psicologia do Amor II
Introdução ao Perispírito
Psicologia da Vestimenta e da Moda
Tópicos Psíquicos II: Clarividência
5 PERÍODO
Psicologia da Cidade e do Espaço Urbano III
Psicologia Social II

Tópicos Psíquicos V: Escrita Automática
O Brasil e sua História: Psicologia e Crítica
Psicometria
Psicologia do Adultério

No instituto que agora competia como candidato à primeira casa de Pedro, havia um currículo que era estruturado em três eixos: o amor e suas diversas expressões; a cidade e suas formas de viver; e as doutrinas que compõem o espiritualismo e o espiritismo. No primeiro eixo, também conhecido entre os alunos como “os estudos do amor”, o aluno se dedicaria a estudar as diversas expressões e modos de amar, incluindo o amor divino, familiar, entre sexos opostos e mesmo sexo, bem como suas muitas tensões (como o adultério e o divórcio). O psicólogo especialista no amor estuda sobretudo filosofia e literatura ao longo do seu ciclo de estudos. O pensamento de filósofos como Kierkegaard e obras de escritores como Dostoiévski e Zola estão muito presentes nos cursos ofertados.

O segundo, dedicado a compreender a cidade, é algo como uma etnografia do espaço urbano. Inclusive, muito se discute sobre as diferenças entre esse campo e a antropologia urbana, algo que suscita todo tipo de verborreia e discussões intermináveis. Na psicologia urbana, o aluno estuda as relações entre os indivíduos e grupos que habitam e convivem na cidade, compreendendo criticamente os muitos problemas que delas emergem. Dinheiro, prostituição, lazer, higiene, violência, felicidade e tantos outros temas são estudados nas disciplinas. Em todas elas o aluno realiza estudos diretamente na cidade e busca compreender as questões ao observar a vida ao seu redor e conversar com as pessoas. Por envolver muitas atividades fora da sala da aula há uma pilhéria entre os alunos do amor (os espiritistas não se importam) que consideram os urbanos os “psicólogos vagabundos” do instituto.

O terceiro eixo não é exatamente psicologia, pelo menos alguns assim consideram. Trata-se, na verdade, de um conjunto de doutrinas que os psicólogos começaram a se interessar no decorrer da história desta ciência e, por considerarem um campo pertinente e que fornece resultados bastante proveitosos, acabou que hoje integra o currículo. São as doutrinas espiritualistas e espiritistas que tornaram o instituto de psicologia também um instituto de ciências psíquicas. Neste campo, o aluno realiza muitos estudos no laboratório psíquico – espaço bastante cultor dos métodos experimentais – e também aprimora seus conhecimentos ao auxiliar em

práticas curativas nos hospitais espíritas de sua cidade. Como toda instituição onde convivem distintos grupos, os alunos e professores deste eixo muitas vezes são acusados ora de excesso de cientificismo ora inebriados de equivocada (e alguns diriam até perigosa) religiosidade. Entre eles próprios, existe certa rixa entre os alunos que procuram dialogar com setores mais humildes da população e os desejosos do que chamam de alto espiritismo, isto é, alunos que acreditam que precisaria haver um limite na vulgarização das doutrinas ao alegarem que capilarizar produz terríveis deturpações.

Em linhas gerais, esse é o currículo com o qual Pedro precisará lidar. Lidar ou cumprir, a depender das escolhas e das flutuações na motivação. Apenas três grandes especialidades eram reconhecidas, de modo que ele ou poderia ser especialista no amor, na cidade ou então nos estudos psíquicos. Isso significa dizer que ele poderia encontrar uma sala vazia com um aviso na porta escrito “estamos todos na rua” e em outra um grupo de alunos se concentrando para levitar uma mesa. Em cada uma delas, cabe observar, há ramificações que dividem o instituto segundo preferências de autores, de retórica ou modos de praticar psicologia. Mas são detalhes aqui menos relevantes para dissertar, assim como outras informações referentes ao que seria necessário cumprir para obtenção do diploma. Pouco importa, sigamos mais adiante.

No mesmo maltratado mural onde Pedro encontrou o quadro com as matérias ele também viu um outro documento: uma carta da associação de alunos do instituto que parecia manifestar algum incômodo sobre acontecimentos recentes. Ainda que pouco a par dos estímulos que faziam a vida daquele instituto pulsar, para o bem ou para o mal, ele estava curioso e decidiu se inteirar daquela carta. Este é o documento:

SOBRE OS ATAQUES DOS ÚLTIMOS TEMPOS A ESTA INSTITUIÇÃO

Nota de Repúdio

Nós, alunos deste instituto, viemos por meio desta nota manifestar nosso repúdio às tentativas de ataque ao nosso currículo e às atividades de pesquisa e intervenção aqui desenvolvidas. Trata-se de mais um ataque protagonizado pelos mesmos agentes aos cursos de psicologia e ciências psíquicas espalhados ao redor deste país: de um lado, os especialistas que não veem nada além do cérebro, e, de outro, aqueles para os quais o recalque tudo explica. É um espanto como, em pleno 2020, há quem resuma toda a nossa existência ao materialismo mais grosseiro e vil que já se produziu. Por outro lado, igualmente perniciosas são as ações daqueles que querem reduzir a complexidade dos fenômenos humanos a um conjunto único de causas explicativas. Lembramos a essas pessoas que as verdadeiras ciências são aquelas que não se furtam de explicar os fenômenos que a humanidade por muito tempo se manteve ignorante, avançando sempre em direção ao inexplicável sem medo de falhar ou de ousar nos métodos. Gostaríamos de lembrá-los também que a sociedade brasileira possui outras necessidades e desejos que suas mirabolantes teorias e horrendas tabelas estatísticas estão muito longe de atendê-los. Apesar disso, este instituto estará sempre de portas abertas para dialogar com qualquer “neuropsicólogo”, “psicólogo comportamental” ou “psicanalista” que aqui vier se apresentar. Mas, infelizmente, aproveitam-se dessa abertura para nos acusar de fraudes e convencer os alunos sobre infelizes mudanças curriculares, colocando em risco um legado que foi construído a duras penas por homens e mulheres que não se renderam aos limites do corpo ou a explicações universais, e efetivamente entenderam as necessidades da população brasileira.

A paz e o conforto de vossos corações são os nossos maiores votos,

Associação de alunos do Instituto de
Psicologia e Ciências Psíquicas

Como era de se esperar de um aluno recém-chegado, Pedro pouco entendeu o sentido daquela carta. Não sabia exatamente quem eram os tais psicanalistas e achou bastante curiosa a palavra “neuropsicólogo”. Menos ainda sabia o que poderia significar o “materialismo mais grosseiro e vil que já se produziu”. Apesar disso, dos dois documentos que leu no mural ele conseguiu presumir duas coisas: no primeiro, uma diversidade impressionante de assuntos que serão estudados ao longo de sua formação. E, no segundo, um clima de controvérsia, diríamos alguma coisa no ar, algo semelhante a uma briga entre vizinhos que convivem dentro de um condomínio, o condomínio do psíquico. Não – pensou ele – é algo diferente disso: entre os legítimos praticantes e os que atentam contra eles, entre os encastelados e os invasores que espreitam escondidos na sombra do intolerável. De modo bem agostiniano, Pedro parecia que no fundo conseguia compreender alguma coisa, mas se tornasse suas impressões em questionamento, já não saberia mais o que concluir. Sua intuição para ambos os casos estava correta.

A ficção esboçada é uma superfície falsa sustentada por um fundo verdadeiro. É uma ficção, sem dúvida, e ficção significa tanto simulação quanto moldagem². Os recursos a partir dos quais um ficcionista cria uma narrativa fantástica estão assentados em muitas combinações possíveis do real ou de sua experiência. Dito de outra maneira, o molde se constrói a partir da vida. O familiar nesta narrativa foi isto: mudemos alguns nomes de disciplinas do currículo e o fundo da diversidade permanece, embora, creio, ligeiramente mais estreito. As psicologias ensinadas no curso de Pedro existiram em outros espaços, ensinadas por outros personagens, transmitidas em outros livros, algumas das quais sobrevivem ainda hoje. Que sejam substituídas algumas palavras na carta de repúdio, invertamos papéis e continuaremos a ver profundos conflitos que despontam a todo momento nos cursos de psicologia ou em torno do psicológico. Ao jogar com esta ficção, brinco com as rupturas que nos são tão caras e, ao reposicionar personagens e cogitar o intolerável, atento para aspectos importantes de serem considerados. Nesta pesquisa, o intuito é mostrar que a ficção aberrante não se tornou o real currículo por acidente e o que aí está pode bem ser visto como puro acidente. Ao jogar com quimeras, podemos contemplar por uma outra perspectiva um real cheio de embaraços, um real constituído de controvérsias e esquecimento.

² FICTIÃO. In: **Oxford latin dictionary**. Oxford: At The Clarendon Press, 1968. p. 696.

3 O QUE DIZEM OS PSICÓLOGOS BRASILEIROS SOBRE SEUS ANTEPASSADOS?

No princípio havia os filósofos, muitos dos quais eram padres seminaristas. Não muito tempo depois, aos padres filósofos se juntam os médicos e os educadores. Por fim, os oficialmente psicólogos. Cada um deles teve o seu papel: aos primeiros se atribui a tarefa de terem dissertado sobre temáticas psicológicas. A reflexão sobre a consciência, as paixões, a volição e a felicidade, marcou a obra de muitos padres engajados com isso que ficou conhecido por ideias ou saberes psicológicos. Aos médicos e educadores, a missão de terem ventilado os saberes psicológicos com os métodos experimentais que há algum tempo eram aplicados na química, na física ou na fisiologia estrangeiras. De modo que, ao lembrarmos dos primeiros logo pensamos da filosofia, da metafísica ou da escolástica, enquanto avivam em nosso íntimo tudo que se relaciona a métodos experimentais, laboratórios ou cérebro, quando pensamos no papel dos médicos e dos educadores nessa história. Se usarmos a imagem do teatro, podemos imaginar essa história da seguinte forma: na gênese da história da psicologia, os padres foram os responsáveis pelos primeiros respiros de psicologia no país. Dá-se o nome de psicologia filosófica a esse empreendimento. No ato seguinte, descortinam-se os outros dois e segue-se uma reviravolta na importância dos personagens na peça. Essa reviravolta é o despertar da psicologia experimental e pode ser entendida como uma ruptura em moldes bem republicanos: da deposição do padre surge o médico cientista. Da psicologia fundamentada na metafísica ou em preceitos cristãos, surge uma psicologia positivista, objetiva, laica e matematizada. Da psicologia filosófica, enfim, faz-se psicologia moderna ou experimental.

Estamos no alvorecer do século XX. A história segue com a psicologia experimental e as suas muitas promessas de renovação da psicologia em direção à ciência natural. Este processo, aliás, está vivo ainda hoje, e, enquanto para uns não passa de tola ilusão, para outros é assunto da maior gravidade. Mas não nos afastemos da narrativa. O cultivo da psicologia enquanto ciência de laboratório teve início com a contagem do novo século: aqui aparecem personagens como Manoel Bomfim e Maurício de Medeiros, no Rio de Janeiro, e Clemente Quaglio, em São Paulo. A esta altura já temos uma condição fundamental para uma história das instituições científicas no Brasil, uma vez que no século XIX foram construídas as faculdades de medicina e as escolas normais, onde precisamente foram instalados os

primeiros laboratórios de psicologia no Brasil. Isto é, não apenas saiu de cena o padre como também os seminários e as escolas vinculadas às igrejas, para abrir espaço às instituições científicas.

A peça segue em direção a uma institucionalização que se aprofunda: outros laboratórios surgem, institutos são fundados e o interesse pela psicologia, seja na sua faceta de ensino ou aplicação, apenas aumenta. Esta é a história da primeira metade do século XX, uma história de íntima relação com a prática médica, pedagógica e administrativa. Aparecem os testes psicológicos, a psicoterapia, as cadeiras de psicologia em faculdades de filosofia e educação, os primeiros respiros de uma psicologia aplicada ao trabalho, entre outros eventos que tornam essa história cada vez mais rica em personagens, seus feitos e instituições. Sem prolongar em demasiado, na segunda metade do século XX sucedem os projetos para a criação da profissão de psicólogo e de seus conselhos fiscalizadores. Não apenas isto, mas também a criação e profusão de faculdades e departamentos de psicologia em todas as regiões do país. Em poucas décadas, a psicologia, ramo do conhecimento que outrora despertara o interesse de alguns médicos e professores, tornou-se profissão reconhecida pelo Estado e praticada por muitos milhares de, agora sim, psicólogos. Sai de cena o médico e o educador, eles já cumpriram o seu papel. Surge, oficialmente, o psicólogo profissional.

Em linhas gerais, esse é o roteiro da psicologia no Brasil. A função do roteiro é servir de guia para compreender uma sucessão de fatos no tempo e a de lançar as possibilidades de pesquisa a partir desse script. Esse roteiro, na verdade, é uma caricatura: exagera um traço que o autor julga importante. No caso, o traço é a ruptura sempre lembrada pelos historiadores entre uma psicologia filosófica que, a rigor, nunca existiu, e uma psicologia experimental duvidosa. Afirmo que a psicologia filosófica nunca existiu no sentido de que ela não era nomeada ou identificada desta forma pelos seus autores. Escrevia-se, antes de tudo, filosofia. A expressão psicologia filosófica serve apenas para criar um contraste com a psicologia experimental, logo é efeito do roteiro e ao mesmo tempo o reforça. A psicologia filosófica, assim, é a psicologia que soubemos depois que veio antes. Quando Georges Canguilhem escreveu a propósito do precursor como “um pensador que o historiador acredita poder extrair de seu enquadramento cultural para inseri-lo em outro”³, é precisamente

³ CANGUILHEM, Georges. **Estudos de história e de filosofia das ciências**: concernentes aos vivos e à vida. Rio de Janeiro: Forense, 2012. p. 15.

esta operação que se realiza quando se busca psicologias em tempos longínquos. Padres e filósofos dos séculos XVII e XVIII no Brasil iniciaram, sem que soubessem, sua corrida rumo ao progresso da psicologia. Não se pode afirmar, entretanto, que esses personagens iniciaram um trabalho a partir do qual foi continuado por filósofos e cientistas dos séculos XIX e XX. Melhor dizendo, o espaço lógico de Canguilhem em um certo sentido não ajuda na compreensão, pois os escritores daquele Brasil de outrora não adiantaram resultados ou modelos teóricos a serem retomados posteriormente. Pelo contrário: sua obra é o passo necessário para a recusa das gerações porvindouras.

Quanto à psicologia experimental, ainda é um desafio para a historiografia dos laboratórios descrever e analisar, em pormenores, as atividades desempenhadas nos laboratórios coordenados por Manoel Bomfim ou Maurício de Medeiros no início do século XX. No entanto, reforça-se em muitos trabalhos a existência dessas instituições, como feitos históricos que todo aluno de psicologia deveria lembrar. “Foi a partir desse momento que irrompeu a psicologia científica no Brasil”, ensinaria um professor. Alguma coisa que é pouco ou nada conhecida e ao mesmo tempo muito reproduzida significa, novamente, reforçar o script que opera sobre certa historiografia.

A partir do traço fundamental que salta aos olhos na caricatura, seria possível examinar três estilos que realçam os seus contornos. Primeiro, a relevância dos personagens, principalmente os mencionados: padres, filósofos, médicos, educadores, mas sem esquecer também dos profissionais do Direito, engenheiros e administradores. A psicologia brasileira tem um elenco de 200 pioneiros que estão reunidos em um dicionário biográfico⁴, alguns dos quais são especialmente canonizados por alguns historiadores. O segundo é a importância atribuída às instituições, em sua maioria as científicas: os laboratórios, institutos e departamentos, os serviços de psicologia aplicada, os programas de pós-graduação e, claro, toda a produção textual via periódicos e editoras. Assim como o dicionário biográfico, há também um dedicado às instituições de psicologia no Brasil⁵. O terceiro são as práticas específicas analisadas pelos historiadores: a psicologia clínica no Rio de Janeiro, a psicologia do esporte nesta ou naquela década, a psicologia escolar em

⁴ CAMPOS, Regina Helena de Freitas (Org.). **Dicionário biográfico da psicologia no Brasil: pioneiros**. Rio de Janeiro: Imago Ed.; Brasília: CFP, 2001.

⁵ JACÓ-VILELA, Ana Maria (Org.). **Dicionário histórico de instituições de psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Imago; Brasília: CFP, 2011.

Minas Gerais e assim por diante. Práticas circunscritas em um certo tempo e espaço, por um pioneiro e de preferência em uma instituição. Portanto, os trabalhos que se dedicam a analisar a obra de um personagem, aqueles que tem como objeto uma instituição e os que perseguem práticas aqui e ali, conformam os três grandes pilares, talvez os principais, da historiografia. São três objetos especialmente valorizados, desde os primeiros ensaios até mais recentemente. Evidente que essa separação é apenas para melhor desenvolver a questão e analisar a historiografia, pois os trabalhos muitas vezes misturam os tipos.

O autor se coloca como interlocutor dos textos que seguem, para aos poucos conduzir a discussão e extrair os aspectos mencionados. Interlocutor, pois se trata tão somente de uma experiência na leitura dos documentos e possivelmente outros leitores discordarão da análise que se construirá a partir dos comentários.

Examinar de perto tanto a historiografia quanto a própria memória da psicologia é um exercício bastante interessante. Se recuarmos no tempo não muito mais do que um século encontraremos os primeiros esforços de análise da psicologia no Brasil: refiro-me ao livro “A Base Física do Espírito”⁶, de Raimundo de Farias Brito. Publicado em 1912, dedicou algumas linhas para tratar da psicologia no país, incluindo a psicologia experimental tal como se praticava alhures nos laboratórios. O diagnóstico de Farias Brito é pouco favorável, pois entende que praticamente nada existe de psicologia no Brasil. Com exceção de algum conteúdo presente na cadeira de Pedagogia das escolas normais, da psicologia “dos loucos” na cadeira de Clínica Psiquiátrica e a psicologia tal como é cobrada no curso preparatório para as faculdades de Direito, o solo parece-lhe pouco fértil para o florescimento da psicologia. Esta esterilidade se deve à desorganização do ensino no país e a um certo espírito de resistência presente na atmosfera intelectual brasileira, cheia de preconceitos e nada preparada para semear a nova ciência. O leitor se prepara para ler comentários sobre a psicologia no país e percebe que Farias Brito salta de uma crítica ao desenvolvimento da psicologia para uma crítica ao ensino nas escolas brasileiras, à intelectualidade como um todo, aos jovens de sua época que, por condenarem as universidades, parecem trazer “no sangue o vírus da caducidade”, para chegar ao final e mostrar alguma esperança por meio de um elogio aos brasileiros ilustres, homens de poderosa inteligência que muito honrariam qualquer país.

⁶ DE FARIAS BRITO, Raimundo. **A base física do espírito**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1912. p. 277-280.

É provável que Farias Brito estivesse acompanhando as defesas aqui e acolá pelos métodos experimentais na psicologia, bem como os esforços de médicos como Manoel Bomfim e Maurício de Medeiros na utilização de aparelhos para auxiliar a prática pedagógica ou o diagnóstico clínico⁷. Não parece fora de propósito afirmar isto, pois Farias Brito foi um intelectual ativo, tendo sido lente do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, e autor de uma significativa produção em filosofia. Contudo, não insisto, apenas cabe notar que suas páginas, um tanto descrentes sobre a psicologia no Brasil, refletem o ponto de vista de um professor que, a despeito de algumas tentativas isoladas, via na desorganização do ensino e em traços característicos da intelectualidade brasileira as causas para o cenário desanimador que retratou.

Sigamos um pouco mais adiante. Na verdade, aqui há um problema: encontrar trabalhos que tratem da psicologia no Brasil na primeira metade do século XX não é tarefa fácil. Esbarrar no texto de Farias Brito foi possível por duas razões: 1. O autor localiza seu objetivo no título de uma seção do mencionado livro, título também presente no sumário; e 2. O texto é resgatado e analisado posteriormente⁸. Não havendo ainda qualquer centelha de historiografia ou indícios de trabalhos cujo objetivo principal fosse analisar a psicologia no Brasil, o método para encontrar outras fontes foi este: passear por entre prefácios, capítulos introdutórios, históricos ou de conclusão de manuais de psicologia. Tratou-se de um passeio porque realmente foi um exercício livre e sem muitas pretensões, bastando manter suspensa a atenção e folhear por entre capítulos e seções de livros. Sem dúvida, os esforços foram muito maiores do que os resultados, mas estes tampouco foram desprezíveis. Prossigamos com dois exemplos que parecem pertinentes.

Em 1925, um manual de psicologia foi publicado em São Paulo com o título de “Pontos de Psychologia”. A autoria é desconhecida, mas sabemos que foi escrito “Por uma professora” conforme consta no lugar do nome do autor. É um manual no sentido estrito do termo: com uma riqueza didática notável, a autora apresenta os modelos teóricos de psicologia em sucessões de capítulos divididos de acordo com as faculdades da alma. Se a primeira edição tivesse sido a primeira fonte a ser

⁷ Apesar da carência de estudos sobre esses 2 casos, há duas fontes interessantes: os anexos do “Noções de Psychologia”, de Bomfim, e a tese de doutoramento de Plínio Olinto.

⁸ Por exemplo, o resgate de uma passagem crítica de Farias Brito e breves comentários sobre o texto foram feitos em BROZEK, Joseph.; MASSIMI, Marina. *Historiografia da psicologia no Brasil*. In: _____ (Orgs.). **Historiografia da psicologia moderna**: versão brasileira. São Paulo: Edições Loyola, 1998. p. 209-221.

consultada, este parágrafo não teria sido escrito. A segunda edição, de 1928, foi encontrada, e nela a autora acrescenta as seguintes linhas para encerrar o livro:

No Brasil o estudo da psychologia tem tomado, ultimamente, certo desenvolvimento. E um sopro de espiritualidade perpassa por toda a nossa pátria, vivificando o materialismo pesado que a ia, pouco a pouco, invadindo. Motta Filho, estudando a psychologia brasileira, diz que Farias Brito foi o primeiro que sentiu e compreendeu o valor da philosophia, levando-nos ao espiritualismo. 'Farias Brito, expressando a índole verdadeira de sua raça, elabora sua magestosa obra de pensamento procurando construir uma philosophia da natureza em harmonia com a intelligência'. Hoje, os nossos intellectuaes procuram interpretar a psychologia nacional, por meio das nossas lendas, do folk-lore, e esse estudo terá, em breve, tomado uma orientação nova, pois embora o substracto psychico, em geral, seja idêntico em quase todos os homens, é nas diferenças psychicas que apresenta cada povo que deve se basear a psychologia applicada⁹.

O trecho suscita questionamentos. Primeiro, o que seria o sopro de espiritualidade que parece ter ventilado um materialismo que invadiu o Brasil? O desenvolvimento da psicologia se deve a tal sopro? Quem estava a se debruçar sobre lendas e folclore e o que precisamente significa psicologia nacional? Em capítulo mais adiante, esse primeiro questionamento será ilustrado, pois ele sugere uma tensão. E a psicologia nacional? Outra interrogação. Esse pequeno fragmento acrescentado ao final da segunda edição de certo modo se relaciona a esta pesquisa, mas por ora é preciso destacar uma mensagem a partir do trecho: se é possível interpretar a psicologia objetiva ou científica como “materialismo” – e efetivamente o era para alguns intelectuais – então uma conclusão possível é que a professora anônima avaliou o rumo da psicologia nacional não na direção de uma ciência fisiológica de método experimental, mas naquela que conduz ao espiritualismo e a um entendimento da cultura brasileira. Apesar da distância de 16 anos que separa a publicação dessa segunda edição do texto de Farias Brito, há um diálogo possível entre os dois textos: o “materialismo pesado” que invadia o Brasil não parece ter resultado em muitos avanços na ciência psicológica, seja na fundação de algum instituto ou de laboratórios, mas em muito se expressou como apologia, em discursos enaltecidos em jornais ou revistas. Se isto for verdadeiro, poderíamos encontrar razão no tom desanimador e crítico de Farias Brito. Por outro lado, ele comenta sobre a esterilidade no estudo do espírito humano, ou seja, “no que diz respeito ao estudo da nossa própria natureza

⁹ **Pontos de Psychologia:** organizados segundo o programma das escolas normaes. 2.ed. São Paulo: Estabelecimento Graphico Irmãos Ferraz, 1928. p. 208. Não há estudos que analisem esta interessante obra na historiografia brasileira, permanecendo como fonte inédita.

em sua significação mais profunda”. Teria esta significação mais profunda alguma relação com as lendas ou o folclore a que a professora se referiu? Para textos tão curtos é arriscado esboçar relações mais seguras, mas de todo modo parece que ambos sugerem ou uma dificuldade ou um afastamento da psicologia como ciência natural, essa mesma que para alguns filósofos e intelectuais católicos não passava de materialismo perigoso e por isso mesmo provoca-lhes maiores repulsas.

O segundo exemplo é a monografia de concurso de Noemy da Silveira Rudolfer, publicada em 1936¹⁰. O interessante neste documento é que há uma análise local e específica da psicologia: não no Brasil como se propôs a escrever Farias Brito ou a professora anônima, mas a psicologia educacional no Instituto de Educação da Universidade de São Paulo. São comentários que se encontram ao final da monografia, semelhante aos “Pontos de Psychologia”, mas diferentemente dos demais aborda em perspectiva evolutiva os diferentes momentos da psicologia na instituição. Na percepção da autora, a psicologia inicialmente é ensinada em seus princípios gerais, ainda distanciada de uma aplicação à educação. Neste processo de uma convergência ou maior especialização, a psicologia perpassa “etapas sucessivas de: funcionalismo; estruturalismo e experimentalismo; funcionalismo; comportamentismo e experimentalismo de novo”¹¹. Cada uma das etapas tem o seu responsável: Lopes de Barros, por exemplo, introduziu o funcionalismo de William James, enquanto Henri Pièron, nas suas lições de 1927, apresentou aos alunos da instituição “um experimentalismo idêntico ao de Wundt”¹². Das noções gerais de psicologia na cadeira de Pedagogia à Psicologia Educacional enquanto especialidade sustentada nas pesquisas de laboratório, eis a narração de Rudolfer para a psicologia naquele local.

Existem algumas características importantes a serem destacadas sobre esse último fragmento da monografia. Primeiro, podemos observar a direção assinalada à psicologia, de um conhecimento caracterizado por doutrinas dispersas em obras de filosofia a um campo sustentado na medida e nos métodos experimentais. Esta característica pode ser encontrada, a despeito de suas diferenças, em clássicos da

¹⁰ RUDOLFER, Noemy da Silveira. **A evolução da psychologia educacional através de um histórico da psychologia moderna**. Monographia apresentada ao concurso da cadeira de Psychologia Educacional do Instituto de Educação (Universidade de São Paulo). São Paulo: Empreza Graphica da Revista dos Tribunaes, 1936.

¹¹ Ibid., p. 255

¹² Ibid., p. 253

historiografia como Otto Klemm¹³ e Edwin Boring¹⁴. Busca-se genealogias ao procurar na filosofia e posteriormente nas ciências naturais as raízes ou os primeiros lampejos de psicologia. É um estilo narrativo afim aos mitos de fundação, às rupturas e ao progresso científico, contrariamente aos dois exemplos anteriores cujos autores procuraram abordar problemas ou outras direções para a psicologia no Brasil. O motivo parece claro: Rudolfer foi uma cientista e trabalhou no laboratório de psicologia do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo, enquanto Farias Brito foi um filósofo de matriz espiritualista. Um valoriza as bases biológicas e os esforços em matematizar a psicologia; o outro é um crítico do materialismo. Quanto à professora nada se poderia dizer, mas a expressão “materialismo pesado” ao menos levanta a suspeita de uma aproximação a uma certa tradição de pensamento pouco paciente com a fisiologia do cérebro e com as tentativas de levar as faculdades da alma ao laboratório. A segunda característica é a análise da história local sob a perspectiva de uma história geral da psicologia que fatalmente deveria se refletir no Brasil, apesar das diferenças de superfície. “É por isso que esta evolução – comenta a autora –, se não guarda a sequencia que se observa na Alemanha e nos Estados Unidos, não deixa todavia de ser um resumo de alguns movimentos universaes da psychologia”¹⁵. Assim, a história norte-americana ou alemã da psicologia poderia servir de modelo para a compreensão da psicologia brasileira no tempo, mesmo localmente, pois o que se sucedeu aqui foi, ao seu ver, um rearranjo, uma tonalidade distinta, de uma história inevitável.

Esses escritos sobre a psicologia no Brasil foram produzidos por autores que mobilizaram as próprias experiências ou impressões particulares no texto. São as primeiras memórias da psicologia e muitas vezes devem ser procuradas nas entrelinhas das fontes, em pequenas seções que desviam do plano geral da obra. Os pequenos comentários também poderiam ser considerados pelos historiadores e não apenas os textos que têm por objetivo maior relatar memórias ou descrever um conjunto de fatos encadeados no tempo. O interessante de observar é que, tanto em Noemy Rudolfer quanto no manual da professora anônima, os fragmentos sobre o Brasil foram escritos para encerrar suas obras, o familiar e o vivido como o ponto final

¹³ KLEMM, Otto. **Historia de la psychologia**. Madrid: Daniel Jorro, Editor, 1919.

¹⁴ BORING, Edwin. **A history of experimental psychology**. 2.ed. New York: Appleton-Century-Crofts, INC., 1950.

¹⁵ RUDOLFER, op. cit., p. 255

da experiência de escrita. Outros textos como esses foram escritos e uma pesquisa reunindo passagens dessa natureza ainda está por ser feita.

Se avançarmos um pouco mais no tempo e nos aproximarmos da metade do século XX, mais fácil se torna a procura por memórias ou comentários sobre a psicologia no país. O ensaio de Plínio Olinto, publicado em maio de 1944 na *Imprensa Médica*, é considerado por alguns contemporâneos do autor e pela historiografia o primeiro texto sobre a psicologia no Brasil¹⁶. Não me parece sem razão que o primeiro eleito tenha sido um ensaio sobre a psicologia experimental no Brasil. A porta de entrada para uma historiografia a nascer carrega uma forte legenda e por sua fresta escapa o aroma do experimental.

O estilo do ensaio é curioso. O autor cria um personagem de si mesmo para descrever fatos históricos e neles se posicionar. Ao referir a si em terceira pessoa, constrói um relato da própria experiência como aluno e estudioso da psicologia experimental, além de observador da psicologia científica no Brasil. Mais do que isso: ele é personagem principal da própria narrativa e ao mesmo tempo um vanguardista da psicologia experimental. Plínio Olinto está à frente, ziguezagueia em um laboratório aqui, participa de outro ali, nesse outro “laboratório Plínio Olinto não quis penetrar” e assim segue. Testemunha dessa “maltratada”, porém “boa e forte” psicologia, dessa “garota bonita” com quem “ninguém casava”, garantiu, junto a outros colegas que igualmente tiveram atividades descritas, o próprio espaço no santuário da psicologia brasileira. É um texto descritivo, sustentado nas vivências do autor e cuja narrativa se estrutura na distribuição de nomes, instituições e uma e outra prática (como a seleção e a testagem), encadeados no tempo e distribuídos em seus respectivos espaços. A liberdade e um tom um tanto desprezioso com que o autor descreve a psicologia experimental no Brasil saltam aos olhos neste ensaio.

Não muitos anos depois, em 1950, Annita de Castilho e Marcondes Cabral publica o seu conhecido “A Psicologia no Brasil”¹⁷. Existe uma diferença bastante significativa entre esse ensaio de Cabral e o de Plínio Olinto: por não se restringir à psicologia experimental, é mais denso nas descrições e muitas possibilidades de análise se apresentam. Primeiramente, a autora esboça um quadro da história do

¹⁶ OLINTO, Plínio. A psicologia experimental no Brasil. In: ANTUNES, M.A.M. (Org.). **História da Psicologia no Brasil**: primeiros ensaios. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 25-31.

¹⁷ CABRAL, Annita de Castilho e Marcondes. A psicologia no Brasil. In: ANTUNES, M.A.M. (Org.). **História da Psicologia no Brasil**: primeiros ensaios. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 33-70.

Brasil para o leitor: sua geografia, a economia do país do período colonial até o republicano, os conflitos entre os jesuítas e Portugal, as transformações no plano institucional após a chegada da família real em 1808 e tantos outros acontecimentos para só então adentrar a psicologia. Poderia parecer estranho uma longa digressão sobre história do Brasil em um capítulo de história de uma ciência, mas o texto havia sido escrito primeiro em inglês para leitores estrangeiros, objetivo que não se realizou.

Depois de apresentar em linhas gerais a história do Brasil, a autora salta para a psicologia. Mas a psicologia de que trata inicialmente Anita Cabral não é a das tradições de pensamento ou das escolas, mas a psicologia do brasileiro. Neste momento ela dialoga com aqueles que buscaram compreender o Brasil e seu povo, como Gilberto Freyre, Oliveira Vianna e Fernando de Azevedo. Ainda que ela tenha feito uma crítica sobre a ausência de critérios objetivos para avaliar o grau de verdade do que chamou de “estereótipos”, apresenta ao leitor um balanço de alguns dos modelos étnicos sobre o brasileiro. Assim, do “desrespeito à ordem legal”, de Oliveira Vianna, ao “predomínio da sensibilidade sobre a inteligência”, de Fernando de Azevedo, Annita Cabral apresenta não apenas um esboço histórico do Brasil, mas também em largos traços a moral do povo brasileiro. Melhor, uma psicologia do brasileiro. Agora, o leitor estrangeiro além de conhecer a história desse país exótico que desde sua descoberta pelos europeus foi o destino de muitos vapores que trouxeram filósofos e naturalistas para cá observar, tem a oportunidade de vislumbrar a própria natureza de seu povo.

Após essas generosas incursões em seu ensaio, começa a história da psicologia enquanto disciplina e ciência. Vê-se logo que é uma história que procura mapear as ações de todos aqueles que contribuíram para o progresso da psicologia, as instituições nas quais a psicologia é ensinada ou aplicada, e as práticas fomentadas por tantas instituições e profissionais. Essa rica descrição da autora vem acompanhada de algumas mudanças no cenário da psicologia brasileira, de suas diferentes nuances no tempo. As mudanças expressam, como se vê, afastamentos e aproximações a determinadas tradições: a história começa no século XIX com filósofos, médicos e pedagogos autodidatas, no período anterior às universidades e sob influência maior de uma tradição francesa. Nas escolas normais, “até cerca de 1915, a influência francesa era incontestável”, sendo Manoel Bomfim um notável representante daquele momento. Mas o tom da psicologia parece sofrer alguma mudança quando, a partir da década de 1920, “começou a se fazer sentir” a influência

norte-americana via Psicologia Funcional e o movimento dos testes psicológicos. Um exemplo da influência norte-americana é Lourenço Filho que “behavioriza quase completamente seu curso”.

Conforme o avançar dos anos, o progresso da psicologia se acelera e a Revolução de 1930 tem um papel importante no ensaio de Annita Cabral. Após este período, surgem as universidades brasileiras, cria-se cadeiras de psicologia nos cursos universitários e muitos serviços de psicologia aplicada despontam. Um progresso que sem dúvida recai sobre os médicos e pedagogos, os profissionais cultores de uma psicologia científica e cuja colaboração foi “incomparavelmente mais rica de consequências”. Entre as décadas de 1930 e 1950, portanto procurando atualizar o leitor o melhor que pode sobre o estado da arte da psicologia brasileira, aumenta a quantidade de profissionais que se interessam e se dedicam à psicotécnica. Neste ponto, Annita Cabral destaca os profissionais do trabalho, como Roberto Mange. A psicologia brasileira amadurece e é, no seu modo de ver, uma psicologia que serve para resolver os problemas imediatos e não como instrumento de reflexão para questões teóricas.

Muitas linhas são escritas para descrever a psicologia da primeira metade do século XX. Ao mergulhar em todos os nomes, escolas, serviços, laboratórios e nas práticas que são cultivadas aqui e ali, a autora se esforça por convencer sobre o amadurecimento da psicologia no Brasil. Ao nos informar que Décio de Souza estudou com Köhler e Wertheimer nos Estados Unidos, a mensagem que parece estar sublinhada é esta: estudamos nos melhores centros de psicologia do mundo e somos treinados por psicólogos de envergadura. Ao nomear todas as instituições de psicologia aplicada ou aquelas que tem a psicologia nos seus programas de ensino, não quer dizer outra coisa senão mostrar que a psicologia brasileira está bem organizada nas instituições republicanas. E quando trata dos testes ou dos serviços de orientação, o interlocutor se torna consciente do investimento brasileiro em tecnologia psicológica, ou melhor, em psicotécnica. Dito de outra maneira, o ensaio de certa forma atesta o progresso do Brasil por meio do progresso da psicologia. A psicologia é o exemplo para apresentar um país que, apesar da desagradável etiqueta do exótico ou do atrasado, trilhava os rumos dos países cultos e civilizados.

Uma psicologia que almeja ser moderna para um Brasil que aspira a modernidade, esta é a diretriz que organiza o ensaio. A descrição é patente, atravessa todo o texto, mas também há, de quando em quando, indícios de esperança: “tudo

indica que a segunda metade do século XX verá, com proveito, a Psicologia instalada nas escolas médicas brasileiras, seguindo o exemplo de tantas outras escolas do país (...)”¹⁸. Cabe notar, por outro lado, que apesar dos esforços em provar os progressos da psicologia, ao final há uma observação que recorda um pouco a tônica do texto de Farias Brito, pois Annita Cabral revela uma dificuldade a ser enfrentada para a formação científica em psicologia no Brasil. Não se trata de lamentação, mas algo semelhante ao modo como finalizamos os nossos artigos: caminhos para o futuro. Para a psicologia se tornar uma ciência e estar mais bem organizada nas instituições, não é sem embaraços que isto ocorrerá.

Nos trilhos de Annita Cabral é Lourenço Filho quem continua o trabalho de registrar os fatos históricos da psicologia no Brasil. Em seu recheado ensaio de 1955¹⁹, o estilo do texto é bastante semelhante ao de Annita Cabral, mas a forma como Lourenço Filho o organiza é ligeiramente distinta: divide o ensaio de acordo com as marcas que cada profissional acrescentou na história da psicologia brasileira. Assim, há um tópico somente para registrar a contribuição dos médicos, outro para os educadores, os engenheiros e administradores, os sacerdotes e líderes católicos, e, por fim, os especialistas estrangeiros. Finaliza com o registro de algumas considerações sobre o ensino e a pesquisa em psicologia. O extenso ensaio de Lourenço Filho é um espetáculo encenado por uma impressionante quantidade de pessoas e seus atos. Personagens fervilham do início ao fim, em uma narrativa descritiva cujo fim parece unicamente informar. Se analisar é precisamente decompor, três são as perguntas que possibilitariam uma análise deste ensaio: 1. Quem atuou? 2. O que produziu? e 3. A qual instituição ou grupo pertencia o personagem? Trata-se, assim, de mapear uma rede que cruza pessoas, feitos e locais.

Nenhum historiador da educação ou da psicologia duvidaria do papel desempenhado por Lourenço Filho sobre ambas as áreas no país. Com efeito, Lourenço Filho presenciou muitos das impressões deixadas em toda parte pelos distintos profissionais, o que lhe confere competência para anotar uma farta sucessão de acontecimentos. Que o leitor deixe de lado os registros escritos e se atente apenas às fotografias: Lourenço Filho com outras personalidades de seu tempo quando da visita em Henri Pièron, em 1926, para ministrar aulas na Escola Normal e Secundária

¹⁸ Ibid., p. 51

¹⁹ LOURENÇO FILHO, Manuel Bergstrom. A psicologia no Brasil. **Arq. Bra. Psic. Apl.**, vol. 23., n. 3, p. 113-142, 1971. A primeira edição é de 1955.

de São Paulo²⁰; na inauguração do Instituto de Psychologia em 1932, a partir do Laboratório de Psicologia Experimental, no Engenho de Dentro, junto a tantas outras personalidades, além, é claro, de Waclaw Radecki e seus colaboradores²¹; não nos esqueçamos, ainda, da bela fotografia de Lourenço Filho com Helena Antipoff, em Minas Gerais e tirada em 1930²². Os exemplos são muitos. A verdade é que Lourenço Filho esteve presente em tudo quanto era lugar e a prova disto, além das fotografias, é que o leitor facilmente se espanta, e mesmo se perde, durante a leitura de seu ensaio, tamanha a quantidade de personagens e seus feitos para o avanço da psicologia. A sensação de se perder tem algo de semelhante à experiência de ler um romance da envergadura de Crime e Castigo, de Dostoiévski: salvo os detentores de primorosa memória, se não escrever, em separado, o nome das pessoas e suas muitas filiações, o resultado é uma barafunda mental.

Não cabe procurar por novas informações adicionadas por Lourenço Filho a partir do ensaio de Annita Cabral, mas de observar alguns aspectos. Além da reprise de feitos e a mencionada maneira como os divide, é notório como Lourenço Filho destaca o papel dos médicos, mais até do que a dos educadores. Ele também valoriza a psicologia brasileira no cenário internacional e comenta, de modo mais particular, a contribuição desta ou daquela pessoa. Em se tratando de um cultor dos métodos experimentais, não espanta Lourenço Filho vincular à contribuição dos médicos o nascimento da psicologia experimental no país: Henrique Roxo e sua tese de 1900 são o marco inaugural, além dos médicos terem sido verdadeiros obreiros da psicologia científica. Em contraste à classe médica, pouco atenção dedica aos padres e à contribuição da Igreja Católica.

A leitura dos dois últimos ensaios deixa uma impressão sobre o espírito, a de que se lê uma espécie de Livro da Psicologia, uma história universal em que nada mais há para ser escrito. Tudo se esgota e a única possibilidade de novos registros é a espera por novos acontecimentos. Foi precisamente isto que se sucedeu, pois em 1969 Lourenço Filho publica “A Psicologia no Brasil nos últimos 25 anos”²³,

²⁰ ESCOLA Normal de São Paulo. Psychologia e psychotechnica: publicação do laboratório de psicologia experimental. São Paulo: Typ. Siqueira, 1927.

²¹ LEVANTANDO as cortinas da sciencia experimental da alma. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 12 mai. 1932.

²² CAMPOS, Regina Helena de Freitas. Helena Antipoff: razão e sensibilidade na psicologia e na educação. **Estud. av.**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 209-231, Dec. 2003.

²³ LOURENÇO FILHO, Manuel Bergstrom. A psicologia no Brasil nos últimos 25 anos. **Arq. Bra. Psic. Apl.**, vol. 23, n. 3, p. 143-151, 1971. A primeira edição é de 1969.

atualizando sobre os últimos feitos para o progresso da psicologia brasileira. Um outro momento para a psicologia, pois agora Lourenço Filho tem a regulamentação da profissão, ocorrida por lei em 1962, para registrar. O caráter de atualização se mostra bastante evidente neste ensaio, pois há uma seção de nome “fatos capitais do período”.

Esta sensação de que se lê uma história universal é novamente experimentada com o ensaio de Isaías Pessotti. O texto *Dados para uma história da psicologia no Brasil*²⁴, de 1975, é bem mais enxuto e pouco avança em relação aos outros dois. O autor está um pouco mais distante da psicologia da primeira metade do século XX, de conhecimento apenas bibliográfico ou pela cultura oral entre os novos alunos e os professores da geração de Lourenço Filho ou Annita Cabral. Os acontecimentos de que Pessotti nos recorda são descritos com elogios à geração passada. Assim, Lourenço Filho, Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo são “três grandes homens, aos quais se deve, praticamente, tudo o que se fez de bom em planejamento educacional neste país”²⁵. O modo como finaliza marca um certo distanciamento entre o autor e as gerações de ouro da psicologia: “Hoje, os velhos pioneiros se alegrariam com a criação dos cursos de pós-graduação, a difusão de cursos de Psicologia, a decidida profissionalização do psicólogo (...)”²⁶. Desta forma, mais do que nos ensaios anteriores, é no de Isaías Pessotti que surge mais nitidamente o pioneiro da psicologia, a menção elogiosa do aluno que se distancia de seus mestres e paga o devido tributo.

Até o presente momento desta incursão, vê-se logo que, pouco depois dos primeiros textos da psicologia no Brasil (os fragmentos menos organizados e sorrateiros nos livros), surgem as memórias mais nítidas sobre um estado de coisas. Feito faísca, Plínio Olinto circunscreve uma especialidade para logo Annita Cabral esboçar um panorama, Lourenço Filho oferecer contornos e acrescentar uma árvore aqui e um potrinho ali, e Isaías Pessotti reforçar a pintura da paisagem. Cada um cumpriu uma função no registro dos acontecimentos e, juntos, produzem um efeito no leitor que recorda a metáfora das dobras na folha empregada por Léon Dumont e

²⁴ PESSOTTI, Isaías. *Dados para uma história da psicologia no Brasil*. In: ANTUNES, M.A.M. (Org.). **História da Psicologia no Brasil**: primeiros ensaios. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 121-137.

²⁵ *Ibid.*, p. 129.

²⁶ *Ibid.*, p. 136.

lembrada por William James²⁷: ao narrarem a psicologia no Brasil, os sucessivos autores acabam por insistir, quase que obstinadamente, em muitos dos fatos marcantes desta história, como a folha que dobra sempre do mesmo lado e tem seu vinco reforçado. A dobra, neste caso, não tem como consequência tão somente o fortalecimento de um caminho a seguir, pois a sensação de estarmos em uma estrada rodeada por montanhas não é que o único caminho possível é aquele que se apresenta adiante, mas a percepção de um estreito horizonte. Quanto mais reforçado o sulco, tanto mais estreita se torna a visão de quem experimenta. Podemos compreender, desta forma, que o vinco é a consciência do indivíduo que, no curso de seu desenvolvimento enquanto aluno ou jovem, ouve as mesmas histórias e forma uma restrita percepção de mundo. No caso, o mundo da psicologia brasileira.

Este efeito foi o que a escritora Chimamanda Ngozi Adichie, de modo esplêndido e com muita sensibilidade, chamou de *o perigo da história única*, em conferência bastante conhecida²⁸. Quando as mesmas histórias são narradas, a visão de mundo que se conforma determina as relações interpessoais. Neste sentido, dirigir-se às culturas dos países e povos africanos como unitárias (“A África”, “o africano” *etc.*) é a resultante de narrativas que são produzidas mundo afora nos diversos meios de comunicação. Assim sendo, é produto de uma educação pela *única história*. No caso dos ensaios sobre a psicologia no Brasil, considero as mesmas histórias não o todo da narrativa, pois evidentemente foram organizadas de modo distinto, mas as bases que operam sob os acontecimentos são as mesmas: o papel dos médicos, o primeiro laboratório, personagens protagonistas para esta ou aquela especialidade, as instituições que ensinam ou as que prestam serviços de psicologia, e assim por diante. São os elementos de um script que conduzem os acidentes de superfície. Quando esta história é reiterada por diversas vezes, tem-se a impressão de que as coisas aconteceram dessa maneira e ponto final. Nada mais há de ser dito e, se houver, que seja uma genealogia, esclarecimento de imprecisões, aprofundamento ou acréscimo de detalhes, isto é, que não imprima novas direções, mas reforce os vincos.

²⁷ No capítulo sobre o hábito de seus “Principles of Psychology”, há o seguinte trecho que foi citado por James: “It costs less trouble to fold a paper when it has been folded already”. JAMES, William. **Principles of psychology** (Vol. 1). New York: Dover Publications, Inc., 1950. p. 105-106.

²⁸ TEDx. Ideas worth spreading. **The danger of a single story**, 07/10/2009. Disponível em: <http://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story.html>. (Pronunciamento de Chimamanda Ngozi Adichie).

Continuando, os trabalhos que foram publicados na década de 1980 são nitidamente distintos. Talvez aqui possamos afirmar que emerge uma consistente historiografia. Por exemplo, tomemos o trabalho de Samuel Pfromm Netto²⁹, publicado em 1981. A cadência que inaugura o texto aponta para ares de uma genealogia a ser explorada: “Três marcos oficiais, por assim dizer, e todos de procedência germânica, são geralmente mencionados quando se trata de historiar as origens da Psicologia (...)”. Mas e o Brasil, como ele se conecta às origens europeias? A primeira parte deste ensaio, que talvez seja o que mais o distancie dos anteriores, é dedicada às origens lusitanas da filosofia e psicologia brasileiras. Talvez pela primeira vez um autor se debruçou sobre as raízes da psicologia no Brasil, isto é, o início das preocupações de caráter psicológico, remontando-as a Portugal e suas tradições religiosas e filosóficas.

A psicologia brasileira é herdeira do pensamento de homens como S. Martinho de Dume (520-579) e D. Duarte (1391-1438), cujas características “exercerão profunda influência na progressão do pensamento psicológico português e brasileiro”³⁰. Surge a fase escolástica, sobretudo com a Companhia de Jesus, e posteriormente com o pensamento iluminista da segunda metade do século XVIII. O século XIX já é o momento do que chamou de “considerações de natureza psicológica”³¹ nos livros de Filosofia, de autores como Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846) e Francisco de Mont’Alverne (1784-1858). A partir daqui os pontos de conexão com os acontecimentos descritos desde Plínio Olinto se tornam possíveis, pois a psicologia progressivamente se desgarrar das raízes lusitanas para se aproximar de outras matrizes europeias, sobretudo a francesa. As figuras pontífices saem de cena para emergir os médicos cientistas e tem início um processo rumo à autonomia da psicologia.

Vê-se logo, portanto, que a diacronia é uma característica do trabalho de Samuel Pfromm Netto. Às transformações do pensamento acadêmico brasileiro, seja no âmbito da filosofia ou propriamente na psicologia, ancoram-se raízes longínquas que remontam à filosofia medieval. A linha do tempo finaliza em seu presente com os desdobramentos ocorridos até a década de 1970. Neste sentido, rasga-se a moldura da tela pintada pelos ensaios anteriores e uma ampliação cronológica é realizada, possibilitando novos contrastes e outros pontos de conexão entre causas e efeitos.

²⁹ NETTO, Samuel Pfromm. A psicologia no Brasil. In: ANTUNES, M.A.M. (Org.). **História da Psicologia no Brasil**: primeiros ensaios. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 139-175.

³⁰ Ibid., p. 144.

³¹ Ibid., p. 148.

Torna possível, assim, uma profusão de novas histórias a partir da análise de antigas tradições de pensamento. Cabe notar, ainda, duas diferenças no texto: primeiro, fontes documentais são utilizadas, ao contrário dos demais que foram alicerçados na experiência dos autores e na bibliografia de época. Ainda, o texto tem um estilo heterogêneo por misturar uma narrativa genealógica, típica de uma historiografia que procura as raízes de seu objeto, e o estilo descritivo característico de memórias.

Irradiadas foram as bases e as possibilidades da historiografia emergente. Observa-se seus objetos e logo se conclui que a narrativa estabelecida nos ensaios aqui brevemente analisados não apenas foi, digamos, aceita, como suas diretrizes reproduzidas. A confiança depositada sobre os autores pode ser mostrada sem dificuldades e o ensaio de Isaías Pessotti é um exemplo de aceitação, pois evidencia uma continuidade. Além dele, Mitsuko Antunes assim finaliza o prefácio de sua obra: “Devo aqui, falando em primeira pessoa, dizer que foram estes artigos (...) as bases para minha primeira investida na História da Psicologia no Brasil”³². Isto também pode ser ilustrado de outra forma: o peso da voz de Lourenço Filho foi reconhecido por Rogério Centofanti³³ que categoricamente afirmou ser “um documento”³⁴.

A dispersão de elementos presentes nisto que chamei de “paisagem” ou “história universal” foi um possível para a historiografia que nascia, pois nas décadas seguintes, grosso modo, os historiadores pincelaram cada elemento e, feito detetives, lançaram lentes sobre eles. O excelente artigo de Rogério Centofanti é precisamente isto: Wacław Radecki, a *persona non grata* até então, que só não foi ignorado para ser lembrado como o chato do Discriminacionismo Afetivo, foi alçado à condição de pioneiro. Centofanti, na verdade, recriou Radecki, pois não apenas analisa sua trajetória como procura fazer justiça ao seu papel no Brasil, sem economizar elogios: “É muito provável que Radecki tenha sido o maior conhecedor que a psicologia no Brasil teve a oportunidade de acolher”³⁵. Trata-se de uma contribuição à historiografia

³² ANTUNES, M.A.M. Prefácio. In: _____. (Org.). **História da Psicologia no Brasil: primeiros ensaios**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 7-9.

³³ CENTOFANTI, Rogério. Radecki e a psicologia no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 3, n. 1, 1982, p. 2-50.

³⁴ Quando escreveu sobre a Escola Normal e Secundária de São Paulo, e recorda um comentário de Lourenço Filho sobre o italiano Ugo Pizzoli, a de que sua influência no Brasil “foi apenas sensível”, Rogério Centofanti assim continua: “E isto, dito pelo próprio Lourenço, é um documento, uma vez que ele, em 1925, havendo assumido a cátedra de psicologia na Escola Normal de São Paulo, foi responsável pela reorganização do laboratório deixado por Pizzoli” (p. 34).

³⁵ *Ibid.*, p. 34.

dos personagens e dos laboratórios, fartamente citada pelos trabalhos que se seguiram.

Sobre a passagem de Mitsuko Antunes, a organização de seu conhecido livro³⁶ muito se assemelha à divisão empregada por Lourenço Filho para descrever a psicologia no Brasil: a psicologia em instituições médicas, educacionais e no trabalho. Esta é a segunda parte da obra, pois na primeira a análise se inicia no período colonial e se estende ao século XIX. Na verdade, reorganiza a divisão de Lourenço Filho ao afastar os pontífices do século XX para aproximá-los dos séculos anteriores, e fixa uma tríade (medicina, educação e trabalho), agora atualizada, que organiza a psicologia. Se a obra de Leonel França havia sido lembrada por Lourenço Filho, posteriormente só houve espaço para os cientistas da aldeia acadêmica. Um expurgo importante, pois opera uma redistribuição dos personagens no tempo, mas retornaremos a este ponto mais adiante. A procura das raízes ecoa, ademais, o trabalho de Samuel Pfromm Netto, pois o retorno a períodos mais distantes para compreender nossas origens é justamente seu empreendimento inicial. Longe, aliás, de ser o único, já que estas considerações podem também servir para o trabalho de Marina Massimi, publicado em 1990³⁷.

Da década de 1970 em diante, ao que parece, os trabalhos reforçaram o elogio ao psicólogo cientista e pioneiro. Depois dos fatos narrados inicialmente por quem presenciou o progresso da ciência, doravante “documento” confiável, o tom da narrativa se torna elogioso, um atestado das conquistas por meio de uma análise dos atos bem-sucedidos que as confirmem. Se isto tem relação direta com a profissionalização do psicólogo, a fundação de conselhos fiscalizadores e a expansão da pós-graduação, tenho poucos elementos seguros para demonstrar adequadamente. Por hora, observo que a historiografia em boa parte esteve (e ainda está) engajada nos interesses de uma classe e reconhece, portanto, certa visão de psicologia³⁸. No decorrer do trabalho este assunto será retomado, pois envolve incluir

³⁶ ANTUNES, M.A.M. **A psicologia no Brasil**: leitura histórica sobre sua constituição. 5.ed. São Paulo: Educ, 2012. Editado a partir de sua tese de doutorado, de 1991.

³⁷ MASSIMI, Marina. **História da psicologia brasileira**: da época colonial até 1934. São Paulo: EPU, 1990.

³⁸ Observemos as alianças nas publicações, o modo como estruturam os acontecimentos e não demoraremos a concluir sobre isto. Efetivamente, boa parte dos historiadores estão engajados nas instituições de psicologia, como os conselhos fiscalizadores e as associações: por exemplo, a publicação do Conselho Regional de Psicologia SP em parceria com o Conselho Federal de Psicologia, de 2013, em comemoração aos 50 anos da profissão no país (1962-2013) e que reúne os principais historiadores da área. É esquemática e ilustrativa, de fácil acesso pelos profissionais, e o modo como organiza os fatos históricos é semelhante aos primeiros ensaios e certamente tributários de uma

na discussão a memória e a história do tempo presente. O elogio e sua possível relação com a profissionalização não é exatamente um problema, ou melhor, é outro problema, pois o interesse neste momento é examinar o que foi positivado e o que foi cortado. De todo modo, não cabe mais pintar um retrato como nos trabalhos anteriores, mas mostrar como este educador ou aquele médico, ou então aquele laboratório ou aquela escola normal, foram importantes em um processo triunfante.

De fato, o rumo da historiografia das últimas 3 décadas em grande parte foi este: examinar de modo mais minucioso o que já foi mencionado nos primeiros ensaios, preservando a memória dos pioneiros e das instituições científicas. Assim, a memória de Helena Antipoff é assegurada pelos historiadores de Minas Gerais que continuam a produzir vultosos trabalhos sobre o seu legado na psicologia e na educação³⁹; a de psicólogos como Emílio Mira y López, Waclaw Radecki e sua equipe no Engenho de Dentro, por parte de pesquisadores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro⁴⁰, além de uma retomada recente a médicos como Nilton Campos⁴¹; os laboratórios, sobretudo de Minas Gerais⁴², São Paulo⁴³ e Rio de Janeiro⁴⁴ permanecem muito presentes em uma historiografia que não demora a rememorar a

historiografia da década de 1980. Ver: CONSELHO Regional de Psicologia da 6ª Região. (Org.). **50 anos da psicologia no Brasil**: a história da psicologia no país. São Paulo: CRPSP, 2013. Disponível em: <<http://www.crpssp.org/fotos/pdf-2015-10-06-12-34-36.pdf>>.

³⁹ Boa parte dos trabalhos produzidos são de autoria dos pesquisadores do Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff – CDPHA que desde a década de 1980 mantém-se como centro irradiador da obra de Antipoff e de preservação de sua memória.

⁴⁰ Refiro-me aos colaboradores do Laboratório de História e Memória da Psicologia – Clio Psyché (UERJ).

⁴¹ MENDONÇA, Diego do Nascimento. **A ciência psicológica e seus fundamentos**: um estudo da vida e da obra de Nilton Campos. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

⁴² Além dos pesquisadores do CDPHA, outros trabalhos como a tese de Rodrigo Miranda sobre o laboratório dirigido por Antipoff. Ver: MIRANDA, Rodrigo Lopes. **O Laboratório de Psicologia da Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Belo Horizonte**: diálogo entre Psicologia e Educação. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Ainda, a dissertação de mestrado de Rodolfo Batista sobre um laboratório em São João del-Rei: BATISTA, Rodolfo Luís Leite. **Entre aparelhos e arquivos**: uma história do Laboratório de Psicologia da Faculdade Dom Bosco de São João del-Rei (1953-1971). 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei.

⁴³ Destacam-se os trabalhos posteriores de Rogerio Centofanti, como por exemplo: CENTOFANTI, Rogerio. Os laboratórios de psicologia nas escolas normais de São Paulo: o despertar da psicometria. **Psicol. educ.**, n. 22, p. 31-52, 2006. Sem esquecer de seu belo livro ilustrado editado há alguns anos: CENTOFANTI, Rogerio. **O livro dos cem anos do Laboratório de Psicologia Experimental da Escola Normal Secundária de São Paulo**: 1914-2014. São Paulo: 2014.

⁴⁴ Por exemplo: PENNA, Antonio Gomes. História da Psicologia no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imago, 1992. Os capítulos 1 e 2, especialmente este último, tratam do laboratório de psicologia da Colônia de Psicopatas, no Engenho de Dentro, e seu chefe, o polaco Waclaw Radecki.

importância de seu objeto⁴⁵. Aos que porventura não foram enaltecidos, faz-se logo uma integração do personagem ao conjunto dos pioneiros, algo como uma reparação histórica: este é o caso de Athayde Ribeiro da Silva, alvo de uma “injustiça histórica”⁴⁶, invisibilidade que as autoras se propuseram a corrigir.

O elogio de que falo evoca um personagem bastante conhecido entre alguns historiadores: o poeta clássico, cuja função foi analisada por Marcel Detienne⁴⁷. Elogiar é reconhecer a existência, é enaltecer, louvar. Louvar talvez seja palavra mais apropriada, pois o poeta clássico é aquele que na Grécia Antiga arbitrava quem era digno de ser exaltado ou alvo de maledicência. Tinha uma função, portanto. Duas, para ser mais exato: celebrar os feitos dos heróis e narrar a história dos deuses⁴⁸.

Os versos cantados pelo poeta evocavam os feitos dos homens memoráveis, portanto perpetuavam sua memória no decorrer das gerações vindouras. Morte não é o descoramento do corpo, a palidez que evidencia o fim do sopro divino, mas o esquecimento. Evitar a *Léthê* ao inserir os heróis na memória coletiva, na tradição propriamente dita, eis a função social do poeta clássico. Sua palavra é eficaz, evoca presença na ausência, desponta na consciência coletiva dos homens ordinários feito o maior dos privilégios, sobressaindo-se entre outros tantos infames há muito destinados ao oblívio. É somente com a extinção da memória, conforme Ranke já havia observado, que se estabelece a morte⁴⁹. Assim, Aquiles, nos versos da *Ilíada* de Homero, é objeto de louvor e sua inalterável memória lhe conferiu verdadeiramente uma existência⁵⁰, muito além da existência ou da honra de quaisquer dos homens comuns. O mesmo para Platão ou Aristóteles, Dante, Shakespeare, Kant, Kafka e tantos outros. Que dirá Cristo! Neste pedaço de terra americana, mesmo o mais simples dos homens ouviu falar em D. Pedro II, em Princesa Isabel, no Padre Antônio Vieira ou no Padre Cícero. As relações entre o canto ou a escrita com a consciência ou a memória dos homens é preocupação antiga, aliás, pois assim Heródoto introduz sua “História”: “(...) Heródoto de Halicarnasso teve em mira evitar que os vestígios das

⁴⁵ MIRANDA, Rodrigo Lopes; Cirino, Sergio Dias. O que os laboratórios podem nos dizer sobre a história da psicologia? **Memorandum**, n. 30, p. 104-119, 2016.

⁴⁶ DO ESPÍRITO SANTO, A. A., JACO-VILELA, A. M. As invisibilidades da história: Athayde Ribeiro da Silva e a psicologia do esporte no Brasil. **Memorandum**, vol. 31, p. 56-79, 2016.

⁴⁷ DETIENNE, Marcel. **Mestres da verdade na Grécia arcaica**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

⁴⁸ *Ibid.*, p. 16.

⁴⁹ VON RANKE, Leopold. Sobre o caráter da ciência histórica. *In*: MALERBA, Jurandir. (Org.). **Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 141-154.

⁵⁰ No sentido em que Jean-Pierre Vernant empregou esta palavra. Ver: VERNANT, Jean-Pierre. A bela morte e o cadáver ultrajado. **Discurso**, n. 9, p. 31-62, 1978.

ações praticadas pelos homens se apagassem com o tempo e que as grandes e maravilhosas explorações dos Gregos, assim como as dos Bárbaros, permanecessem ignoradas”⁵¹.

Estão atadas a que estas existências? Que se comente a qualquer um sobre um tal “fulano” ou “cicrano”, um tanto quanto desconhecido, e a interpelação logo responde à questão: “Quem foi fulano? O que ele fez?”. O feito é tudo quanto importa, é a condição para a perpetuação nos versos da poesia. Um governou, o outro assinou uma lei, aquele catequisou, e assim por diante. Reduz-se tudo ao ato digno de ser narrado e inscrito na memória coletiva, feito uma fotografia no exato momento em que o herói desfalece. As linhas complementares é trabalho de profissional.

Evidentemente que Marcel Detienne ou Jean-Pierre Vernant, em suas análises sobre o poeta clássico, trataram de uma Grécia cuja tradição era oral e o discurso do poeta mágico-religioso. No presente estudo, inserido o Brasil em uma cultura ocidental erigida na escritura, o discurso é metódico-historiográfico, ao menos sua feição mais recente. Não é, entretanto, qualquer similitude entre aquele poeta e o moderno escritor que interessa, mas a observação de uma função e um efeito: o canto, assim como a escritura, preserva da morte aqueles cujos feitos são dignos de admiração, e pelo corte que efetua organiza o mundo. Cabe perguntar: o que foi apartado que permitiu esta ordenação? A resposta não pode ser outra senão a balbúrdia dos homens comuns, o burburinho do ordinário encarcerado pelo silêncio.

Os ensaios publicados até a década de 1970 que procurei tratar registraram os feitos dos cientistas que edificaram a psicologia científica. Introduziram os personagens, uns mais do que outros, na memória da ciência e da psicologia no Brasil. Se considerarmos a classe de psicólogos como uma cultura que compartilha de crenças e alguns valores comuns (por exemplo, a importância do cuidado e do preparo técnico e científico, etc.), então não seria exagero afirmar que existe uma certa tradição na classe. Deste modo, os ensaios inscreveram os heróis psicólogos na tradição, tornando-os conscientes de uma vanguarda cujos esforços devem, se não seguidos, no mínimo respeitados.

A noção de tradição é cara neste raciocínio. Se o poeta pratica o ofício do juiz que arbitra sobre a imortalidade dos homens, então cabe a ele inseri-los ou não na tradição. Imortal porque atravessou os tempos e manteve toda a plenitude da

⁵¹ HERÓDOTO. **História**, volume 1. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019. p. 1.

existência, evocado em um canto que desvela “o que é, o que será, o que foi”⁵². O passado foi marcado por lutas e dores; o presente é tempo de respeitar e perpetuar; o futuro será glorioso. Esta centrifugação de heróis e seus feitos provoca um recorte, propriamente uma operação, daquilo que pode ser cantado ou escrito no tempo. Com efeito, se é certo que toda classe de profissionais está inserida em uma tradição, não admira que sua memória e a historiografia que se pratica recorte, circunscreva caminhos, conforme possibilidades e faça gravitar certas figuras e não outras, constantemente louvadas nos escritos. Afinal, o poeta não dispensa elogios por mera casualidade, pois como observou Marcel Detienne, “o elogio é aristocrático”⁵³.

Precisamente é assim que nos distinguimos de outras ciências ou nos reconhecemos enquanto classe. Nossa paternidade está em Wilhelm Wundt; a aplicação de nossos postulados remete a Alfred Binet; a profunda ruptura com conceitos tradicionais da psicologia encontra na figura de Watson um marco importante. Por aqui, devemos a Eduardo Ferreira França a publicação do primeiro livro de psicologia e a Manoel Bomfim a direção do primeiro laboratório de psicologia experimental. A marca do primeiro é a celebração do ato guerreiro que ninguém contesta e, em nosso caso, ninguém demonstra. Tem por função apenas organizar um estado de coisas e se constrange quando interpelada sobre pormenores.

Poder-se-ia contestar observando que o peso desta função reside sobretudo nos livros didáticos, reivindicando seriedade à historiografia. Não se pode, entretanto, subestimar o livro didático: é ele, hoje talvez mais do que a historiografia, que mais diretamente assegura a exposição dos feitos heroicos e torna uma comunidade consciente do brilho dos ilustres cientistas. Sua função educativa relembra a função poética nestes termos que Jean-Pierre Vernant observa:

(...) para que a função heroica permaneça viva no seio de uma civilização, para que todo o sistema de valores permaneça marcado pelo seu selo, é preciso que a função poética, mais do que objetivo de divertimento, tenha conservado um papel de educação e formação, que por ela e nela se transmita, se ensine, se atualize na alma de cada um deste conjunto de saberes, crenças, atitudes, valores de que é feita uma cultura.⁵⁴

⁵² DETIENNE, op. cit., p. 19.

⁵³ Ibid., p. 22.

⁵⁴ VERNANT, op. cit., p. 42.

O preparo do futuro profissional, portanto, prevê a narração dos atos dignos de louvor. A função de perpetuá-los aparece mais nitidamente nos livros didáticos das especialidades ou mesmo nos de História. Sua fragilidade, por outro lado, é visível. Além dos laboratórios comentados, um outro exemplo concreto é o do médico Fernandes Figueira: Lourenço Filho comenta, em uma nota de rodapé, que “os primeiros ensaios práticos com testes parecem ter sido realizados, no Rio de Janeiro, por volta de 1918, pelo pediatra Fernandes Figueira (1863-1928), com as provas de Binet-Simon (...)”⁵⁵. A fragilidade da memória se verifica nas passagens “parecem ter sido realizados” e “por volta de”, mas os livros didáticos, ao cumprirem a função de educar os futuros profissionais, perpetuam os grandes feitos: “No ano de 1913, o médico pediatra Fernandes Figueira trabalha pela primeira vez com um teste de inteligência na avaliação e aplicação nos internos do Hospício Nacional, utilizando o teste de Binet”⁵⁶. Desta forma, educam pela subtração do que era (e continua a ser) uma incerteza, pois o papel atribuído ao médico Fernandes Figueira ainda está para ser explicado.

Por outro lado, tampouco se pode superestimar a historiografia e furtá-la desse encargo. O exemplo de Fernandes Figueira também cabe ao examiná-la⁵⁷, mas se tratarmos dos laboratórios de psicologia a discussão é ainda mais sensível. Que os laboratórios existiram não há dúvidas, pois existe uma quantidade razoável de fontes que os testemunham. O problema é: o que exatamente se fazia nos laboratórios do início do século XX? Até hoje nenhum historiador publicou uma boa descrição sobre as atividades dos laboratórios de Manoel Bomfim⁵⁸ ou de Maurício de Medeiros⁵⁹. Por

⁵⁵ LOURENÇO FILHO, op. cit., p. 123.

⁵⁶ Ver: PASQUALI, Luiz; ALCHIERI, João Carlos. Os testes psicológicos no Brasil. In: PASQUALI, Luiz. (Org.). **Técnicas de Exame Psicológico** – TEP Manual. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001. p. 195-221. p. 200.

⁵⁷ Por exemplo, quando William Gomes afirma: “Acredita-se que as escalas de Binet-Simon venham sendo aplicadas no Brasil desde os meados dos anos 1910, pelo médico pediatra Antonio Fernandes Figueira (1863-1928)”. Ver: GOMES, William Barbosa. Avaliação psicológica no Brasil: Testes de Medeiros e Albuquerque. **Aval. psicol.**, v. 3, n. 1, p. 59-68, 2004. p. 64.

⁵⁸ Na psicologia, mesmo Francisco Teixeira Portugal, talvez o único pesquisador que por muito tempo se debruçou sobre a obra de Bomfim, não elucida as atividades do laboratório. Analisa questões que as tangenciam, como sua raiz francesa e as críticas de Bomfim ao método experimental na psicologia. Ver: PORTUGAL, Francisco Teixeira. Psicologia e história no pensamento social de Manoel Bomfim. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, vol. 10, n. 2, p. 596-612, 2010. E seu capítulo em uma ótima obra sobre o *Pedagogium*: PORTUGAL, Francisco Teixeira. Manoel Bomfim no *Pedagogium*: psicologia, política e educação. In: MIGNOT, A.M.V. (Org.). **Pedagogium**: símbolo da modernidade educacional republicana. Rio de Janeiro: Quartet; Faperj, 2013. p. 147-164.

⁵⁹ Uma pesquisa sobre o laboratório chefiado por Maurício de Medeiros, no Hospício Nacional, se encontra em andamento por pesquisadores do Laboratório de História e Memória da Psicologia – Clio Psyché (UERJ).

outro lado, com insistência eles são lembrados como o clarão que dissipa as trevas da metafísica. Estes laboratórios, considerados os primeiros do Brasil, cumprem apenas a função de marco inaugural, de comemoração, ainda que ninguém saiba exatamente as atividades neles desenvolvidas. Se isto é tão importante para a memória de uma profissão, como creio que parece sê-lo, então por que estamos há décadas sem ter isso devidamente esclarecido? O interesse maior, assim parece, reside na função que eles cumprem: atestar uma cientificidade que historicamente nos preocupa e ainda hoje estamos às voltas para mostrá-la.

Retomo agora à noção de roteiro ou script. Quando um historiador se questiona “como funcionou esta instituição?”, “quem foram os responsáveis pelo surgimento deste campo?” ou ainda “como surgiu essa formulação teórica?”, tais questionamentos não são de natureza distinta de muitas das perguntas que um historiador de um país, por exemplo, formula e procura responder. Que se considere a própria historiografia do Brasil como exemplo. Seja nos livros didáticos ou na literatura acadêmica especializada, personagens pululam a todo momento: fulano descobriu o território, sicrano promulgou a lei, beltrano assinou o tratado e assim por diante. Para cada gesto, um autor. Para cada causa, uma consequência. Da esquerda para a direita, das linhas aos versos e destes às narrativas, construímos as histórias que formam a nossa consciência e das gerações porvindouras.

É verdade que a historiografia não se limita a formulações como essas que exemplifiquei, mas de um certo ponto de vista o princípio que organiza a lógica de uma narrativa tem qualquer coisa de semelhante a uma história bélica: quais foram os personagens que, conforme conhecida expressão popular, deram o sangue para conquistar esse território? Contra quem lutaram? O que fazem eles hoje para preservar a segurança do território? Façamos agora algumas adaptações para a história de uma ciência: quais foram os cientistas que fundaram essa ciência? Contra qual quadrilha praticante de pseudociência ou vã filosofia tiveram que lutar? Que sistemas ou teorias eles publicaram desde a fundação e como as disseminaram? Que leis, questões econômicas, institucionais ou conjunturais de um modo geral possibilitaram avanços ou colocaram o território sob ameaça? Há inimigos? As questões se multiplicam dentro de um mesmo ponto articulador.

Na historiografia da psicologia (e também poderíamos incluir, com algumas adaptações, a da psiquiatria e da psicanálise no Brasil), onde as discussões sobre a alma, suas faculdades, métodos clínicos e perturbações são analisadas, podemos

observar um conjunto mais ou menos permanente de tópicos estudados: biografia de autores que estão na vanguarda da ciência, transformações conceituais em uma obra, descrição e análise de instituições acadêmicas que abrigaram importantes cientistas, relações entre os autores e seus semelhantes forasteiros, entre outros tópicos. Tudo isto para se alcançar um ponto de chegada onde já de antemão era conhecido: profissão, especialização e ciência. Esta é a principal característica do roteiro: seu *télos*, os inevitáveis caminhos que resultam na perfeição de um estado de coisas a ser preservado. Se isto fosse transposto para uma peça de teatro, a encenação de atos pela historiografia já tem um roteiro construído, isto é, o momento da gênese, do apogeu e do declínio, e os personagens principais, coadjuvantes e figurantes, enfim, as possibilidades de arranjo interno, estão indicados.

Na gênese estaria o pai de uma área de estudos (Philippe Pinel, na psiquiatria; Wundt, na psicologia etc.), aquele que proferiu as primeiras palavras e redigiu as primeiras obras. No caso de Wundt, seu ato genético é representado como uma ruptura: no princípio, Wundt criou o laboratório. Seu mundo institucional e científico começa a ser povoado por habitantes dos mais diversos que com ele realizaram cursos e publicaram trabalhos. Fim do primeiro ato. E assim segue a narrativa.

Muitas vezes um trabalho em história da ciência se propõe a analisar um momento específico da peça (por exemplo, sobre a psiquiatria no Brasil, a cena 04 do segundo ato: quando Juliano Moreira viajou à Europa em fins do século XIX para conhecer instituições médicas reconhecidas internacionalmente). Desta forma, muitas histórias (cenas) são possíveis, orientadas por um mesmo roteiro.

A criação de um roteiro produz algumas consequências. Primeiramente, ele ordena uma sequência de fatos segundo um critério. O critério de ordenação normalmente está vinculado às questões e problemas do contemporâneo daquele que escreve, um olhar retrospectivo para se buscar, em meio ao conjunto desordenado dos fatos, aqueles que originaram ou possibilitaram os previsíveis desdobramentos históricos posteriores. Isto conforma uma consciência profissional, algo que une os especialistas, entre os quais se encontram os que, como este que escreve, dedicam-se à história⁶⁰. Além das questões do presente (que não devem ser interpretadas como mero presenteísmo, a face de heresia, mas criadoras da própria pesquisa e

⁶⁰ Nikolas Rose tratou desta questão no "Inventing our selves", especialmente no capítulo 2. Ver: ROSE, Nikolas. **Inventing our selves: psychology, power and personhood**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

escrita da história), também há as regras de pesquisa que em seu conjunto conformam certa identidade da profissão do historiador. Aqui se localizam mais estritamente o grupo de pesquisadores preocupados com a memória e a história das ciências. Essas regras compartilhadas tornam-se hábitos profissionais⁶¹.

Em segundo lugar, a peça em seu todo tem seus personagens eleitos em uma espécie de “grau de relevância”. Quem irá desempenhar o papel de protagonista enfrenta uma seleção cujos critérios variam desde o conjunto de relações estabelecidas pelo personagem à sua época, até a disponibilidade de vestígios por ele produzidos e deixados para investigações posteriores. No entanto, o aspecto fundamental e que irá determinar a posição dos personagens é o jogo impreciso de relações entre eles e os problemas do presente. É claro que o roteiro pode permanecer intacto, apenas alterando as ações e falas que compõem os atos e sua própria ordenação.

Um exemplo é o aumento do interesse por personagens da história das psicociências no Brasil, na atual década. Vêm-se discutindo com mais intensidade nos últimos anos sobre as minorias na história das ciências: mulheres e negros que foram esquecidos nos ensaios ou no início da historiografia hoje são resgatados e inseridos nas narrativas. Não foi a construção da psicologia, por exemplo, como profissão e ciência que deixou de ser o roteiro organizador da historiografia, mas um novo ato que possibilita novas pesquisas. Qual foi o papel de Nise da Silveira na psiquiatria, de Virgínia Bicudo na psicanálise ou ainda de Halina Radecka e Lucília Tavares na psicologia brasileira?⁶² É a participação dessas novas personagens na edificação de uma área de conhecimento que está em jogo, e não a reconfiguração da questão de fundo que ordena de um modo geral as narrativas.

Se extirparmos tal lógica ordenadora que ao longo desta tese chamo ora de script, ora de roteiro, sobra-nos o quê? Esqueçamos o suposto caminho em direção à cientificidade, os clássicos e novos personagens nesta história, o papel dos laboratórios, das escolas normais e as aplicações da psicologia aqui e ali, o enaltecimento da psicologia no curso do século XX, enfim, toda estrutura de fundo que

⁶¹ No sentido em que Michel de Certeau trabalha, como um fator conformador da produção historiográfica. Ver: DE CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

⁶² Na página do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) há uma seção sobre pioneiras da ciência no Brasil com pequenos verbetes biográficos de mulheres que tiveram papel de relevo na ciência brasileira. Entre elas, Nise da Silveira e Carolina Bori. Disponível em: <<http://cnpq.br/pioneiras-da-ciencia-do-brasil>>.

parece retrair o desinteresse da historiografia. São questões importantes, pois sem dúvida a historiografia permanece fértil, mas a proposta de novos caminhos de pesquisa exige um corte semelhante à operação de que fala Gilles Deleuze⁶³ quando analisa o teatro de Carmelo Bene: “amputar os elementos do poder”⁶⁴. E que elementos seriam? Escreve Deleuze: “eliminar as constantes ou invariantes (...) eliminar tudo o que ‘exerce’ Poder, o poder daquilo que o teatro representa (o Rei, os Príncipes, os Senhores, o Sistema)”⁶⁵. Nossos senhores de bata branca, os aristocratas da ciência brasileira, são como a maioria, e que não se entenda por maioria a designação de “uma quantidade maior, mas antes de tudo, o padrão em relação ao qual as outras quantidades, sejam elas quais forem, serão consideradas menores”⁶⁶. Neste sentido, é preciso reconhecer que a historiografia avançou na última década ao se interessar por personagens nunca levados em conta, mas eles foram incluídos na estrutura que ordena as narrativas. Houve uma escalação de elenco para uma peça já conhecida, digamos assim, feito uma união de ricos e pobres daquilo que Deleuze chamou de “mesmo sistema majoritário”⁶⁷. Retomo a pergunta: o que resta após este corte?

O presente, que não é a resposta, mas meio caminho até ela. O presente de uma ciência (um conjunto de modelos, um saber, como se queira chamar) que guarda uma potência para problemas que até hoje são no máximo secundários na historiografia. Não coloca em relevo os feitos heroicos passados e tampouco se preocupa com um futuro promissor, mas se interessa apenas pelas relações que se estabelecem entre personagens em um dado momento no tempo em que ainda não havia heróis ou pioneiros, impuros ou desgraçados, mas somente personagens emaranhados e em plena atividade. Pessoas que buscaram impor suas doutrinas, modelos ou práticas, seja nos livros, na imprensa ou em conferências, e aquelas que criativamente capturaram o psíquico ou o psicológico de distintas maneiras. Resgatar a potência de um devir poderia nos tornar mais conscientes e menos inocentes sobre questões que ocorrem ao nosso redor, mas o script de uma história que nos domina as dissimula e não possibilita uma crítica.

⁶³ DELEUZE, Gilles. **Sobre o teatro**: um manifesto de menos; O esgotado. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

⁶⁴ Ibid., p. 33.

⁶⁵ Ibid, p. 55.

⁶⁶ Ibid, p. 59.

⁶⁷ Ibid, p. 61.

São questões que nos atormentam e tornam o presente uma realidade áspera. Divido-as em dois grupos: aquelas que encenam o conflito entre forças antagônicas, em que de um lado se encontram os nossos pioneiros e tudo aquilo que defendem, e, de outro, aqueles que consideramos impostores, charlatães ou simplesmente estranhos à nossa periferia acadêmica. Neste caso, resgatamos a potencialidade das controvérsias na narrativa, situando-as em primeiro plano. Por outro lado, há toda uma literatura que se apropriou do termo “psicologia” enquanto nomenclatura possível para analisar qualquer coisa de interesse. Não me refiro à historiografia que procura interpretar romances a luz de ideias psicológicas, pois esta parece curvar a literatura a uma grade conceitual aceita numa determinada época⁶⁸, tampouco às tentativas de examinar psicologias em momentos em que, a rigor, o que havia era filosofia⁶⁹. Trata-se, sim, de resgatar as psicologias de tudo, histórias negligenciadas ainda hoje. Talvez mais do que a primeira, esta agrava aquilo que recusamos admitir: a psicologia, pelas suas muitas apropriações, é terra de todos e de ninguém, e tanto mais desejamos proteger o território com leis, regulamentos ou fiscalizações, tanto mais se reparte e positiva outros personagens. Quem são os opositores e os outros é o que procurarei tratar nos capítulos que seguem, de acordo com o seguinte procedimento: estranhar as muitas vozes de um presente tumultuado, transformar isto em problema e finalmente retroceder no tempo para analisar cada uma das duas questões.

⁶⁸ O interessante trabalho de Sávio Passafaro Péres e Marina Massimi, que analisa o conceito de memória em três crônicas de Machado de Assis, é um exemplo. Ver: PÉRES, Sávio Passafaro; MASSIMI, Marina. O conceito de memória na obra de Machado de Assis. **Memorandum**, n. 15, p. 20-34, 2008.

⁶⁹ Como as tentativas da historiografia de elucidar a tal psicologia filosófica que já comentei ou, fora do Brasil, trabalhos como o de Paul Macdonald. Ver: MACDONALD, Paul. Francis Bacon's behavioral psychology. **Journal of the History of the Behavioral Sciences**, vol. 43, n. 3, p. 285-303, 2007.

4 TRIBOS DO PSÍQUICO, TERRITÓRIOS DE CONFLITO

A dimensão da intriga na história das psicociências⁷⁰ no Brasil parece que foi esquecida. Se narrar significa relatar um conjunto de acontecimentos no tempo e no espaço, identificando as condições históricas que os tornaram possíveis, os papéis dos personagens envolvidos e suas respectivas motivações, isto significa dizer que toda narrativa contém uma tensão em potencial. Para ilustrar é desnecessário recorrer à História, basta lembrarmos da Literatura: não é possível imaginar um romance ou uma comédia, esses dois gêneros literários nobres, sem intriga. Por outro lado, muitas vezes as inevitáveis tensões decorrentes das relações interpessoais ou são esquecidas ou aparecem em segundo plano na historiografia.

Parte disto se deve ao objetivo: se o campo de pesquisa é, por exemplo, História da Infância no Brasil, um objetivo possível seria analisar as diferentes representações sobre o que é ser criança nas últimas duas décadas do século XIX. Entretanto, é possível manter o objeto de pesquisa e focar no debate entre dois filósofos ou cientistas que tinham concepções distintas sobre a infância e utilizavam das seções de letras ou ciências nos jornais para manter um diálogo ou, mais realisticamente, “trocar farpas”. Neste caso, trata-se de olhar a questão por um outro ângulo, isto é, a perspectiva da controvérsia que, ainda hoje, é pouco lembrada no Brasil.

De fato, muitos dos psiquiatras da Primeira República (1889-1930) tinham como seus adversários personagens muitos conhecidos por nós: mães de santo, pretos velhos, macumbeiros, curandeiros, feiticeiros, kardecistas, enfim, todos aqueles que, para os psiquiatras, de alguma forma estavam vinculados às doutrinas espíritas e cujas práticas ocorriam em centros, associações e canjerês. Médicos escreveram teses denunciando as consequências nefastas das práticas espíritas no Brasil, apresentando estatísticas de internação nos hospícios e descrições das manifestações psicopatológicas que compreendiam ser provenientes das sessões espíritas. Espiritistas da Federação Espírita Brasileira⁷¹, por outro lado, apontaram nos seus jornais e revistas os perigos e as falhas do excesso de materialismo dos médicos. Portanto, a farta documentação sobre a qual hoje os historiadores se debruçam (as

⁷⁰ O termo psicociências será utilizado no trabalho para se referir à psicologia, principalmente, mas também à psicanálise e à psiquiatria. A opção por esta palavra, e não pela expressão “ciências psíquicas”, é para evitar confusão com o espiritismo, espiritualismo ou as ciências ocultas.

⁷¹ Maior organização espírita brasileira, fundada em 1884 no Rio de Janeiro.

teses de medicina ou os artigos publicados nesta ou naquela seção dos jornais) foram, em parte, produzidos para responder um grupo adversário ou mais diretamente um inimigo.

Esta é, no entanto, uma história não muito nova. Na verdade, quando se trata de intriga na história das psicociências não há, de fato, novidade alguma. Os historiadores apenas não prestaram suficiente atenção ou não transformaram em problema um fenômeno que integra o cotidiano do profissional. Para esclarecer melhor a questão, proporei agora um olhar perspectivado e com isso surgirá a questão a ser analisada. Para isto, façamos uma breve incursão em alguns fatos do presente para que possamos então realizar o exercício retrospectivo. Seguiremos exclusivamente com a psicologia para observar alguns de seus conflitos contemporâneos, alguns sem qualquer perspectiva de resolução, mas que foram, para este que escreve, uma estranheza que possibilitou a investigação que segue.

Em 10 de fevereiro de 2017, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) emitiu uma nota⁷² não reconhecendo os cursos de “Psicologia Cristã” que estavam sendo oferecidos por algumas instituições de ensino. O Conselho justificou no texto que: 1. para exercer legalmente a profissão, o psicólogo deve ser diplomado por uma instituição reconhecida pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e devidamente registrada no CFP; 2. Psicologia Cristã não é uma das 12 especialidades da psicologia reconhecidas pelo Conselho; 3. O órgão – que tem como uma de suas funções a fiscalização da profissão de psicólogo no Brasil – orienta suas ações conforme a Constituição Federal que, por sua vez, garante a laicidade do Estado. Ocorre que uma rápida busca pela internet nos revela que os cursos intitulados de “Psicologia Cristã” continuam sendo ofertados, tanto na modalidade presencial quanto no formato de ensino à distância. Trata-se, portanto, de um conflito mormente de esfera ética e inconcluso, entre no mínimo dois grupos: de um lado o CFP, juntamente com seus representantes e expressiva parte da classe profissional, e de outro o grupo de indivíduos que se auto intitulam psicólogos cristãos (e muitos tem a formação universitária em psicologia, como no caso de um famoso e controvertido pastor brasileiro).

⁷² CONSELHO Federal de Psicologia. Formação em “Psicologia Cristã”: comunicado do CFP sobre formação em “Psicologia Cristã”. site.cfp.org.br, 2018. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/formacao-em-psicologia-crista-comunicado-do-cfp/>>.

Se esta discussão estivesse circunscrita à *magna institutione* da psicologia, partiríamos para outro exemplo. A questão é que, com o advento das redes sociais, ela se tornou pública via *Facebook*. Em sua conta oficial, o CPF se posicionou publicamente sobre o caso e ao texto se seguiram centenas de comentários e burburinhos entre os psicólogos: muitos aprovando a conduta do conselho, alguns questionando outras práticas que igualmente deveriam receber atenção, outros mais céticos sobre o assunto e outros tantos criticando o próprio conselho. “Mais uma especialidade inventada para corroborar com a ignorância de quem não entende e desconhece a ciência psicológica”, comenta um; “parabéns ao CFP”, comenta outro; um terceiro, um pouco mais ríspido, lança “se o CFP tivesse mantido a cassação do registro da infeliz que começou essa palhaçada, a tal (...)”⁷³, isso nunca teria acontecido. A (ir)responsabilidade é de vocês”; um quarto, compartilhando sua experiência, diz “eu fui atendido por uma ‘profissional’ que estava sempre falando de Deus, Bíblia e na cura através do Senhor...terapia mesmo nada”; e, por fim, um último comentário: “psicologia holística, reikkiniana, espiritual...tá cheio de ‘psicólogos’ nestas áreas e até agora não vi o cpf tomar providências...”. O trânsito das vozes empilhadas em espaços democráticos como a internet permite observar algumas nuances em relação a essa tensão, assim como a formulação de outras questões. Não é possível afirmar, por outro lado, que tal fluxo de posicionamentos entre os psicólogos seja representativo da classe. Os artigos publicados pelo conselho têm visibilidade muito variada: alguns são comentados ou recebem reações⁷⁴ de poucas dezenas, enquanto outros são vistos por milhares de pessoas. A pitada de polêmica, como no caso do posicionamento sobre a psicologia cristã, sem dúvida é um fator que transforma tudo em espetáculo de anfiteatro. Seja um caso ou outro, longe desse pico representar qualquer maioria entre os psicólogos, mas ainda assim, mesmo em se tratando de uma pequena parcela, a diversidade de opiniões parece soar como uma marca ineludível da própria psicologia.

Podemos atentar também para um outro exemplo. Em tempos de ensino à distância, pode-se encontrar uma ampla variedade, em uma quantidade de difícil estimativa, de cursos sendo oferecidos na internet. Entre as muitas possibilidades de aprendizado à distância, há os cursos de parapsicologia que são ministrados por

⁷³ Os nomes dos perfis não serão mencionados.

⁷⁴ Por “reações” quero dizer que os usuários das redes sociais podem manifestar uma reação para textos escritos por outros usuários, como, no caso do Facebook, “Curtir”, “Amei”, “Haha”, “triste”, “Uau” e “Grr”.

instituições, arriscaria, pouco conhecidas no ambiente universitário mais tradicional. Desde cursos de extensão até especialização *lato-sensu*, a parapsicologia trilha sorrateira e paralelamente sua história, com suas instituições, profissionais, publicações (livros e periódicos) e congressos. Os cursos de pós-graduação oferecidos, ao menos os investigados, são reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC). Entre os muitos objetivos propostos, eles buscam preparar seus alunos para o reconhecimento de fenômenos paranormais ou psíquicos (clarividência, telepatia etc.) e abordam práticas como as de relaxamento e meditação, além de tratarem sobre outros assuntos como o autoconhecimento e desenvolvimento pessoal.

Os parapsicólogos são representados por órgãos e entidades como a Federação Brasileira de Parapsicologia (FEBRAP), a Associação Brasileira de Parapsicologia (ABRAP), bem como conselhos regionais e institutos de pesquisa. É um campo bem estruturado no país e que conquistou seu espaço tanto na esfera jurídica quanto na sociedade de um modo mais amplo (associados, interesse do público, organização de eventos etc.). Ao contrário da “psicologia cristã”, não haveria, a princípio, brechas para que houvesse atualmente tensão entre os parapsicólogos e psicólogos, entre uma federação aqui e um conselho acolá.

A existência de conflito, se é que assim podemos caracterizar, existe no âmbito de uma discussão teórica ou filosófica sobre o objeto e o estatuto das ciências que carregam a etiqueta “psi...”. A parapsicologia se interessa por fenômenos como a clarividência e a telepatia, mas também a escrita automática, precognição, experiência de quase morte, psicocinesia e hipnose. Com exceção desta última, que foi regulamentada pelo CFP por meio de resolução⁷⁵ como prática auxiliar do psicólogo, todos os outros fenômenos não são reconhecidos pela psicologia como possíveis de serem cientificamente estudados.

Apesar disso, o diálogo, quando ocorre, apresenta-se sem muitos conflitos. Vestígios de uma diferença podem ser encontrados em alguns textos: por exemplo, o *Jornal do Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região* publicou, em fevereiro de 1995, um número contendo uma interessante entrevista com a psicóloga Madre Teresa Cristina Sodré Dória⁷⁶. Em certo momento da entrevista, a conversa tomou o

⁷⁵ Resolução CFP nº 013/2000. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2000.

⁷⁶ Uma pioneira da psicologia. *Jornal do CRP 6ª região*, v. 14, n. 91, jan/fev, 1995, p. 3-5.

rumo da cientificidade da psicologia e sua proliferação de especialidades e serviços. Madre Cristina, como era chamada, comentou que telepatia é um “fenômeno psicológico” e que existe todo um conjunto de fenômenos que poderiam ser estudados cientificamente:

Mas há todo um campo da psicologia que não foi ainda reintegrado como ciência. Há uma série de fenômenos que a psicologia passou a definir como parapsicologia que, na minha opinião, deveriam ser estudados cientificamente. Eles têm um fundamento. Não é mágica. É uma força que a psicologia não descobriu ainda e os psicólogos, para se defenderem, dizem que é parapsicologia. Como a psicologia não os estuda, ficam marginalizados pelas cartomantes, pelos videntes, etc. Precisáramos estar estudando esses fenômenos em laboratório. Existe transmissão de pensamento. Como isso se dá eu não sei, é preciso estudar. Mas a psicologia precisa estudar isso. E as cartomantes desenvolvem isso.⁷⁷

Ela sustenta que a psicologia não deveria se resumir aos ratos de laboratório, em referência às pesquisas comportamentais. O entrevistador sugere que a própria psicologia acabou por restringir seu objeto, e aqueles outros fenômenos que ficaram de fora haviam sido capturados por terceiros, afirmação com que Madre Cristina logo concorda. O eflúvio psíquico presente nos outros objetos transformou cartomantes e videntes em praticantes não-psicólogos, toda essa gente marginalizada e que ocupou um território ora negado pela psicologia, mas que “agora reclamam do espaço que outros estão ocupando”⁷⁸.

Cartomantes e videntes, misticismo e religiosidade, parece que uma presença pouco bem-vinda espreita a psicologia. Desconfiada como quem espera ser surpreendida a qualquer momento, está pronta para vestir a couraça do código de ética e da carta magna. “A onda mística, que assola o país há alguns anos”, afirma um anônimo que se fez ouvir em canal oficial, “bateu às portas da psicologia”⁷⁹. Novamente surge a parapsicologia na discussão, mas é reconhecida como um campo possível desde que haja provas irrefutáveis da existência de seus fenômenos. O problema em particular está na fé e na religião, onde a crítica reside mais incisivamente: terapias de vidas passadas e outros serviços são acusados de retirar a responsabilidade do indivíduo na solução de seus problemas. Difícil encontrar um psicólogo profissional que discorde da concepção de indivíduo enquanto ser ativo, de

⁷⁷ Ibid., p. 5.

⁷⁸ Ibid., p. 5

⁷⁹ Questões éticas: psicologia e misticismo não se misturam. **Jornal PSI**, n. 40. Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. Jan/fev, 2004.

modo que é crime capital para a psicologia a transmutação da pessoa agente para pessoa inerte. Portanto, assim como na “psicologia cristã”, onde a fé rodeia a psicologia a controvérsia surge mais nitidamente.

O estoque de intrigas não se esgota aqui. Mais recentemente, no início de 2018, psicologia e *coaching* protagonizaram uma controvérsia que foi intermediada por uma telenovela. Reservo-me aqui de uma definição, ainda que vaga, de *coaching*, por não ser necessária e pela ampla divulgação midiática que levou ao público alguma noção de seu fim. O CFP, como esperado, publicou um curto texto denunciando o caso⁸⁰, embora o conselho de Minas Gerais (CRP-MG) tenha sido mais afiado na crítica⁸¹. Apresentarei sucintamente o caso a partir destas duas notas.

Na telenovela “O outro lado do paraíso”, exibida entre outubro de 2017 e maio de 2018 pela emissora Rede Globo, uma das personagens da obra sofreu abuso sexual na infância e apresentava evidente sofrimento psíquico. Junto às questões emocionais, a personagem não conseguia se lembrar das experiências que produziram o trauma. O episódio que importunou a classe de psicólogos e atçou seus órgãos representativos (CFP e os conselhos regionais) ao protesto público, divulgou a prática de *coaching* como recurso para solucionar os problemas emocionais da personagem e assim reestruturar sua saúde psíquica. A ferramenta utilizada por uma outra personagem, que é advogada e *coaching*, foi a hipnose e tinha por objetivo restaurar as memórias da personagem que havia sido abusada.

A despeito do reconhecimento de seu caráter ficcional, os conselhos alertaram para o fato de que a telenovela, dada sua tamanha audiência, produz efeitos na sociedade brasileira. A consequência não poderia ser outra senão o agravamento do sofrimento psíquico em decorrência de intervenções não qualificadas. Não qualificadas, evidentemente, por não serem exercidas por um profissional psicólogo. Uma rica polêmica que poderia ser objeto em um futuro estudo, pois além das aparências há questões históricas de fundo que impulsionam essa ácida discussão.

⁸⁰ CONSELHO Federal de Psicologia. “O outro lado do paraíso” presta um desserviço à população brasileira. site.cfp.org.br, 2018. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/o-outro-lado-do-paraiso-presta-desservico-populacao-brasileira/>>.

⁸¹ CONSELHO Regional de Psicologia – Minas Gerais. Nota explicativa sobre a apresentação de *coaching* em novela. crp04.org.br, 2018. Disponível em: <<https://crp04.org.br/nota-explicativa-sobre-apresentacao-de-coaching-em-novela/>>.

Em notas ainda mais atuais, posicionaram-se tanto o CFP quanto o Conselho Regional do Distrito Federal (CRP-DF). A primeira⁸² é de março de 2019 e foi orientativa, isto é, aos profissionais da psicologia que utilizarem o *coaching* deverão respeitar as leis e regulamentos vigentes que orientam a prática profissional do psicólogo. Caso não se tenha formação em psicologia (ou não estiver inscrito em conselho) e fizer uso de métodos ou ferramentas desta ciência em sessões de *coaching*, pratica-se exercício ilegal da profissão. Mais combativa foi a segunda nota⁸³, publicada em setembro de 2019, que não reconhece o *coaching* como uma profissão, basicamente sob duas justificativas: primeiro, por considerar que suas técnicas pertencem à psicologia e, portanto, cabe a um profissional psicólogo, devidamente registrado, praticá-las; segundo, afirmam que aqueles que praticam *coaching* interferem na prática do profissional psicólogo, nas suas diversas modalidades e finalidades. Destaco duas constantes nas notas: a sustentação da crítica é jurídica e não racional ou científica. É sempre a lei a ser empregada como recurso para impedir a autonomia de outros profissionais, algo semelhante aos esforços dos médicos de outrora contra os praticantes de cura sem formação em medicina. Outro ponto é a afirmação de que a população será colocada em risco se as técnicas e os métodos não obedecerem às diretrizes oficiais ou não estiverem de acordo com a cartilha da profissão. Portanto, a fim de proteger a população é necessário pertencer ao grupo para poder atuar, isto é, ter o diploma e estar registrado. Novamente, as formalizações jurídicas e burocráticas, a letra da lei que manifesta aliança bem-sucedida entre uma classe profissional e o Estado, que garantem a segurança do serviço e consequentemente a proteção da população. Atento para um trecho desta última nota que qualifica “positivista” as abordagens que foram absorvidas e difundidas no mercado, visando bem-estar, desempenho de excelência etc. Mas a ideia de que os cientistas devem resolver os problemas da sociedade e guiar a Humanidade, precisamente por praticarem a Ciência, não seria um postulado genuinamente positivista?

Parapsicólogos, psicólogos cristãos e profissionais do *coaching* são apenas três exemplos contemporâneos dentro de um conjunto que poderia ser ampliado: por

⁸² CONSELHO Federal de Psicologia. Nota orientativa sobre COACHING. site.cfp.org.br, 2019. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/03/14_03_2019_Nota-Orientativa-sobre-COACHING.pdf>.

⁸³ CONSELHO Regional de Psicologia – Distrito Federal. Nota sobre a prática de coaching. [crp-01.org.br](https://www.crp-01.org.br), 2019. Disponível em: <https://www.crp-01.org.br/page_3908>.

exemplo, a revelação do conteúdo de testes psicológicos na internet pelo público geral e a publicação de livros para venda indiscriminada e que procuram servir de manual prático para aplicação de testes psicológicos, são outros exemplos de problemas que a classe de psicólogos e seus conselhos batalham arduamente para combater, muito embora a resistência parece se mostrar pouco eficaz. Nestes casos, entram em cena uma parcela da sociedade civil (sobretudo os “concurseiros”) e grupos editoriais. Como fica áspero o terreno para a psicologia! De qualquer forma, todos esses personagens contemporâneos procuram se assenhorar (usurpar, do ponto de vista do profissional psicólogo) de um e outro tópico da psicologia geral: consciência, vontade, aprendizagem, motivação, emoção, orientação sexual ou a própria saúde mental. Nomeemos como bem desejarmos, o importante é perceber que onde adentra o forasteiro no terreno da alma, sorvendo para si uma parcela de suas faculdades ou afirmando-se interventor para pôr termo ao sofrimento psíquico, é neste momento que a controvérsia eclode. O resultado de uma controvérsia, embora seja secundário nesta pesquisa, dependerá dos instrumentos disponíveis, ou melhor, das convocações mais bem-feitas pelas partes interessadas (opinião pública, justiça, setor empresarial etc.).

Os conflitos sumariamente apresentados ocorreram em um momento de arrumação institucional, jurídica e científica específica que singulariza um determinado conhecimento ou área de atuação profissional. No caso da psicologia, é produzida e disseminada por instituições de ensino superior, reconhecida pelo Estado como profissão, está dividida formalmente em um conjunto amplo de especialidades e nos dias que correm seu número de profissionais é superior à 320.000⁸⁴. O Brasil, na verdade, é um dos países que mais tem psicólogos no mundo. A procura pelos cursos de psicologia cresceu de forma tão impressionante nos últimos anos que hoje é um dos cursos mais disputados no país⁸⁵. Trata-se, portanto, de um estado de coisas muito recente em sua história e que vinha sofrendo profundas transformações a partir da segunda metade do século passado⁸⁶.

⁸⁴ De acordo com censo do próprio CFP, atualizado em agosto de 2018 no endereço eletrônico <<http://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos/>>.

⁸⁵ Os dados disponíveis online são muitos, mas à título de exemplo: REDAÇÃO. Fuvest divulga relação candidato/vaga para o vestibular USP 2018. **Jornal.usp.br**, 2018. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/universidade/ingresso/fuvest-divulga-relacao-candidatovaga-para-o-vestibular-usp-2018/>>.

⁸⁶ Como os primeiros cursos de graduação em psicologia, a partir de 1953 na PUC-Rio em diante, e a lei 4119 de 1962 que dispõe sobre os cursos de formação e a profissão de psicólogo.

Por outro lado, seria possível extrair um questionamento mesmo no presente estado de coisas: se retornarmos no tempo para um momento anterior a essas reformas, que configuração dissimétrica de vozes se apresentaria? Outras tensões ao redor do território psíquico existiram, pois não se trata de uma questão das últimas décadas. Entretanto, são tensões que sofrem configurações distintas no tempo e no espaço, algo semelhante ao que Paul Veyne chamou de bibelôs raros ou bizarros⁸⁷. Parece que são como fuxicos de tecido, pois as possibilidades de cor, formato e composição traduzem melhor a singularidade desses fenômenos na história.

Como observado, o estudo das controvérsias na psicologia é um campo de investigação pouco explorado no Brasil. Descrições e análises das instituições científicas e de ensino, de periódicos, personagens, encruzilhadas teóricas e de práticas constituem um terreno de pesquisa mais corriqueiro e ainda com questões a serem respondidas. Uma gleba fértil, portanto, muito embora já tenhamos forjado as possibilidades de rebento, o que parece encurtar um pouco o horizonte. Em contrapartida, estudar as tensões entre distintos grupos que buscaram se apropriar do “psi...” arejaria um ambiente cujo ar se encontra um tanto viciado.

As faculdades de medicina e de direito, assim como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e outras instituições que gradualmente foram sendo inauguradas após a chegada da família real e sua côrte, são fundamentais para compreender a ciência no Brasil. As produções que delas nasceram, como as teses dos concluintes dos cursos de medicina e de direito para obtenção do grau de doutor, são fontes muito caras para a historiografia. De fato, as teses sem dúvida são fontes inestimáveis para compreender, por exemplo, os movimentos da higiene e da eugenia, os anormais escolares, a delinquência, o alcoolismo e outras doenças, entre outras questões adjacentes. A historiografia que se propõe a analisar tais problemas, mesmo com um certo miasma no ar, é extensa e permanece rica. Isto não é uma contradição, pois afirmar a fertilidade do terreno significa dizer que trilhar o mesmo roteiro pode revelar sempre novos personagens, atualizar datas, investigar novas instituições etc.

Assim, cabe formular a questão: dado que as polêmicas na história recente são facilmente verificadas, a dimensão da intriga também poderia ser encontrada se recuarmos um pouco mais no tempo? As memórias e a historiografia não a

⁸⁷ Ver: VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**: Foucault revoluciona a história. Brasília: Editora UnB, 1982. Na parte IV o autor desenvolve a imagem do bibelô.

esqueceram por completo, mas nelas aparece ou timidamente ou em segundo plano. Vejamos alguns indícios a seguir.

“Maltratada como sempre foi entre nós durante a sua infância e adolescência – observa Plínio Olinto sobre a psicologia –, ela não se deixou sucumbir”⁸⁸. Na apresentação escrita por Nilton Campos para a tradução do livro “La Psychologie de l’Intelligence”, de Jean Piaget, uma passagem contém pistas de uma tensão que ele não explorou:

Sem dúvida, o recurso mais eficaz na luta contra a **proliferação atual de publicações que comprometem a seriedade dos estudos psicológicos** é facilitar, por meio do idioma nacional, a leitura de autênticos autores. Só assim, é possível **eliminar os malefícios** da produção falada e escrita de indivíduos improvisados conhecedores de assuntos pertinentes ao campo da psicologia científica. A resistência contra a **subliteratura**, tão disseminada em nosso ambiente, é um imperativo cultural que, se continuasse a ser desatendido, determinaria o descrédito final da psicologia, animando seus persistentes negadores. Êsses **opositores**, não distinguindo os **pseudopsicólogos** e a própria psicologia, identificam-nos na recusa em reconhecer a autenticidade de nossa ciência universalmente consagrada pela sua importância.⁸⁹ (grifos meus)

Se Plínio Olinto não esclarece a quem exatamente o “nós” se refere e Nilton Campos nos deixa na curiosidade sobre a tal “subliteratura”, os “opositores” e os “pseudopsicólogos”, o mesmo não se pode afirmar sobre outra passagem de Lourenço Filho que, a propósito dos avanços de uma psicologia mais objetiva – referia-se aos métodos experimentais – comenta que “(...) frequentemente se levantaram ponderações e críticas, mais ou menos fundadas, de parte de pensadores sociais, em sua maioria, sacerdotes e juristas”⁹⁰. Neste caso, foram nomeados os grupos que se posicionaram criticamente à psicologia experimental. Outro caso foi uma pequena nota escrita por Samuel Pfromm Netto sobre a tese de Domingos Guedes Cabral (“Funções do Cérebro”, de 1875) que havia sido recusada: “Rejeitaram-na como ímpia (Cabral afirma, por exemplo, que ‘o homem é um macaco aperfeiçoado’) e, em virtude dessa atitude, os colegas de turma de Guedes Cabral publicaram-lhe o trabalho, que gerou vivo escândalo em Salvador (...)”⁹¹. O interessante deste caso é que foram os próprios professores da Faculdade de Medicina da Bahia que rejeitaram uma tese que

⁸⁸ OLINTO, op. cit., p. 30.

⁸⁹ CAMPOS, Nilton. Apresentação da edição brasileira. In: PIAGET, Jean. Psicologia da inteligência. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961. p.13. A apresentação data de outubro de 1958 quando da publicação da primeira edição.

⁹⁰ LOURENÇO FILHO, op. cit., p. 114.

⁹¹ PFROMM NETTO, op. cit., p. 157.

parecia aderir aos postulados positivistas e evolucionistas, isto em um período sensível para concluir ampla aceitação da filosofia positiva e do modelo de Darwin.

É no artigo de Rogerio Centofanti que a controvérsia possui contornos mais claros. Ele dedica generosas linhas para mostrar com mais detalhes o que Lourenço Filho manteve na penumbra: foi o caso de um artigo publicado por Alceu Amoroso Lima (1893-1983), em junho 1932, condenando a psicologia de Radecki e o *Instituto de Psychologia* que havia sido inaugurado em março daquele ano. De um lado, um cultor da psicologia experimental; de outro, um intelectual católico e representante convicto do pensamento cristão no Brasil. Em que pese o fato de Centofanti ter trazido a luz trechos que revelam nitidamente um conflito entre dois grupos, produto de uma diferença entre distintas concepções de psicologia e de mundo, enveredou para comentários que pouco contribuem para o entendimento da questão. Assim, Amoroso Lima “fantasiou sobre as fantasias” de Radecki, “usando e abusando de uma linguagem dramática”, para cometer “exagero lá, exagero cá”⁹². Embora Amoroso Lima tenha sido uma personalidade singular por suas afiadas críticas no debate público, é importante atentar que, se suas afirmações sobre o Instituto foram um “exagero” escrito em “linguagem dramática”, então exagerados e dramáticos foram todos os posicionamentos dos cristãos sobre os sistemas por eles considerados “materialistas”. Amoroso Lima foi um líder católico, uma expressão de uma elite intelectual cristã que comumente disparava severas críticas aos pensamentos ou doutrinas heterodoxas (espiritismo, materialismo, comunismo etc.).

É certo que a historiografia mais recente revelou, embora modestamente, tramas protagonizadas por intelectuais de diferentes áreas. O próprio Amoroso Lima, como se sabe, foi um crítico da obra de Freud, questão que foi analisada por Rodrigo Afonso Nogueira Santos e Fuad Kyrillos Neto⁹³. Embora o objetivo principal tenha sido analisar as diferentes apropriações da psicanálise nas Minas Gerais da década de 1920, Amoroso Lima surge como um ácido crítico da doutrina freudiana em uma leitura pansexualista. Por outro lado, o relato de Maria do Carmo Guedes sobre a Pós-Graduação em Psicologia Social na PUC-SP⁹⁴ é interessante por mostrar as tensões entre professores e alunos, e as discordâncias entre colegas de departamento, no

⁹² CENTOFANTI, op. cit., p. 24-25.

⁹³ SANTOS, R. A. N., NETO, F. K. Os primeiros tempos da psicanálise em Minas Gerais: a difusão das ideias freudianas na década de 1920. **Memorandum**, vol. 31, 2016, p. 80-106.

⁹⁴ GUEDES, Maria do Carmo. Memórias da Pós-Graduação em Psicologia no Brasil: a Psicologia Social da PUC-SP. **Memorandum**, vol. 14, 2008, p. 103-115.

jogo político envolvendo a criação de uma pós-graduação. Em seu artigo fica claro que as tensões conformaram uma raridade nos desdobramentos daquela estrutura institucional, evidenciando uma história que pode ser compreendida pelos seus muitos acidentes, controvérsias, surpresas e impasses.

Contudo, este tipo de trama como a que Guedes rememorou envolve personagens canonizados ou pelo menos que pertencem à comunidade dos acadêmicos. São, por assim dizer, as discussões entre vizinhos de um mesmo condomínio e não entre quem habita e potenciais usurpadores. Semelhante, portanto, às intrigas há muito conhecidas, como entre a Gestalt e o Behaviorismo ou, mais pontualmente, entre James Ladd e William James ou Titchener e Watson etc. Já no caso de Alceu Amoroso Lima, trata-se de um intelectual católico, portanto crítico a outras filosofias e doutrinas. É neste sentido que o estudo pretende analisar, isto é, a lançar luz sobre os limites de um território familiar para só então caminhar fora de suas fronteiras.

Os casos que seguem ilustram algumas controvérsias que cruzam distintos personagens. Nem todas produziram polêmica, no sentido de uma intriga entre dois filósofos ou cientistas em disputa por um resultado, mas são exemplos do contraditório que escondem profundos desentendimentos. Todos eles, apesar de muito distintos, gravitam o psíquico e interagem dinamicamente na trama do social. O intuito é perseguir vozes dissonantes e apresentá-las para resgatar a potência da controvérsia na narrativa. Progressivamente, os casos se tornam mais complexos conforme o avançar da leitura.

4.1 JOÃO DO RIO, UM LOUCO? A DISCUSSÃO ENTRE O JORNALISTA MEDEIROS E ALBUQUERQUE E O MÉDICO NEVES-MANTA

Será uma nova entidade mórbida? Este Medeiros...
(Neves-Manta)

Considere o leitor Medeiros e Albuquerque (1867-1934). Foi um desses personagens de nossa história cujo currículo parece revelar uma realidade a nós cada vez mais distante, pois acumulou os ofícios de escritor, jornalista, político, poeta, crítico literário, professor, cronista, romancista e assim segue. Na história da psicologia ele é lembrado principalmente por isto: seu papel na fundação do laboratório de psicologia experimental chefiado por Manoel Bomfim, quando Medeiros

e Albuquerque foi Diretor Geral da Instrução Pública do Distrito Federal (1897-1906); pela sua colaboração no parisiense *Journal de psychologie normale et pathologique*; e pela publicação dos livros “O Hypnotismo” e “Tests”⁹⁵. Fez-se deste último um marco importante para o movimento dos testes psicológicos no Brasil, tendo já sido objeto de análise⁹⁶. Pouco recordam os historiadores de que Medeiros e Albuquerque foi um crítico feroz na imprensa do Rio de Janeiro e não economizava ataques quando uma obra não lhe aprazia. Em princípio, parece ser objeto de interesse de biógrafos ou historiadores da literatura, pois aparentemente seus textos críticos não entram na relação de obras de natureza científica (como no caso dos livros citados). Que se deixe de lado o progresso científico para atermos aos nós de interlocução que cruzaram personagens e as temáticas psíquicas.

Em abril de 1928, um médico de nome Inaldo de Lyra Neves-Manta (1903-2000) publicou “A individualidade e a obra mental de João do Rio em face da psiquiatria”. Este tipo de trabalho se insere em um circuito de obras escritas por médicos que procuraram analisar personagens criados na literatura para concluir sobre a personalidade e os desvios de caráter de autores consagrados. Dr. Neves-Manta, como era conhecido, empregou um arsenal de terminologias da psiquiatria, da psicanálise e da psicologia para analisar a personalidade e a obra daquele que considerou o mais notável cronista e o mais complexo dos homens de sua época. Por misturar ciência e literatura, ele cruzou Ribot e Oscar Wilde, Tolstoi e José Ingenieros, Shakespeare e Freud, em uma espécie de crítica médica sobre João do Rio, pseudônimo do escritor Paulo Barreto (1881-1921).

Em linhas gerais, Neves-Manta defende que características de sua personalidade, seu físico, suas inclinações sexuais e estilo de vida dito extravagante, tornam João do Rio um indivíduo anormal e autor de uma obra “morbígena”. Anormal por alguns fatores dos quais se destacam o corpo – analisado de um ponto de vista endócrino (determinante de sua tendência à obesidade e singular temperamento) – e sua orientação sexual, considerada um desvio. Na verdade, João do Rio fica em boa parte reduzido a glândulas e hormônios. Por “morbígena”, ele se refere não a uma

⁹⁵ Parte das informações podem ser encontradas nas memórias de Medeiros e Albuquerque, publicadas 1932. Ver: MEDEIROS E ALBUQUERQUE, J. J. C. C. **Minha vida**: da infância a mocidade. 2.ed. Rio de Janeiro, 1933. Para um breve verbete sobre o autor, ver também: JACÓ-VILELA, Ana Maria. MEDEIROS E ALBUQUERQUE, José Joaquim de Campos da Costa. (1867-1934). In: R. H. F. Campos. (Org.). **Dicionário biográfico da Psicologia no Brasil**: pioneiros. Rio de Janeiro: Imago Ed., p. 227-228, 2011.

⁹⁶ GOMES, op. cit.

obra mórbida propriamente dita, mas aquela que poderia tornar doente um indivíduo são. O livro é um esforço em buscar os elementos da literatura de João do Rio (como os seus personagens) que poderiam diagnosticá-lo nos critérios de um quadro nosológico da época, isto é, um psicopata, nevropata, esquizoide etc.

De um modo geral, a crítica elogiou o livro de Neves-Manta, no máximo com algumas ressalvas. Por exemplo, Julio Dantas, muito embora tenha reconhecido o valor da ciência médica na análise literária, atenta para os perigos das precipitadas conclusões por parte de alguns médicos que estudam a personalidade de um escritor: “Ora, o maior defeito das obras de alguns psychopathologistas que se ocupam de assumptos literários (...) é, precisamente, além da demasiada generalização e da systematização imperfeita das matérias, o fatigante excesso de literatura”⁹⁷.

O burburinho, no entanto, não se fez com críticas sobre os problemas deste tipo de obra, meio científica, meio literária, uma vez que o tom elogioso e fumaças de camaradagem se fizeram presentes entre os comentadores, mas justamente no tipo de tensão que pareceu ferir a honra do autor. Pois foi desta forma que Medeiros e Albuquerque, na sua coluna “Notas Litterarias” do *Jornal do Commercio*, iniciou sua crítica:

O livro do Sr. Neves Manta pretende ser estudo da obra de Paulo Barreto, para (...) firmar-lhe o diagnóstico pathologico. Quando, porém, se lê o volume o que (...) mais pathologico não é o analisado, mas o analista. Porque positivamente, se há alguma obra de mentalidade enferma é a do Sr. Neves Manta.⁹⁸

A crítica de Medeiros e Albuquerque já inicia asseverando sobre o estado mórbido de Neves-Manta: é um doente mental, figura que encarna uma acepção literal à expressão de Machado de Assis. Médico e agora louco, o leitor insatisfeito poderia arguir certa manifestação ordinária da loucura entre os artistas. Nada com que se espantar, portanto. Mas Medeiros e Albuquerque parece ter se precavido das exigências de seus leitores e logo partiu para atacar a obra de Neves-Manta:

Achar-se-ia nos livros de Paulo Barreto alguma cousa que indicasse qualquer tendência mórbida? Era a resposta a esta pergunta que se podia esperar da obra do Sr. Neves Manta. Mas essa obra, confusa, mal escripta, cheia das

⁹⁷ PSYCHIATRIA e literatura. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 18 nov. 1928, p. 4.

⁹⁸ NOTAS litterarias. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 1 de jul. 1928, p. 3. A página digitalizada encontra-se mutilada, de modo que as últimas reticências foram empregadas porque a fonte estava ilegível.

maiores extravagancias, não responde de modo algum ao que se quereria (...)⁹⁹

E começa uma exposição de trechos em que Neves-Manta teria sido extravagante, autor de expressões e linhas incompreensíveis, tudo em um certo tom de deboche. Um louco e agora mau escritor. O que resta? Bem, conforme já dito, os esforços de Neves-Manta consistiram em analisar a psicologia de João do Rio por meio de sua obra, e isto significa dizer que ele precisou mostrar aos seus leitores seu maior bem adquirido: a formação acadêmica de um doutor versado em medicina, portanto habilitado a manipular com maestria não apenas um estetoscópio, mas também conceitos técnicos e uma nomenclatura científica de pouco acesso. Se o prestígio de ser um médico (um doutor!) persiste nos dias de hoje feito verdadeira honra, imagine naqueles anos de nossa Primeira República. “Como toda gente, quis ser doutor em alguma coisa”¹⁰⁰, narra Vicente Mascarenhas no romance “O Cemitério dos Vivos”, escrito por Lima Barreto. Desejo de muitos, conquista de poucos. Se Medeiros e Albuquerque fez pouco caso da pessoa Neves-Manta e do escritor, agora lhe restou direcionar suas críticas ao profissional médico, nestas palavras:

Há nisto um verdadeiro despropósito. Achar que alguém revele constituição hiperthyroidéa por ter tendência á obesidade é o contrario do que ensinam os endocrinologistas. (...) Assim, o pouco que se entende do diagnostico de Neves Manta está errado. Elle alias proclama que imaginou uma nova formula para o estudo dos individuos: ‘o individuo tem a saúde que tiver o seu aparelho endócrino’. Mas é uma completa ilusão pensar que há nisso qualquer novidade. Aquella afirmação é hoje perfeitamente banal. A sua aplicação á literatura é também corrente (...) Este foi como um medico que indo visitar um enfermo, não soube fazer-lhe o diagnostico da doença. E emquanto todos esperavam por isso, mostrou que ele, medico, estava muito mais doente que o enfermo, de que vinha tratar...¹⁰¹

A crítica não liquidou apenas a obra, mas o autor e sua honra. Fosse como Julio Dantas que se limitou a escrever sobre os perigos das aventuras médicas ao invadirem o território da literatura, o caso poderia ter encerrado ali. O problema foi que a crítica de Medeiros e Albuquerque atingiu muito diretamente a pessoa de Neves-Manta, suas qualidades de escritor e sua competência como médico. Um jornalista e escritor, membro da Academia Brasileira de Letras e da Academia de Ciências de Lisboa, sem formação em medicina, quis ensinar sobre endocrinologia e literatura

⁹⁹ Ibid., p. 3. Página mutilada. Trecho ilegível ao final.

¹⁰⁰ BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **O cemitério dos vivos**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2004. p. 118.

¹⁰¹ Ibid., p. 3.

médica para um médico. Medeiros e Albuquerque fez um breve levantamento de algumas obras que tratam das relações entre secreções glandulares, tipo físico e personalidade, para mostrar publicamente a ignorância de Neves-Manta. Era, afinal, um crítico literário e conhecido na imprensa por suas afiadas análises.

Um jornal, vale lembrar, possibilitou a formação de um grupo psicológico ou público, como já observou Gabriel Tarde¹⁰². Não é como se a crítica tivesse sido feita em reunião em um café, privadamente entre os seus, mas em um veículo capaz de arregimentar, em torno de ideias, um público excepcionalmente maior. O público também é intolerante, sabe bem depreciar pessoas e obras, pois são seguidores deste ou daquele jornal e procuram acompanhar com frequência a gazeta favorita. Portanto, fica evidente na obra de Tarde a força da imprensa e dos publicistas nas sociedades modernas. Publicar uma crítica deste porte em um veículo como o *Jornal do Commercio*, um dos mais antigos e respeitados do país, foi verdadeira afronta para Neves-Manta. Ter sido chamado de louco, mau escritor e médico incompetente significa que um público fiel daquele jornal e de apreciadores da opinião de Medeiros e Albuquerque compartilhariam destas ideias. Desmoralizado, a ofensa só poderia ser reparada à mesma altura, diríamos “na mesma moeda”: em agosto de 1928, portanto no mês seguinte à crítica de Medeiros e Albuquerque, publicou Neves-Manta o seu “A respeito de ‘A individualidade e a obra mental de João do Rio em face da psiquiatria’”, cujo único propósito foi respondê-lo¹⁰³. Para que se tenha ideia do teor deste livro, o jornal *Gazeta de Notícias* assim finaliza sua pequena nota de divulgação: “(...) réplica em que o jovem escriptor, reafirmando as suas qualidades de inteligência e de cultura, se mostra também um espírito adextrado no gênero da polemica”¹⁰⁴. A nota foi precisa.

A estratégia de Neves-Manta na réplica a Medeiros e Albuquerque foi, em linhas gerais, a mesma que este empregou: procurou incoerências em passagens, falhas de raciocínio lógico, trechos mal escritos, informações erradas etc. O alvo foi o livro *O Hypnotismo* que Medeiros e Albuquerque havia publicado em 1921. Como era de se esperar, a linguagem do texto foi um tanto fora do comum. Na verdade, foi ela o perfeito adorno a uma resposta polêmica: pontos de exclamação em excesso, reticências a todo momento e saturado de ironias. Difícil não ter uma experiência de

¹⁰² TARDE, Gabriel. **A opinião e as massas**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

¹⁰³ NEVES-MANTA, Inaldo de Lyra. **A respeito de “A individualidade e a obra mental de João do Rio em face da psiquiatria”**: replica a medeiros e Albuquerque. Rio de Janeiro: Editora Imprensa Medica. 1928.

¹⁰⁴ LIVROS novos. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 22 de ago. 1928, p. 5.

surpresa na leitura desta réplica e mais difícil ainda de se furtar à conclusão de que Neves-Manta estava mesmo irritado e com o orgulho ferido.

O estilo irônico é o pano de fundo da réplica. Ilustre autor para cá, luminoso articulista para lá, Neves-Manta goteja seus elogios: “Medeiros e Albuquerque, mestre da critica risonha e da philosophia pagã, é uma das figuras mais interessantes das letras brasileiras”¹⁰⁵. Para se defender das críticas, esforçou-se por mostrar que Medeiros e Albuquerque nada mais fez do que ceifar as passagens que citou. Truncou a seu bel-prazer, tudo deturpou. Preservar-se, contudo, não foi bem a atitude de Neves-Manta no texto. Os ataques vieram ao cruzar trechos de seu próprio livro, para mostrar os equívocos de seu crítico, com passagens de “O Hypnotismo”, deixando bem claro ao público de que lado vinha o amadorismo nas coisas de ciência. Assim, quando Medeiros e Albuquerque tratou de um certo “hypnotismo histórico”, Neves-Manta assim comenta: “Quem o entenderá? Que espécie de hypnotismo é este? Que quer dizer porventura *hypnotismo hysterico*? E *hypnotismo nevrose*? Será uma nova entidade mórbida? Este Medeiros...”¹⁰⁶.

O opúsculo não mereceu maiores atenções da imprensa, tampouco Medeiros e Albuquerque escreveu uma crítica em sua coluna. Para a segunda edição do livro, publicada em março de 1934, Neves-Manta atualizou seu título para “A arte e a neurose de João do Rio”, anexando a réplica a Medeiros e Albuquerque. No entanto, talvez este já não tivesse mais condições para uma crítica à altura, pois seu estado de saúde comprometeu-lhe as forças e veio a falecer em junho do mesmo ano.

A intriga envolvendo Neves-Manta e Medeiros e Albuquerque ensejou a publicação de outros textos. Naturalmente, como qualquer tensão, diferentes personagens e instâncias se misturaram: os críticos de literatura, a imprensa carioca e os médicos. Destes, uma conhecida figura da história da medicina brasileira escreveu um artigo sobre a obra de Neves-Manta e aproveitou para comentar o caso: Antônio Austregésilo Rodrigues de Lima (1876-1970), médico pernambucano reconhecido pela sua atuação na Neurologia e na Psiquiatria. Antônio Austregésilo avaliou a crítica de Medeiros e Albuquerque como injusta e reprovou a inclusão da resposta de Neves-Manta na segunda edição do livro. Por que não apoiou? É interessante que Antônio Austregésilo relembra as muitas críticas dispensadas aos

¹⁰⁵ NEVES-MANTA, Inaldo de Lyra. **A arte e a neurose de João do Rio**. Rio de Janeiro: Marisa Editora, 1934. p. 169.

¹⁰⁶ Ibid., p. 173. Grifos no original.

grandes escritores como Machado de Assis, Euclides da Cunha ou Castro Alves, por parte de Sylvio Romero ou José Veríssimo, e nem por isso “perderam o fulgor da consagração e da glória (...)”¹⁰⁷, sinalizando que as boas obras falam por si mesmas, os escritores de talento sobrevivem às críticas e, portanto, desnecessários são os esforços em rebatê-las. Foi antes a defesa por uma atitude comedida – que insinua ter claudicado em Neves-Manta – do que exatamente um elogio à obra, muito embora não faltaram linhas para celebrar o colega.

A obra de Neves-Manta sobre João do Rio se insere em um gênero de texto que cruza psiquiatria e literatura. Na verdade, mais correto seria dizer um cruzamento entre as psicociências e a literatura. Este campo de estudos recebeu algumas etiquetas, dentre elas psicologia mórbida ou psicologia literária. O médico Ribeiro do Valle publicou, em 1917, sua tese inaugural de título “A psychologia mórbida na obra de Machado de Assis”. Luiz Lamago, médico e escritor, escreveu sobre “Os nevrosados na história e na literatura”, obra publicada em 1932. Da leitura destes trabalhos logo concluímos que o objetivo era, em suma, reduzir grandes personagens da história de um país ou do ocidente (seja da literatura, da política ou da história de um modo geral) a indivíduos anormais, a personalidades desequilibradas. O método era a leitura das obras de tais anormais, quando possível a observação, para extrair indícios singulares, bizarros, os produtos de uma constituição anormal, e assim propor um diagnóstico. O instrumental eram as psicociências, como dito, com suas muitas nomenclaturas e terminologias para penetrar o maior dos domínios privados, isto é, analisar a mente, a personalidade ou a alma e suas faculdades, como queiramos designar.

Mesmo Jesus Cristo não escapou. As faculdades mentais do Cristo foram colocadas à prova pelo médico francês Charles Binet-Sanglé (1868-1941) em seu livro “La Folie de Jesus”, publicado em 1908. Em suma, Jesus Cristo era um degenerado por hereditariedade e suas obras foram a expressão de um louco. Artur Guimarães de Araujo Jorge (1884-1977) escreveu um ensaio para refutar o livro¹⁰⁸ e afirmou que a publicação de Binet-Sanglé “parece ter provocado ruidoso escândalo nos centros científicos da França e transposto mesmo os limites dentro dos quaes, em regra, se

¹⁰⁷ UM escriptor e sua obra. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 20 de jul. 1934, p. 4.

¹⁰⁸ DE ARAUJO JORGE, Artur Guimarães. BINET-SANGLÉ: Jesus Christo e a psychologia mórbida. *In*: _____. **Ensaio de historia e critica**. Rio de Janeiro, 1916. p. 165-194. O texto foi publicado originalmente em 1909 e posteriormente inserido na referida obra.

acontôam as obras que examinam problemas daquela natureza”¹⁰⁹. Algum barulho se fez ouvir no Brasil, pelo menos com Araujo Jorge que escreveu uma áspera crítica à obra, concluindo ser um livro desinteressante e falso, uma infrutífera tentativa de uma “imaginação doentia” que “ninguém de boa fé tomou ao serio”¹¹⁰. Curiosamente, a crítica acabou, ela mesma, com ares de psicologia mórbida.

Os estudos de psicologia mórbida tiveram alguma expressão no Brasil. Publicadas sobretudo por médicos, talvez exclusivamente pela classe médica, este campo foi observado com destaque por Plinio Olinto quando escreveu a propósito dos diferentes ramos da psicologia: “Em suas relações com várias atividades a psicologia aparece-nos como fisiológica, médica, jurídica, pedagógica, religiosa, industrial, psicologia infantil, psicologia experimental, psicologia patológica e até psicologia literária talvez a mais falada e a mais desconhecida”¹¹¹. Enfim, especialidade ou exercício de diletantes, assunto da moda ou não, fato era que a psicologia foi capturada em tal empreendimento. Neves-Manta foi um dos autores que se dedicou a análises do gênero, mas, ao fazê-la com João do Rio, foi alvo de censura por parte de Medeiros e Albuquerque. Uma reprovação que condenou a obra e o autor, produzindo uma controvérsia que entrelaçou personagens e veio à luz na imprensa, prosseguindo em opúsculo e posterior reedição.

O caso é muito pontual, sem dúvida, pois envolve diretamente um jornalista e um médico. É importante não ignorar, entretanto, o papel da imprensa na intriga, um fator importante ao considerarmos a época de que tratamos, e que persistirá nos tópicos seguintes. Além disto, cabe considerar um tipo de literatura (ou subárea) de psicologia cujo objetivo era analisar indivíduos em termos psíquicos, ainda muito pouco explorada pela historiografia. Agora, acrescentemos o elemento institucional para ampliar as tramas.

4.2 ALCEU AMOROSO LIMA, WACLAW RADECKI E O INSTITUTO DE PSYCHOLOGIA DE 1932

o mais crasso materialismo philosophico e moral
(Alceu Amoroso Lima)

¹⁰⁹ Ibid., p. 167.

¹¹⁰ Ibid., p. 193.

¹¹¹ OLINTO, Plinio. **Psicologia**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1930. p. 16.

Retorno agora a este assunto para avançar em uma questão anteriormente comentada. O caso que ocorreu entre Neves-Manta e Medeiros e Albuquerque poderia ser entendido como uma discussão entre um jornalista que cumpria as funções de crítico literário e um jovem concluinte do curso de medicina, portanto aspirante a médico e cientista. Por outro lado, o mesmo não poderia ser dito entre a controvérsia que envolveu Alceu Amoroso Lima, Waclaw Radecki e o Instituto de Psychologia que este dirigiu. Um tanto mais áspero aqui, mas não poderia ser diferente quando, de um lado, temos um intelectual, membro e dirigente de entidades católicas, além de simpatizante à Ação Integralista Brasileira e crítico das ações do movimento Escola Nova, e, de outro, um cientista polaco formado na Faculdade de Ciências Naturais de Genebra e especialista em psicologia experimental. Neste tópico, o discurso católico terá relevo, mas, para compreender melhor o caso, é importante incluir nesta trama médicos como Ernani Lopes e Gustavo de Rezende, além dos ministros da Educação e Saúde Pública, Washington Ferreira Pires, e o das Relações Exteriores, Afrânio de Melo Franco.

As críticas dirigidas ao Instituto de Psychologia, às suas funções e à psicologia que supostamente dominaria na instituição, por Alceu Amoroso Lima, inserem-se em uma discussão mais ampla. Para melhor compreensão, é importante incluir as doutrinas e religiões cristãs – neste caso, a Igreja Católica – e um jogo de significados para efetuarem uma crítica. Por exemplo, quando um intelectual cristão comenta “isto é um materialismo insensato!”, está expressando uma crítica a uma doutrina ou a uma tendência que vê como perigosa na sociedade. Mal dos tempos atuais, chaga inevitável das sociedades modernas, onde aparece a ideia de materialismo algo nestes contornos se expressa. Semelhante juízo ocorreu com as noções de racionalismo, filosofismo, ateísmo, entre outras. Trata-se de uma discussão ampla que excede em muito as forças de quem escreve e as pretensões para o presente tópico. O objetivo é apenas, no jargão do historiador, contextualizar a discussão ao iluminar pontos importantes que devem ser considerados. Para isto, diferentemente do anterior, aqui seguirei exclusivamente com os artigos publicados na imprensa.

A história da imprensa brasileira é relativamente curta. Foi há pouco mais de 2 séculos, precisamente em 1808, que a Gazeta do Rio de Janeiro foi fundada, nascendo o primeiro jornal independente no Brasil¹¹². Daquela época em diante,

¹¹² Para uma boa introdução ao assunto, ver: LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

muitas dezenas de jornais foram criados para tratar de assuntos dos mais diversos: questões de administração pública, notícias sobre o cotidiano local, publicação de crônicas literárias, divulgação de assuntos relacionados à ciência, reflexões de cunho filosófico, críticas impiedosas sobre a situação política e econômica do país, e assim por diante. Poder-se-ia pensar que, afinal de contas, eram jornais. Para uma pessoa que vive o século XXI talvez seja um tanto confuso compreender o que era um jornal no Brasil dos oitocentos. Ao contrário do que se sucedeu no decorrer do século XX, os jornais daquela época não eram monopólio de corporações multimilionárias ou de poucos grupos de farta influência. Até havia grupos poderosos e famílias muito conhecidas na direção de muitos jornais. O caso, no entanto, era que uma enorme quantidade deles pertencia a pequenos grupos ou eram propriedades de indivíduos. Na verdade, qualquer um com alguma posse – pois era custoso arcar com os gastos de um serviço tipográfico – poderia imprimir e distribuir seu próprio jornal. Isto era prática comum, por exemplo, entre muitos escritores para divulgar suas crônicas e capítulos de novela. Além disto, cabe observar que a função do jornal naquele momento era mais do que apenas informar. Havia um papel civilizatório na imprensa, conforme se observa principalmente na segunda metade do século XIX: apesar das taxas de analfabetismo na época, ao divulgar filosofia, religião ou conhecimentos científicos, isto é, assuntos de alta cultura para o ocidente judaico cristão, muitas vezes sob a forma de prescrições, oferecia-se um material capaz de educar e instruir a população das cidades¹¹³. Instrumento, portanto, de progresso e moralização da nação.

Muitos dos jornais foram dirigidos por fiéis ou dirigentes da Igreja Católica. Alguns tiveram existência efêmera, não publicando mais do que alguns números. Já outros foram publicados no decorrer de décadas e, embora tenham fechado as portas em algum momento, deixaram um volume bem mais generoso de fontes para a historiografia. Este foi o caso do jornal *O Apóstolo*, fundado em 1866 e distribuído no Rio de Janeiro, talvez o mais enérgico que havia na imprensa cristã, naquele final de século XIX. Jornais como este procuraram moralizar a população de um país que enfrentava profundas transformações políticas, institucionais e sociais.

Era tempo de disseminação do pensamento iluminista, das ideias anarquistas e socialistas, e de toda a euforia pelo progresso material fruto dos avanços técnicos e

¹¹³ CARULA, Karoline; ENGEL, Magali Gouveia; CORRÊA, Maria Letícia. (Orgs.). **Os intelectuais e a nação: educação, saúde e a construção de um Brasil moderno**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013.

científicos. Cada pensamento tinha seu espaço legítimo para difundir suas ideias, ou seja, seu próprio jornal. A imprensa era um verdadeiro turbilhão de ideias, onde se expressava todo tipo de interesse e se produzia controvérsias na mesma proporção. A Igreja Católica também tinha seus órgãos de publicação para alertar a população dos perigos de todas essas ideias e doutrinas que ameaçavam os interesses do catolicismo no país. Que o homem não se esquecesse de seu dever para com Deus e sua família, e que uma nação civilizada se constrói sustentada na moral católica. Divergir deste eixo significava, já nomeando os profanos, enveredar para um republicanismo na política, um filosofismo nas ideias, uma anarquia na administração pública e um protestantismo na religião¹¹⁴. O resultado só poderia ser um fracasso da nação, a destruição de uma unidade e de seus vínculos de amor erigidos a duras penas. Objetivo missionário, portanto, de fazer ouvir a mensagem da Igreja Católica ao evocar um sentimento religioso que entendia ferver no coração do brasileiro. Um trecho da apresentação quando do lançamento d'O Apostolo ilustra bem este aspecto:

Todos sabem, todos sentem quanto a sociedade está ferida no coração. Tudo quanto o gênio do homem pôde alcançar, tem sido posto em contribuição para curar essa chaga cancerosa, que corroe a humanidade no meio de seus prodígios das ciências, das artes, e da indústria. Verdadeira e nova Babel tem substituído a antiga torre de granito por laminas de ouro e de Saphiras. O pensamento do homem vóia pelos fios electricos, em quanto seu corpo corre pelo impulso da locomotiva. Amontando invenções sobre invenções, a razão humana sobe ao ápice de todas essas pyramides maravilhosas, que á seus esforços ergueo, contempla as com satanica soberba e se proclama onnipotente.¹¹⁵

Por diversa que fosse a imprensa religiosa no Brasil, cada jornal representando e professando sua fé, de um modo geral suas mensagens tinham o propósito de denunciar um estado de coisas: por exemplo, a sociedade que se rendia às tentações de um materialismo incorrigível e o atrevimento de querer substituir Deus pelas leis científicas. O advento do estilo de vida burguês, característico no ocidente a partir das revoluções industrial e política do século XVIII, parece que conduziu os trilhos da humanidade na direção do egoísmo, da cobiça e dos males que tanto os cristãos procuraram alertar. No Brasil, com a Independência e doravante abertura a maiores influências estrangeiras, estava o país suscetível aos mesmos desvios morais.

¹¹⁴ O Apostolo, **O Apostolo**, Rio de Janeiro, 07 de jan. 1866, p. 2.

¹¹⁵ Ibid., p. 1-2.

Portanto, cautela e discernimento eram o alerta na imprensa católica (e, pouco depois, entre espíritas), para que o ser humano não se perdesse na balbúrdia dos novos tempos.

Não é necessário definir com rigor o materialismo, o naturalismo ou qualquer outra noção utilizada para acusar os inimigos do pensamento católico, ainda que fosse nos termos dos próprios autores das fontes. Basta apenas observar a conotação destas palavras, a maneira como foram articuladas na imprensa e patente se tornam as tensões produzidas entre os personagens e suas respectivas doutrinas. Por exemplo, escreve Aureliano Pimentel sobre o materialismo: “torpeza asquerosa, scepticismo, blasfemar satânico”¹¹⁶. Em outro artigo, a censura cede a uma etiqueta que clarifica de modo objetivo a questão: “A derrota do pontificado no tempo irá reforçar as falanges do materialismo, do pantheismo, e do racionalismo, de todas as escolas anti-christãs(...)”¹¹⁷.

Por doutrinas me refiro de modo mais amplo ao conjunto de ideias, dogmas, filosofias ou sistemas de conhecimento defendidos por uma instituição ou um grupo de indivíduos quaisquer. Se inclinarmos a discussão para o plano da ciência, a crítica na sua inflexão de protesto foi, também, uma marca do discurso católico. Sua caminhada desde o fim do século XVIII parecia afastá-la de Cristo:

O homem vaidoso com o fructo da sciencia, esqueceu-se orgulhoso, que ella provinha de Deus, e o século XVIII appareceu ante a corrupção dos costumes, com os clarões infernaes, do philosophismo; escondêrão a doutrina de Christo esmagando no esquecimento os defensores da Igreja, entregárão o monopolio das sciencias, politica, social e econômica a uma seita descrente e anti-catholica, que calumniando a Religião sancta de Deus, procurou levantar nos altares o mais torpe materialismo.¹¹⁸

O horror ao pensamento não cristão (ou anticristão, para ser mais exato) que cedo ou tarde levaria a humanidade à corrupção nos costumes e sua decorrente ruína, não resumia os esforços na imprensa. Certo é que os cristãos, sobretudo os católicos, não apenas pretenderam esclarecer sobre os perigos de tais doutrinas, mas, como era de se esperar, de combatê-las também. Afinal, eram inimigos de Cristo e uma missão havia de ser cumprida. Assim, em tom de desafio e provocação aos

¹¹⁶ A filosofia de S. Thomaz e a literatura. **O Apostolo**, Rio de Janeiro, 05 de jun. 1870, p. 6.

¹¹⁷ A questão de Roma. **O Apostolo**, Rio de Janeiro, 12 fev. 1871, p. 4

¹¹⁸ O Christianismo e a Sciencia. **A Cruz**, Rio de Janeiro, 01 de fev. 1863, p. 2.

materialistas, a retórica de Joaquim Nabuco ao final de seu discurso foi um verdadeiro chamado para uma luta:

A guerra, no limite das minhas forças, que eu faço ao materialismo e aos systemas que negam ou abstrahem de Deus, não deixa de ter actualidade no meu paiz, onde 72nte innocularam-se pela sua moral, que é a moral do 72ntelig; e para extirpar este e fundar o amor das verdades superiores eu conto seguir-vos a todos vós que deveis tomar a vanguarda do movimento. Em qualquer caso muito feliz me julgarei se de algum modo impedir no espirito de um só de vós os triumphos do materialismo, que é para a 72nteligência uma 72nteli 72ntel, para o coração um germen de desolação, para a sociedade a anarchia, porque arranca da 72nteligência o ideal, do coração o amor, da sociedade o dever.¹¹⁹

Fim do Império, início dos Estados Unidos do Brazil e ao período que convencionalmente denominamos Primeira República (1889-1930). O discurso de denúncia não arrefeceu, pelo contrário, tonificou-se com as recentes transformações no plano político. Naquele momento, muitas das práticas que antes eram livremente exercidas pela igreja e estavam sob seus cuidados, tornam-se responsabilidade, embora não exclusiva, da administração pública. A separação entre Estado e Igreja foi consolidada com a Constituição de 1891¹²⁰ e é um fato importante do período, pois não há dúvida de que gerou burburinho entre os representantes da Igreja Católica que via sua influência diminuir perante um Estado agora leigo. Nocivo aos interesses católicos foi o reconhecimento da liberdade de culto já no Decreto n. 119-a, de 07 de janeiro de 1890¹²¹, durante o Governo Provisório, e previsto também naquela Constituição. Não menos nefasta foi a perda de seus privilégios na relação com os estados ou a União. Na verdade, não haveria quaisquer benefícios de uma religião na sua relação com a instância pública. Dito de outra maneira, a ideia de coisa pública não admitia religião oficial, muito embora a maioria da população fosse esmagadoramente católica naquela época, proporção que só começou a sofrer reconfigurações mais recentemente na história do Brasil¹²². Com o advento da

¹¹⁹ PHILOSOPHIA. **A Reforma**, Rio de Janeiro, 12 de jul. 1871, p. 3.

¹²⁰ BRASIL. Constituição de 1891. Disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>>. Acesso em: 02 de agosto de 2019.

¹²¹ BRASIL. Decreto n. 119-a, de 7 de janeiro de 1890. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm>. Acesso em: 02 de agosto de 2019.

¹²² Com a transição religiosa no país que se verifica nas taxas de decréscimo dos católicos, o interessante estudo conduzido por pesquisadores do IBGE mostra que “depois de quinhentos anos, domínio católico no Brasil está sob risco”. Ver: ALVES, José Eustáquio et al. Distribuição espacial da transição religiosa no Brasil. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 215-242, 2017.

república e a promulgação de decretos como o 119-a e a própria Constituição de 1891, os intelectuais e dirigentes católicos começaram a acusar o Estado de perseguição à Igreja, ateísmo e destruição da moralidade.

Enfim, mas para os interesses deste tópico, uma questão: como ocorreu esta trama no âmbito da educação? A Igreja é uma instituição fundamental na história da educação brasileira, evidente que mudança de tal envergadura se tornaria um motivo para críticas à educação daqueles novos tempos. Agora que o ensino leigo para as instituições públicas estava previsto na Constituição, coube aos dirigentes católicos apontar o que lhes parecia ser as inevitáveis consequências de tão insensatos esforços:

Foi proibido nos estabelecimentos públicos o ensino religioso e os professores não o poderão dar. As crianças não ouvirão falar em Deos, nem aprenderão suas leis, e a voz da consciência será transformada em mero instinto animal. Crer-se-há uma geração de feras humanas, o que não deixa de ser um povo sem Deos, sem religião e sem moral. O materialismo torpe, a imoralidade a mais livre, constituirão os fins de todos os actos dos homens! Não há moral sem religião e não há metaphysica que lhe sirva de base. Será horroroso o futuro de nossa pátria, que ainda sem tradição, sem hábitos arraigados, vê-se lançada nas trevas do paganismo.¹²³

A relação do Estado com a Igreja, na percepção desta, era de perseguição. Aqui mais diretamente podemos observar a esfera da instrução como alvo das reclamações, pois se para a Igreja o Estado adotou certa postura permissiva com doutrinas tão distintas, o mesmo não parecia ocorrer quando um professor procurava ensinar conforme os dogmas católicos. Por exemplo, José Antônio Pereira Magalhães Castro foi um dos membros da comissão para elaborar um projeto de Constituição para o país e autor de um dos três anteprojetos de constituição, mais tarde reunidos para elaboração da redação final. O anteprojeto de Magalhães Castro foi comentado em um artigo publicado no *O Apostolo*, em 23 de março de 1890, e ilustra de modo muito interessante o problema do ensino na tensão envolvendo as duas instâncias:

Aquelle quer ensinar o mais grosseiro materialismo; o Estado diz: póde ensinar; aquelle professora o ensino do comunismo em direito, do socialismo, e até do nihilismo; o Estado diz: pode ensinar; aquelle professora a mais franca libertinagem, como é o atheismo levado da teoria á pratica; o Estado diz: faz muito bem, não temos nada com isso; o padre vai pregar a religião no templo (!!!) ou ensinal-a no collegio, lycêo, etc., ou mesmo em família...ahi não: o Estado vem com o art. 17 da constituição, e diz: espere, Sr. Padre; não queremos ouvil-o; seu ensino é tão perigoso, como sua probidade pessoal;

¹²³ O ensino religioso. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 06 de abr. 1890, p. 2.

seu ensino é o ultimo inimigo que resta á sociedade debelar para conquistar o ideal completo da ordem e progresso.¹²⁴

Até aqui já temos elementos suficientes para melhor esclarecer o tema central do presente tópico. O objetivo, como indicado, é situar as críticas de Alceu Amoroso Lima em um debate que já havia se estabelecido muitas décadas antes de seu artigo. De fato, a discussão não é a mesma, ou melhor, as discussões ocorridas na imprensa da década de 1860 ou 1870 não são as mesmas do início da Era Vargas (1930-1945), simplesmente porque as circunstâncias eram outras. Não se trata, portanto, do mesmo fenômeno histórico, mas de entender que com o aumento da circulação de ideias no Brasil dos oitocentos e o posterior advento da República, a Igreja Católica muito tinha a questionar e a perder. O aumento da liberdade religiosa e o reconhecimento do ensino leigo, pelo instrumento da lei, produziram intrigas envolvendo a Igreja, outras doutrinas e mesmo as instâncias do poder, tensões que permaneceram no tempo, ainda que com diferentes nuances.

Voltemos ao caso do Instituto de Psychologia. O artigo de Alceu Amoroso Lima é uma crítica em estilo carta de protesto. De toda a sua extensão, se há um trecho que pode resumir perfeitamente a sua repulsa é este:

E agora nos vem esse Instituto de Psychologia **materialista** que é mais um atentado contra a **consciência cristã** da nacionalidade, e que nos presenteia com o '**discriminacionismo affectivo**', como a ultima palavra da '**profissão de psychologo**', hoje em dia '**officialisada**' pelo governo brasileiro¹²⁵ (grifos meus)

A história começou quando o Laboratório de Psychologia Experimental, situado nas dependências da Colônia de Alienados do Engenho de Dentro, foi convertido em Instituto de Psychologia, em março de 1932. Fosse o caso de o laboratório permanecer nas suas discretas funções de até então, Alceu Amoroso Lima nada teria a reclamar. O problema foi ter alçado voo à condição de estabelecimento público, o que significa um aumento nos poderes da instituição que, agora oficial, passa a ser financiada pelo orçamento da União. Via com muitas restrições esta mudança, para

¹²⁴ O esboço do projecto de constituição Magalhães Castro. **O Apostolo**, Rio de Janeiro, 25 de mar. 1890, p. 2.

¹²⁵ LIMA, Alceu Amoroso. O Instituto official de psychologia. **A Ordem**, n. 28, p. 401-407, 1932. A fonte consultada não está assinada, mas a literatura já citada atribui o artigo a Alceu Amoroso Lima. A revista A Ordem foi órgão do Centro Dom Vital e Amoroso Lima dirigiu a revista e presidiu a instituição. Neste sentido, sigo atribuindo a autoria do artigo.

ele uma manobra silenciosa arquitetada dentro das repartições do governo. Mas, qual era o inconveniente?

Figura 1 – Fotografia da inauguração do Instituto de Psychologia, publicada na revista Fon Fon. De vestes brancas, Wacław Radecki e assistentes, junto a autoridades



Fonte: Hemeroteca Digital¹²⁶

Parecia-lhe tudo uma espécie de plano maior de retraimento da liberdade de ensino e progressivo monopólio pedagógico pelo Estado. Por estar agora subordinado ao poder público, um estabelecimento de ensino, pesquisa e aplicação da psicologia nos níveis pedagógico, jurídico, trabalho e saúde, estaria sob responsabilidade direta do Estado. Com efeito, um Estado republicano assumir o Instituto de Psychologia significava mais outra escola oficializada, desta vez uma escola brasileira de psicologia.

Existe um outro aspecto a ser lembrado por Alceu Amoroso Lima. Na linha de frente da reforma pedagógica, com o belo discurso de torná-la moderna, estava a intelligentsia por trás do Manifesto dos Pioneiros. Estes intelectuais, por sua vez, reprovavam qualquer material de conteúdo religioso. Tal repulsa afastou a educação do pensamento cristão e conseqüentemente a aproximou de um naturalismo que sem esforço conduziria a um materialismo perigoso. Mais do que a um equivocado materialismo: as reformas direcionariam o Brasil ao comunismo! Pronto, agora todas

¹²⁶ Fon Fon: Semanario Alegre, Político, Critico e Espusiente, n. 21, 1932. p. 37.

as chaves estão disponíveis para compreender o artigo de Alceu Amoroso Lima: o estado brasileiro estava sendo capciosamente conduzido, sob o encantador discurso da reforma, por intelectuais marxistas que, na verdade, eram simpatizantes do comunismo. Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Celina Padilha e tantos outros não eram declaradamente, publicamente, comunistas, mas é que, assim julgava, ainda não era a hora certa de se passar por comunista. Por enquanto, tudo era reforma, e quando chegasse o momento certo todos passariam por “precursores do novo regime”¹²⁷.

O receio de um líder e intrépido católico como Alceu Amoroso Lima, proprietário da indústria “Cometa”, portanto homem influente e de posses¹²⁸, que o Brasil trilhasse o caminho do sovietismo, manifestou-se com os desdobramentos históricos envolvendo o Instituto de Psychologia. Mas, além de sua oficialização e uma possível articulação entre intelectuais hereges, o que exatamente havia naquele instituto que o aproximava do materialismo e do comunismo?

O fato de Radecki ser um polaco que viveu nos arrabaldes da insurreição bolchevique a outubro de 1917? Talvez. Ainda assim a questão fica insatisfatoriamente respondida. Afinal, a terra natal de Radecki não é suficiente para acusá-lo de qualquer coisa, no máximo poderíamos supor uma juventude instigada pelos nacionalismos do século XIX e pelo tumulto que precedeu à União Soviética. Um recente estudo, aliás, ligeiramente indica alguma relação com o Partido Socialista¹²⁹, mas o próprio Alceu Amoroso Lima nada sugeriu sobre as filiações políticas de Radecki. Fosse este o caso e ele não teria hesitado em apontar o fato, como insinuou quando comentou sobre alguns dos educadores brasileiros. Apenas observou que a direção do instituto estaria sob a responsabilidade de um especialista estrangeiro.

O problema residia nas diretrizes teóricas e metodológicas que seriam ensinadas e aplicadas no instituto, mais precisamente nas bases do sistema de Radecki: o “discriminacionismo afetivo”. Corrente que germinou alhures, mas que parece ter amadurecido justamente no Brasil, ela seria o fio condutor da nova escola

¹²⁷ Ibid., p. 402.

¹²⁸ Um longo e interessante artigo foi publicado no jornal A Manhã condenando a miséria e a exploração na Fábrica Cometa ajuda a compreender outros aspectos que devem ser considerados quando se trata de uma pessoa como Alceu Amoroso Lima. Ver: NOS feudos do “leader” catholico-integralista Tristão de Athayde. **A Manhã**, Rio de Janeiro, 31 de mai. 1935, p. 2.

¹²⁹ FONSECA, Luiz E.P. Wacław Radecki: propondo uma nova narrativa a um velho personagem. **Revista de Psicología**, vol. 27, n. 2, 1-12, 2018.

brasileira de psicologia. Ao menos foi assim que Alceu Amoroso Lima compreendeu: um infeliz timbre de um instituto público de psicologia, ou melhor, “aventuras ideológicas de uma determinada seita doutrinária”¹³⁰. Na verdade, não há o que suspeitar quanto a esta intenção de Radecki, pois enquanto foi chefe do laboratório na Colônia de Psicopatas a produção de seus assistentes esteve de acordo com seu sistema. A “Psychologia da vida affectiva” de Nilton Campos foi publicado como um “ensaio critico e analytico baseado no systema do discriminacionismo affectivo de Radecki”¹³¹. O “Exame psicológico da criança” de Halina Radecka, foi uma “aplicação prática do sistema Radecki”¹³². Era uma escola de psicologia, portanto, que pouco a pouco foi sendo disseminada nos trabalhos de seus assistentes. Quando adquiriu o vigor, digamos, de um sistema oficial, as atividades de ensino, pesquisa e aplicação da psicologia em um instituto reconhecido por lei e sustentado pelo dinheiro público – neste aspecto Alceu Amoroso Lima fez questão de frisar – estariam gravitando em torno de uma psicologia não brasileira, e isto era-lhe inaceitável. A recusa salta aos olhos, pois é inegável o sinal de desprezo e troça, fortalecido pelas reticências, quando ele se referiu ao “discriminacionismo afetivo”:

Eis ahi como, sem bulha nem matinada, nas ante-salas das repartições publicas se tramou toda essa transformação doutrinaria do Estado brasileiro, que, de um momento para outro, se converte em Estado psychologico, em Estado-philosopho, em Estado-ethico, combatendo determinada corrente da psychologia brasileira, a que chama desdenhosamente de ‘idealista’ e propugnando outra corrente, que é a do... ‘discriminacionismo affectivo’... Por mais comico que pareça, o caso não é para rir. Embora no corpo do regulamento não haja menção a essa corrente, encontramos-la expressamente, ao fim do folheto, com a indicação bibliográfica dos ‘trabalhos psychologicos da corrente do ‘discriminacionismo affectivo’, sendo que a maioria delles é da autoria do próprio diretor do Instituto (...)”¹³³

Claro estava que a acusação era de uma doutrina pouco afim às inclinações da nação, logo não cristã, querendo se impor como psicologia oficial. Estranha ao Brasil não exatamente por ser estrangeira, mas por não corresponder ao que Alceu Amoroso Lima entendia ser a verdadeira psicologia do povo brasileiro. Incompatível com o caráter nacional e ensinada para embasar a prática profissional em diferentes níveis, a psicologia praticada no novo instituto seria uma imposição doutrinária, uma doutrinação psicológica de um estado que, ao resolver tudo em uma silenciosa

¹³⁰ LIMA, Alceu Amoroso. op. cit., p. 405.

¹³¹ CAMPOS, Nilton. **Psychologia da vida affectiva**. Rio de Janeiro, 1930.

¹³² RADECKA, Halina. **Exame psychologico da creança**. Rio de Janeiro, 1930.

¹³³ Ibid., p. 406.

canetada, comportou-se de modo autoritário. Em que medida a psicologia daquele Instituto se distanciaria de uma psicologia cristã e genuinamente brasileira? Os cursos que seriam ministrados contavam com uma presença muito forte das ciências naturais. Na primeira parte do curso os alunos aprenderiam psicologia geral. Durante este período estudariam fisiologia, biologia, anatomia e outras ciências como a física e a química¹³⁴. Desta forma, a base introdutória da psicologia era materialista, no sentido em que intelectuais cristãos costumavam empregar este termo. Se está certo que as críticas de Alceu Amoroso Lima se inserem em uma discussão mais ampla e aqui apenas esboçada, então a perigosa psicologia daquele instituto seria “o mais crasso materialismo philosophico e moral” porque sustentada nas ciências naturais, muito presentes no decorrer do curso de psicologia a ser ministrado a partir daquele ano de 1932. Em muitas das críticas publicadas na imprensa católica se observa ataques frontais às ciências naturais, doutrinas cujos adeptos estariam se esforçando para reduzir o homem e todas as coisas às leis da Natureza. A explicação sobre a alma humana como produto da atividade cerebral, portanto necessitando do concurso da fisiologia do cérebro para compreender a expressão de suas faculdades ou, como queira, a própria natureza humana, não pode ser apartada da discussão. Não se convenceram (e nem poderiam estar convencidos) de que a fisiologia ou a psicologia experimental poderiam finalmente pôr termo a ela. Pelo contrário, não eram mais do que fracassadas tentativas de querer substituir Deus e as verdadeiras doutrinas por falsas visões sobre o homem.

Havia uma unidade nacional cujo elemento cristão era sua mola mestre. Tal unidade estaria se esfacelando porque perniciosas doutrinas encontraram espaço na imprensa, nos debates públicos, na política e na ciência. O advento da imprensa que possibilitou uma intensa circulação de ideias e a liberdade de culto reconhecida por lei no período republicano, foram sobremodo importantes no processo. É claro que outros fatores naquela conjuntura também colaboraram, como as reuniões nos cafés entre dissidentes e a imigração em massa nas duas últimas décadas do século XIX

¹³⁴ Não tive acesso ao mesmo documento que Amoroso Lima utilizou para destacar as passagens em seu artigo quando tratou do programa do curso de psicologia que seria lecionado no instituto já em 1932, mas parte do que mencionou para atacar a nova instituição pode ser confirmada em outras fontes. Por exemplo, em INSTITUTO de Psychologia. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 19 de mai. 1932, p. 4. A divulgação do programa do curso de psicologia informa que na primeira série do curso “serão abordados os problemas de psychologia geral, cujo estudo será auxiliado pelo das sciencias naturaes e biológicas, no que toca mais de perto ás suas intimas relações”.

que possibilitaram um importante intercâmbio de experiências. Seus autores, protestantes, maçons, socialistas, republicanos, liberais, entre outros falsos ou não cristãos, eram os principais responsáveis pelos males acometidos ao país, mau presságio que os católicos vinham apontando desde meados do século XIX. Praticantes de falsas doutrinas como o materialismo, crenças em excesso na ciência, defensores da ordem e do progresso, estariam a conduzir o país ao ateísmo, a um abismo moral sem retorno. O artigo de Alceu Amoroso Lima, neste sentido, herda um discurso que pressupõe o brasileiro como essencialmente católico, convicto de que ele compartilha de costumes, valores e percepções de mundo há muito arraigados e que foram construídos durante séculos desde o período colonial. Radecki, na direção do Instituto de Psychologia e cultor do “discriminacionismo afetivo”, foi como um adversário da nação e deste brasileiro cristão, em última instância elemento de um grupo inimigo responsável por levar o Brasil à ruína. Durou apenas alguns meses a existência do instituto e é muito provável que, apesar das críticas de uma pessoa influente como Alceu Amoroso Lima, ele de fato não tenha colaborado para o seu fechamento em outubro daquele ano.

A trama envolve outras pessoas. Em outubro de 1932, o ministro das Relações Exteriores, Afrânio de Melo Franco, enviou uma carta ao ministro Washington Ferreira Pires, do Ministério da Educação e Saúde Pública, mostrando-se preocupado com a informação de que havia recebido sobre o motivo da exoneração de Waclaw Radecki. Aquele ministro foi informado que Radecki do cargo de diretor foi afastado por não ser brasileiro e nem doutor em medicina. Em fins de novembro daquele ano, Washington Ferreira Pires responde ao colega¹³⁵ que o motivo não foi de tal natureza, mas orçamentário. Acontece que a manutenção do Instituto de Psychologia

(...) ia fazer-se com a renda que o mesmo produzisse, segundo um plano do prof. Radecki. Ocorre, porém, que o Gabinete Medico Legal já vinha fazendo aquilo que o Instituto se propunha a fazer para obtenção da renda. Nessas condições, os meios para a manutenção do Instituto falharam. Não sendo aconselhável incluir em orçamento verba para serviço novo destinado a atender a necessidades atendidas por outro serviço já existente, o Governo resolveu não criar tal serviço. Deixando, assim, de existir a Repartição, não havia como evitar a dispensa do respectivo diretor.

Nesta comunicação entre ministros, o fechamento do instituto e a decorrente exoneração de Radecki foi, portanto, para evitar um desnecessário custeio. É

¹³⁵ Consultada no Acervo Iconográfico da Biblioteca Nacional.

compreensível que Afrânio de Melo Franco tenha solicitado esclarecimentos ao outro ministro pois, diplomata que era, naturalmente possíveis tensões entre os governos do Brasil e da Polônia era-lhe motivo de preocupação.

Por outro lado, também não podemos esquecer dos médicos que trabalharam no instituto e conviveram com Radecki, ou que mantiveram relações próximas tanto com a instituição quanto com seu diretor. Foi em maio de 1947, já quinze anos desde o fechamento do Instituto de Psychologia e pouco anos antes do falecimento de Radecki, quando o Centro de Estudios Psicológicos de Montevideo solicitou ao Embaixador do Brasil naquela capital, José Roberto de Macedo Soares, esclarecimentos sobre os motivos da saída de Radecki do país¹³⁶. A carta enviada pelo Centro afirma que Radecki estava sendo alvo de calúnias por parte de comunistas polacos. Entre as acusações, afirmaram que ele foi expulso do Brasil por ter cometido atos ilícitos. A fim de esclarecer a questão, solicitaram esclarecimentos às autoridades brasileiras.

O Ministério das Relações Exteriores encaminhou este pedido ao Departamento Federal de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, em junho daquele ano. Em setembro o D.F.S.P. retornou informando apenas que Radecki se encontrava na Argentina, e nada mais. Tendo em vista que o que se desejava saber era outra coisa, uma nova solicitação foi feita. Uma outra resposta foi encaminhada, desta vez com esclarecimentos dos médicos Ernani Lopes e Gustavo Augusto de Rezende. O documento era confidencial e foi intitulado “Informações relativas à atuação do prof. Waclaw Radecki quando funcionário do Laboratório de Pesquisas da Colônia de Psicopatas”. Após alguns pormenores oficiais sobre contratação e atividades de Radecki, os médicos relatam algumas das indisposições e desentendimentos com ele. Segue um longo trecho da carta que apresenta uma interessante versão dos fatos de dois médicos que trabalharam com Radecki:

Em 5 de janeiro do ano seguinte [1933], tendo-se incompatibilizado com a maioria dos seus colaboradores, afastou-se do serviço, sendo exonerado por abandono de emprego em 15 de maio do mesmo ano. Agóra, o porquê das incompatibilidades que se criaram entre o referido especialista e o ambiente. Nenhum dos que com êle trabalharam aqui, jamais lhe negou competência na sua especialidade – a psicologia experimental. Ora, precisamente quando S.S. apareceu em nosso País, credenciado já por algumas publicações de sua autoria, vindas à lume em revistas europeias, não havia, ainda,

¹³⁶ Este documento, bem os que seguem, foram acessados no Arquivo Nacional.

verdadeiros profissionais da referida disciplina, em nosso meio, explicando-se, assim, tenha-o Gustavo Riedel contratado para trabalhar, quer na antiga Colônia de Psicopatas (Mulheres), de que era diretor, quer na Liga Brasileira de Higiene Mental, de que era presidente. Ao fim de algum tempo, porém, graças a um contacto mais prolongado, foram sendo observadas, as suas inúmeras falhas, quase todas, senão todas, atribuíveis a um típico estado de imaturidade emotiva sobre o qual se desenvolvera uma constituição paranoica, com componentes amorais. Sem dúvida, há toda a conveniência de apontar alguns exemplos concretos das anomalias em apreço, verificadas na sua pessoa. Assim é que não procurava adaptar-se às peculiaridades no nosso meio – embora tivesse chegado a naturalizar-se brasileiro – como provam vários pequenos fatos ilustrativos, que vão desde descortesia com os seus protetores, até às estravagâncias da indumentária e da barba de profeta, motivo até de apupos da garotada das ruas. Em relação às grosserias, o primeiro dos signatários desta exposição [Ernani Lopes], deve referir ter sido esse um dos motivos pelos quais o demitiu do cargo de psicólogo da Liga Brasileira de Higiene Mental. (...) Outro médico militar, aliás, também podemos citar, o Tte. Coronel Dr. Ubirajara da Rocha, que depois de ter sido seu dedicado colaborador, foi obrigado, pelas suas anormalidades de procedimento, a romper com êle relações. E cousa semelhante ainda ocorreu com outros distintos colegas, dos quais não podemos deixar de destacar o nome do Professor Dr. Plínio Olinto, que fora quem o recomendara a Gustavo Riedel. Mas devem ser expressamente relatados alguns dos episódios, digamos assim, observados pelo segundo signatário [Gustavo Augusto de Rezende] desta exposição, também seu colaborador e amigo nos primeiros tempos, e depois obrigado, por sua vez, a dele afastar-se, em definitivo. Na maioria, esses tristes fatos consistem em revoltantes calúnias assacadas, até, contra os seus protetores. Uma das vítimas mais visadas, foi precisamente o segundo signatário, ao qual, entre outras cousas, acusou de tentativa de suborno, e de infidelidade conjugal (com pormenores crús), a tal ponto de virem os amigos do caluniado dizer-lhe que o despedisse de sua amizade. Também teve o mesmo signatário ocasião de o observar e assistir, certa vez, em pleno surto delirante de perseguição, dando tiros para o ar no propósito de afugentar imaginários inimigos. Isso ocorreu sob a influência de uma intoxicação alcoólica e teve fugaz duração. Para comprovar o seu orgulho de paranoico, bastaria referir que, depois de ter sido acolhido fidalgamente pelas nossas altas autoridades militares, assumiu, quando se julgou indispensável, a estranha atitude de domínio, querendo mandar e desmandar, sem contraste, como se detivesse o comando de todas as forças aéreas. Semelhante atitude naturalmente determinou as consequências fáceis de compreender.

As informações prestadas, no entanto, não foram suficientes para atender à solicitação. Por meio de suas instâncias administrativas, o Ministério da Justiça e Negócios Interiores procurou descobrir se Radecki havia adquirido nacionalidade brasileira e, em caso positivo, se ele a perdeu por conta de algum crime. Por fim, procuraram levantar se havia sido decretada sua expulsão do território nacional. Isto era o que efetivamente desejava saber o *Centro de Estudios Psicológicos*. De fato, Wacław Alexandre Radecki naturalizou-se brasileiro, em julho de 1928, mas não perdeu sua nacionalidade e tampouco constam registros de qualquer ato que tenha resultado na sua expulsão do país. Estas informações, juntamente ao documento

subscrito por Ernani Lopes e Gustavo de Rezende, foram encaminhadas, já em agosto de 1948, ao Ministério das Relações Exteriores.

A trama envolvendo Waclaw Radecki, Alceu Amoroso Lima e alguns dos médicos cariocas, quando acompanhadas mais de perto, revela a presença de outras instâncias e personagens: ministérios brasileiros, a polícia do Rio de Janeiro, comunistas polacos e o Centro de Estudios Psicológicos de Montevideo. Sem dúvida, ela não se limitou ao Instituto de Psychologia. Embora a conversão do laboratório em instituto tenha suscitado o protesto de Alceu Amoroso Lima e uma correspondência epistolar entre dois ministros, trata-se de uma tensão que iniciou anos antes quando Radecki era chefe do laboratório. Aliás, muito tempo antes se levamos em conta o discurso católico sobre as filosofias e doutrinas consideradas perniciosas. Analisar este caso sob a perspectiva da controvérsia possibilita fugir do apagamento da presença de Radecki, como se observa nos ensaios escritos por quem o conheceu, ou de seu enaltecimento que se verifica mais recentemente. A psicologia que se tornou ministerial com a inauguração do Instituto de Psychologia, em 1932, foi um evento que reacendeu pontualmente uma histórica e conhecida controvérsia, trouxe à superfície as antipatias de fundo. Todavia, os problemas com os colegas médicos foram produto exclusivo das relações cotidianas de trabalho com Radecki. Não cabe concluir se o instituto fechou e se ele foi embora do país porque não havia orçamento, porque Alceu Amoroso Lima fez barulho na imprensa ou porque os desentendimentos com os médicos e a equipe de assistentes tornaram seu trabalho e sua presença algo indesejável. Foi tudo isso que constituiu a querela.

4.3 UMA ESTRANHA PSICOMETRIA E A CURIOSA PSICOLOGIA EXPERIMENTAL

Parece até que tem pacto secreto com Satanaz
(sobre o Professor Roberth)

Qual foi o psicólogo que não precisou se aventurar na matemática ou manipular instrumentos de laboratório durante o seu curso de graduação em psicologia? Estudar estatística, psicometria, psicofísica e psicologia experimental é parte do percurso do aluno aspirante a psicólogo. De modo que, ao ser interpelado sobre estas disciplinas, o aluno logo se recorda das fórmulas que precisou exercitar em casa para uma prova que se aproximava e dos experimentos que precisou realizar em atividade durante

uma aula. Difícil imaginar, portanto, outra psicometria que não aquela sustentada na matemática ou uma psicologia experimental afastada das técnicas de laboratório.

Na história, não encontraremos mais do que serviços, institutos ou laboratórios chefiados pelos tão conhecidos personagens se não suspendermos os sentidos de psicologia de que somos herdeiros. Portanto, a primeira atitude do historiador que deseja perseguir a psicologia na história é esquecer que existe uma Psicologia com P maiúsculo: disciplinada, científica, que possui uma trajetória na filosofia, outra na fisiologia ou na física. A segunda é alimentar a curiosidade por qualquer rastro do psíquico. É preciso pôr em dúvida a ideia de uma disciplina formalizada e uma ciência organizada, a partir destas ou aquelas matrizes teóricas e metodológicas. Feito isto, perseguir, onde quer que surja o psíquico, independente se o autor é um médico, um curandeiro, um jornalista, um político, um médium, um funcionário público de uma repartição qualquer, um artista ou um mágico. Quando o historiador aguçar o olfato pelos diferentes aromas do psíquico e arrefecer sua admiração pelo dinamômetro de um laboratório numa colônia ou o teste de papel na escola, ou seja, quando ele tornar simétricos os meandros da alma, mesmo quando esta é negada, o resultado será uma ampliação dos sentidos para terminologias que nos são tão caras. Se emprego os adjetivos “estranha” e “curiosa” no título é porque um espanto foi provocado no cruzamento entre a formação deste que escreve com a experiência nos arquivos. A psicometria e a psicologia experimental serão as nomenclaturas analisadas no presente tópico. O método será este: segui-las por quaisquer caminhos, sem assimetrias ou valorações, para revelar uma outra trama discursiva, um outro conjunto de práticas.

Que é psicometria? Um especialista na área que tem algum conhecimento da história de seu campo bem sabe que a psicometria nasceu com a pretensão de mensurar as reações provocadas por estímulos aplicados sobre o indivíduo. Controlar a intensidade do excitante para obter certas reações é o que procurou estudar a psicometria. Logo, pressupõe a existência de uma relação situacional entre um organismo que se submete a um procedimento e um ambiente controlado pelo experimentador. Estes esforços remetem a personagens como Francis Galton ou James Cattell. Guarda, portanto, íntimas relações com antropometria e a psicologia experimental. Quanto a esta última, estuda os fenômenos psicológicos (consciência, percepção, sensação, memória etc.) por meio dos métodos experimentais conforme praticados nos laboratórios. Trata-se, como há muito se conhece, de uma psicologia

que emergiu no último quarto do século XIX com Wundt e que logo foi cultivada por muitos outros cientistas e estudiosos da psicologia.

Agora mudemos o pano de fundo dos princípios, sem perder de vista o elemento psíquico. Uma história das ciências portadoras do radical “psico” que pretenda analisar casos na perspectiva da controvérsia não pode se furtar de incluir um outro grupo que também se envolveu nas discussões sobre a natureza humana, as relações entre o corpo e a alma, o sofrimento e suas causas, a loucura e sua terapêutica, entre outros tópicos de interesse a esse grupo de ciências: refiro-me aos estudiosos dos fenômenos psíquicos ocultos. Grupo muito vasto e desnecessário aqui abordar definição mais rigorosa, atentando apenas para o fato de que são fenômenos considerados ocultos por transcenderem os limites do sensível, isto é, do corpo ou da materialidade. Os fenômenos psíquicos ocultos são o resultado de um expurgo por uma dificuldade em torná-los objetos de análise científica, de apreciação pública. No entanto, essa dificuldade em nada se relaciona com sua possibilidade de existência, o que parece ser a reclamação dos que exploraram esse campo de estudos. Oculto porque os fenômenos são inexplorados e por isto suas causas permanecem um mistério, não exatamente por haver qualquer coisa de sobrenatural.

São estudiosos deste grupo de fenômenos os ocultistas, espiritualistas, espiritistas e outros tantos que a eles se dedicaram. De fato, são personagens por nós bastante esquecidos, mas que já no final do século XIX estavam bem articulados no Brasil. Eles estão particularmente fascinados pela telepatia, pressentimento, clarividência, levitação e por todo tipo de evento ou manifestação que julgam ser de natureza psíquica. Acreditam que estes fenômenos podem ser evidenciados em situação experimental, mas que desafortunadamente os deslumbrados pelos avanços na técnica e toda a expectativa em torno dos debates sobre a adaptação e luta pela vida, os excluíram da discussão científica. As leis que os regem são ignoradas, dificultando seu estudo. Ignoradas por aqueles que nada veem além do corpo, seus órgãos e funcionamento¹³⁷. O objetivo é “estudar os phenomenos psicologicos, assental-os em leis naturaes, retirar-lhes o maravilhoso de que as revestia a ignorância e trazel-os á ordem dos factos naturaes”¹³⁸.

¹³⁷ ERNY, Alfred. **O psychismo experimental**: estudo dos phenomenos psychicos. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1894. p. 13-17. Muitas das obras tratando sobre os fenômenos psíquicos foram editadas e divulgadas por instituições espíritas, como a Federação Espírita Brasileira.

¹³⁸ A physiologia de Haeckel e o Spiritismo. **Reformador**, Rio de Janeiro, 15 nov. 1891, p. 4.

Das interessantes obras que poderiam interessar a esta pesquisa, o que elas teriam a dizer sobre aqueles dois termos? Psicometria, em um dicionário de ciências ocultas, é definido desta forma:

Processo de percepção das vibrações psychicas deixadas num objeto por tudo o que esteve em contacto com elle. Enquanto a vidência tem como base apenas a visão, a psychometria se apoia na sensação ligada á visão. O psychometra vê e sente o estado do objeto com o qual se acha em contacto. A psychometria é fácil de ser desenvolvida. E' o neologismo formado do grego *psyché* alma e *metron*, medida.¹³⁹

Eis o que se entende por psicometria neste caso: uma capacidade que pode ser desenvolvida. Nada haveria de estranhar se fosse o caso da inteligência ou da memória, estas duas antigas faculdades da alma que podem ser aprimoradas pela experiência. Psicometria, como se sabe, é um campo específico de conhecimento, fundamento da psicotécnica como definiu Henri Piéron¹⁴⁰, e não uma habilidade. Porém, entre os estudiosos dos fenômenos psíquicos ocultos há um entendimento de que o indivíduo é dotado de faculdades adormecidas, um potencial que pode ser despertado com algum treino, com alguma educação de si capaz de transformá-lo. Uma destas potencialidades é a psicometria, o primeiro passo para despertar a clarividência. O psicômetra é aquele que vê através de objetos, mas a uma distância mais curta, enquanto o verdadeiro clarividente é aquele que vê “através de todas as cousas”¹⁴¹.

Que o leitor pense em um objeto qualquer. Imagine um antigo relógio de bolso, por exemplo. O indivíduo que se educou para se tornar um psicômetra consegue informar quem construiu o relógio e quando foi fabricado. Pois todos os acontecimentos relacionados à história dos objetos estão retidos na luz astral, espécie de tela onde se registra tudo que é, foi e será. Basta apenas que o psicômetra entre em contato com o objeto para enxergar além da materialidade e da situação imediata que experimenta para reconstituir sua história. “O psychometra – comenta Aristoteles Italia – aplicando o fragmento de uma substancia sobre a fronte, coloca o seu eu interior em relação com a alma intima que ele toca”¹⁴². Interessante é o exemplo

¹³⁹ DICCIONARIO de ciencias ocultas. São Paulo: O Pensamento, 1927. p. 117-118. Publicado em São Paulo pela editora “O Pensamento”, é um dos poucos dicionários encontrados no Brasil que poderiam fornecer um outro entendimento sobre o conceito.

¹⁴⁰ PIÉRON, Henri. **Dicionário de Psicologia**. Rio de Janeiro: Editora O Globo, 1950.

¹⁴¹ ITALIA, Aristoteles [Arthur da Silva Torres]. **Psychometria**. Rio de Janeiro: Casa Torres, 1917. p. 5.

¹⁴² Ibid., p. 17.

descrito do homem que encontrou o seguinte bilhete nos pertences de sua esposa: “Espero-te logo às 3 horas, no lugar do costume – M”. Para descobrir se verdadeiramente estava sendo vítima de adultério, levou o bilhete à testa e descobriu que, na verdade, tratava-se de outro assunto e não de traição. Desta forma, a prática da psicometria possibilitaria ao psicômetra enxergar eventos ocorridos no tempo ao se concentrar no objeto em contato. Ele cumpriria com sucesso um clássico postulado da história: investigar exatamente o que aconteceu.

A psicometria, nesta acepção, cruza o psíquico, o histórico e o arqueológico. A alma não é exclusividade dos que respiram, muito menos do humano. Todos estão animados. As coisas possuem alma e do contato com elas podemos, quando devidamente treinados, acessar todo o arquivo do passado. Assim, descobertas maravilhosas estão ao nosso alcance, verdadeiras proezas podem ser executadas com o uso da psicometria, como este relato transcrito quando do contato com um fragmento de meteorito: “parece-me que viajo para um ponto muito longínquo, disse ela, colocado deante de mim, através do espaço. Vejo coisas que me parecem estrelas; vejo também muito nevoeiro, parece-me que subo”¹⁴³. Objetos das mais diversas origens no tempo e no espaço tiveram suas existências registradas e por isso mesmo suas trajetórias podem ser observadas com a psicometria:

Submetteu, então, á visão psychometrica, um fragmento de ladrilho da antiga Roma, antimônio de Borneu, prata do Mexico basalto da caverna de Fringal, e cada lugar foi descripto correcta e minuciosamente. Uma pedra provinda do Monte das Oliveiras produziu uma descrição de Jerusalem; um pequeno fragmento da Grande Pyramide permitiu a um rapaz australiano nomeal-a e descrevel-a. Um pedaço de madeira fez ver um acto de suicídio, que foi depois confirmado; e revelações maravilhosas foram obtidas por meio de pedras apanhadas em Pompéa, na caverna de Kent e em outros logares famosos (...) Um fragmento de osso de um animal anti-diluviano permitiu á sua mulher evocar a imagem do animal, sua estructura physica, sua habitação e os seus 86ábitos e costumes. Um pedaço de pedra, tirado da casa de Cicero, em Tusculum, mostrou-lhe a morada do grande orador, seu circulo de relações e amigos, e mesmo o seu predecessor na dita casa, o dictador Scylla.¹⁴⁴

De outro modo, a prática da psicologia experimental poderia ser compreendida na sua ambiguidade. Tradicionalmente, a historiografia considera que ela representou uma ruptura epistemológica com uma psicologia sustentada na metafísica que vigorou

¹⁴³ FELICIO, Marcos. **Quarenta anos de desordem e outros escriptos**. Rio de Janeiro: Est. Graph. Roland Rohe & C., 1929. p. 411.

¹⁴⁴ Ibid., p. 411-412.

até o século XVIII. Um divisor de águas entre pré-história e história, narrativa que organiza e possui efeitos sobre a consciência do profissional. A psicologia experimental, tal como se encontra presente na historiografia e nos manuais didáticos, é uma ciência que analisa as faculdades do indivíduo por meio do método experimental, cujo script programático é executado em laboratórios vinculados a instituições universitárias. No Brasil, embora as faculdades de medicina e de direito já existissem desde as primeiras décadas do século XIX, a psicologia experimental brasileira esteve primeiro subordinada aos problemas médicos e pedagógicos, portanto instalada nas dependências de hospitais e escolas.

Agora, se procurarmos segui-la por outros caminhos, verificando onde ela foi enunciada e de que modo se articula aos territórios onde se fez presente, igualmente ampliaremos os horizontes na sua compreensão, para além das medidas de sensação ou dos tempos de reação. Assim como em psicometria, um outro significado ao termo pode ser observado.

A psicologia experimental, também referida como moderna psicologia, é a própria investigação dos fenômenos psíquicos ocultos, o campo que permitiu avançar nas suas demonstrações. Foi desta forma que se iniciou um artigo assinado por Oscar d'Argonne¹⁴⁵ e publicado no jornal *O Fluminense*: "Ha meio século que a civilização occidental estuda a psychologia experimental, afim de resolver definitivamente o problema da vida. O homem tem uma alma que sobrevive ao corpo?"¹⁴⁶. O artigo descreve uma sessão de materialização de um fantasma conduzida pelo fisiologista Charles Richet (1850-1935) e contém descrições pormenorizadas das condições experimentais produzidas no estudo do fenômeno. Observa-se que a noção de psicologia experimental aqui está intimamente articulada às sessões espíritas, portanto à mediunidade e ao ambiente que caracteriza a investigação dos fenômenos psíquicos (mesas, cortinas, velas, cadeiras, jogos de iluminação etc.). A base desta psicologia experimental seria "um estudo serio e scientifico dos attributos e dos poderes do spirito"¹⁴⁷. Dias da Cruz, em sua conferência proferida na Federação

¹⁴⁵ Pseudônimo de Carlos Cardonne Ramos, foi divulgador do Espiritismo no Brasil. Escreveu para a imprensa brasileira artigos sobre sessões espíritas e fenômenos psíquicos, e foi tradutor de obras sobre o assunto. Escreveu "Não há morte" (1918) e "Vozes do Além pelo telefone" (1925).

¹⁴⁶ O Professor Charles Richet e a materialização de fantasmas. **O Fluminense**, Nictheroy, 30 de ago. 1907, p. 2.

¹⁴⁷ O fluido electrico é o magnético?. **Reformador**, Rio de Janeiro, 01 mar. 1887. p. 3.

Espírita Brasileira foi enfático ao concluir que “spiritismo é psychologia experimental”¹⁴⁸.

A compreensão de que as investigações espíritas seriam psicologia experimental é acompanhada de uma convicção de que se trata de uma psicologia completa. É preciso lembrar que estamos diante de uma psicologia que não descartou o estudo da alma ou do espírito como ocorreu naquela praticada entre físicos e fisiologistas nas conhecidas instituições universitárias. Enquanto nesta substituíram a conotação de ciência da alma (dita filosófica ou especulativa) pela de ciência dos fenômenos de consciência, da personalidade, da mente ou do comportamento, naquela a alma permaneceu em seu âmago, centro de gravidade dos estudos psíquicos. Sendo a alma substância imortal que sobrevive aos infortúnios que o organismo sofre, uma ciência que estuda a alma neste ou em qualquer outro plano só pode ser uma ciência completa: “o spiritismo é, no ponto de vista da fenomenologia, a psychologia experimental em sua integralidade, porque abrange o estudo da alma durante a vida e depois da morte”¹⁴⁹. Desta forma, enquanto uma descartou a alma para se tornar uma ciência sustentada na fisiologia, a outra se orientou pela investigação de fenômenos desconhecidos relacionados à alma para ampliar os horizontes da ciência. Todas são psicologia experimental.

Mas havia alguma coisa que abandonava a ciência psicológica nas trevas do insondável mistério? O discurso parece se dirigir aos materialistas e todos aqueles que se debruçaram exclusivamente sobre o cérebro e suas relações com o corpo, isto é, a vida na estreita relação com o organismo biológico. Feito protesto, assim asseveraram:

E' isso o que concluímos do ensino dos espíritos, é assim que aceitamos o Spiritismo. Passamos talvez por louco ou visionário, mas isso não nos incommoda e nem nos impede de em toda parte dizermos com a convicção de nossa crença: Positivistas e Materialistas do século voltae os vossos olhos á luz, como já teem feito muitos de vossos eguaes! Mocidade estudiosa e inexperiente, não vos deixeis arrastar por essa torrente impetuosa de ideias ôcas que ferverham em vosso cérebro, não vos transvieis!¹⁵⁰

Poderíamos supor terem sido os estudiosos dos fenômenos ocultos verdadeiras vozes no deserto, grupos sem muita envergadura para organizar eventos

¹⁴⁸ Conferencia. **Reformador**, Rio de Janeiro, 15 dez. 1885, p. 4.

¹⁴⁹ A alma humana. **Reformador**, Rio de Janeiro, 01 set. 1898, p. 2.

¹⁵⁰ A physiologia de Haeckel e o Spiritismo. **Reformador**, Rio de Janeiro, 01 jan. 1892.

e tímidos em suas produções, pessoas que pela restrita circulação não sobreviveram para contar história, como diríamos em bom português. Seguiríamos argumentando que estes personagens não se organizaram institucionalmente como os médicos, padres ou os educadores que hoje são os personagens centrais, os pioneiros nos estudos filosóficos da alma e suas faculdades, os cientistas da inteligência, da sensibilidade e da volição, os fundadores de seminários, laboratórios, colônias e escolas normais, enfim, toda uma trama institucional hoje bem conhecida.

No entanto, existem alguns indícios de como esses outros personagens estavam relativamente bem amparados. Obras foram traduzidas e publicadas por meio do Departamento Editorial da Federação Espírita Brasileira. O jornal *Reformador*, órgão da Federação e fonte muito consultada para este tópico, divulgou as obras traduzidas e foi veículo para disseminação do pensamento espírita no Brasil. Também produziu e divulgou obras sobre temas relacionados aos fenômenos psíquicos o Círculo Esotérico da Comunhão do Pensamento. Em 1926, foi fundada, em São Paulo, a Sociedade Brasileira de Psychologia Experimental. Composta por um grupo de estudiosos dos fenômenos psíquicos e especialmente do hipnotismo, promoveu cursos e conferências no intuito de divulgar a psicologia experimental. Ela também esteve envolvida no caso que será apresentado no próximo tópico, sob a denominação de Sociedade Brasileira de Estudos Psychicos. Poderíamos acrescentar, ainda, os muitos outros jornais e revistas espíritas produzidas ao redor do país, com suas respectivas sociedades e grupos envolvidos. Sem contar a presença de articulistas, como os aqui mencionados, sempre atentos às novidades livrescas para as divulgar na imprensa, inclusive nos jornais não espíritas. Nas obras acessadas não constam registros de congressos ou eventos científicos organizados no país. De todo modo, ainda que não exaustivamente explorados, essas fontes apontam para a existência de grupos com alguma estrutura formal: sociedade para reuniões, editoras, tradutores, leitores, pesquisadores, jornais e revistas. Infelizmente, a historiografia ainda pouco investiga estes estudiosos da psicologia experimental ou do psiquismo.

O último exemplo a ser analisado para a psicologia experimental é um tanto pitoresco. Sairemos do terreno da ciência ou das doutrinas para nos aproximarmos do teatro e de um outro público. A psicologia experimental esteve de alguma forma presente no teatro, em meio a composição de um espetáculo protagonizado por um

tal Professor Roberth¹⁵¹ que veio da Europa para realizá-lo. Seu sobrenome é desconhecido, aliás sequer foi possível confirmar se Roberth seria algo como um nome artístico, pois na relação de passageiros consultada em documentação no Arquivo Nacional não consta ninguém com este nome¹⁵². De todo modo, tendo o nosso personagem criado ou não um pseudônimo para se apresentar em público, ele desembarcou na jovem república brasileira no vapor italiano “Europa” no dia 02 de julho de 1892, aliás, um dos momentos de maior fluxo imigratório na história do país.

Duas palavras sobre esse curioso personagem. Roberth foi apresentado nos jornais brasileiros como um professor, muito embora ficamos sem saber em qual instituição precisamente trabalhou. À sociedade fluminense ele foi lançado em tom faustoso, ostentando o título de “a maior celebridade universal” ou de “fama universal” e seus espetáculos eram anunciados ao público como “grande sucesso do dia”, “extraordinária novidade”, “representação do maravilhoso” ou ainda “últimas maravilhas do pensamento humano”. Parece até, conforme certa nota, que Roberth tinha “um pacto secreto com Satanaz”, por sua perspicácia, poder de memória e adivinhação. Ao que os jornais apontam, Roberth era reconhecido nas cortes europeias como uma celebridade e a imprensa europeia tecia os mais elogiosos comentários pelos seus trabalhos em “mathematica recreativa e psychologica”. Esse reconhecimento na Europa se expressou em “grandes applausos”, “honrosas distincções” e “medalhas de grande merito”. Em suma, elogios dignos do que chamaríamos de um verdadeiro *showman*.

Poderia afirmar que o tom da divulgação midiática no jovem Brasil republicano era um tanto exagerado e dramático, sensacionalista como diríamos hoje, ludibriador para os mais desconfiados e patético para os mal-humorados. Porém, uma observação atenta aos outros espetáculos (teatro, música etc.) anunciados nos jornais não deixa dúvidas de que Roberth não era lá uma figura extraordinária, malgrado os muitos elogios. Mesmo essa forma aparentemente um tanto descomedida de anunciar era bastante frequente para personagens estrangeiros em visita ao Brasil ou artistas

¹⁵¹ Seguirei com os textos e anúncios publicados no jornal Gazeta de Noticias ao longo dos meses de julho e agosto de 1892 (para as informações iniciais que introduzem o personagem, cf. **Gazeta de Noticias**, 3 jul. 1892, p. 8; 10 jul. 1892, p. 8; 29 ago. 1892, p. 2).

¹⁵² Na base SIAN do Arquivo Nacional <<http://sian.an.gov.br>> é possível encontrar a relação de passageiros que desembarcaram no porto do Rio de Janeiro no dia 03 de julho de 1892 pelo Vapor Europa. Não consta nenhum Roberth na lista. Suspeito que seu nome era outro e cruzei alguns nomes com idades prováveis (havia crianças e mulheres na lista), mas não consegui avançar além disso. Trata-se de um personagem misterioso.

nacionais. Puro marketing para estourar as bilheteiras? Talvez. Ao lado de Roberth, na mesma página, o “Frei Satanaz” é considerado o maior espetáculo do Rio de Janeiro e, ao lado deste, “Pedro Sem” é um “assombroso sucesso theatral”¹⁵³. Portanto, cautela é necessária na hora da análise, pois a surpresa que a leitura provoca, quando não ponderada neste aspecto, pode conduzir a um sensacionalismo por parte do historiador.

O nosso misterioso Professor Roberth desembarcou no Brasil vindo de Genova e não é possível afirmar exatamente se desempenhou alguma atividade entre a sua chegada no dia 02 de julho e o dia 05 do mesmo mês, quando foi divulgada sua primeira apresentação em público. Sigamos, então, a partir daqui.

Foi no Theatro Lyrico do Rio de Janeiro, na terça-feira do dia 05 de julho de 1892, que o célebre Professor Roberth estreou. O seu primeiro espetáculo carece de detalhes no seu conteúdo programático, mas ao que foi anunciado ele realizou uma sessão recreativa de ciência com experiências baseadas em psicologia experimental, matemática recreativa, penetração do pensamento alheio e imposição da própria vontade nas outras pessoas. Para os próximos dias o espetáculo se repetiu, mas sem muitos detalhes divulgados.

A apresentação que havia ocorrido no dia 07 parece ter repercutido tão positivamente que a plateia ficou admirada, boquiaberta para ser mais exato. Neste dia, assim divulga a Gazeta de Notícias, caiu sobre ele a responsabilidade de ter apresentado ao público um trabalho “assombroso” intitulado “Quebra Cabeças”, valendo-lhe os “mais frenéticos aplausos e admiração do público”, sendo o “trabalho mais surpreendente, mais difícil e mais aplaudido de tudo quanto ate hoje tem sido apresentado nesta capital”. Especialmente interessantes são os anúncios das apresentações para os dias 09 e 10 de julho. Curiosíssimos pormenores foram registrados, embora a excentricidade de um evento muito singular torne esse registro ainda insuficiente para satisfazer a curiosidade. Vejamos o que programa dos espetáculos tem a informar.

¹⁵³ PROFESSOR Roberth. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 03 jul. 1892, p. 8.

Figura 2 – Anúncio na Gazeta de Noticias de um espetáculo do Professor Roberth



Fonte: Hemeroteca Digital¹⁵⁴.

Um detalhe preliminar: o programa dos espetáculos recebeu o rótulo de “Historia, Sciencia e Superstição”. Em relação ao dos espetáculos anteriores, asseguraram que este era “completamente novo, fantastico e maravilhoso!”. Difícil não se contagiar com essa adjetivação a transformar tudo em magnífico. Mesas dançantes, conversação com espíritos, cadeia espírita, correspondência espírita, a mão falante e “outros phenomenos de inexplicável penetração completarão este grandioso espetáculo”. Roberth não era apenas o encarregado de cumprir um programa previamente elaborado a ser assistido por uma plateia impressionável porém inerte na participação, mas se lançou ao desafio com seus espectadores ou pelo menos parte deles: foi divulgado que estudantes e professores poderiam propor qualquer “problema mathematico, psychologico, histórico e mnemônico” com a promessa de resolvê-los todos e “adivinhar o pensamento alheio”. Com isto estaria desmascarado o espiritismo, conforme destacou em negrito a própria Gazeta. Promessas que fariam qualquer ressabiado morrer em paz.

O sucesso ao que parece foi indiscutível. A Gazeta destacou em curtas notas¹⁵⁵, nos dias 13 e 15 de julho, que devido à lotação dos camarotes e à consequente impossibilidade de “muitas famílias” não poderem prestigiá-lo, a empresa responsável pelas apresentações de Roberth adiou sua partida para a próxima semana. Sendo assim, seus últimos espetáculos no Brasil estavam previstos para ocorrer nas noites dos dias 16 e 17 que se aproximavam, sábado e domingo, desta vez no teatro S. Pedro de Alcantara.

¹⁵⁴ Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/>>.

¹⁵⁵ O Professor Roberth. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 13 jul. 1892, p. 9.
 AVISO. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 15 jul. 1892, p. 8.

A apresentação de despedida de Roberth, no domingo do dia 17 de julho, teve novidades em seu programa¹⁵⁶. Se o itinerário dele no Rio de Janeiro foi acompanhado de boas expectativas com relação à sua performance, uma saideira no mínimo era uma boa promessa. Para este espetáculo, três desafios foram divulgados: Roberth adivinharia a quantia em dinheiro no bolso de qualquer pessoa; desenharia o retrato de uma pessoa imaginada por um dos espectadores; e o que parecia ser a novidade do dia, anunciou que produziria um estado de alucinação em qualquer pessoa do público. Roberth era o artista adivinho, o homem que desafiou em teatro parte dos fenômenos inexplicáveis do espiritismo, aqueles mesmos ocultos de que tratamos há pouco. Talvez para não provocar estafa emocional no público, se o assombro relatado na Gazeta foi mesmo real, sua apresentação foi intercalada com cenas de comédia, como o “O sopro de uma dama!” e “O chapéu fallante!”. A criatividade dos títulos fascina.

Roberth é uma incógnita nesta investigação. A raridade deste acontecimento e seu aspecto jocoso para quem se envolve na leitura das páginas dos jornais, contém o elemento da dúvida sobre o que há de psicológico nisso tudo. Poderíamos resolver o enigma sugerindo que Roberth se utilizou de aparelhos de psicologia experimental (os mesmos dos laboratórios, talvez com algumas adaptações para os fins artísticos) em seus espetáculos. Não foi o caso, pois o próprio anúncio do dia 17 de julho informou que ele não fez uso de aparelho algum. Então, de que “experimentos baseados em psychologia experimental” estavam se referindo? Seria possível ignorar esse personagem e seus espetáculos resumindo tudo isso a uma completa falcatrua protagonizada por um embuste e administrada por um covil de ladravazes. Pronto, resolveríamos o caso argumentando que carecemos de fontes para avançar na análise ou que não seria possível levitar cadeiras ou ler pensamentos. Por outro lado, o que importa não é exatamente se Roberth executou o programa da forma como foi anunciado ou mesmo se a representação do evento nos jornais tem correspondência com um fato, mas um determinado sentido do psíquico, uma captura do psicológico, que circulou entre leitores da Gazeta na sociedade fluminense. É esta versão estranha que interessa, pois Roberth e o teatro também foram personagens nessa história.

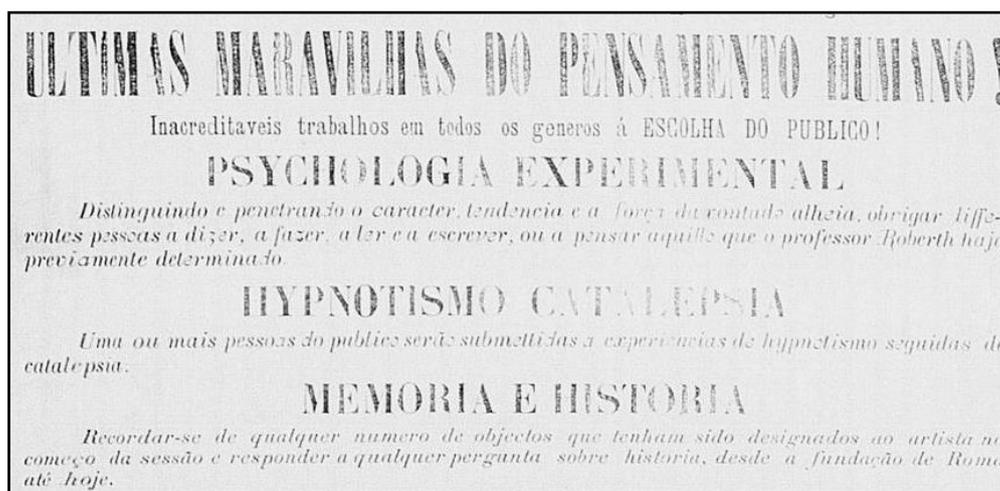
Ainda que Roberth não tenha contado com caros recursos de um laboratório experimental ou com um ambiente propício a sessões, uma etiqueta com o nome de

¹⁵⁶ THEATRO S. Pedro de Alcantara. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 17 jul. 1892, p. 8.

psicologia estava ali impressa no jornal. Seria a imposição da vontade ou a adivinhação de dinheiro no bolso? Talvez a conversação com espíritos ou a mão falante. Em quais elementos de seu espetáculo mais precisamente encontramos a psicologia experimental? Não fosse por uma nota da Gazeta, ficaríamos sem qualquer resposta.

Em um dos espetáculos¹⁵⁷ deste curioso professor a ser realizado em Juiz de Fora, houve uma divisão dos seus trabalhos em três categorias: os de “psychologia experimental”, os de “hypnotismo catalepsia” e por fim aqueles de “memoria e história”. A separação por si já é curiosa, uma vez que a hipnose como prática e a faculdade da memória foram temas muito presentes nos livros de psicologia do final do século XIX. De todo modo, o roteiro que recebeu a alcunha de “psychologia experimental” assim foi descrito: “Distinguindo e penetrando o caráter, tendência e a força da vontade alheia, obrigar diferentes pessoas a dizer, a fazer, a ler e a escrever, ou a pensar aquillo que o professor Roberth haja previamente determinado”. No geral, o desafio a que Roberth se propôs foi o de controlar, conforme sua vontade, os conteúdos do pensamento. Esta seria, em suma, a sua “psychologia experimental”. Possivelmente outras artimanhas e segredos estivessem associadas ao psicológico, mas não tendo sido explicitadas como nessa nota, a partir daqui o trabalho avançaria para um território menos seguro de especulações.

Figura 3 – A Psychologia Experimental conforme descrita na divulgação feita pelo jornal O Pharol



Fonte: Hemeroteca Digital¹⁵⁸

¹⁵⁷ THEATRO Novelli. **O Pharol**, Juiz de Fora, 19 jul. 1892, p. 3.

¹⁵⁸ Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/>>.

Esta circulação da psicologia experimental é particularmente interessante, uma vez que há um deslocamento de território (ou, no fundo, a ausência de um território): de um espaço que se propõe a uma neutralidade científica, objetiva e formal, isto é, o laboratório ou a universidade, a um outro destinado aos fenômenos ocultos, ao teatro, lugar de êxtase da plateia, de um carisma do artista, da surpresa dos desfechos incertos e do inevitável mistério que rodeia o desenrolar do espetáculo. Personagens como o desconhecido professor Roberth, de um modo bastante pitoresco e talvez insuportável para a memória de uma profissão (talvez porque vulgarize o segredo e o traduza em espetáculo ao público, na contramão dos livros e do treinamento a quatro paredes), contribuíram para a formação de uma representação sobre psicologia experimental em parte da população do Distrito Federal, destoante do sentido mais corrente na historiografia e em boa parte dos manuais de psicologia. Afinal, a imprensa é formadora de opinião pública e a circulação de sentidos ou de práticas associadas a esta ou aquela nomenclatura produz efeitos sobre os leitores que não devem ser desconsiderados.

Mas cabe perguntar: qual a relação do Professor Roberth com aqueles de que tratei anteriormente? Difícil responder com precisão, mas os anúncios também incluíram que o espiritismo seria desmascarado e que haveria conversação com os espíritos. Alguma coisa na apresentação de Roberth parecia aproximá-lo do espiritismo: seria a penetração do pensamento alheio ou a imposição da própria vontade a outra pessoa? Quem sabe o hipnotismo? Só assistindo para descobrir, pois a imprensa mais suscitou perguntas do que forneceu respostas. Talvez o propósito fosse este mesmo.

Foi objetivo deste tópico seguir a psicometria e a psicologia experimental por outros caminhos, até onde as fontes poderiam conduzir, em busca do contraditório. Significou um primeiro reconhecimento do aparentemente ilógico e absurdo, dos disparates em nome de tão nobres ramos da psicologia. Foi o primeiro encontro com estranhos personagens que estiveram logo ali, ao lado, e que muito tinham a dizer sobre o psíquico. Quantas coisas não foram produzidas com a etiqueta da psicologia! Debates sobre a natureza humana, a imortalidade da alma, o materialismo e suas limitações, o futuro da ciência e estranhas demonstrações públicas sobre as maravilhas do pensamento humano, eis aqui mais um pouco do que se fez com tal legenda. Mas, na verdade, foi uma introdução para os dois casos particulares que

seguem, pois doravante a controvérsia surgirá efetivamente como conflito. Um burburinho pode ser ouvido entre os personagens: o que eles têm a nos dizer?

4.4 O CURANDEIRO CHARLATÃO E O MESSIAS DE CAMPOS: ENTRE A MEDICINA E O ESPIRITISMO

O Messia não é chartatão;
E' um Christo talvez;
Já provou, já provou
Co'o milagre das curas que fez
(Uma modinha popular)

Para iniciar, uma sucinta apresentação dos personagens: havia um curandeiro charlatão bastante curioso que atuou em diversas cidades do sudeste ao sul do país. Era um homem alto, cor parda, com alguma corpulência e de aparência jovem. Trabalhou na Zona da Mata de Minas Gerais e algum tempo depois foi palhaço de circo, para logo ser um vendedor de drogas e de medicamentos, atividade que exerceu com grande sucesso financeiro. Na década de 1920, ficou muito famoso entre a população de cidades mineiras e fluminenses pelas suas curas milagrosas. Dizia-se que ele nunca errava, mas é que ele contava com o auxílio de um médico que, conhecendo os sintomas dos doentes, realizava o diagnóstico e prescrevia os medicamentos. Com isso, ludibriou uma multidão de desiludidos crentes de seu raro talento. Verdade seja dita: ele foi um dos maiores charlatães que o país pôde abrigar naqueles tempos, um velhaco da pior espécie. Em suma, trata-se de um caso de polícia e de medicina social, e nada mais.

Já o Messias de Campos, este era diferente. Em meados da década de 1920, a cidade de Campos, no Rio de Janeiro, presenciou as curas desse extraordinário médium. É um homem bondoso, cheio de virtudes e energia suficiente para trabalhar de 15 a 18 horas por dia pela saúde daqueles que lhe procuram. Já atendeu milhares de pessoas: fez andar os paralíticos, os cegos voltaram a enxergar e deu voz aos mudos. Levante-se desta cadeira – disse em um de seus casos – e logo uma moça parálitica começou a caminhar. Em outro, segurou a perna de uma aleijada e ordenou que andasse. Foi curada. Só durante um único dia chegou a atender 2.564 pessoas. Durante o mês de outubro de 1924 curou 721 paralíticos e aleijados. Obrou, disseram, muitos milagres, todos às vistas de testemunhas insuspeitas. Logo se tornou famoso

na imprensa como um Messias que, assim como Cristo, aliviou o sofrimento de muitos doentes.

Poderiam ser pessoas diferentes, mas um e outro são o mesmo personagem: o Professor Mozart. No primeiro caso, a descrição é do médico Xavier de Oliveira que publicou um livro denunciando os males do Espiritismo no Brasil¹⁵⁹, obra que se insere em um movimento de combate ao Espiritismo por parte da classe médica. Livros e teses foram publicados para divulgar estatísticas de internação e provar que o Espiritismo era uma das grandes causas de alienação mental no Brasil, responsável por um expressivo aumento no número de internações psiquiátricas. Xavier de Oliveira dedica um breve capítulo para tratar do Professor Mozart, para ele um consciente ludibriador das massas. O médico conversou pessoalmente com a celebridade e registrou uma parte do diálogo no capítulo, com observações sobre os males provocados por pessoas da estirpe de Mozart.

A segunda descrição, por outro lado, foi de Honorio Rivereto¹⁶⁰, engenheiro e funcionário do Telegrapho Nacional, que dedica a última parte de seu livro a descrever as curas milagrosas do médium, feitos que ele mesmo presenciou. Neste caso, muitas são as observações elogiosas ao Professor Mozart, retratado em sua obra como um homem feito Cristo: moralmente, nutre amor pelo semelhante e é guiado por sua fé inabalável. Intelectualmente, é um homem sábio e detentor de um conhecimento que somente poucos alcançaram. Espírito evoluído, em suma. Às descrições das curas praticadas se intercalam mensagens de sabedoria da filosofia espírita, defendendo o Espiritismo como a única doutrina capaz de revelar as leis que regem os mais complexos fenômenos do Universo, portanto a guiar o Homem pelo caminho da Verdade.

Mozart Dias Teixeira ou simplesmente Professor Mozart, assim conhecido, percorreu muitas cidades brasileiras no decorrer das décadas de 1920 e 1930, principalmente no sudeste e sul do país. Dos arrabaldes às capitais, sua missão era curar os enfermos que lhe pediam ajuda e sempre afirmava não receber qualquer pagamento deles. A fama começou a partir de 1924, quando suas curas em Campos, no Rio de Janeiro, chamaram a atenção dos jornalistas, políticos e da opinião pública.

¹⁵⁹ OLIVEIRA, Xavier. **Espiritismo e loucura**: contribuição ao estudo do fator religioso em psiquiatria. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco F. Editor, 1931.

¹⁶⁰ RIVERETO, Honorio. **As curas psicicas e o professor Mozart**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro, 1925.

Sobre sua biografia, nasceu em Campos no ano de 1894. De sua educação na arte de curar, Mozart estudou o faquirismo na Índia, “aperfeiçoado, completado pelo estudo assíduo da obra de Allan Kardec”¹⁶¹. Em uma entrevista concedida ao Diário Nacional em outubro de 1928, Mozart afirma que é “bacharel em ciencias hermeticas ‘honoris-causa’ pelo Circulo Esoterico Communhão do Pensamento¹⁶² e Lojas Theosophicas do Rio Grande do Sul e da Argentina”¹⁶³. Honorio Rivereto nenhum pormenor revelou sobre a vida deste misterioso personagem, pois só lhe importou a figura do extraordinário médium e não de sua pessoa.

De um modo geral, as fontes se detiveram sobre suas curas – não raro, descrições bombásticas, seja na versão do charlatão ou do missionário –, além de processos e detenções que sofreu. Sobre isto, Mozart foi perseguido por onde passou, sobretudo a partir de 1925 quando começou a ser processado por exercício ilegal da medicina. Um dos casos ocorreu em Minas Gerais e sua defesa ficou sob a responsabilidade do advogado Alvarenga Netto. Foi absolvido, mas no Rio de Janeiro, Paraná, São Paulo e provável que em outros estados brasileiros, ele também foi proibido de curar, tendo sido intimado pela polícia e preso, no decorrer dos anos de 1925 a 1937.

Figura 4 – Ilustrações de Mozart (esq.) e de um tratamento (dir.) na revista Vida Policial



Fonte: Hemeroteca Digital¹⁶⁴.

¹⁶¹ OLIVEIRA, op. cit., p. 285.

¹⁶² Mesma instituição mencionada no caso anterior e que editou o dicionário de ciências ocultas consultado para esclarecer terminologias.

¹⁶³ O Professor Mozart faz interessantes declarações ao Diário Nacional. **Diário Nacional**, São Paulo, 26 abr. 1928, p. 12.

¹⁶⁴ Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/>>.

Por enquanto, deixemos de lado suas relações com a polícia. Interessa no momento o cruzamento discursivo entre a Medicina, o Espiritismo e o psíquico. Como o Professor Mozart curou muitos doentes? Ele colocava suas mãos próximo ao doente, concentrando-se por alguns momentos, para fazer passes. Após isto, segurava, por exemplo, o membro paralisado por alguns instantes e depois ordenava que se levantasse ou caminhasse. Do ponto de vista do Espiritismo, esta foi a explicação: ele era auxiliado por médicos astrais, espíritos que momentaneamente agiam por meio de Mozart para curar as enfermidades. Por exemplo, em um dos doentes repousou uma de suas mãos na altura dos rins para que o espírito do médico Chapot-Prevost¹⁶⁵ pudesse operá-lo. Mozart foi o instrumento para que houvesse a operação astral e, logo encerrada, declarou estar o doente curado. Rivereto assim explica o mecanismo:

Perguntará o leitor, não familiarizado com a sciencia psychica, como é que esse homem cura? Respondo: o agente de todos os phenomenos astraes e, portanto, das curas acima relatadas e por nós presenciadas, é o fluido perispiritual. (...) Assim, a relação entre o medium curador e o desencarnado estabelece-se por meio do perispirito, que nada mais é do que o involucro que envolve o espirito do medium. A facilidade dessa relação depende exclusivamente do grau de afinidade, que deve existir entre os dois fluidos. Eis porque o medium Mozart faz curas instantâneas¹⁶⁶

No espiritismo todos são dotados de perispírito: é o corpo astral que envolve o espírito e prende-se à matéria. Onde está, então, a diferença entre o Messias de Campos e uma pessoa qualquer? É a mediunidade que confere ao indivíduo o poder de comunicação com os espíritos. Trata-se antes de uma sensibilidade, uma faculdade plenamente desenvolvida no Professor Mozart do que uma técnica ou um saber específico, como no caso dos médicos. Além disso, para exercer seu ofício são algumas qualidades ou disposições de que necessita: “Perfeita comunhão de vistas e sentimentos; Benevolencia reciproca para com todos os presentes; Repulsa de todo o sentimento contrario á caridade christã; Desejo único de se instruir e aperfeiçoar”¹⁶⁷. Logo, embora seja possível observar uma iniciação na filosofia espírita e no ocultismo, é uma ética e não uma técnica que dignifica o médium.

¹⁶⁵ Eduardo Chapot-Prévost (1864-1907) foi um médico brasileiro. Para uma apresentação, conferir o verbete publicado na página da Academia Nacional de Medicina: <http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=2249>.

¹⁶⁶ RIVERETO, op. cit., p. 89-91.

¹⁶⁷ Ibid., p. 90.

Rivereto foi além. Estava convicto de que Mozart era como o Cristo, pois, como este, ele foi o primeiro homem na Terra a reproduzir “as mesmas curas que o Divino Mestre fez quando da perigração por este planeta na sua ultima reencarnação”¹⁶⁸.

Por outro lado, para médicos como Xavier de Oliveira e outros críticos, não houve cura alguma, apenas um grande charlatão que se aproveitou da credulidade das massas sugestionáveis e incultas. O poder da sugestão foi o único trunfo, este foi seu segredo todo o tempo¹⁶⁹. Como funciona? A definição clássica de sugestão consiste na influência sobre o outro, isto é, quando alguém induz uma outra pessoa a pensar uma ideia ou agir de uma certa forma. O objetivo é persuadi-lo, e o uso de certas palavras, entonação de voz e gesticulação auxiliam na obtenção do efeito desejado¹⁷⁰. A prática terapêutica ou de cura com o uso de sugestão é executada de forma consciente por quem usa esta ferramenta. Portanto, é uma técnica que na prática profissional pode oferecer resultados interessantes. Deste ponto de vista, nada de plano astral existe, de qualquer coisa espiritual ou milagrosa, embora houvesse um grande público convencido disto.

Esta é a opinião de Medeiros e Albuquerque que também escreveu sobre o tão falado Professor Mozart. Aproveitou para criticar a mídia que demasiada atenção dedicou a um caso de charlatanismo e lamentar o pouco aproveitamento dos médicos desta “arma terapêutica” que é a sugestão. Quanto ao Professor Mozart, assim resumiu o caso:

Que o Prof. Mozart faça curas maravilhosas é infinitamente provável. Não é que elle tenha poder algum excepcional. Os casos de que se fala e que têm alguma probabilidade de ser verdadeiros são casos banaes de sugestão (...) E, assim, esses médicos, applicando scientificamente um recurso scientifico, chegariam ao mesmo resultado do charlatão explorador, a quem os jornaes prestam uma atenção excessiva¹⁷¹.

Pensaram os críticos que logo os paralíticos, cegos e mudos, aparentemente curados, voltariam a procurar ajuda. Isto porque os efeitos da sugestão não tardariam a cessar¹⁷², mais um indício de que Mozart não praticava nenhum milagre, apenas abusou da velha sugestão há muito conhecida na ciência. Os menos aborrecidos

¹⁶⁸ Ibid., p. 115.

¹⁶⁹ OLIVEIRA, op. cit., p. 285.

¹⁷⁰ Um apanhado sucinto de definições pode ser apreciado em RADECKI, Waclaw; REZENDE, Gustavo A. **Introdução a psychotherapia**. Rio de Janeiro: Editora Científica Brasileira Dobici & Cia., 1926, p. 28-32.

¹⁷¹ ORDEM do dia. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 31 jan. 1925, p. 5.

¹⁷² O grito do parahyba. **A Notícia**, Tres Lagoas, 02 jul. 1925, p. 1 e p. 6.

reconheciam que ele de fato curava, embora por métodos ordinários e apenas certas doenças. Casos de sífilis ou tuberculose, por exemplo, passaram longe nos relatos dos observadores.

Mas e aqueles que procuraram Mozart? A população que encheu a entrada e as escadarias dos hotéis por onde ele se hospedou ou lhe enviaram cartas pedindo socorro, o que pensavam do Professor Mozart? A imprensa admitiu repetidas vezes que por onde ele passava, uma grande massa o seguia. Pessoas de todos os estratos sociais, necessitados misturados aos curiosos, homens e mulheres, crianças, adultos e idosos, crentes e céticos, muitos queriam ver de perto o que parecia de outro mundo ou serem amparados pelas mãos do santo que obrava milagres. Os jornalistas que relataram suas observações na imprensa ou autores como Honorio Rivereto muito comentaram sobre o assombro geral dos que viram com os próprios olhos. Uma modinha popular surgiu, um vestígio interessante do impacto de suas curas sobre parte do público, ou quem sabe apenas alguns versos para atrair leitores e aumentar a tiragem do jornal:

Figura 5 – Modinha popular publicada em A Voz do Chauffeur

Primeira Parte
Pode ser, pode ser espiritismo
Ou seja hypnotismo
O poder que tem de fazer curas
Esse tal Messias
Que de Campos, que todos os dias
Cura mil criaturas;
Já curou cegos, surdos, rachiticos
Doidos e paralyticos.
Estrilho
Não é não, não é não charlatão;
Já provou, já provou
Com homens que sarou;
O Messia não é charlatão;
E' um Christo. talvez ;
Já provou, já provou
Co'o milagre das curas que fez

Fonte: Hemeroteca Digital¹⁷³

Isto pode ser observado em outra fonte. As curas de Mozart também foram registradas por um documentário produzido pela A. Botelho Filme, em fins de 1924, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. *As Curas do Professor Mozart* talvez seja o

¹⁷³ Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/>>.

registro audiovisual brasileiro mais antigo sobre curas desta natureza. A película de pouco mais de 24 minutos foi exibida em São Paulo e em Curitiba, e mostra Mozart sempre cercado de muitas pessoas, entre políticos, celebridades e a população local. A interação de Mozart com os doentes que se observa na película é interessante: passes magnéticos eram executados – o procedimento descrito mais acima – e a produção intercalava estas imagens com mensagens em fundo preto, típico do cinema mudo, para reproduzir as firmes mensagens de Mozart. Estas visavam fortalecer a confiança e a vontade do doente: “Pensa em Deus, e serás curado!”, disse a um doente que sofria de “*Tabes Spinalis*” (“encosto”, para Mozart). Para um caso de “obsessão”, um menino de 13 anos que desde os seus 4 anos via e ouvia um espírito perseguidor, disse: “Tem fé em Deus, que elle será misericordioso”. O documentário narrou que em poucos minutos Mozart curou casos de paralisia, obsessão e encosto, ou seja, pessoas que sofreram por muitos anos ou praticamente durante toda a vida tiveram a saúde restituída em 2 ou 3 minutos.

Figura 6 – Quadro de uma das cenas de cura (esq.) que precede a fala reproduzida (dir.)



Fonte: Banco de Conteúdos Culturais da Cinemateca Brasileira¹⁷⁴

Afinal, quem era o Professor Mozart: um dos “famigerados charlatões psychologos”¹⁷⁵, conforme expressão de Xavier de Oliveira, que germinam com tal rapidez no solo de um país pouco instruído e educado, um farsante que se exprimia em um português sofrível e praticante da conhecida sugestão, ou um médium

¹⁷⁴ A recuperação e divulgação do documentário em versão digital foi parte do projeto Resgate do Cinema Silencioso Brasileiro, patrocinado pela Caixa Econômica Federal e restaurado pela Cinemateca Brasileira. Uma descrição e ficha técnica podem ser acessados em <<http://bases.cinemateca.gov.br>>. O filme completo está disponível no endereço eletrônico <<http://www.bcc.org.br/filmes/443196>>.

¹⁷⁵ OLIVEIRA, op. cit., p. 277.

benfeitor que, por amor aos semelhantes, procurou aliviar o sofrimento daqueles que padeciam? O resultado da controvérsia, se é que houve um ponto final nessa história, é menos importante aqui. Uma questão, no entanto, deve ser observada: Mozart Dias Teixeira foi um dos muitos casos de espíritas curandeiros que sofreram perseguições e foram acusados de farsantes. Xavier de Oliveira analisa tantos outros espalhados pelo país, como Laureano Ojeda, o profeta da Gávea e fabuloso andarilho mexicano que saiu de seu país, atravessou a América Central e percorreu a América do Sul, a pé, até chegar ao Brasil. Dizia que viu em meio ao fogo os Quatro Cavaleiros do Apocalipse. Como também Theophilo Conceição, o amante de Deus e profeta de Santo Ignacio, que foi internado não por ser um doente, mas por suas ideias serem consideradas extravagantes, típicas de um pregador das massas. Outros são apenas mencionados para sustentar que o país sofria de uma epidemia espírita, como o Preto Velho da Rua da Harmonia, a “chibata milagrosa”¹⁷⁶ que curava com chicotadas ou o curandeiro que inspirava fortemente na altura do ventre do doente, expelia o ar pela janela, repetindo o processo exaustivamente até que finalmente declarava estar curado. A imprensa também retratou muitos outros, ora cercando-os de mistério, ora difamando e transformando em pilhéria. Enfim, muitos são os casos analisados pelos médicos para denunciar um problema que não era exclusividade do Brasil, mas observado em muitos outros países, e que do ponto de vista deles necessitava de um saneamento social.

¹⁷⁶ Ibid., p. 281.

Figura 7 – Fotografias de Mozart em companhia de sua mãe e de seu gato (esq.) e em prática (dir.), publicadas na revista O Malho



Fonte: Hemeroteca Digital¹⁷⁷

Esta questão conduz a seguinte pergunta: o que é um charlatão? Tal questionamento convida a uma incursão na historiografia. Os trabalhos que analisam os conflitos entre médicos e espíritas no Brasil não são muitos, mas tampouco a literatura sobre o assunto pode ser considerada parca. O ponto de partida será o artigo de Emerson Giumbelli¹⁷⁸, não por inaugurar a análise do problema, mas por ser, hoje, uma referência no tema e, justamente por isto, bastante citado pelos trabalhos publicados posteriormente.

A presença do espiritismo no Brasil data da década de 1860, na Bahia, e poucos anos depois, no Rio de Janeiro. A classe médica e representantes da Igreja Católica não economizaram ataques aos grupos praticantes, de modo que, desde o início, o Espiritismo foi perseguido no Brasil. Giumbelli dedica generosas linhas para mostrar como o Espiritismo, de início pejorativamente analisado segundo categorias biológicas, torna-se uma questão para as Ciências Sociais. Embora esta diferença pareça ser um problema central para o autor, o artigo é interessante por oferecer uma resposta à seguinte questão: se médicos e espíritas, cada qual em suas práticas, tem como fim a cura, o que produz ou positiva esta diferença?

É tentador esboçar diferenças epistemológicas para analisar o problema, situando ambos em seus respectivos cárceres teóricos ou as balizas conceituais que conformam uma e outra. Esforços que resultam em importantes colaborações para o

¹⁷⁷ Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/>>.

¹⁷⁸ GIUMBELLI, Emerson. Heresia, doença, crime ou religião: o Espiritismo no discurso de médicos e cientistas sociais. *Revista de Antropologia*, v. 40, n. 2, p. 31-82, 1997.

entendimento da questão, não há dúvida, mas Giumbelli adiantou uma resposta mais simples: a criação das Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia não criou apenas o médico, mas realçou os contornos de um velho personagem: o charlatão. Foi quando a prática médica se institucionalizou por meio do ensino superior no país - e articulou-se à administração pública e à instância legislativa - que todas aquelas outras que igualmente visavam a cura se tornaram objeto de fiscalização. Eram os diagnósticos realizados por médiuns e sonâmbulas, os guias práticos e os elixires vendidos e de fácil alcance pela população, sem contar os anúncios dos remédios milagrosos, práticas que muito incomodavam os médicos. Com tanta concorrência, qual seria o prestígio e o poder da classe médica? O charlatão, assim, “é especialmente condenável pelo fato de constituir um obstáculo entre o médico (com seu saber e sua prática oficiais) e a população”¹⁷⁹. Portanto, dos canjerês em Jacarepaguá à Federação Espírita Brasileira no Centro do Rio de Janeiro, todos foram acusados de charlatões.

As pesquisas da década de 90 sobre o tema, incluindo a de Giumbelli, tem um caráter mais generalista na abordagem da questão, muito embora a perspectiva teórica (no caso do autor, a Antropologia) esteja bem direcionada. Os trabalhos publicados posteriormente, no entanto, começam a circunscrever localmente a existência de grupos espíritas e suas relações conflituosas com a psiquiatria. Por exemplo, Artur Cesar Isaia analisa o discurso médico sobre as doutrinas espíritas em três teses de medicina defendidas entre 1919 e 1929¹⁸⁰. Em duas delas o discurso era claramente antiespírita, condenando o que era chamado pelos médicos de “epidemia espírita” ou “loucura coletiva”. A solução para esses médicos não era outra, senão um saneamento do problema: fechar os centros espíritas, os grandes focos da epidemia, e submeter seus dirigentes à internação psiquiátrica. Era um problema de tamanha magnitude que afirmavam ser o espiritismo uma das grandes causas de doença mental no Brasil, estando atrás apenas da Sífilis e do Alcoolismo. Na terceira tese, por outro lado, o estudante de medicina discutiu o espiritismo não em oposição à Ciência, mas como um conhecimento racional e possível de ser estudado pelos métodos experimentais. Procurou fundamentar a sobrevivência da alma após a morte do corpo e a possibilidade de comunicação entre os espíritos, ou seja, sua tese

¹⁷⁹ Ibid., p. 37.

¹⁸⁰ ISAIA, Artur Cesar. O espiritismo nas teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. **História Revista**, v. 12, n. 1, p. 63-79, 2007.

analisou os fundamentos da doutrina espírita e defendia a possibilidade de um novo método terapêutico. Foi reprovada.

Parece que Artur Cesar Isaia não conseguiu sustentar adequadamente o motivo da reprovação: se foi precisamente pela ousadia em propor que uma doutrina opositora poderia ser uma ciência e prática reconhecida, pois havia outros critérios para a aprovação da tese e proposições que fugissem dos cânones nem sempre eram reprovadas. Os médicos eram também cientistas, logo estavam abertos a novas ideias desde que defendidas segundo as regras da produção acadêmica da época. No entanto, a reprovação indica, ao menos, que o assunto era sensível e para parte da classe médica sua defesa era um insulto. Este ponto de tensão é o que particularmente interessa, embora o objetivo central do artigo tenha sido analisar a diferença entre uma posição dominante e uma divergente, exclusivamente nas teses dos concluintes do curso de medicina. Ademais, é importante considerar, a partir da tese reprovada, a possibilidade de uma relação mais imbricada entre medicina e espiritismo: no caso, um aluno da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, território sagrado dos médicos, defendeu o espiritismo. Para aprofundar a questão e torná-la mais complexa, seria necessário pensarmos o inverso: a de uma instituição dirigida por adeptos do espiritismo em que se procurou conectar o organicismo médico às curas espíritas.

Este é o caso do interessante artigo de Alexander Jabert e Cristiana Facchinetti sobre a terapêutica realizada no Sanatório Espírita de Uberaba (SEU)¹⁸¹, uma instituição psiquiátrica dirigida por cultores do espiritismo. Os autores analisaram os prontuários da instituição para mostrar como a prática médica destinada ao tratamento de alienados foi associada às terapêuticas dos médiuns, especialmente as sessões de desobsessão. Por terem analisado os prontuários, trata-se de uma tentativa de resgate das vozes dos pacientes, embora reelaboradas pela intervenção dos médicos na confecção dos documentos.

Quanto ao SEU, as intervenções são executadas de modo complementar, isto é, a clínica médica aliada às sessões espíritas. Muitas vezes os prontuários estavam recheados de terminologias médicas, sem aparente sinal de nomenclaturas do espiritismo. Contudo, um dos pacientes que tinha em sua face os sinais da

¹⁸¹ JABERT, Alexander; FACCHINETTI, Cristiana. A experiência da loucura segundo o espiritismo: uma análise dos prontuários médicos do Sanatório Espírita de Uberaba. **Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.**, v. 14, n. 3, p. 513-529, 2011.

degeneração¹⁸² recebeu o diagnóstico de “Obsessão”¹⁸³, categoria incomum no sistema classificatório das doenças psiquiátricas. Como proceder com o paciente a partir deste diagnóstico? A cura foi obtida com sessões de desobsessão para expulsar “o espírito obsessor que agia com os seus fluidos maléficos”¹⁸⁴. Apesar da divisão de tarefas que havia no SEU, interessante é que na instituição o médico poderia participar das sessões conduzidas pelos médiuns, portanto “compartilhava da concepção de que um componente espiritual poderia ser responsável pelos transtornos mentais apresentados por parte dos internos”¹⁸⁵. Vê-se, assim, um diálogo, diferentemente do que ocorreu na tese reprovada que foi analisada por Artur Cesar Isaia.

O diálogo entre espiritismo e a ciência tradicional ocorreu também em outros locais. Na verdade, se no SEU parece ter havido uma sobreposição de práticas, em outros casos há um verdadeiro sincretismo. Recentemente, Beatriz Weber e Dalvan Lins publicaram um artigo sobre a apometria no Rio Grande do Sul¹⁸⁶. A apometria foi uma cura criada pelo médico José Lacerda de Azevedo no Hospital Espírita de Porto Alegre. O médico era líder de um grupo espírita e sua técnica foi o resultado de um cruzamento entre a Medicina moderna – portanto reunindo conhecimentos oriundos da física, da química e da matemática –, além de parapsicologia, o espiritismo e doutrinas esotéricas orientais. O singular resultado produzido por José Lacerda de Azevedo sem dúvida ofereceu uma outra compreensão sobre a natureza humana e suas manifestações patológicas. No entanto, afastou-se das doutrinas espíritas mais convencionais que logo ofereceram resistência ao seu trabalho.

Os trabalhos mostram que a natureza das relações entre médicos e espíritas deve ser analisada localmente, dada a sua complexidade. Alianças locais conviveram em um cenário mais geral de tensão. Não havia sessões de um lado e clínica médica de outro, cada qual em suas respectivas instituições, mas também negociações pontuais. Por outro lado, nas instituições de formação como as faculdades, é possível

¹⁸² Por sinais da degeneração se entendia as características de rosto e de corpo que constavam nos exames médicos, como indicadores de doença mental. Media-se estatura, peso, tamanho do crânio, anotava-se o formato do nariz, das orelhas, cor de pele, entre outras características dos pacientes. Isto remonta aos modelos teóricos raciais que emergiram no século XIX e que permaneceram em voga até praticamente a Segunda Grande Guerra.

¹⁸³ A obsessão, também conhecida por possessão, é a dominação de entidades astrais inferiores sobre indivíduos considerados vulneráveis às suas ações. Ver: DICIONÁRIO de ciencias occultas. São Paulo: O Pensamento, 1927.

¹⁸⁴ JABERT & FACCHINETTI, op. cit., p. 521.

¹⁸⁵ Ibid., p. 524.

¹⁸⁶ WEBER, Beatriz Teixeira.; LINS, Dalvan Alberto Sabbi. Relações entre Espiritismo e Medicina no Rio Grande do Sul: a apometria. **ACHSC**, vol. 45, n. 1, p. 245-266, 2018.

perceber mais claramente o dissenso. Na imprensa, surgiram profundas divergências filosóficas em torno do materialismo, a existência da alma e suas relações com o corpo, os problemas morais da sociedade e outras questões que se repetiam nos discursos, algo semelhante ao examinado no tópico anterior.

Para não perdermos de vista a perseguição sofrida pelos espíritas por parte da polícia e dos médicos, a legislação sobre a prática médica é anterior à República. Quando as antigas Academias Médico-Cirúrgicas da Bahia e do Rio de Janeiro foram reorganizadas em Escolas ou Faculdades de Medicina, pela Lei de 03 de outubro de 1832, esta delinea o exercício legal da profissão. Com os destaques nos trechos de interesse, o artigo 12 assim dispõe: “Os que obtiverem o **titulo de Doutor em Medicina** pelas Faculdades do Brazil, poderão exercer em todo o Imperio indistictamente qualquer dos ramos da **arte de curar**”; o artigo 13 complementa nos seguintes termos: “**Sem titulo conferido**, ou aprovado pelas ditas Faculdades, **ninguem poderá curar**, ter botica, ou partejar, emquanto disposições particulares, que regulem o exercicio da Medicina, não providenciarem a este respeito”¹⁸⁷. O Código Penal de 1890¹⁸⁸ trata o espiritismo e práticas de cura exercidas por não médicos como crimes contra a saúde pública. Mais próximo da atuação do Professor Mozart, o Decreto Nº 3.987, de 02 de janeiro de 1920, cria o Departamento Nacional de Saúde Pública cuja uma de suas diretorias tinha por função justamente a “**fiscalização do exercício da medicina**, arte dentaria e obstetrícia, no que for inerente á capacidade legal”¹⁸⁹.

Houve quem questionasse se a formação médica garantiria um olhar clínico ou a aptidão necessária para curar. Em um interessante artigo publicado na Ilustração Pelotense¹⁹⁰, Coelho da Costa pergunta se a força psíquica poderia produzir algum efeito terapêutico e, em caso afirmativo, se o estudante de medicina a adquire ao longo de seus estudos. Assim, abre a discussão para a possibilidade da terapêutica ser antes um dom e, sendo o caso, por que privar Mozart de seu exercício? Afinal,

¹⁸⁷ BRASIL. Lei de 03 de outubro de 1832. Dá nova organização ás actuaes Academias Medico-cirurgicas das cidades do Rio de Janeiro, e Bahia. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37274-3-outubro-1832-563716-publicacaooriginal-87775-pl.html>.

¹⁸⁸ BRASIL. **Decreto Nº 847**, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Codigo Penal. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

¹⁸⁹ BRASIL. **Decreto Nº 3.987**, de 2 de janeiro de 1920. Reorganiza os serviços de Saúde Pública. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-3987-2-janeiro-1920-570495-publicacaooriginal-93627-pl.html>>.

¹⁹⁰ O Professor Mozart. **Ilustração Pelotense**, Pelotas, 1 dez. 1925, p. 16.

fato era que há meses vinha aliviando o sofrimento de muitos enfermos e isto foi suficiente para atribuir-lhe o dom de curar pelo uso de suas forças psíquicas. Seja qual for a verdadeira explicação para as curas de Mozart, nada poderia negar o fato. Importava-lhe apenas isto: “Curou? É o bastante”¹⁹¹.

De toda forma, também era um fato a existência de um instrumento legal já amadurecido na sua função fiscalizadora e que tradicionalmente pressupunha a arte da cura como ofício do médico. Cabe perguntar: qual foi a solução para que pudessem continuar seus passes, curas e sessões? Em outro recente trabalho¹⁹², Sanyo Drummond Pires e Paula Groppo formularam a hipótese de que o espiritismo no Brasil se estruturou institucionalmente como religião para “escapar às acusações de charlatanismo e de exercício ilegal da medicina. Sua ação de cunho científico fica então mais a cargo dos hospitais psiquiátricos espíritas”¹⁹³. A sua existência enquanto prática religiosa era interessante, pois a Constituição de 1891 garantia a liberdade de culto para todos os indivíduos e confissões religiosas¹⁹⁴. A expressiva presença das religiões cristãs no Brasil foi um fator importante para o enraizamento do espiritismo em nossa cultura, na sua versão religiosa. Quanto ao Professor Mozart, ele citava salmos, orava e dizia que o doente foi curado com sua própria fé, por ter confiado em Deus. O fator religioso em sua prática foi importante na sua relação com as pessoas e na produção de certos efeitos nos minutos em que a cura ocorria.

Mozart Dias Teixeira não era médico e por lei não poderia exercer a arte de curar. Evidentemente que qualquer auxílio de médicos astrais não lhe serviria para eventuais propósitos de defesa. Adepto da doutrina espírita e do ocultismo, foi perseguido por aqueles que viam o espiritismo como causa de alienação mental e ameaça à ordem pública. Leonídio Ribeiro foi direto ao dizer que os centros espíritas e de macumba eram “verdadeiras fabricas de malucos”¹⁹⁵. Logo, condenado pela classe médica, vigiado pela polícia e ainda desacreditado por parte da opinião pública, era um pária a quem a prisão ou o manicômio deveria ser seu destino. De fato, a imprensa relata muitas vezes suas intimações, processos e prisões, entre os anos de

¹⁹¹ O Professor Mozart. **Ilustração Pelotense**, Pelotas, 1 out. 1925, p. 10.

¹⁹² PIRES, Sanyo D.; GROPPPO, Paula. A institucionalização do espiritismo como religião no Brasil a partir do seu conflito com a psiquiatria. **Mnemosine**, vol. 14, n. 2, p. 25-50, 2018.

¹⁹³ *Ibid.*, p. 38.

¹⁹⁴ Brasil. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>>.

¹⁹⁵ Os perigos sociaes dos feiticeiros e dos bruxos. **Diário da Noite**, Rio de Janeiro, 04 abr. 1930, p. 4.

1924 a 1937, além de uma internação em hospício por um período de quatro meses¹⁹⁶. Por outro lado, suas curas foram observadas por milhares de pessoas no decorrer deste período, criando esperança entre aqueles que não poderiam pagar por uma consulta médica ou que sofriam de alguma moléstia sem cura pela medicina oficial. Momentaneamente ou não, mediunidade ou hipnotismo, efeito do maravilhoso ou sugestão, muitos enfermos voltaram a caminhar ou fizeram isto pela primeira vez. Não se pode afirmar isto para os cegos e mudos, pois a grande maioria dos casos relatados é de problemas de locomoção. É claro, se as acusações de fraude por simulação forem falsas, e, neste caso, teríamos um exemplo de perseguição sofrida por um personagem que cativou muita gente.

Para encerrar este tópico, importante atentar para o fato de que o personagem Professor Mozart produziu uma controvérsia que dividiu os envolvidos. Ele foi o ponto a partir do qual médicos, espíritas, jornalistas, as massas, a polícia, políticos, advogados, juristas e intelectuais diversos foram mobilizados. Por onde esteve, muitos foram aqueles que acompanharam seus passos: agentes da imprensa para observar e posteriormente publicar suas matérias; a polícia, para a qual Mozart era um criminoso por praticar a medicina sem autorização, tendo-o perseguido por mais de 10 anos; quanto aos médicos, convencidos estiveram de que Mozart era um problema de saúde pública, pois entendiam que os médiuns eram um perigo à sociedade por aumentarem o número de loucos e, por sua vez, a internação nos manicômios; os espíritas e suas sociedades apoiaram Mozart nas cidades por onde passou, como o Centro Espírita do Recreio e a Sociedade Brasileira de Estudos Psicicos. Esta última, aliás, por meio de seu secretário Nobrega da Cunha, colaborou na apresentação do documentário “As Curas do Professor Mozart” ao público; as populações de Queluz, Recreio, Rio de Janeiro, Curitiba, Pelotas, Porto Alegre, entre outras cidades brasileiras, presenciaram espantadas, esperançosas ou apenas curiosas a prática de um ocultista anunciado como um novo Messias. Na verdade, precisamos incluir nesta intriga as práticas a ele associadas, como a hipnose, sugestão, magnetismo e psicoterapia. O psíquico ziguezagueia por toda a trama.

O Professor Mozart, talvez o curandeiro mais comentado em meados de 1920, ao praticar suas curas psíquicas (ou “psycho-therapicas”¹⁹⁷, como classificou Peregrino Junior) protagonizou uma verdadeira celeuma. No decorrer da década de

¹⁹⁶ A brevíssima permanência do “professor” Mozart. **Diário da Noite**, São Paulo, 26 abr. 1928, p. 3.

¹⁹⁷ A explicação científica dos milagres. **Careta**, Rio de Janeiro, 09 ago. 1930, p. 2.

1930, sua fama arrefeceu e aumentou a convicção na imprensa de que Mozart Dias Teixeira era de fato um charlatão. Preso aqui e ali, expulso de cidades e caluniado, vez e outra aparecia novamente atendendo e ministrando conferências. Contudo, foi sendo gradativamente esquecido e já em 1939 seu paradeiro foi dado como desconhecido, talvez já esmorecido diante de tantas perseguições e mesmo diante de alguma chance de ser expulso do país.

4.5 “CA’ TE ESPERO”: O OBSEDADO E O ALIENADO ENTRE O CENTRO ESPÍRITA REDEMPTOR E A PSIQUIATRIA CARIOCA

No hospício ignoram a causa da loucura
(um redator anônimo)

Eram por volta de sete e meia da noite quando as portas se abriram. Pessoas amontoadas aguardavam do lado de fora o tão esperado momento em que o prédio iria abrir. Uma grande massa que desceu dos bondes se misturou aos que estacionaram o seu Ford ali mesmo na rua Jorge Rudge, na Vila Isabel do Rio de Janeiro. Auxiliadas por um assistente do lugar, este se esforçava para que a multidão rapidamente entrasse. Havia outro assistente prostrado à porta, nada dizia, apenas acompanhava com o olhar o fluxo humano que invadia, como quem fiscalizava um a um. E de fato estava, pois embriagados não eram bem-vindos e os que outrora foram expulsos não mais poderiam retornar. As pessoas foram entrando, umas curiosas, ali chegando pela primeira vez, outras muito crentes e já frequentadoras do local. O número de pessoas que entrou era grande, mas o recinto era um casarão à altura, grande mesmo, feito para recepcionar centenas de pessoas. Diziam que nas reuniões aquela casa recebia mais ou menos 600 pessoas, mas em outras ocasiões chegou a ficar realmente lotada, recepcionando mais de mil. Já no interior, um funcionário ia separando o público conforme o estado de saúde, a idade e sua apresentação: crianças e doentes se sentaram nas primeiras fileiras. Pessoas pouco asseadas foram separadas daquelas que cuidaram de sua higiene e apresentação. Quando o relógio encerrou às 08 horas da noite, em ponto, as portas se fecharam. Todos entraram e a sessão pública ia começar.

Homens à direita, senhoras à esquerda. Um corredor ao meio separava os dois públicos. De uma larga caixa foram oferecidos aos visitantes um líquido especial, uma água dita “fluídica” preparada para restaurar a saúde de quem a bebesse. Era feito

água benta, um remédio santo preparado por meio de preces especiais para atrair bons fluidos ao líquido, capazes de aliviar ou curar qualquer enfermidade, do sarampo à tuberculose. Poucas canecas de metal cheias do líquido foram passando de boca em boca até que todos pudessem sorver um pouco daquela água. Disseram que era para a “limpeza psíquica”. Havia naquele grande salão não mais do que 3 ou 4 lâmpadas, e quando a sessão iniciou apenas uma permaneceu acesa, iluminando o ambiente com um leve azul. Via-se, mesmo com a pouca luminosidade, uma grande tela do Cristo crucificado.

De olhos e ouvidos muito atentos, o público ali presente naquela sala às escuras mirava apenas o que se passava a sua frente: em um estrado de madeira um pouco acima do nível do chão, feito um palco de teatro, havia uma mesa ao centro com umas 10 pessoas sentadas em cadeiras ao redor. A mesa era relativamente modesta, mas sólida e firme, apenas um pouco maior do que uma mesa de jantar comum. Essas pessoas eram os médiuns que iriam compor a sessão, todas em absoluto silêncio. Seus olhares pareciam ignorar tudo ao redor, tamanho era o nível de concentração em que se encontravam. Mais atrás das cadeiras que compunham a mesa, havia outras pessoas sentadas a contornar os limites do estrado, desenhando um semicírculo que abraçava as pessoas da mesa ao centro. Estas eram as enfermas que ali estavam para se beneficiarem da corrente a ser formada naquela sessão.

Do alto do estrado, em pé, na altura da cabeceira mais distante da mesa, um homem de postura altiva e confiante pediu silêncio em todo o recinto. Começou a entoar, sozinho e com uma voz muito firme, uma espécie de prece a que chamou de “irradiação”:

Grande Fóco gerador, incitador e movimentador de tudo quanto existe no Universo! Nós, vossas partículas em depuração neste planeta, sabemos que as nossas leis são benéficas e imutáveis, e que a ellas estamos sujeitos, como tudo que no Universo existe. Sabemos também que é pelo estudo, pelo raciocínio e pelo sofrimento derivado da luta contra os nossos hábitos, contra as nossas imperfeições e contra a ignorância dos seres, que o espirito se depura, ascende mais rapidamente para vós, sua fonte de origem (...)

Continuou a tal irradiação mais um pouco, palavras que pareceram despertar assombro em uns e conforto em outros. Algumas crianças se mostravam já inquietas, ora espirrando, ora chorando, enquanto as mães lutavam sem muito sucesso para que mantivessem o silêncio. Quando finalizou, declarou “aberta a sessão” e

novamente voltou a pronunciar palavras que aos ouvidos de muitos pareciam novidades tão estranhas: “Grande Fóco! Vida do Universo! Venha a nós a nossa luz! Que se cumpram as vossas leis neste e nos outros planetas. Que o criminoso tenha a consciência dos seus crimes para que possa reparar-os, e assim livrar-se do mal”.

Logo após, como que sincronizado, assistentes que se encontravam em pé começaram a sacudir todos os presentes pelos ombros ou cabeça: homens e mulheres, crianças e idosos, todos foram sacolejados pelos assistentes depois da irradiação. Cada um era chamado pelo seu nome enquanto era sacudido. Apenas o homem de pé que entoou aquelas palavras foi poupado. Novamente ele voltou a entonar aquelas últimas palavras para logo em seguida sacudirem todos os presentes. Assim foi durante cerca de 15 minutos para que fosse executada a limpeza psíquica em todos os presentes.

Durante esse tempo uma situação se destacou das demais. Na mesa do centro, no alto do estrado, havia duas cadeiras com indivíduos estranhamente diferentes: olhos fixos a fitarem qualquer coisa que ninguém mais via, em estado de silenciosa cólera, respiração curta e nervosa, estavam com suas mãos e pés amarrados por cintas de couro que saíam da própria cadeira. Aquelas eram cadeiras especialmente feitas para os loucos em estado de grande agitação ou fúria, para que permanecessem imobilizados durante as sessões. Os assistentes sacudiram os dois enfermos com uma força medonha, sem dó nem piedade, e ao mesmo tempo sem manifestarem qualquer expressão de ódio. Esther! Esther! Esther! Chamava um. Pedro! Pedro! Pedro! E chacoalhava o outro. Executavam impassíveis o procedimento, parecendo a todos que estavam a cumprir uma rotina.

A sessão deveria ter continuado por pelo menos mais uma hora e nesse tempo os enfermos seriam curados e a todos seriam revelados os princípios da doutrina ali professada. Ocorre que alguém em meio ao público não aguentou continuar vendo as pessoas sendo violentamente sacudidas daquela forma e logo se manifestou dando voz de prisão aos agressores. Era a polícia.

Este episódio¹⁹⁸, aqui imperfeitamente reconstituído, ocorreu em agosto de 1929. A instituição era o Centro Espírita Redemptor¹⁹⁹, criado em 1911, na cidade de Santos, em São Paulo, e logo no ano seguinte se instalou no Rio de Janeiro. A nova sede – local da narrativa acima – foi inaugurada em 1912, no bairro de Vila Isabel. Encontra-se ainda hoje em atividade, sob a denominação de Centro Redentor. Para os propósitos desta pesquisa, as décadas de 1910 e 1920 são as que mais interessam, sobretudo o período em que a organização foi dirigida pelo comendador Luiz José de Mattos Chaves Lavrador (1860-1926).

Em 2012, foi publicado uma das poucas pesquisas até o momento²⁰⁰ que tem por objeto de análise o Redemptor e os tratamentos realizados na instituição. Observam os autores que as práticas ali ocorridas, como a rígida rotina a que se submetia os pacientes e os cuidados relativos à vida material e espiritual, não se distanciavam da rigidez imposta aos pacientes dos hospitais psiquiátricos, uma vez que a disciplina era praticada em ambas as instituições. O estudo procura mostrar que o Redemptor era uma instituição autoritária, em que havia a perda de identidade social dos que nele procuravam auxílio. Uma clara definição entre a vida em suas dependências e a realidade externa se estabelecia, feito um outro mundo regido por suas próprias regras. Regras bastante rígidas, pois para cumprir o objetivo da higiene espiritual, era necessário doutrinar os loucos. Neste sentido, não importa se o interno era um médico, um comerciante ou um desempregado, pois ali todos deveriam cumprir rigidamente o protocolo da instituição: horários pontuais para acordar, para as refeições ao longo do dia e para se recolher. Riqueza e prestígio social nada significavam, uma vez que o dever a ser cumprido na Terra era o mesmo para todos.

¹⁹⁸ Os detalhes sobre a organização das sessões estão descritos em pormenores na principal obra do Centro Espírita Redemptor, a obra que divulga os princípios do Racionalismo Cristão. Ver: *ESPIRITISMO Racional e Científico (christão)*. 10.ed. Rio de Janeiro: Centro Espírita Redemptor, 1937. As referências às irradiações se encontram nas páginas 175 e 176 da obra. Outros detalhes foram divulgados em um artigo assinado por João M. de Oliveira no *Correio da Manhã*: UM antro de exploração. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 14 jan. 1920, p. 3. Sobre a água fluídica: O inquérito policial vae ser aberto. **A Noite**, Rio de Janeiro, 02 jun. 1914, p. 1. Uma narração também foi escrita pelos médicos Leonídio Ribeiro e Murillo de Campos, exagerando alguns traços e tornando a sessão quase como uma cena de filme de terror. Ver: RIBEIRO, Leonídio; DE CAMPOS, Murillo. *O espiritismo no Brasil: contribuição ao seu estudo clínico e medico-legal*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1931.

¹⁹⁹ Prossegurei com a palavra Redemptor em vez da sigla CER, uma vez que “Centro Redemptor” ou simplesmente “Redemptor” eram as formas empregadas pelos dirigentes para se referirem à organização.

²⁰⁰ PEREIRA NETO, André de Faria.; AMARO, Jacqueline de Souza. O Centro Espírita Redemptor e o tratamento de doença mental, 1910-1921. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 19, n. 2, p. 491-507, 2012.

Qualquer desobediência ou sinal de recalcitrância à disciplina, o indivíduo era logo energicamente punido, o que incluía a aplicação de castigos físicos. Assim, a disciplina no cumprimento das tarefas e os castigos corporais faziam parte do cotidiano do Redemptor. Na obra *magna* da doutrina isto já estava previsto, ou seja, havia uma justificativa para a contenção por meio da violência contra os doentes. Sentir medo dos enfermeiros e dos funcionários da organização era um bom sinal no decorrer do tratamento dos loucos.

A parte em que o estudo analisa algumas das controvérsias entre o Redemptor e a psiquiatria carioca é o que mais interessa aqui. Luiz de Mattos publicou muitos de seus artigos no jornal *A Razão* para atacar os hospitais psiquiátricos e os médicos. Condenou os métodos da psiquiatria que, para ele, não curavam os doentes: as muitas intervenções médicas, como os fármacos e os banhos, eram inúteis para curar a loucura. Pior, não apenas não surtiam qualquer efeito como também a permanência nos hospícios debilitava ainda mais os pacientes. O motivo? A gênese da loucura não estava no corpo. Por outro lado, psiquiatras condenavam as práticas espíritas, e com o Redemptor não foi diferente. No discurso médico, era o mais baixo espiritismo praticado por curandeiros charlatães. Afinal, as “desobsessões” realizadas no Redemptor concorriam com os fundamentos e os métodos da medicina, pois os princípios da doutrina possibilitavam outras bases para a compreensão da vida, e isto significa um diagnóstico e uma terapêutica distintas. Certamente a presença de outros no território das mazelas humanas era uma ameaça a uma categoria muito preocupada em “penetrar áreas antes dominadas pelo senso comum e pelas práticas supersticiosas e religiosas, com o objetivo de garantir que apenas o médico devesse diagnosticar, teorizar sobre a doença mental e curá-la”²⁰¹. Monopolizar o conhecimento sobre as doenças e seu modo de tratá-las, isto é, diagnosticar e curar, era um passo necessário na conquista de confiança e consolidação de prestígio.

As diferentes vozes que foram apresentadas no estudo de Andre de Faria Pereira Neto e Jacqueline de Souza Amaro permitem ao leitor visualizar uma trama que inclui distintos personagens, sobretudo Luiz de Mattos e psiquiatras do Rio de Janeiro. No entanto, os autores executaram um jogo de aproximações e distanciamentos entre a psiquiatria e o Redemptor que não é objetivo explorar neste estudo. Ainda, analisaram as curas ali praticadas sem considerarem os fundamentos

²⁰¹ Ibid., p. 504.

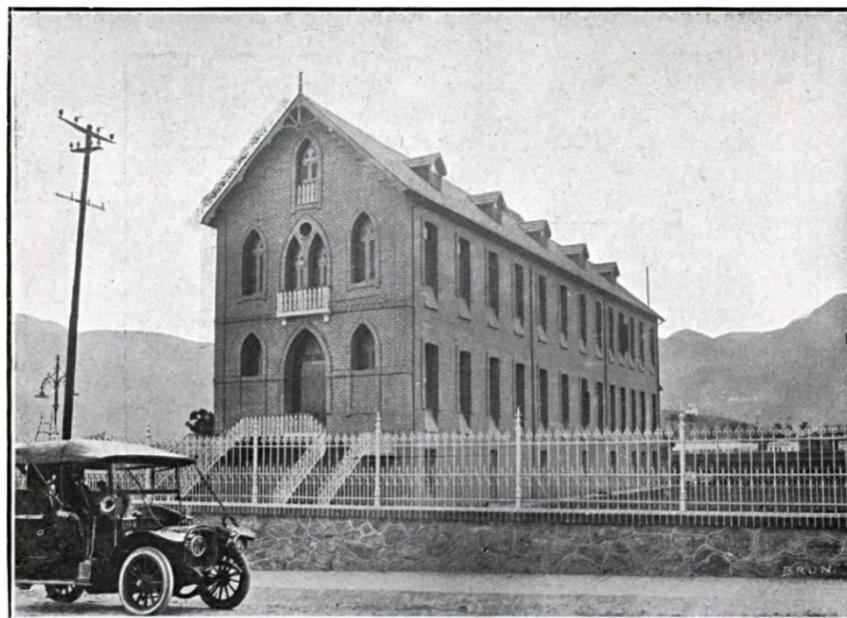
da doutrina, o que entendo ser fundamental na compreensão da controvérsia. Aqui, insistirei nas diferenças discursivas para salientar as controvérsias em torno do psíquico.

Luiz de Mattos, no jargão espírita, foi o codificador de uma doutrina denominada Espiritismo Racional e Científico (christão), Racionalismo Christão ou simplesmente Doutrina da Verdade. Trata-se de um conjunto sólido de fundamentos cuja pretensão maior era regenerar a Humanidade. Contrário às organizações religiosas e doutrinas existentes, ele afirmava que o espiritismo, tal como praticado no Redemptor, era a única doutrina a verdadeiramente lançar luz sobre os fundamentos do Universo e da vida. Todo o conhecimento produzido pelo ser humano, desde os tempos mais remotos, longe esteve de elucidar a composição e as leis que regem todas as coisas. As religiões, de um modo geral, são apenas seitas que enganam e exploram seus seguidores. Aquelas que possuíam força no Brasil foram sobretudo atacadas: a Igreja Católica era criminosa, pois em nome de Cristo cometeu crimes terríveis, e o Kardecismo era uma seita infecta responsável por transformar seus seguidores em loucos que a todo tempo davam entrada nos hospícios. Quanto à ciência, ela apenas investiga a vida material, portanto nenhuma luz foi capaz de lançar sobre os verdadeiros princípios que regem o Universo. Por isto mesmo representava a ciência um grande perigo. Em suma, todos estavam equivocados e o Redemptor se afirmou como uma escola de alto psiquismo ou laboratório psíquico que, por ser dirigida pelo Astral Superior (ou espíritos superiores, esclarecidos, logo evoluídos), foi capaz de formular claramente a Verdade. Desta forma, seus dirigentes tomaram como dever esclarecê-la ao mundo: os muitos livros editados, as conferências ministradas por Luiz de Mattos e os textos publicados no jornal *A Razão*, órgão do Redemptor, foram instrumentos importantes para cumprir a missão de divulgá-la.

Ao se contrapor a instituições há muito fortalecidas no Brasil, seja a Igreja Católica, seja a já bem estabelecida Federação Espírita Brasileira ou a ciência conforme praticada pelos médicos, o Redemptor e seus partidários ensejaram fortes controvérsias desde sua criação na década de 1910. Se é verdade que tiveram uma postura de diálogo, convidando médicos e figuras da Igreja Católica para estarem presentes nas reuniões da organização, nas conferências ministradas por Luiz de Mattos ou a responderem as críticas feitas por este diretamente n'*A Razão*, por outro, o debate também foi acirrado, para não dizer violento. A imprensa, como não poderia ser diferente, registrou boa parte dessa história e sem dúvida aquele jornal foi o

principal veículo usado pelos dirigentes do Redemptor para responder e atacar seus opositores. Em algumas das fontes livrescas, também se verifica vestígios de tais tensões, pois livros editados pelo Redemptor foram publicados para responder este ou aquele grupo. Mesmo os que não foram, as controvérsias aparecem espalhadas nos textos. O psíquico, novamente, atravessou toda a polêmica.

Figura 8 – Fotografia do prédio do Centro Espírita Redemptor, publicado à época de sua inauguração, na revista Fon Fon



O magnifico predio recentemente inaugurado pelo Centro Espirita Redemptor, para servir de hospital para obsedados, á rua Jorge Rudge (Villa Isabel).

Fonte: Hemeroteca Digital²⁰²

Duas palavras sobre os fundamentos da doutrina para continuar. Primeiro, o Universo é formado por duas substâncias: Força e Matéria. O ser humano, feito um microcosmo em relação ao Universo, também é composto por estas substâncias. A partir delas se formaram o corpo físico, perispírito e espírito. A origem é o Grande Foco²⁰³, de onde derivam toda a vida e os fenômenos do Universo. Ele é a causa inteligente de tudo que existe. É, aliás, para onde retornaremos conforme os espíritos, partículas do Grande Foco, aperfeiçoarem-se e evoluírem. Não existe “Deus” para os dirigentes do Redemptor, pois se trata de uma palavra que conduziu a Humanidade a

²⁰² As nossas aggremações. **Fon Fon**, Rio de Janeiro, 11 jan. 1913, p. 13. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/>>.

²⁰³ Nas primeiras edições da principal obra do Redemptor, a expressão Grande Foco ainda não era utilizada, mas sim Deus. Outras expressões que recordam as religiões cristãs, como Pai Todo Poderoso, foram substituídas sob a justificativa de que elas conduzem a equívocos. Foi uma forma do Redemptor se apartar das religiões e doutrinas que julgavam falsas.

equivocos e Grande Foco seria o termo mais preciso para expressar a origem inteligente de todas as coisas.

O dever de todo ser humano é precisamente o seu aperfeiçoamento no decorrer de suas muitas encarnações. A Terra é um mundo de suplícios, de luta pela vida, ambiente necessário para a progressiva evolução dos espíritos até que possam ascender, pela sua pureza, ao Grande Foco. Por outro lado, nem todos que desencarnam ascendem para fora da atmosfera terrestre, mas nela permanecem e passam a influenciar negativamente os encarnados. Aqui está um aspecto importante da cosmovisão professada pelo Redemptor: todos os males a que são acometidos os seres humanos tem como causa a influência desses espíritos, também chamados de Astral Inferior. Doenças que atacam o corpo (como a paralisia) ou o espírito (a exemplo da loucura) são provocadas pela ação dos espíritos inferiores que agem com seus fluidos perniciosos sobre os encarnados. Um detalhe fundamental para a compreensão da doutrina: isto somente ocorre porque há a Lei de Atração.

Durante nossa vida sentimos raiva, inveja, maldizemos o outro, cultivamos em excesso os desejos da carne, e tudo isto atrai os espíritos inferiores que nos desviam do propósito da purificação. De outra forma, podemos afastá-los e atrair forças que possam nos beneficiar se assim compreendermos o nosso dever e bem pensarmos. Somos capazes, portanto, de atrair pelo pensamento, por meio da Lei da Atração, tanto as coisas boas quanto aquilo que a nós pode ser nocivo. O pensamento é, em suma, um ímã. Um enunciado muito importante da doutrina é “o ser conforme pensar assim será” ou, dito de outra forma, “cada um tem o que quer ter e, portanto, o que merece”²⁰⁴. A doutrina compreende que é fundamental educarmos a vontade para bem direcionarmos o nosso pensamento e assim afastarmos os espíritos inferiores. Isto só é possível quando o indivíduo aplica sobre si uma disciplina rigorosa, conduzindo sua rotina de modo bastante rígido, ou seja, com horários inflexíveis para viver sua vida material e espiritual. Parte do dia deverá ser dedicado às necessidades materiais (negócios, alimentação, etc.) e outra à vida espiritual (arte, literatura, o esclarecimento da Verdade aos ignorantes), feito duas vidas para dois corpos de natureza distintas.

A ignorância da composição do Universo e da vida, portanto o desconhecimento de seu dever e das causas que conduzem às enfermidades, é o

²⁰⁴ Espiritismo Racional e Científico (christão). op. cit., p. 187.

primeiro problema a ser sanado. Se o indivíduo enlouqueceu foi porque atraiu para si, por meio de seu pensamento, espíritos inferiores. Sentir inveja ou ódio é um erro, pois fragiliza a existência e vai na contramão do progresso. Logo, a Humanidade precisa primeiro ser esclarecida para só então progredir, e esta foi a primeira missão do Redemptor.

Como doutrina cuja missão é de tal envergadura, evidentemente que os dirigentes do Redemptor não apenas procuraram estudá-la para difundir os princípios por meio de seus textos e conferências, mas a praticá-la com a mesma convicção com que nela creram. Afinal, o principal livro da doutrina não era apenas informativo, mas sobretudo prescritivo: orienta a todos sobre o cumprimento do dever neste mundo, a se comportar perante a vida. Este norteamento do cotidiano e da vida, sob a forma de princípios morais, era também esclarecido nas sessões do Redemptor, pois nelas seus dirigentes procuravam difundir o pensamento e demonstrar a vida além da matéria.

É por esse viés prático que surgiram os problemas com a classe médica e as autoridades policiais, pois a organização funcionou também como um centro de tratamento de loucos, isto é, indivíduos que foram alvo do Astral Inferior e por isto manifestavam sintomas de loucura. Provar publicamente a vida além da matéria significava demonstrar a verdadeira causa das enfermidades, e estas nada mais eram do que uma relação entre encarnados e os espíritos inferiores. Conforme terminologia da doutrina, “obsedados” eram os indivíduos loucos ou enfermos.

De fato, o tratamento dos obsedados foi uma importante atividade exercida no Redemptor, e por três motivos: primeiro, para cumprir seu objetivo humanitário de regeneração dos que padeciam do espírito; segundo, como forma de esclarecer o público sobre a vida além da matéria; e terceiro, seus tratamentos forneceram observações e dados para fundamentar as bases da doutrina.

Por outro lado, como se configurou a loucura na ciência psiquiátrica? Trata-se de uma das expressões da alienação mental, sendo esta uma classificação que abrange um conjunto maior de manifestações clínicas que guardam uma relação muito estreita com o cérebro. A definição de Franco da Rocha é bastante clara quanto a isto: “Para nós a alienação é uma perturbação ou anomalia, temporária ou perpetua, das relações normaes preestabelecidas entre um individuo e o seu meio social,

resultante sempre de um estado pathologico ou teratológico do cérebro”²⁰⁵. O cérebro como órgão necessário para compreender a alienação mental e suas manifestações clínicas, incluindo, portanto, a loucura, foi muito sublinhado pelos psiquiatras da época. Henrique Roxo, em manual bastante conhecido, observa que “(...) a psychiatria se não póde divorciar dos dictames da anatomia e physiologia do systema nervoso”²⁰⁶.

Este modo de compreender a alienação e a loucura não passava de um ilusório materialismo para os médiuns do Redemptor. Aliás, como se percebe a esta altura da pesquisa, era materialismo qualquer sistema de conhecimento ou ciência que excluísse a alma ou o espírito na discussão sobre a natureza humana e as enfermidades psíquicas. Os dirigentes do Redemptor asseveravam que a “ciência oficial”, modo como chamavam a ciência dos médicos e dos cientistas de laboratório, era necessariamente falsa e que nada compreendia sobre as verdadeiras causas da loucura (ou de qualquer outra doença), uma vez que a matéria é efeito e não causa das enfermidades. Urgente era conhecer que a causa residia na influência dos fluidos do Astral Inferior sobre os encarnados. Um cientista ou um médico rebateria afirmando sobre a impossibilidade dos espíritos de serem observados e que tudo isso era mágico ou sobrenatural, no mínimo especulações pouco úteis à terapêutica. No discurso do Redemptor, entretanto, o sobrenatural era ignorância, pois todos os fenômenos são regidos por leis naturais, e, portanto, podem ser estudados. Não havia sobrenatural. As sessões do Redemptor eram públicas justamente para que os fenômenos espíritas pudessem ser observados por todos os presentes.

De todo modo, ocorre que o tratamento da loucura – ou qualquer outra forma de alienação mental – era prática exclusiva do médico, assim como a arte de curar de um modo geral, como observamos no tópico anterior. Para funcionar como um estabelecimento destinado ao tratamento da loucura, o Redemptor precisaria estar de acordo com as formalidades previstas em lei. Desta feita, em 1913, logo após a inauguração da sede, Luiz de Mattos solicitou autorização ao poder público para que o Redemptor pudesse ser um centro de tratamento de loucos, mas sem qualquer finalidade lucrativa. Os arranjos formais para cumprir a lei são desnecessários aqui, mas é possível afirmar que o Redemptor contou a colaboração de um médico, enfermeiros e estudantes de medicina como internos.

²⁰⁵ DA ROCHA, Franco. **Esboço de Psychiatria**. São Paulo: Typ. Laemmert, 1904. p. 2.

²⁰⁶ BELFORD ROXO, Henrique de Brito. **Manual de Psychiatria**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1921. p. 33.

Figura 9 – Fotografia de uma sessão pública no Centro Espirita Redemptor



Fonte: *Espiritismo Racional e Científico (christão)*²⁰⁷

E como os alienados, loucos ou não, eram tratados? Os métodos apresentados nas teses ou nos manuais de psiquiatria são variados: desde a administração de fármacos, passando por banhos mornos ou gelados, massagens, laxativos, klinoterapia²⁰⁸, até o método psicanalítico que, já na década de 1910, mas sobretudo a partir de 1920, era muito estimado por alguns psiquiatras brasileiros. As opções eram consideráveis, a depender do caso. E quanto ao Redemptor? Lá a situação era outra: água fluídica, preparada a partir de irradiações ao Astral Superior para atrair fluidos benéficos à saúde humana; isolamento do obsedado, em quartos fechados e gradeados; imobilização com um equipamento de couro semelhante à camisola de força; chás à base de ervas; e a corrente fluídica, formada nas sessões para atrair o Astral Superior e afastar os espíritos inferiores. No primeiro, o corpo necessitava de intervenção para curar o alienado. No segundo, o espírito deveria ser moralizado. Apesar das divergências, um ponto em comum: o outro era sempre vítima da ignorância e, portanto, um paciente em potencial.

Os esforços, porém, não surtiram efeitos duradouros. Melhor, não demorou para que os problemas surgissem. Já em 1914, fervilharam na imprensa notícias denunciando as violências que ocorriam nas sessões do Redemptor. Começou em

²⁰⁷ *Espiritismo Racional e Científico (christão)*. op. cit., p. 153.

²⁰⁸ Método por meio do qual o paciente fica em repouso absoluto no leito, podendo durar semanas ou meses. Ver: MARCONDES, Antonio Vieira. **Klinotherapie em psiquiatria**. These defendida na faculdade de medicina do Rio de Janeiro. 1904.

maio daquele ano, quando o jornal *A Noite* estampou, em primeira página, um artigo²⁰⁹ para apresentar ao público uma investigação sobre o tratamento dado aos internados. Alegaram que lá eles eram espancados a pauladas e chicotadas, além de serem torturados com pó de mico em todo o corpo nu e com injeções de pimenta. Gritos lancinantes dos internados eram ouvidos pelos moradores da região durante a madrugada, afirmaram. Não bastasse as atrocidades de que acusou o jornal, uma das internadas foi “desonrada” por um enfermeiro, situação que o comendador de Mattos teve que resolver casando-se os dois. O Redemptor foi descrito como um inferno de suplícios, onde a brutalidade era exercida com requinte de maldade.

Houve desdobramentos no decorrer dos meses subsequentes, pois a polícia abriu um inquérito e depoimentos foram colhidos. Alguns dos internados, estudantes de medicina que se envolveram com o Redemptor, moradores das redondezas, funcionários e o próprio Luiz de Mattos, foram à polícia prestar seus depoimentos. As falas foram controversas: alguns confirmaram as brutalidades, que os loucos eram açoitados sem dó, outros disseram que nada viram e Luiz de Mattos negou tudo. O jornal *A Noite* insistiu nas acusações, enquanto outros ponderaram, considerando-as uma injustiça contra o Redemptor ou simplesmente falsas²¹⁰. No final, as acusações não foram comprovadas pela comissão que investigou e os dirigentes do Redemptor foram absolvidos²¹¹. Continuaram, portanto, a exercer a prática de desobsessão nas dependências da sede.

O caso repercutiu fora do Rio de Janeiro e esta não foi a última vez que o Redemptor foi acusado de algum crime, seja por exercício ilegal da medicina ou por maus tratos aos internados. O envolvimento com a polícia perdurou em outros episódios no decorrer dos anos e não é objetivo aqui descrevê-los. Sinalizo apenas que foi a prática de cura dos loucos (obsedados) que produziu investigações policiais, abertura de inquérito, um incômodo entre a classe médica e as campanhas na imprensa. Foi sua expressão como um hospital das doenças psíquicas, com suas regras e métodos, que centrifugou os outros personagens na história.

²⁰⁹ O “Hospital Espirita Redemptor” é um inferno de supplicios inconcebíveis. **A Noite**, Rio de Janeiro, 30 mai. 1914, p. 1.

²¹⁰ Por exemplo, em um artigo do *Correio da Noite* sobre o inquérito. Ver: O caso do hospital espirita. **Correio da Noite**, Rio de Janeiro, 04 jun. 1914, p. 3.

²¹¹ Como pode ser constatado em relatório policial de 1914 e publicado posteriormente em boletim. Ver: BRASIL. Relatórios policiaes, 3ª Delegacia Auxiliar. In: _____. **Boletim Policial**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916. p. 369.

Figura 10 – Ilustração de um momento de fúria de um obsedado sendo contido por homens esclarecidos pela doutrina. As esferas escuras representam o Astral Inferior.



Fonte: A vida fora da matéria²¹²

Falando em personagens, voltemos aos médicos. Eles são uma peça importante para compreender o caso apresentado acima, ao menos do ponto de vista do Redemptor. O médico Juliano Moreira (1873-1933) foi o bode expiatório dessa história, tendo sido apontado n'A Razão como o principal praticante de uma ciência perniciosa, culpado pelas péssimas condições da assistência aos loucos e o grande responsável pelas perseguições que o Redemptor vinha sofrendo. Representante da ciência oficial, essa mesma que nada sabe sobre as verdadeiras causas da loucura, e ainda recebendo dinheiro dos cofres públicos para dirigir o Hospício Nacional, Juliano Moreira teria agido em conluio com jornalistas e agentes públicos para fechar aquela casa de caridade que tanto agia em benefício da humanidade. Contudo, para chegarmos a isto, avancemos aos poucos.

Era março de 1917. Por aqueles tempos, o Redemptor já havia passado pelo referido processo e absolvido das acusações que o jornal A Noite fez circular na imprensa. As sessões e as curas continuaram e Luiz de Mattos, desde fins de 1915 e

²¹² **A vida fóra da matéria**. 5.ed. Rio de Janeiro: Centro Redentor, 1950. Gravura 43 da obra, sem numeração de página.

no decorrer de 1916, vinha proferindo conferências sobre ciência e religião na Associação dos Empregados do Commercio, posteriormente compiladas em livro²¹³. Com a entrada franca a todos os interessados, a intenção era comunicar ao público os fundamentos da doutrina. A divulgação feita no jornal A Rua para a conferência “o que é ser espirita” informa que “é especialmente convidada a ilustre classe médica, com certeza interessada em explicar as curas de loucos, ultimamente feitas pelo Redemptor”²¹⁴.

Parece que de fato havia médicos entre os ouvintes. Um relato sobre a conferência “O espiritismo perante a sciencia terrena” destaca que “uma selecta pleide de investigadores do espiritismo, muitos médicos e jornalistas”²¹⁵ estiveram presentes. O próprio autor dirigiu elogios e comentou sobre o grande interesse que ela despertou.

A iniciativa em dialogar com os médicos perdurou. Desta vez, por meio do jornal A Razão, Luiz de Mattos²¹⁶ solicitou alguns esclarecimentos públicos diretamente a Juliano Moreira. Foi neste momento que a controvérsia com a classe médica se instalou efetivamente.

Havia uma seção naquele jornal chamada “Nota”. Era um espaço dedicado a comentários críticos sobre questões de ordem política, social e econômica. Os responsáveis por aquela coluna muito escreveram sobre a guerra em curso na Europa, sobre temas em pauta da política brasileira, crises na economia e assim por diante. Muito foi escrito sobre a Alemanha na guerra, condenando as ações da “raça germânica”, claramente em tom pejorativo. No entanto, um artigo publicado em 27 de março de 1917 se dirigiu a um dos maiores nomes da psiquiatria brasileira, o médico psiquiatra Juliano Moreira.

O artigo foi ensejado por uma publicação do Jornal do Commercio²¹⁷, do dia anterior, a despeito dos 14 anos desde que Juliano Moreira assumiu, em 1903, a direção geral da Assistência a Alienados do Distrito Federal. Mais de 2.000 enfermos dos diversos hospitais e clínicas para alienados estavam “entregues aos seus conhecimentos scientificos”, conforme o texto. É um elogio discreto a Juliano Moreira,

²¹³ **Conferências**. Rio de Janeiro: Centro Espirita Redemptor, s.d.

²¹⁴ O que é ser espirita. **A Rua**, Rio de Janeiro, 12 jan. 1916, p. 3.

²¹⁵ O espiritismo perante a sciencia terrena. **A Noticia**, 18-19 fev. 1916, p. 2.

²¹⁶ Os artigos não foram assinados, mas é possível observar indícios da doutrina racionalista cristã em muitos dos artigos da seção “Nota”, incluindo os não direcionados a Juliano Moreira. Luiz de Mattos negou autoria, provavelmente por não querer personalizar o debate ou então dificultar eventuais processos. De todo modo, se não foi o próprio que os escreveu certamente foi algum redator envolvido nas atividades do Centro Espirita Redemptor.

²¹⁷ Dr. Juliano Moreira. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 26 mar. 1917, p. 4.

pois atenta para os “relevantes e valiosos serviços” por ele prestados, conferindo-lhe os louros de autoridade científica sobre a alienação mental. Foi em resposta a este reconhecimento que o artigo da “Nota”²¹⁸ foi publicado, solicitando os seguintes esclarecimentos a Juliano Moreira: 1. Afinal, o que é a loucura? 2. Qual é a sua causa: uma célula em particular ou o agente é outro? 3. Como preveni-la e curá-la? Estava claro para aquele redator que a loucura era o terrível mal que afligia a humanidade, causa de grande prejuízo às famílias brasileiras. Portanto, sendo Juliano Moreira uma reconhecida autoridade no assunto, responsável pelos cuidados de tantos alienados há mais de uma década (logo, clínico experiente), e considerando tais questões problemas urgentes à sociedade, esclarecê-las publicamente seria demonstração de verdadeiro patriotismo. Ofereceram a Juliano Moreira o espaço da coluna para a publicação de sua resposta. “O tempo urge”, avisou o escritor, e caso ele demorasse em respondê-los estariam autorizados a chamá-lo de “sábio...feiticeiro”. Do chamado se fez um silêncio.

Outro convite²¹⁹. Em estilo cordial, firme e assertivo, contendo qualquer coisa de ameaça, novamente lembraram que aclarar os mistérios da loucura era um dever a ser cumprido por um médico que ostentava tamanho prestígio e era, antes de tudo, um homem público. No entendimento do redator, não havia meio termo para Juliano Moreira: ou ele assume o dever de esclarecer a população, porque é especialista e pago pelos cofres públicos, ou permanece em silêncio, e, neste caso, estaria claro que não passava de uma farsa. Nenhuma resposta receberam de Juliano Moreira.

Demorou ainda menos até que outra nota fosse a público. Antes, uma observação: no dia 06 de abril de 1917, portanto 2 dias após o segundo convite, a redação do jornal A Razão recebeu um telegrama contendo a seguinte mensagem, dirigida a Luiz de Mattos: “Cá te espero”. O autor? Juliano Moreira foi o nome subscrito, como que em resposta às provocações que vinha recebendo naquela coluna. Cá te espero no manicômio, para os médicos o inevitável destino dos praticantes do espiritismo. Um efeito de fácil observação daquele telegrama foi a troça de alguns jornais que começaram a se referir a Luiz de Mattos como o “comendador cá te espero”.

Assim, sem tardar a continuação da discussão, logo no dia 08, estampado na primeira página e bem visível, uma réplica cujo título era a própria mensagem daquele

²¹⁸ A loucura. **A Razão**, Rio de Janeiro, 27 mar. 1917, p. 1.

²¹⁹ Aos cientistas especialistas. **A Razão**, Rio de Janeiro, 04 abr. 1917, p. 1.

infeliz telegrama. À insinuação de que o comendador era um louco, e o manicômio a sua fortuna, este foi o texto que efetivamente iniciou a intriga:

(...) em vez de esperar Mattos no hospício, espera-o este na corrente fluídica do redentor, espantallo da sciencia julianica cá da terra. A essa corrente irá, estamos certos, sr. Dr. Juliano Moreira, para ser normalizado e assim elle próprio provar ao mundo que a loucura não tem causa material e sim psychica que não se cura com banhos de imersão de temperatura escaldante, pellante, com narcóticos, com camisola de força e á pancada, conforme a sciencia julianica, e sim com bôa alimentação, com muito amor, muito carinho e severa educação da vontade do enfermo e esclarecimento do seu espírito.²²⁰

Prometeu o redator: “o ca te espero vai lhe custar caro”. Não iriam mais esperar qualquer resposta de Juliano Moreira sobre as questões lançadas, o momento não era mais de solicitações ou advertências. A loucura agora seria por eles explicada, colocariam definitivamente “os pingos nos is”, para provar ao público que o preclaro especialista nada sabia sobre o assunto, pois era apenas um “intrujão, explorador da bôa fé do governo, do povo e até dos seus colegas honrados”. Sem dúvida, empenharam-se para cumprir a palavra.

Apesar daquela promessa ameaçadora, o fato é que o telegrama foi uma brincadeira, mas não de Juliano Moreira. O psiquiatra negou a autoria por carta enviada à redação do jornal, que foi transcrita²²¹, procurando mostrar que ele não teria qualquer motivo razoável para fazê-lo. Não foram convencidos, pois para *A Razão* Juliano Moreira continuou sendo o autor daquelas palavras. Foi Xavier de Oliveira que revelou o responsável: “Cá te espero – telegrafou, um dia, ao malgrado Commendador Mattos da ‘A Razão’ e do ‘Centro Redemptor’, o saudoso jornalista Miguel Mello, que, por pilheria, sobpoz áquella ameaça velada (?) o nome do Prof. Juliano Moreira”²²².

Enfim, a carta de Juliano Moreira só piorou a situação, pois além de não ter apaziguado o conflito, saiu de debochado. Por consequência, no decorrer dos anos seguintes, a psiquiatria, ciência oficial dos loucos, foi violentamente atacada, em especial Juliano Moreira, mas não pouparam médicos como Antônio Austregésilo e Henrique Roxo. De 1917 a 1921, muito frequentes foram os artigos para atacar os

²²⁰ Ca’ te espero. *A Razão*, Rio de Janeiro, 08 abr. 1917, p. 1.

²²¹ Mascara científica. *A Razão*, Rio de Janeiro, 10 abr. 1917, p. 2. Um especial agradecimento aos funcionários da Biblioteca Nacional por permitirem acesso antes que o jornal fosse deslocado ao prédio em anexo, onde não poderá mais ser consultado. A versão digital está muito desfocada, tornando o artigo ilegível. O texto foi transcrito e fotografado para disponibilizar nova versão a quem interessar.

²²² OLIVEIRA, op. cit., p. 276.

médicos e as instituições psiquiátricas. Na verdade, imagine o leitor que não apenas a ciência e a terapêutica médica sofreram ataques, mas também o caráter e a honra dos médicos, além de terem publicado graves acusações a respeito das práticas manicomiais, dirigidas em forma de denúncia ao presidente da república. Os hospícios eram cemitérios de vivos e os psiquiatras verdadeiros algozes dessas casas. Desconhecedores da verdade e lançando mão de métodos bárbaros para curar loucos infelizes, os médicos responsáveis pelos hospícios e casas de saúde estavam apenas a parasitar os cofres públicos, sem oferecer qualquer alívio aos enfermos e esperança às famílias. Muitos dos ataques à psiquiatria foram publicados com demasiado destaque: títulos atraentes, expressões de forte impacto, fotografias e acusações que sem dificuldade capturam o leitor. À título de exemplo, abaixo uma denúncia publicada na seção “Crimes e Criminosos”:

Figura 11 – Reportagem que condena o Hospício Nacional de Alienados e responsabiliza o médico Juliano Moreira pelas revoltas que aconteciam na instituição



Fonte: Hemeroteca Digital²²³

Para as questões inicialmente colocadas pelo misterioso redator d'A Razão, todas produziram controvérsia. Mais acima foram esclarecidas algumas das divergências de base sobre a compreensão da loucura e suas formas de tratamento. Consideremos um caso concreto: o estudante de medicina Luiz Nunes Leite,

²²³ O que é o Hospício Nacional de Alienados. **A Razão**, Rio de Janeiro, 29 jan. 1920, p. 4.

analisado por Henrique Roxo e que tinha alucinações auditivas. O que é a experiência de alucinação auditiva? Não haveria discordâncias entre ambos se a resposta se limitasse a atestar a superfície, isto é, que se trata de um doente que percebe certos estímulos auditivos, diferentemente de outros indivíduos. Eles existem? Não, diriam os psiquiatras, pois objetivamente a alucinação é um erro perceptivo. O indivíduo percebe o que não existe no mundo, no caso, ruídos, vozes ou ordens. Dentre as explicações mais concorridas, trata-se de uma anormalidade em região específica do cérebro²²⁴.

E como isto se configura na perspectiva do Racionalismo Cristão praticado no Redemptor? As conclusões de Henrique Roxo sobre o caso foram prontamente rebatidas:

A narrativa feita pelo sr. Dr. Roxo é real, é verdadeira mas a sua conclusão, dizendo que a base desse fenômeno é falsa, que ninguém falava mal do enfermo, e as vozes que elle ouvia eram imaginarias, causa-nos profunda tristeza, porque provam a má fé, ignorância proposital por parte do sr. Dr. Roxo, com relação a esse facto, que é uma das vulgares categorias da anormalidade dos sêres (...) Às caras e corpos que esse loucos vem sem serem das pessoas que os rodeiam e que de si estão próximas, são reaes, são verdadeiras, são authenticas, como reaes, verdadeiras, certas e seguras, são as levitações dos corpos sólidos e os ruídos de moveis, louças e o movimento e transporte de objetos (...).²²⁵

A classificação era a mesma para as demais enfermidades, incluindo os loucos: são indivíduos obsedados, influenciados por espíritos inferiores que eram os verdadeiros responsáveis pelas vozes. Constituição hereditária ou alterações provocadas no cérebro eram efeitos das verdadeiras causas que os médicos insistiam em ignorar. Dito de outra forma, as vozes eram reais, pois havia emissores, só que de outro plano. Os enfermos eram médiuns em potencial que, por serem sensíveis às influências astrais, foram atacados por espíritos desencarnados que permaneceram na atmosfera terrestre. O tratamento, portanto, consistia simplesmente em moralizá-los, condição para afastar os maus espíritos.

A noção de obsedado é sintética no esclarecimento da causa. Reconhecem os sintomas e as doenças, mas admite apenas essa classificação, única e verdadeira. A causa também é unitária, sempre a relação entre o encarnado com espíritos inferiores

²²⁴ Ver, por exemplo: BELFORD ROXO, op. cit., p. 71-89.

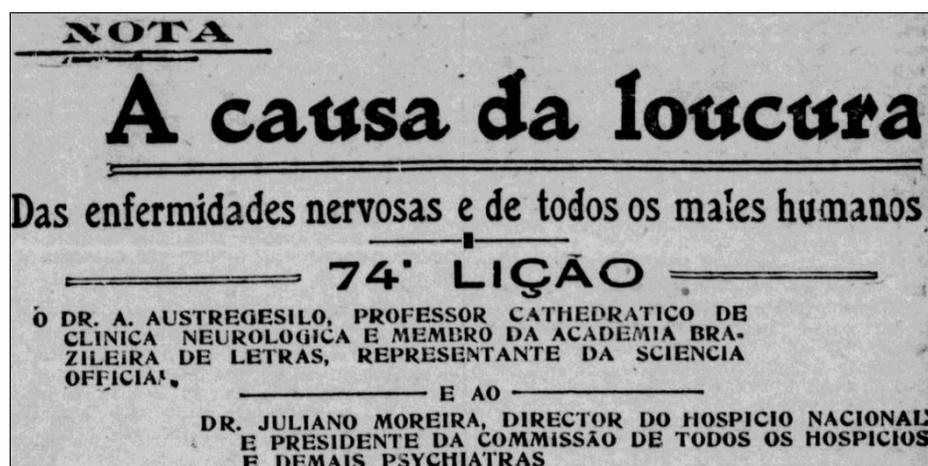
²²⁵ Cegos e surdos propositaes. **A Razão**, Rio de Janeiro, 02 set. 1917, p. 1.

atraídos. Logo, salvo raras exceções, ser enfermo é ser obsedado. Por outro lado, a psiquiatria clinicamente observa e descreve os diferentes sintomas das doenças, mas seu sistema de classificação é tanto analítico quanto sintético, isto é, disseca as manifestações clínicas e as agrupa em etiquetas distintas. Esforços que provocaram muitas divergências entre os psiquiatras, mais ou menos adeptos a esta ou aquela classificação. À época, muito se falou sobre a classificação de Emil Kraepelin (1856-1926) e Juliano Moreira foi um adepto, mas outras entraram no debate, sejam francesas ou propostas nacionais. As causas de longe tendiam a uma unidade, mas o cérebro e suas alterações tinham um grande peso nos modelos explicativos. Materialismo vil para o Redemptor, ciência para a psiquiatria.

Se entrelaçarmos os quadros explicativos, veremos a coerência discursiva de cada grupo entrar em curto circuito. Quem vê espíritos e ouve vozes sofre das faculdades mentais, na psiquiatria, mas é um médium em potencial para os espíritos do Redemptor. Para estes, quem ignora a vida além da matéria está obsedado, portanto louco. De nada adianta a internação em sanatório psiquiátrico, pois quem não age sobre as verdadeiras causas dará por incurável um enfermo. Assim, psiquiatras loucos, os charlatães diplomados, ao tentarem curar outros loucos, tornava o hospício uma casa de suplícios físicos e morais. Para os psiquiatras, por sua vez, o cérebro é órgão fundamental para explicar por que alguns veem espíritos, agridem-se ou cometem suicídios. Estudar positivamente a loucura implica necessariamente em elucidar os mistérios do cérebro e suas relações com a alienação mental. A escolha do método terapêutico apropriado depende de um bom diagnóstico. Fora isto, era falsa ciência. Enfim, sob qualquer ponto de vista, o outro é um farsante, um louco a ser tratado por quem assim enuncia.

É interessante como essa discussão ocorreu na imprensa. Fora os artigos que tinham por objetivo principal denunciar, há aqueles que pretendiam ensinar aos médicos Juliano Moreira e Antonio Austregesilo os princípios da Doutrina da Verdade. Afinal, ela afirmava que a medicina era filha do espiritismo e, para cumprir sua missão na Terra, os médicos diplomados, esses doutores tão orgulhosos de suas conquistas terrenas, precisavam ser esclarecidos. A resposta ao “cá te espero” também veio em formato de instrução, pois dezenas de lições foram publicadas com frequência naquele jornal para instruir os médicos ignorantes.

Figura 12 – Uma das lições dirigidas aos médicos Juliano Moreira e Antonio Austregesilo, sobre a causa da loucura e das doenças em geral



Fonte: Hemeroteca Digital²²⁶

Importante atentar para um fato até agora não mencionado. Médicos e dirigentes do Redemptor não eram dois grupos claramente separados feito aquela clássica cena de batalha dividida entre exércitos de dois reinos a se enfrentarem brutalmente. As relações foram um tanto mais complexas. Nas publicações do Redemptor, a presença de autoridades da medicina e da fisiologia é marcante: entre os estrangeiros, o tão citado Claude Bernard (1813-1878) e, entre os brasileiros, os médicos Alberto Seabra (1872-1934) e Vicente Cândido Figueira de Saboia (1836-1909), o Visconde de Saboia. Quanto aos dois últimos, a leitura de suas obras permite compreender o motivo dos elogios e das capturas: Visconde de Saboia, em “A vida psychica do homem”²²⁷, analisa criticamente as doutrinas positivista, evolucionista e materialista que, segundo sua compreensão, atentam contra a ideia de Deus e a existência da alma. Já Alberto Seabra escreveu sobre fenômenos psíquicos ocultos²²⁸ e apontou, em “O problema do Além e do Destino”, as limitações da ciência materialista e a necessidade de considerar um princípio capaz de movimentar a matéria inerte. Fartas citações foram feitas a essas obras para sustentar os princípios do espiritismo praticado no Redemptor. Isto também se aplica a algumas figuras religiosas, pois o padre Antônio Vieira (1608-1697) foi muito admirado por Luiz de Mattos e uma de suas grandes inspirações. Desta forma, as alianças deslocam os indivíduos no interior dos grupos, e seguir os personagens, nas referências presentes

²²⁶ A causa da loucura. **A Razão**, Rio de Janeiro, 15 jun. 1918, p. 1.

²²⁷ SABOIA, Vicente Candido Figueira de. **A vida psychica do homem**: ensaio philosophico sobre o Materialismo e o Espiritualismo. Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editores, 1903.

²²⁸ SEABRA, Alberto. **O problema do Além e do Destino**. Rio de Janeiro: O Pensamento, 1927.

nos livros, nas conferências e na imprensa, possibilita visualizar relações heterogêneas.

Seria possível, por outro lado, separar o joio do trigo se incluíssemos um importante elemento nessa história: a noção de “oficial”. No discurso dos dirigentes do Redemptor, oficial era o médico psiquiatra pago com dinheiro público para administrar manicômios ou ocupar algum cargo na administração pública, como foi o caso de Juliano Moreira. Portanto, a ciência oficial era, coloquemos nestes termos, o conjunto de doutrinas aceitas pelas instâncias públicas como aquelas cuja prática era reconhecida e, portanto, legítima. A aliança entre os psiquiatras e os governos locais – um ramo do vínculo entre a classe médica e o Estado – favoreceu a perseguição ao outro. Os artigos d’A Razão, ao condenarem a psiquiatria e se esforçarem por mostrar que o Redemptor obtinha sucesso no tratamento de loucos considerados incuráveis pela ciência oficial, neste sentido, foram a tentativa de enfraquecer o vínculo, torná-lo duvidoso, pô-lo em estado de magma para, quem sabe, provocar um rearranjo no território da loucura. Ora, doutrina por doutrina, Luiz de Mattos e seus colegas ficam com o Racionalismo Cristão, a verdadeira e única ciência. Precisavam se impor e conquistar o devido reconhecimento. Com as perseguições sofridas e seus nomes envolvidos em escândalos, agir daquela forma foi uma maneira de defender a instituição e atingir o objetivo de propagar os princípios da doutrina. O tratamento de obsessados foi importante neste dever.

A trama envolvendo o Centro Espírita Redemptor e a psiquiatria carioca foi o caso mais delicado entre os analisados neste capítulo. Isto se deve a grande quantidade de registros produzidos e à complexidade do jogo de relações entre os personagens, permanecendo terreno fértil para futuras pesquisas. Sua presença aqui serve tão somente para ilustrar uma controvérsia entre duas instituições da história brasileira, em que o conhecimento sobre a loucura e sua cura foram o motivo para um debate que extrapolou as fronteiras dos fundamentos. Divergências estas que frutificaram práticas muito distintas, todas lançando mão do rótulo psíquico, e que escondem profundas diferenças filosóficas, portanto de compreensão sobre a realidade, a ciência e a vida.

4.6 A CONTROVÉRSIA COMO OBJETO PARA UMA HISTÓRIA DO PSÍQUICO NO BRASIL

O que é uma controvérsia? Até o momento a noção não foi considerada, pois o sentido intuitivo da palavra não se distancia da ideia fundamental e que é suficiente na compreensão dos casos abordados neste capítulo. No entanto, agora já podemos escrever algumas palavras para melhor situá-la.

Durante as leituras sobre controvérsias no âmbito da ciência, chamou atenção a ausência ou o discreto espaço para definir a noção de controvérsia. Ela está presente como uma ideia intuitiva, bastando o aprendizado da língua materna para compreender os enunciados. Mesmo dicionários de filosofia bastante conhecidos, como os de Oxford e Cambridge, não dedicam um verbete para melhor precisar a ideia de controvérsia. Talvez por ter sido abordado informalmente por muito mais tempo em relação a uma recente história de sua conceituação formal. Sendo assim, o ponto de partida será o dicionário da língua para aos poucos ir conduzindo melhor a discussão.

No dicionário online coordenado pela linguista Débora Ribeiro e a lexicógrafa Flávia Neves, a controvérsia é definida da seguinte forma²²⁹: “opiniões distintas acerca de uma ação; discussão polêmica (de alguma coisa) sobre a qual muitas pessoas divergem”. Esta primeira elucidação nos leva a duas outras: 1. “Ação de contestar; contestação”; e 2. “Discussão de ideias; divergência de opiniões; polêmica”. A plataforma oferece um conjunto de sinônimos para que o leitor compreenda melhor o significado. No caso de controvérsia, contestação, impugnação, altercação, contenda, debate, discussão, litígio e polêmica são os sinônimos listados. Por outro lado, um outro dicionário, agora consultado em suas páginas impressas, assim define a controvérsia²³⁰: “Discussão regular sobre assunto literário, científico ou religioso; contestação; polêmica”.

A controvérsia, na grafia latina, é *contrōversia* ou *contrōuersia*. Mas não é apenas a forma de escrever que muito se assemelha ao seu correspondente na Língua Portuguesa, pois os significados expostos acima encontram ressonância no Latim. *Contrōversia* pode ser 1. “*The action of arguing or disputing, or an instance of*

²²⁹ CONTROVÉRSIA. In: **DICIO**, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2018. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/controversia/>>.

²³⁰ CONTROVÉRSIA. In: DE LIMA, H.; BARROSO, G. (Orgs.). **Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa**. 9.ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S/A, 1951. p. 329..

it'; 2. “to be disputed”; 3. “to become a subject of dispute”; de modo que *sine ulla contrōversia* (sem controvérsia) significa 4. “beyond question, indisputably”; 5. “to quarrel with someone, take someone to task; also, to find fault with”²³¹. O sentido de algo a ser disputado, do embate ou da rivalidade, pode ser visto em passagens de Julius Caesar como “‘*Quid dubitas, inquit, Vorene? Aut quem locum tuae probandae virtutis exspectas? Hic dies de nostris controversiis iudicabit*’²³² ou ainda “*Civitatem esse omnem in armis; divisum senatum, divisum populum, suas cuiusque eorum clientelas. Quod si diutius alatur controversia, fore uti pars cum parte civitatis confligat*”²³³. Em Sêneca, algo semelhante ao debate de pontos de vista ou discussão de ideias pode ser observado em “*Video, quid velitis: sententias potius audire quam iocos. fiat: audite sententias in hac ipsa controversia dictas*”²³⁴.

As duas definições da língua portuguesa, quase equivalentes entre si e que em muito se assemelham à raiz latina, oferecem os significados possíveis quando um historiador decide tratar de controvérsias. Especificamente na história das ciências, Rosa Pedro apresenta sucintamente a controvérsia nestes termos:

De modo simples, pode-se definir controvérsia como um debate (ou uma polémica) que tem por ‘objeto’ conhecimentos científicos ou técnicos que ainda não estão totalmente consagrados. Isto significa que os objetos privilegiados de tais análises são as chamadas ‘caixas-cinza’, ou seja, questões de pesquisa que ainda portam em si controvérsias, interrogações, que ainda não se constituíram em uma ‘caixa-preta’.²³⁵

No universo dos debates científicos em torno de uma questão ou problema, alguns são bastante conhecidos entre os historiadores da ciência, como, mais recentemente na história, aqueles sobre mudanças climáticas, aquecimento global, efeito estufa etc., que acompanhamos pelos meios de comunicação. Um pouco mais afastadas no tempo, a controvérsia entre Pasteur e Pouchet na década de 1860 sobre

²³¹ CONTRŌUERSIA. In: **Oxford latin dictionary**. Oxford: The Clarendon Press, 1968. p. 436.

²³² Em tradução livre: “Por que você hesita, Vorenius? Qual oportunidade você espera para provar a sua coragem? Desta vez as nossas controvérsias serão julgadas”. Ver: CAESARIS, G.I. **De Bello Gallico, liber quintus**. London: George Bell & sons, 1900. p. 77.

²³³ Em tradução livre: “A cidade estava armada. O povo e o senado estavam divididos, assim como as clientelas de cada um. Se isto continuasse o resultado seria o combate de uma parte da cidade contra a outra. Sua diligência e autoridade foram necessárias para evitar isto”. Ver: CAESARIS, C.I. **Commentarii De Bello Gallico, liber septimus**. Berlin: Weidmannsche Buchhandlung, 1898. p. 298.

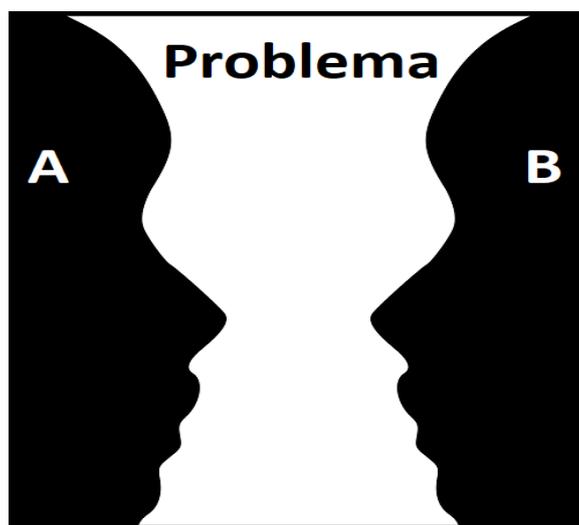
²³⁴ Em tradução livre: “Posso ver o que deseja: ouvir epigramas, sem brincadeiras. Pois bem, você pode ouvir as epigramas que foram ditas nesta grande controvérsia. Ver: SENECAE, L.A. **Script quae manserunt**. Georg Olms Verlag: Hildesheim, 1990. p. 272.

²³⁵ PEDRO, R.M.L.R. Sobre redes e controvérsias: ferramentas para compor cartografias psicossociais. In: FERREIRA, A.A.L.; FREIRE, L.L.; ARENDT, R.J.J. (Orgs). **Teoria Ator-Rede e Psicologia**. Rio de Janeiro: Nau, 2010. p. 78-96. p. 87.

a geração espontânea e que foi analisada por Bruno Latour²³⁶. Ainda mais antiga, a conhecida controvérsia entre Hobbes e Boyle na década de 1660 sobre a existência do vácuo – uma questão que, sob a máscara da discussão científica, esconde-se questões políticas e filosóficas – e que foi estudada por Steven Shapin e Simon Shaffer²³⁷.

O ponto capital de considerar o significado corrente e apropriado pelos historiadores da ciência é que ele designa um confronto direto, um embate entre autores e seus argumentos. Em uma questão aberta, mais de um argumento se apresenta para solucioná-la. Os argumentos são incompatíveis, no sentido de que, caso um deles seja aceito teremos que necessariamente descartar o outro. Não se trata, portanto, de uma disputa pelo convívio, mas pela sobrevivência e o sucesso de uma solução em detrimento da outra. Este sentido poderia ser representado pela imagem abaixo, uma pequena adaptação daquela bastante conhecida entre os psicólogos:

Figura 13 – Uma representação da controvérsia na história das ciências



As duas faces que se entreolham não devem ser contrastadas com o cálice, como no princípio de figura-fundo da *Gestaltpsychologie* (psicologia da forma), motivo do farto emprego desta imagem. O contraste está entre “A-problema” e “B-problema”, ou seja, a unidade perceptiva está na escolha entre a estrutura “problema-solução A” ou “problema-solução B”. As faces A e B contemplam uma a outra e o cálice, uma

²³⁶ LATOUR, Bruno. Pasteur e Pouchet: heterogênesse da história das ciências. In: SERRES, M. **Elementos para uma história das ciências**, vol. III. Lisboa: Terramar, 1996. p. 49-76.

²³⁷ SHAPIN, Steven; SHAFFER, Simon. **Leviathan and the air-pump**. Princeton: Princeton University Press, 1985.

dupla atenção aos movimentos do outro e à solução do problema. Cada qual está ao seu modo perfeitamente acoplada ao problema, mas ao final da controvérsia uma fará desgrudar o cálice do rosto da concorrente, seja pela diferença no grau de coesão entre as fronteiras (racionalidade) ou pela força que arruína o concorrente (as relações mais bem estabelecidas), distanciando-se e reivindicando seu lugar como solução mais verdadeira. O caso do Redemptor é muito claro quanto a isso, pois a definição de loucura segundo os princípios do Racionalismo Cristão é incompatível com uma fisiologia do cérebro que veio a sustentar a psiquiatria. Aceita-se uma ou outra na solução do problema.

A controvérsia, desse ponto de vista, é sempre quente. O calor produzido pelo atrito entre os personagens deixa a história emocionante, pois um bom combate narrado costuma prender a nossa atenção. O cientista A, jovem, confiante de seu trabalho e muito disposto, diz ao outro competidor: “você está errado!”. O outro, um tanto mais arrogante e celebridade entre os cientistas, se não optar pelo silêncio, responde: “mas quem é você para dizer uma coisa dessas? Você é um amador!”. O primeiro provocou uma briga em público e, sustentado pelo orgulho, precisa mostrar que é ao menos capaz de uma boa disputa. O segundo, pela postura confiante e prestígio conquistado entre seus semelhantes, precisa honrar sua posição. O fantasma da vergonha e da derrota que atormenta a ambos é um combustível poderoso tanto para a ação quanto para a insegurança. Uma cena de uma peça de teatro com esse tom e intensidade é momento de prender a respiração enquanto dura. Ver um herói de batalha caminhar em direção ao trono depois de uma sangrenta disputa é algo que em muitos sentidos nos atrai, seja por inspiração ou por qualquer outro motivo, mas durante cada gota de suor que cai e de sangue que jorra o nosso interesse não é menos vivo. Se D. Pedro I é o herói da independência que caminhou em direção ao trono, não é menos verdade que este processo decorreu de sérios desentendimentos entre Brasil e Portugal que mobilizaram muitos personagens: José Bonifácio, Cipriano Barata, uma série de políticos, diplomatas e militares, a Maçonaria, a própria imprensa que, embora recém criada, era uma tribuna do tumulto ideológico, sem esquecer, claro, talvez do principal articulador do processo de independência, Maria Leopoldina de Áustria. Foi necessário um intenso conflito com a antiga metrópole e muita articulação diplomática para que os países reconhecessem a independência do Império do Brasil. A caminhada de D. Pedro I sobre o tapete vermelho em direção à glória é um perambular tão fatigado quanto inexpressivo, o

resultado que apaga uma longa disputa. Aqueles conhecidos anos de nossa história foram o momento de um intenso processo, cheio de problemas e que articulou muita gente. De um lado, a cena fria de um desfecho centrada na figura do príncipe regente, de outro o puro magma²³⁸ da história em marcha.

Estudos de tal natureza ganharam força na academia após os anos de 1970, quando a análise de fatos ou eventos pontuais na história ocupou um espaço importante na discussão historiográfica, em oposição às histórias estruturalistas afeitas às grandes causas. O estudo da cultura e das mentalidades na longa duração começa a conviver com outras formas de pensar a história e de construir uma narrativa, a exemplo da micro-história italiana e o campo das *Sciences Studies*. Trata-se de um distanciamento sobretudo metodológico, pois a captura de um evento qualquer implica na alteração de escala e, com isso, cria-se um campo privilegiado de análise. Escolher um acontecimento, uma experiência, um debate científico ou qualquer objeto mais pontual no tempo e no espaço significa, por sua vez, trabalhar na curta duração, esgotar os vestígios possíveis que possam iluminar o acontecimento e pretender a uma descrição minuciosa de um conjunto de circunstâncias. Assim, os meninos vendedores de preces no Rio de Janeiro do início do século XX, o julgamento de um contraventor durante o *Resorgimento* italiano, os feitiços e rituais de bruxaria praticados por mulheres em uma vila francesa na década de 1590, tais análises em nível micro lançou um olhar cético sobre as grosseiras explicações causais da história estrutural. A propósito da historiografia brasileira, foi a partir dos anos de 1980 que outras perspectivas conquistaram espaço, a exemplo da micro-história italiana, conforme observa Ronaldo Vainfas²³⁹.

Mas de que modo estudar uma controvérsia muito pontual na história pode ser interessante? Analisar uma polêmica é desestabilizar um fato, perturbar um estado de coisas. Aquilo que se perpetua em uma narrativa como feito, opaco e já consolidado, em algum momento esteve energizado pela incerteza e em disputa, a embaralhar distintos personagens e interesses²⁴⁰. O conhecimento científico já estabilizado, como observa Arthur Ferreira, é “efeito de uma série de polêmicas, depurações,

²³⁸ Para utilizar um termo de Tommaso Venturini. Ver: VENTURINI, Tommaso. Diving in magma: how to explore controversies with actor-network. **Public Understand of Science**, vol. 19, n. 3, p. 258-273, 2010.

²³⁹ VAINFAS, Ronaldo. História cultural e historiografia brasileira. **História: Questões & Debates**, n. 50, p. 217-235, 2009.

²⁴⁰ Sobre isto, os exemplos de Bruno Latour são especialmente claros. Ver: LATOUR, Bruno. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. 2.ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

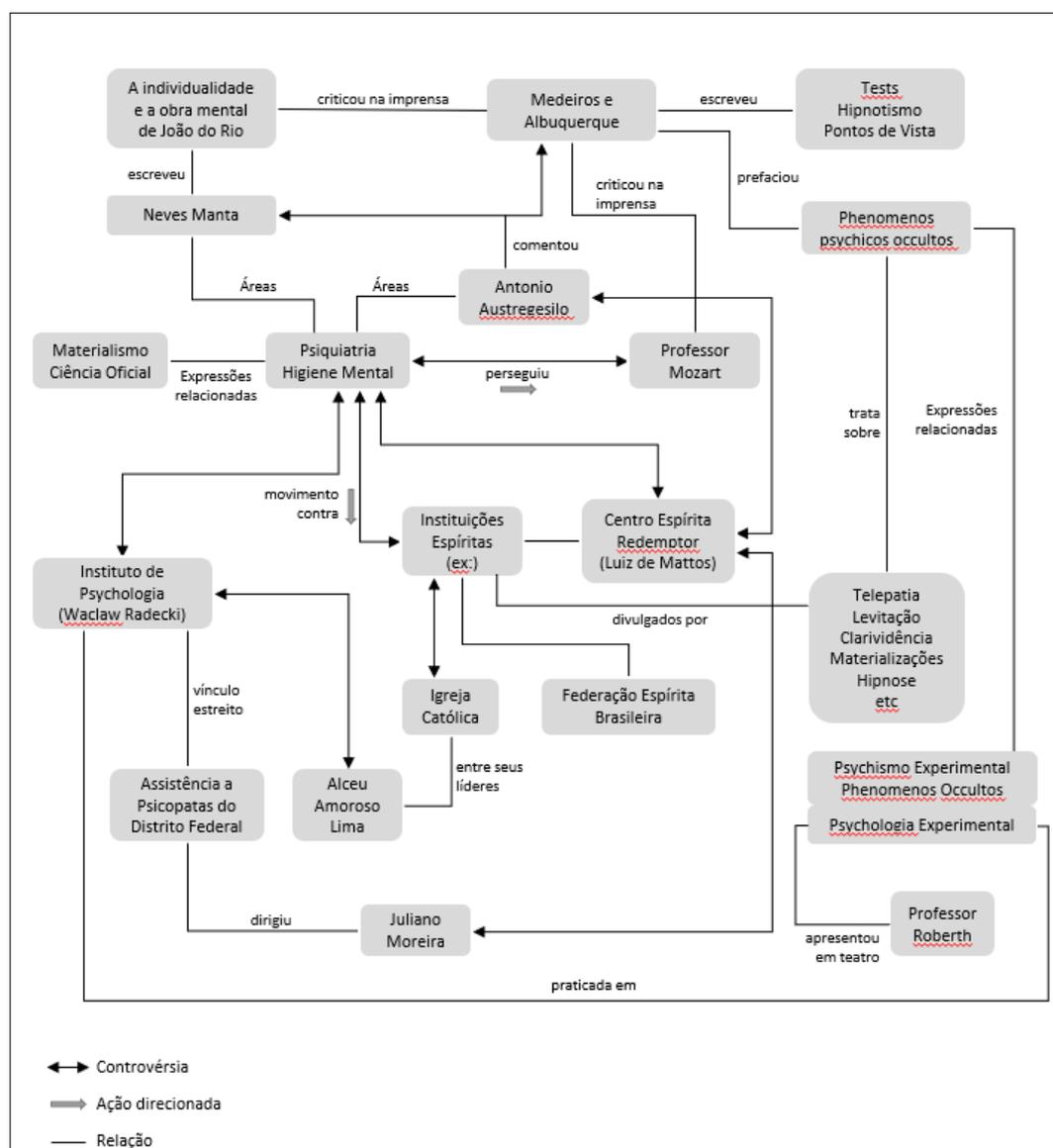
negociações”²⁴¹. Para investigar os conflitos neste capítulo foi necessário seguir personagens, acompanhar atentamente seus discursos e reconstituir tramas. Mais do que isto: foi necessário uma submersão nos discursos de modo a expô-los como se fossem a última palavra sobre o psíquico. O distanciamento objetivo não foi uma pretensão, mas descrever um sistema ou doutrina com a convicção de quem a defende, para logo em seguida mostrar a força do outro discurso segundo seus próprios critérios. Uma narrativa que explora controvérsias não apenas deveria seguir personagens, mas, no próprio texto, construir a trama de tal modo que produza no leitor efeito de controvérsia. É preciso reconhecer, por outro lado, que não foi possível orquestrar desta forma em todos os casos. De um modo geral, a experiência foi como tirar uma fotografia sobre um estado de coisas (e de um ângulo específico) no qual ainda não havia impuros ou desgraçados, heróis ou afortunados, mas personagens embaralhados e em plena atividade. Em suma, reanimar os ídolos, agregar desconhecidos e torná-los todos ordinários neste terreno que convencionamos chamar de social.

Analisar controvérsias permite concluir, portanto, que a ambiguidade é constitutiva da história, conforme lembra Dominique Prestre²⁴². Vale insistir neste ponto, pois há um aspecto dialético na controvérsia. Um duplo aspecto, na verdade. O primeiro diz respeito à relação entre os personagens seguidos. A discussão entre o médico Neves-Manta e o jornalista Medeiros e Albuquerque é um exemplo, pois o primeiro publicou um opúsculo em resposta às críticas deste, réplica anexada à segunda edição da obra que analisa João do Rio. Inclusive, até a expressão “obra mental” foi criticada em tom irônico por Medeiros e Albuquerque, o que fez Neves-Manta retirá-la e alterar completamente o título na segunda edição. Foi o atrito entre ambos os personagens que produziu este arranjo de textos, incluindo aqueles que foram escritos por outras pessoas para comentar o caso. Do mesmo modo, a expansão das práticas de cura pelos espíritas e ocultistas motivou uma campanha médica que, por sua vez, provocou uma série de alianças envolvendo a polícia, juristas e a população. Se o Redemptor foi estudo de caso para Xavier de Oliveira ou Leonídio

²⁴¹ FERREIRA, Arthur A. L. Produção de subjetividade e psicologia: delineamentos conceituais e um modo político de produção de conhecimento. *In*: FERREIRA, A.A.L.; MOLAS, A.; CARRASCO, J. (Orgs.). **Psicologia, tecnologia e sociedade: controvérsias metodológicas e conceituais para uma análise das práticas de subjetivação**. Rio de Janeiro: NAU, 2015. p. 13-41. p. 29.

²⁴² PRESTRE, Dominique. Controverse. *In*: LECOURT, Dominique. **Dictionnaire d'histoire et philosophie des sciences**. Paris: Presses Universitaire de France, 2006. p. 284-287.

Ribeiro, aquele, por meio do jornal A Razão e seus redatores, publicou uma vasta quantidade de textos que foram em grande parte incitados por um “cá te espero”. Podemos incluir nesta conta os relatórios policiais, cartas dirigidas ao presidente da república e ao ministro do interior, depoimentos de vizinhos em ocasiões de escândalos etc. Acompanhar as ações dos personagens no cotidiano, se assim posso dizer, é observar seus movimentos serem transformados pelo os do outro. As histórias que descrevem feitos e santificam personagens narram um jogo de xadrez em que o peão caminha sozinho ao outro lado e se transforma em rainha, sem procurar lançar luz sobre as contingências que produziram os movimentos de cada peça. No esquema abaixo, procuro resumir os casos apresentados e ilustrar o cruzamento dos personagens na trama:



Por outro lado, o segundo aspecto dialético tem relação com este que escreve. Convoca, portanto, o presente do autor e produz uma experiência semelhante àquela do historiador do tempo presente. No início deste capítulo, foram observados alguns dos conflitos envolvendo a psicologia. O espanto partiu do presente para então refletir sobre a possibilidade de transformar o conflito em objeto. Muitas foram as controvérsias no transcorrer desta década que finaliza: vulgarização da prática profissional na televisão, setores religiosos praticando psicologia cristã, divulgação ilegal de material de uso restrito da classe e outras tantas. Poderiam ter sido incluídos aqui os casos de terapeutas sem diploma que foram denunciados e presos por exercício ilegal da profissão. Concorre com o interesse pelo psíquico os parapsicólogos, estudiosos de fenômenos que, para muitos, fogem do domínio da ciência. Cada grupo possui seus espaços: cursos de especialização, palestras para divulgar suas práticas e um aparato administrativo para melhor organizá-los. Que qualquer um experimente ir a um congresso ou evento sobre terapias alternativas, espiritualidade, forças psíquicas, expansão de consciência etc., e veja por si mesmo o quanto de psicologia, de psíquico ou psicológico está presente nos discursos e circula por esses espaços. A convivência dos muitos “psi...” é balizada por uma estrutura legal que define o que pode ou não ser praticado, pois existem leis que regulamentam a profissão de psicólogo e de médico, além de instâncias prontas para fiscalizarem qualquer irregularidade. Apesar da diferença, a imersão neste presente tão rico em burburinhos transformou em questão de pesquisa o que pode passar longe das vistas do profissional engajado: se nos distanciarmos suficientemente do atual estado de coisas, quais outras vozes em nome do psíquico discursaram e por ele competiram?

A vivência em um tempo marcado por tensões na profissão, inflamado por aquelas que configuram o atual cenário do país, conduziu a uma atitude de pouca esperança na resolução dos conflitos. O olhar retrospectivo para estudar os casos aqui analisados foram, igualmente, uma experiência “de perto”, desconhecendo qualquer desfecho no curso da leitura dos documentos e sem pretensão de procurá-lo. Orientar o pensamento pelo conhecimento do resultado é tentador, praticamente inevitável para quem vive momento posterior aos fatos analisados. Se há uma vantagem no campo da história do tempo presente é o fato dos historiadores não saberem o final daquilo que analisam. Por exemplo, investigar as controvérsias atuais envolvendo a psicologia cristã e os conselhos da profissão é um desafio, mas

desconhecer seus desdobramentos revitaliza o presente no trabalho do historiador. Ele não tem alternativa a não ser estar atento ao possível. Aqui, evitar a fatalidade significa um grande esforço em explorar ao máximo um presente, um recorte transversal revelador de personagens em movimento.

Evidentemente que sabemos parte dos rumos que as psicociências trilharam nas décadas seguintes. No entanto, com exceção do Instituto de Psicologia de 1932, os casos aqui analisados estão muito à margem do que se narra e foram acompanhados diária ou semanalmente na imprensa, possibilitando muitas surpresas. Quero dizer com isto que é de conhecimento geral a presença do pensamento religioso em psicologia e sua posterior reorientação como ciência experimental. Por outro lado, a guinada é discutível, uma vez que o protesto de Alceu Amoroso Lima é um exemplo da presença de uma tensão que permaneceu no tempo. Ainda, uma psicométrica próxima à clarividência, fluidos astrais ou psicologia experimental em teatro são desvios de uma narrativa consolidada que ainda forma a consciência do profissional sobre sua prática. Assim, a novidade possibilitou explorar os casos na sua vitalidade discursiva, e este foi um esforço no curso da escrita.

Outra questão a ser observada é que a imersão na leitura da imprensa reforçou a atenção para os acontecimentos do presente. Os conflitos recentes da psicologia com setores cristãos e a profusão de terapias não reconhecidas pelas instâncias fiscalizadoras atentaram para o fato de que algumas das controvérsias estudadas permanecem sobremodo atuais, embora com configurações distintas. Isto não significa banalizar as circunstâncias que conformam certa conjuntura no tempo, mas reconhecer que, sob as tensões que se estruturam em cada presente, portanto singulares, existem diferenças entre grupos que permanecem. Herança de tensões inconclusas, os grupos “perdedores” – curandeiros, católicos, espíritas, terapeutas de toda ordem, todos empregando o psíquico nos discursos – no decorrer dos anos precisaram encontrar suas táticas para sobreviverem às imposições de um grupo que se aliou ao Estado e tornou-se oficial.

Este aspecto dialético da experiência de pesquisa permite aprofundar a discussão sobre o presentismo na historiografia. Se por um lado não há dúvida de que “o presente colore o passado”, conforme observou Michael Pollak²⁴³, por outro foram documentos de século ou século e meio atrás que realçaram a atenção para os

²⁴³ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

problemas do presente e os grupos que os protagonizam. Debruçar-se sobre caminhos conflituosos no curso da história pode sensibilizar para os problemas do presente. Por exemplo, o que define quem tem ou não o direito de tratar o sofrimento psíquico, ontem e hoje, é menos o produto de um debate público envolvendo os interessados e mais a força de leis que reconhece uns e expulsa tantos outros. Quais são os caminhos adotados pelos “outros” para sobreviveram? Afirmar-se como prática religiosa? Caridade para diminuir o sofrimento da população pobre? Terapia alternativa para compartilhar o mercado com os procedimentos científicos? Trata-se de uma questão que nos direciona ao emaranhado discursivo dos ruídos que competem pelo território do psíquico.

Por outro lado, os debates sobre as relações entre corpo e alma ou mente e corpo, a origem da alma e suas relações com Deus, a manifestação de forças psíquicas ocultas, as causas metapsíquicas das doenças, expansão de consciência e os limites da ciência, permanecem na ordem do dia, seja em eventos ou nas salas de aula dos muitos cursos que por aí se oferecem. Por salas de aula não me refiro às universidades, pois neste caso parece que tais questões possuem presença mais discreta. Em ambiente universitário, as respostas para antigas perguntas costumam ser autoritárias: “isto não é ciência”, “isto não é permitido”, semelhantes aquelas que médicos um dia deram aos seus dissemelhantes de outrora. Refletir criticamente sobre essas questões pode tornar interessante o estudo das controvérsias nas histórias das ciências psíquicas, pois possibilita pensar criticamente sobre as práticas e os métodos que se cristalizaram e foram perpetuados por gerações de profissionais, assim como o significado de certas instituições e datas comemorativas. Um profissional que comemora o seu dia é como um patriota comemorando a independência de seu país: algum conflito se travou e um território foi conquistado. Quando um laboratório que se firma como a grande instituição que demarca a fronteira entre velhas especulações e a nova ciência, é a credibilidade científica que se quer afirmar. No caso da psicologia, a emergência do laboratório e o dia do psicólogo entram na linha do tempo como os dois principais marcos, produzindo um direcionamento da consciência do profissional sobre sua profissão, algo semelhante ao que Michael Pollak chamou de “enquadramento da memória”²⁴⁴. Enquadramento

²⁴⁴ Desenvolvida na referência anterior e apresentada também em uma entrevista de 1987 quando estive no Brasil. Ver: POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

este que resulta do discurso sobre pioneiros, datas, grandes acontecimentos ou marcos de ruptura, transmitidos em sala de aula, por meio da historiografia, e promovidos por instituições e sociedades científicas. Sem dúvida o historiador tem um papel fundamental aqui, sobretudo se for um profissional engajado na profissão.

Este tipo de narrativa, bastante enraizada na história das ciências, caminha na contramão e mesmo dificulta um olhar voltado às controvérsias. Em trabalho recente, Gildo Magalhães²⁴⁵ lembra que uma das ideias programáticas da historiografia das ciências de orientação positivista é: “a ciência é a mais alta atividade humana e fazer sua história permite compreender melhor os avanços do espírito humano”²⁴⁶. O elogio à ciência é estruturante de uma narrativa que contém os seguintes elementos, fundamentais para o seu enaltecimento:

Essa perspectiva caminhava de par com sua insistência nos “grandes nomes” das ciências. Em decorrência, a sua será uma história “heroica”, próxima da história de nomes e datas, traço ainda dominante na concepção de muita história que se escreve, centrada em “grandes vultos e suas façanhas” como Galileu, Newton, Darwin, Einstein e outros.²⁴⁷

Magalhães defende a tese de uma dialética das controvérsias, em sentido diverso do que foi discutido aqui. Consiste em considerar o estudo das controvérsias interessante tanto para a historiografia da ciência quanto para a prática da ciência propriamente dita. As controvérsias entre perspectivas historiográficas ou modelos científicos distintos muitas vezes se atualizam no tempo, isto é, “teorias e seus protagonistas que foram aparentemente vencidos fornecem subsídios para releituras e novas sínteses, tanto do lado historiográfico quanto científico”²⁴⁸. Entender que as controvérsias constituem a história das ciências possibilita um entendimento crítico do próprio funcionamento das ciências no presente.

No caso da história das ciências psíquicas, é possível que as clássicas controvérsias historiográficas (externalismo e internalismo ou continuidade e descontinuidade) não tenham encontrado terreno fértil no Brasil. Muitos dos trabalhos clássicos em história da psiquiatria e da psicologia procuraram superar esses

²⁴⁵ MAGALHÃES, Gildo. Por uma dialética das controvérsias: o fim do modelo positivista na história das ciências. *Estudos Avançados*, vol. 32, n. 94, 2018, p. 345-361.

²⁴⁶ *Ibid.*, p. 347.

²⁴⁷ *Ibid.*, p. 347.

²⁴⁸ *Ibid.*, p. 356.

dualismos, fazendo parecer que por aqui eles seriam algo como velhas questões ou mesmo falsos problemas.

Em se tratando das ciências, especificamente da psicologia, não possibilitaria o estudo das controvérsias um avanço na discussão de questões fundamentais que, como diríamos em expressão coloquial, jogamos para debaixo do tapete? Inúmeros trabalhos de natureza quantitativa são publicados a todo tempo nos periódicos – principalmente os estudos de validade, normatividade, padronização etc.– e eles representam parcela expressiva dos trabalhos em psicologia no país. Pouco observamos trabalhos que discutem questões de fundo, mas foram justamente elas que marcaram as diferenças em muitas controvérsias históricas da psicologia. Será que as julgamos desnecessárias para o avanço científico ou simplesmente as desconhecemos? Explorar as controvérsias pode tornar os alunos conscientes dos áridos caminhos do psíquico, povoado de muitas versões e tonalidades, cheios de personagens estranhos e novas versões de velhos conhecidos, muito além das famosas escolas que organizam os manuais. Ainda possibilitaria um outro olhar sobre as tensões do presente, suscitando reflexões e amadurecendo o debate, na contramão de manifestações coléricas e acríicas que apenas nos alienam de questões fundamentais. Certamente agregaria à historiografia, e ainda fortaleceria o debate de problemas filosóficos importantes e necessários a uma formação mais consciente.

5 CONTRA A PSICOLOGIA: EM PROCURA DAS PSICOLOGIAS DE TUDO

Tudo isso ainda não é suficiente. Apenas o primeiro passo foi dado até agora. Para cumprir o proposto nesta pesquisa, faz-se necessário perseguir as pegadas do psíquico em outros terrenos para revelá-lo onde quer que ele apareça. Isto significa não apenas recusar as formalizações, mas igualmente rejeitar qualquer doutrina que, por sua potência, possa se contrapor. Já não basta revelar intrigas, esboçar tramas. O rastro do trabalho coletivo, institucionalizado, formalizado, mesmo que derrotado, não importa mais. Esqueçamos os sistemas. Para ampliar os horizontes da historiografia é preciso transitar por outros caminhos: sentir novos cheiros, ouvir outras vozes, admirar paisagens ignoradas. Trilhar o desconhecido e reconhecê-lo, para enfim reivindicar o seu lugar.

Por onde começar? A resposta, em princípio, é simples e de execução pouco rigorosa. Psicologia, é preciso observar, não é monopólio de doutores ou gente versada nas ciências. Que haja um grupo consolidado que brada aos quatro ventos se tratar de uma ciência, uma prática específica que exige conhecimento técnico e embasamento teórico, isto é verdadeiro. Não há como negar, por outro lado, que a palavra escapa a qualquer tentativa de aprisionamento formal, pertencendo a quem quer faça uso dela.

No discurso corrente, a psicologia surge como uma ideia intuitiva para transmitir uma mensagem, sem com isto fazer referência à ciência ou a um sistema de conhecimento para ser compreendida. “Ele conhece a psicologia do público”, afirma alguém sobre a capacidade do outro de lidar com as pessoas e convencê-las. Semelhante uso ocorre na filosofia, por exemplo, quando alguém diz “esta é minha filosofia de vida”, talvez para se referir ao conjunto de princípios, de valores e formas de se conduzir diante da vida. Trata-se de um uso corrente e informal da nomenclatura, mas que possui sentidos compartilhados pelas pessoas. Ninguém retruca com um questionamento deste tipo: “mas o que você quer dizer quando fala de psicologia?”, simplesmente entendemos e a conversa segue o seu fluxo. Então, é razoável concluir que ela pode circular em qualquer lugar: em uma conversa, nas cartas ou nos e-mails, nas estampas das camisas, esparramada na literatura, nas tirinhas, em versos de uma poesia ou livre na letra de uma música. Mesmo nas ciências, a psicologia pode ser evocada para reforçar um argumento ou fornecer um exemplo, sem que o autor se refira a um modelo em específico.

Muitos são os exemplos possíveis para ilustrar a questão, mas não é o caso aqui de extrair filosofias ou sistemas científicos bem aceitos a partir da leitura dos textos não científicos ou de ficção. Como se um artista tivesse sido influenciado pelos representantes da razão de sua época e isto se refletiu na obra. Ordenar os textos desta forma parece menos procurar entender a interrelação textual, feito o cruzamento entre duas culturas distintas, e mais subordiná-los aos sistemas formais. Por exemplo, consideremos este bonito poema escrito por Augusto dos Anjos (1884-1914):

A Idéia

De onde ela vem?! De que matéria bruta
Vem essa luz que sobre as nebulosas
Cai de incógnitas criptas misteriosas
Como as estalactites numa gruta?!

Vem da psicogenética e alta luta
Do feixe de moléculas nervosas,
Que, em desintegrações maravilhosas,
Delibera, e depois, quer e executa!

Vem do encéfalo absconso que a constringe,
Chega em seguida às cordas da laringe,
Tísica, tênue, mínima, raquílica...

Quebra a força centrípeta que a amarra,
Mas, de repente, e quase morta, esbarra
No molambo da língua parálitica!²⁴⁹

Da leitura do poema seria possível afirmar o seguinte: Augusto dos Anjos, nascido e criado em meio ao espírito republicano que invadiu o Brasil no decorrer dos oitocentos, foi muito inspirado pela filosofia positiva de Augusto Comte e pelo evolucionismo de Darwin. Insistiríamos que a crença no progresso pela ciência atravessou sua arte, como muitos letrados de sua época. Enfim, foi influenciado pelo que havia de mais nobre na filosofia e nos círculos de ciência. Por esta linha de raciocínio, não teríamos outra opção a não ser afirmar que as estruturas “feixe de moléculas nervosas” e “encéfalo” seriam a inevitável presença da anatomia e da fisiologia que tanto orgulhavam os especialistas pelos seus importantes avanços na ciência, bases de uma prática médica genuinamente científica. As “desintegrações maravilhosas” representam o coroamento da análise exitosa que pouco a pouco subtraía o mistério da atividade cerebral. A “psicogenética” é o início da resposta, o processo que resulta de tal atividade. O verso “delibera, e depois, quer e executa”

²⁴⁹ DOS ANJOS, Augusto. **Eu /Outra poesia**. São Paulo: Círculo do Livro S.A, s.d. p. 21.

poderia ser interpretado, embora de modo pouco adequado, como uma referência às faculdades do julgamento, da vontade e da ação, o que havia de mais aristocrático na psicologia, fidalguia há não muito arejada pelo método experimental.

Encontrar indícios do formal no que julgamos ser ficção ou arte é um caminho possível para quem deseja reconstituir sistemas de pensamento ou verificar sua influência nos domínios da cultura. Por esta diretriz, a dimensão da poesia científica não importa, mas a ciência na poesia que precisa ser extraída, disposta, organizada. Mas e este outro poema, também de Augusto dos Anjos, como ele poderia se inserir nesse tipo de empreendimento?

Psicologia de um vencido

Eu, filho do carbono e do amoníaco,
Monstro de escuridão e rutilância,
Sofro, desde a epigênese da infância,
A influência má dos signos do zodíaco.

Profundíssimamente hipocondríaco
Este ambiente me causa repugnância...
Sobre-me à boca uma ânsia análoga à ânsia
Que se escapa da boca de um cardíaco

Já o verme – este operário das ruínas –
Que o sangue podre das carnificinas
Come, e à vida em geral declara guerra,

Anda a espreitar meus olhos para roê-los,
E há de deixar-me apenas os cabelos,
Na frialdade inorgânica da terra!²⁵⁰

Neste caso, uma outra questão poderia ser formulada: o que é essa psicologia? Naturalmente, se pergunto “o que é isto?” é porque não cabe questionar as razões do emprego para decidir por quais critérios se poderia classificar um texto de psicologia ou não. O autor, por seus próprios critérios, assim o fez e isto basta. A procura de elementos formais fracassa na apreciação da questão, quando muito resulta insuficiente. Não se pretende sistematizar o que está disperso no poema, as marcas da ciência de outrora. O carbono e o amoníaco que vestem o monstro, e o testemunho em carne do labor do verme, tem na questão um papel secundário.

A psicologia de um vencido trata da experiência de quem fala: inicia-se em primeira pessoa, o “Eu” que no alvorecer da vida já era atormentado pelas esferas do além-céu. Dominado por esta “influência má” e hipocondríaco sem igual, será reduzido

²⁵⁰ Ibid., p. 20.

aos cabelos pelo “operário das ruínas”. As linhas escritas para comunicar o sentimento de derrota receberam a inscrição psicologia, um título que sintetiza o que poderia ser narrado indefinidamente. É o centro por onde irradiam as cores de uma dor.

O primeiro poema parte do espanto: de onde vem a ideia? A resposta é cantada com versos sobre um processo, um árduo processo que resulta na ideia quase sem vida. O “vem” por repetidas vezes surge, como quem insistentemente procura uma resposta para uma questão que desafia e, portanto, se propôs a responder. A ideia está distante, objetivada, universalizada. É um poema, portanto, que se quer filosofia.

A psicologia de um vencido trata do iminente, qual, o da vida que na terra se esgota, o orgânico arruinado no inorgânico, mas que ainda não se efetuou. O verme apenas espreita o vencido. Mas, ao contrário, parte de si, do eu, para dissecar a agonia em versos. Disseca o íntimo: monstro que sofre, que sente ânsia e repugnância, destroçado por quem se ergue da ruína. Os versos criam imagens que foram convergidas pelo poeta nesta abstração: psicologia...do vencido.

Embora possa ser dificilmente definida com segurança, tal psicologia pode ao menos ser aproximada de alguns elementos. Ela parte do eu, mas não de um eu abstrato, universal, mas do eu que experimenta, que vive; ela comunica sentimento a partir da experiência desse eu; por vertê-lo em letras que correm, em canto ou discurso, ela é a chave que anuncia um segredo a ser revelado. Porque quando se fala psicologia disto ou daquilo, é algo de profundo, de interior que se quer enunciar. É psicologia profunda que não é psicanálise e psicologia das emoções fora dos trilhos de Ribot. Estado de espírito? Nuances da alma? Algo nesta direção. Afinal, não foi fisiologia do vencido, tampouco história ou pedagogia, a escolha do poeta.

Parece isto uma ideia tão sem sofisticação, por justamente ter havido um momento da história em que esses ilustres vocábulos, alma e espírito, passaram a ter valor apenas etimológico. Com efeito, para os cientistas daqueles tempos – obreiros do progresso e crentes da metamorfose a ser operada nas ciências a fim de serem modernas, isto é, positivas e naturais – a alma era um trabuco. Vocábulo carcomido, que precisava ser atualizado ou esquecido para que se pudesse erguer novas bases para um velho capítulo da filosofia.

Mas é a isto que se resume a história? Não há outra possibilidade a não ser tomar este rumo e concluir que qualquer vestígio de princípio vital, de essência, é sinal de atraso ou recalcitrância? Como já dito, a palavra psicologia escorrega das mãos de quem dela tenta tornar sua. O poema de Augusto dos Anjos é um rastro de um uso

que um cientista poderia julgar arcaico, clássico, no máximo apropriado às letras. No entanto, há outras psicologias como esse poema, que naturalmente foram escritas por outros psicólogos.

Por psicólogos, sim. Que outro título teria quem vê nas profundezas do humano e é reconhecido como tal? E mesmo que não o fosse, por que recusar o nome? Stendhal – observou Emile Zola – “é, antes de tudo, um psicólogo”²⁵¹. E o título de psicólogo é a ele aplicado tantas vezes e justificado: “Eis um psicólogo de primeira ordem, que aclara com uma lucidez extraordinária a complicação das idéias no crânio de uma personagem; mostra o encadeamento dos movimentos da alma, estabelece sua ordem exata, possui, para explicar cada estado, um método de análise sistemática”²⁵². Não foi juízo particular de Zola, pois Nietzsche também considerou Stendhal um psicólogo, melhor, “último grande psicólogo”²⁵³. João do Rio, escritor brasileiro e parisiense de coração, quando tratou do amor também elegeu um psicólogo: “Dumas Fils, o psychologo, escreveu (...)”²⁵⁴. Vemos o reconhecimento de escritores como psicólogos e ao crescimento da lista outros poderiam ser reunidos sem dificuldade.

Parece que os historiadores começaram a construir uma trilha pouco compatível com outros rastros da psicologia na história, uma trilha que já não admite os livres versos que foram feitos em seu nome. Mas esses são versos de uma outra psicologia no decurso da história, uma psicologia que nada tem a ver com a linhagem de profissionais burgueses que atuaram em escolas e manicômios, e que hoje reconhecemos como parte da genealogia de uma família da qual profissionalmente pertencemos. Uma psicologia que foi (e ainda é) jogada para debaixo do tapete e esquecida como quem interna um parente pela sua loucura. Uma estranha psicologia que está muito além da margem da historiografia, que povoa o limbo dos versos nunca narrados, mas que se fez presente ao lado dos desejosos de rigor filosófico e necessária matemática, os ébrios de ciência.

As muitas psicologias que povoam as livrarias, os sebos, as bibliotecas, seja em outros tempos ou mais recentemente, constituem um corpo de textos que facilmente poderíamos subjugarlos com a etiqueta da vulgaridade: psicologia dos

²⁵¹ ZOLA, Emile. **Do Romance**. São Paulo: Edusp, 1995. p. 57.

²⁵² *Ibid.*, p. 89.

²⁵³ NIETZSCHE, Friederich. **Além do bem e do mal**. Curitiba: Hemus, 2001. p. 51.

²⁵⁴ DO RIO, JOÃO [Paulo Barreto]. **Psychologia urbana**. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1911. Retornarei mais adiante a esta obra.

acontecimentos, psicologia da lágrima, psicologia da curiosidade, psicologia do medo, psicologia urbana, psicologia do amor, psicologia da mulher, psicologia das atitudes, psicologia e crítica, psicologia disso e daquilo. Diria um psicólogo, sustentando seu diploma, registrado em conselho e escorado na lei, que isto tudo é psicologia de senso comum, sem rigidez conceitual, não matematizada, distante de laboratórios, da clínica ou dos testes. Tudo isso, insiste, são quinquilharias que de longe deveriam ser levadas à sério. Meu interlocutor imaginário, apaixonado por ressonância magnética e caixas de Skinner, ou então aquele outro que, em resposta ao terraplanismo de nossos dias se agarrou ao cientificismo, assim continuaria: todos esses textos foram produzidos por gente leiga nos tópicos de psicologia e não foram treinadas nos métodos científicos. Não é ciência e ao que parece nem ao menos é filosofia! Como poderiam ser parte da memória de uma ciência como a nossa?

Gostaria de responder a esse tipo de objeção com uma ponderação e uma provocação. Todos os textos que empregam o radical “psi...” ou a palavra “psicologia” oferecem pistas do que cada autor compreende com o termo. Muitas vezes são imprecisas, é verdade, de modo que não há enunciados aos moldes acadêmicos, tais como “defino psicologia como sendo...”. É preciso uma leitura atenta e paciente, como no caso de Augusto dos Anjos, e correr o risco de pouco avançar. Ignorar toda uma literatura apenas sob a apressada justificativa de não ser ciência ou psicologia vulgar é considerar que haveria uma clara definição de psicologia que fosse capaz de separar o joio do trigo, isto é, as psicologias verdadeiras das falsas. Isto é um problema. Outro problema seria considerar que a psicologia possui um estatuto científico, consideração que igualmente suscitaria um grande debate. Não afirmo que ela não é ciência ou que não existam definições mais ou menos consensuais, mas destacar que a psicologia é uma ciência aberta à discussão sobre aquilo que há de mais básico em uma área do conhecimento (seu objeto, propósito, métodos, problemas etc.). A provocação é esta: o marco de ruptura – coloquemos nestes termos para facilitar a explicação – entre a psicologia dita filosófica e a psicologia científica seria a criação de laboratórios de psicologia experimental. No Brasil, os laboratórios foram, como bem a historiografia o sabe, instalados em escolas e hospitais. A partir deste momento teria início a história de uma psicologia científica no país. O problema desta narrativa é que ela está quase que exclusivamente à serviço da comemoração, como foi observado no início deste trabalho. O principal interesse é na sua função: provar retrospectivamente que somos uma ciência, na construção de uma genealogia que acolhe certos espécimes e recusa

outros. Uso político da história, portanto, pois faz da historiografia instrumento de uma classe.

Do mesmo modo, paralelamente a essa história corria uma outra, sorrateira, deixando vestígios do psíquico aqui e ali, em letras esparramadas. Assim como Augusto dos Anjos escreveu sua psicologia do vencido, seguirei procurando por outras, em um exercício que muito há de experimental. Isto só é possível se recusarmos os afamados distritos para perambular por outras ruelas e conhecer novos arrabaldes. Feito uma etnografia do psíquico, não se trata, como observou Clifford Geertz acerca da etnografia do pensamento, de uma tentativa “de exaltar a diversidade, mas sim de tratá-la com seriedade, considerando-a um objeto de descrição analítica e de reflexão interpretativa”²⁵⁵. Os tópicos que seguem, portanto, possibilitam pôr em questão a pluralidade da psicologia, não para negá-la, mas para aprofundar a discussão. Como veremos, tal diversidade é parte de um conjunto substancialmente maior de psicologias que aqui serão divididas em três grupos.

O primeiro tratará sobre o espaço urbano, as pessoas e alguns dos fenômenos da vida coletiva, procurando mostrar uma outra psicologia moderna que fez do cotidiano na cidade seu objeto de descrição e reflexão. O segundo tópico abordará os psicólogos que analisaram, a partir de suas próprias observações e experiências, os acontecimentos da vida política e social brasileira. Por fim, veremos um tipo de psicologia social distinta da que aprendemos ou estamos familiarizados: uma psicologia social toda construída em narração de episódios de vida, anedotas e toda salpicada de gracejos e desgostos. Todas foram publicadas no primeiro terço do século XX, à sombra das fichas escolares ou dos prontuários clínicos.

5.1 O DÂNDI VAGABUNDO, A TOALETE E OS CABOTINOS: UMA OUTRA PSICOLOGIA MODERNA

Eu adoro o horror. É a única feição verdadeira da Humanidade.
(João do Rio)

O tópico pretende mostrar que podemos compreender a psicologia moderna como aquela que procurou descrever e refletir sobre a cidade e o seu cotidiano. O Brasil do início do século XX foi percebido por literatos e intelectuais como um país

²⁵⁵ GEERTZ, Clifford. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 231.

que passava por transformações no seio das cidades, não apenas estruturais como também de hábitos, gestos, apetites, estilos, comportamentos e maneiras de se portar e viver em público. Era uma mudança em curso, mas já sensível ao olhar de poetas, literatos e todos aqueles que acompanhavam o que acontecia ao seu redor. Do espanto dos autores, nasce uma psicologia que é a resultante desta experiência de viver e observar um Brasil em transformação. Assim, procuraram, cada qual ao seu jeito, imprimir uma imagem do contemporâneo, a partir da própria experiência.

Muitos dos nossos literatos, homens e mulheres dedicados às letras, tiveram seus espaços na imprensa e nela publicaram suas críticas, crônicas e capítulos de novela. Medeiros e Albuquerque, aqui bastante mencionado, tinha sua coluna no *Jornal do Comercio*; foi nas páginas deste jornal que Lima Barreto publicou “Triste Fim de Policarpo Quaresma”, além de ter colaborado em revistas e em outros jornais; Julia Lopes de Almeida publicou suas crônicas na coluna “Dois Dedos de Prosa” do jornal *O Paiz*. Os exemplos são muitos, mas para iniciar este tópico podemos acrescentar mais um, pois naquela mesma época de plena atividade dos escritores mencionados havia um outro bastante conhecido. Seu nome era Paulo Barreto, o João do Rio que havia sido objeto de análise psicológica pelo médico Neves-Mantas. Desta vez ele será o autor, o João do Rio que escreveu uma vasta obra em poucos anos, até falecer de infarto quando tinha apenas 39 anos. De toda sua produção, apenas dois de seus livros serão considerados: “A Alma Encantadora das Ruas”²⁵⁶ e o já mencionado “*Psychologia Urbana*”²⁵⁷. O ponto de partida será aquele, para seja possível um primeiro vislumbre dessa psicologia que descreve e analisa a vida contemporânea na cidade. Veremos que este seu trabalho literário tem por inspiração as ruas do Rio de Janeiro, os tipos que nela vivem, pessoas em particular e a variedade da expressão humana na cidade. A cidade ganha relevo, mostrando ao leitor as múltiplas experiências que a tornam uma espécie de perpétuo horror carnavalesco.

Editado em 1908, o livro “A Alma Encantadora das Ruas” reúne crônicas publicadas na imprensa carioca, entre os anos de 1904 e 1907, muitas delas

²⁵⁶ DO RIO, JOÃO [Paulo Barreto]. **A alma encantadora das ruas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

²⁵⁷ DO RIO, JOÃO [Paulo Barreto]. **Psychologia urbana**. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1911. Há uma segunda edição lançada pela Fundação Biblioteca Nacional, em 2015, que compõe a coleção *Cadernos da Biblioteca Nacional*. Outras obras de João do Rio também fazem parte desta coleção, um resgate importante para a literatura nacional.

estampadas na primeira página da conhecida Gazeta de Notícias. Um aspecto importante a observar sobre os escritores e intelectuais de outrora é que muitos de seus livros foram publicados a partir de conferências abertas ao público, em teatro ou nas escolas, ou então que previamente haviam sido publicadas na imprensa. Posteriormente, organizava-se os textos esparsos, publicado em tal jornal ou naquela revista, para ir a público em formato de opúsculo. No caso de “A Alma Encantadora das Ruas”, talvez com exceção de uma e outra crítica, o livro foi bem recebido pelo público, pois não economizaram elogios a João do Rio.

Imagine o leitor um Brasil de 120 anos atrás. Um país que havia abolido recentemente a escravidão, uma jovem república que atraía estrangeiros dos 4 cantos do planeta (italianos, chineses, portugueses, polacos, argentinos, alemães e tantos mais). Imagine que o povo deste país vivia quase todo no campo e nos arrabaldes, um povo em sua maioria não alfabetizado, um país que tinha altas taxas de mortalidade infantil e uma população bastante pobre sem acesso a serviços que hoje consideramos básicos. Agora limitemos a geografia para direcionar a atenção às cidades, cada vez mais cheias com a chegada de estrangeiros nos portos e gente do campo que, assim como os estrangeiros, vieram construir uma nova vida. Por “nova vida” leia-se: fugir da fome e da pobreza, conseguir um emprego e ter do que viver. Outras vezes, magnetizados estavam por este espírito mágico que diviniza uma grande cidade. Muitos eram como o Isaías Caminha de Lima Barreto: barrigas vazias, a contar tostões para ter o que comer e onde dormir, mas cheias dessa curiosa esperança de que a cidade lhes proporcionaria alguma fortuna.

Imagine agora a capital dessa jovem república, o Rio de Janeiro. Desde o desembarque de Sua Majestade Imperial, ela passava por todo tipo de reforma estrutural e administrativa. Da poeira nascia um Rio de Janeiro que se abria ao moderno. Com a República, longe de cessarem as transformações, a agitação continuou: por exemplo, o famoso “bota abaixo”, a política de derrubar cortiços para a construção da Avenida Central (atual Rio Branco); a inauguração do Teatro Municipal, à época tão noticiado na imprensa; a iluminação elétrica nos bailes, nos prédios e nas ruas; as campanhas de vacinação obrigatória que terminaram em revolta popular, enfim, nesta terra de São Sebastião o rebuliço era regra. A arte pulsava na cidade, pois peças de teatro, concertos e exposições eram anunciados diariamente na imprensa. Aliás, nada a se espantar para uma capital desejosa de civilização e progresso. O discurso do moderno estava presente, não como um abstrato projeto a

guiar a todos rumo a um futuro grandioso, mas no próprio cotidiano. “Acha-se neste estabelecimento – dizia um anúncio de livros à venda – uma escolha de obras francezas, modernas, (...)”²⁵⁸. A aspiração ao moderno significava ter como modelo países como a França e a Inglaterra: modelo de costumes, de moda, de arquitetura, de ciência e de arte.

João do Rio viveu justamente esse conturbado Rio de Janeiro da Primeira República. Jornalista de profissão, talentoso cronista e um poeta das ruas, pôde observar aquela capital em transformação. Em bonito português, as crônicas tinham por objetivo revelar os diferentes estados da alma da cidade.

Vestido como um típico dândi daqueles tempos, ele perambulou pelas ruas do Centro do Rio de Janeiro, sempre atento às pessoas, observando-as com atenção e procurando conversar. Visitou a prisão, foi aos prédios que hospedavam dezenas de trabalhadores pobres e que dormiam espalhados e seminus, conversou com os meninos de rua, com os vendedores de livros, com os artistas das ruas. Conheceu mulheres detentas, pôde observar os desconfiados “chins” (chineses) viciados em ópio, o cotidiano de muita labuta e suor dos trabalhadores dos navios e das minas, e tantos outros personagens. Cada narração é uma experiência única com um grupo distinto, uma engrenagem a compor a vida urbana. De todas as facetas da cidade, de seus diferentes estados, do burguês às crianças de rua, é preciso destacar que João do Rio, sem dúvida, esboçou de modo muito sensível um retrato muito triste: a miséria do Rio de Janeiro, o subterrâneo de uma capital que ignorava o grito da miséria enquanto se voltava para contemplar o Velho Mundo. Em boa parte de suas crônicas ele pinta o retrato de uma capital cuja população vivia a lutar pela vida, trabalhando muito, pouco assistida pelos poderes públicos, que se alimentava mal, dormia em más condições e se vestia como podia. Mulheres de 30 anos que aparentavam ter 60, meninos de rua cujo olhar revelava o sofrimento cotidiano da vida e homens de músculos enrijecidos de tanto carregar saca de café e quebrar pedra.

Apesar de todas as dores e todos os ódios que habitam a cidade, em meio à miséria ele também encontrou beleza: os artistas de rua que tornavam o espaço urbano muito mais belo, seja por suas músicas a alegrar as multidões ou as admiráveis pinturas nas paredes dos botecos e nos muros das ruas, ou então as poesias escritas pelos detentos com todos aqueles grosseiros erros de gramática que

²⁵⁸ O “Jornal” de 1928. **Jornal do Commercio**, 09-10 abr. 1928, p. 4.

João do Rio tanto resmungou. Encontra-se artistas em todas as partes da cidade, dos botequins às prisões o Rio de Janeiro está povoado de músicos, pintores e poetas. Quanto à pintura, muitos eram os anônimos a embelezarem a cidade: “Quantos pintores pensa a cidade que possui? (...) Em cada canto de rua depara a gente com a obra de um pintor, cuja existência é ignorada por toda a gente”²⁵⁹. Já nas prisões, há poetas de todo tipo e quadras de todo gênero. Sobre isto, a observação de João do Rio é direta:

Ora, este país é essencialmente poético. Não há cidadão, mesmo maluco, que não tenha feito versos. Fazer versos é ter uma qualidade amável. Na Detenção, abundam os bardos, os trovadores, os repentistas e os inspirados. São quase todos brasileiros ou portugueses, criados na malandragem da Saúde. A média poética é forte. Desordeiros perigosos, assassinos vulgares compõem quadras ardentes, e há poetas de todos os gêneros, desde os plagiários até os incompreensíveis.²⁶⁰

No meio de tanta pobreza e sofrimento que observou e descreveu nas crônicas, ele conheceu uma população que fez da luta pela vida uma oportunidade de produzir o belo. Conheceu, de fato, porque na descrição está presente um espanto, como quem visita um povo distinto e deseja explorar o seu íntimo para sentir e aprender seu modo de viver. Talvez mais do que aquela gente humilde e sofrida, foi a beleza da música, da pintura e da poesia que mais espantou João do Rio e no final de tudo o encantou. Do contrário, não teria afirmado que “os poetas da calçada são as flores de todo o ano da cidade, são a sua vaidade anônima e sua sagração”²⁶¹.

As pessoas não se reduziam aos tipos, isto é, ao tatuador, ao prisioneiro criado na malandragem da Saúde ou ao vendedor de livros da Rua do Ouvidor, tipos que João do Rio considerou produto da própria cidade, mas existiam de carne e osso. Havia um cocheiro, o velho Bamba, o mais antigo de todo o Rio de Janeiro, que pela natureza do ofício já se encontrava com os braços e as pernas atrofiadas, sem condições aparentes de continuar. Um músico ambulante de nome Rafael Ângelo, boêmio que nos botequins animava a turba com sua música. Artistas como ele eram aventureiros, indo de cidade em cidade, por aí pelo mundo a cantar e acumular alguns maços de notas nos bolsos. Conta-se que quase todos ganhavam “rios de dinheiro”. Já Dona Concha, imigrante espanhola que namorou alguns ricos, sempre lhes

²⁵⁹ RIO, JOÃO DO [Paulo Barreto]. **A alma encantadora das ruas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 148.

²⁶⁰ Ibid., p. 346.

²⁶¹ Ibid., p. 381.

roubando relógios e lenços, terminou seus dias entre as ruas de bairros pobres como cartomante e andarilha, também para roubar. E o que dizer de Carlos F.P. – aliás, era assim que muitos prisioneiros assinavam suas obras, apenas com iniciais ou então revelando apenas o primeiro nome –, autor que expressou em seus versos a dor e a aflição de quem foi perseguido e condenado:

Fui preso sem nenhum crime
Remetido para a Detenção
Fui condenado a trinta anos
Oh! Que dor de coração
Sou um triste brasileiro
Vítima de perseguição
Sou preso, sou condenado
Por ser filho da nação²⁶²

Este é um dos trabalhos mais famosos de João do Rio, talvez mesmo seu livro mais conhecido. É a intimidade do espaço urbano que ele procura desvelar, mas não sentado em sua mesa refletindo sobre, no estilo dos antropólogos de seu tempo. As peculiaridades que dão vida à cidade são procuradas nos passeios com os camaradas ou sozinho, estando sensível ao que ela poderia revelar. Por intimidade quero dizer que a rua não é apenas um espaço público feito de concreto ou terra batida, farta de comércio, rodeada de casas, cortiços ou ainda daqueles monumentais edifícios típicos da Primeira República, povoada por transeuntes, vadios, meninos vendedores de orações ou ciganos negociantes de roupas e joias. Fosse possível um diálogo com João do Rio, talvez ele mesmo desaprovasse este comentário: tudo isso talvez fosse a anatomia e a fisiologia urbanas, isto é, a estrutura que se vê e a função que a rua cumpre, a experiência sensível que compartilhamos com os semelhantes. Ela é muito mais do que isso: “(...) a rua é um fator da vida das cidades, a rua tem alma!”²⁶³, afirma em tom de convicção. A rua é vida que, como o homem, nasce do espasmo, sente nos nervos, tem personalidade e caráter, pensa feito uma pessoa, crê (ela tem religião!), possui ideias e filosofia, ou seja, é uma totalidade que se diferencia das suas vizinhas ou de qualquer outra. É coisa que consente, sabe ser generosa, é ingênua. Algumas são mais tristes, outras mais alegres, algumas outras protestantes e outras católicas. E segue João do Rio caracterizando as ruas como bem sabemos fazer com os nossos semelhantes:

²⁶² Ibid., p. 348-349.

²⁶³ Ibid, p. 47.

Oh! Sim, as ruas têm alma! Há ruas honestas, ruas ambíguas, ruas sinistras, ruas nobres, delicadas, trágicas, depravadas, puras, infames, ruas sem história, ruas tão velhas que bastam para contar a evolução de uma cidade inteira, ruas guerreiras, revoltosas, medrosas, spleenéticas, *snoobs*, ruas aristocráticas, ruas amorosas, ruas covardes, que ficam sem pinga de sangue..." (...) Vê-de a rua do Ouvidor, é a fanfarronada em pessoa (...) Há ruas oradoras, ruas de *meeting* – o largo do Capim que assim foi sempre, o largo de São Francisco; ruas de calma alegria burguesa, que parecem sorrir com honestidade – a rua de Haddock Lobo.²⁶⁴

As ruas são as artérias da civilização, a inspiração de artistas, o meio das pequenas profissões. Que são as pequenas profissões? São os ratoeiros, os camelôs, os selistas, os trapeiros e muitos outros. São os profissionais sem academia, misteriosos no próprio Rio de Janeiro. Bem se conhecia os estrangeirismos a nos encantar, a vida burguesa de Londres ou a última moda de Paris, mas parecia sempre tão exótica aquelas pessoas a viverem de modo improvisado, assombradas pela incerteza, mas de longe acovardadas pelo medo, sem as quais o progresso permaneceria virtual. O que seria da higiene urbana sem os ratoeiros a negociar ratos com a população? Próximo ao cais, um menino pergunta a um imigrante português que por ali trabalhava: "quer marcar?". E com três agulhas e um pouco de graxa, por três mil reis o miúdo fez uma coroa, lembrança de uma península do Velho Mundo. Um outro, vadiando pelo coração da cidade, entre as ruas da Conceição, Alfândega e além, vendia por alguns tostões centenas de folhetos de orações. Os compradores procuram remediar suas desgraças, suplicar a Deus e aos santos os seus desejos mundanos, a proteção contra o mal ou o pão. Quantos tipos estranhos, quantos personagens anônimos a circularem pelas artérias urbanas. O Brasil não conhecia o Brasil, muitos anos depois Elis Regina veio a cantar.

Que fique claro que há uma psicologia da rua em seus próprios termos. Para compreendê-la, ele diz, "é preciso ter espírito vagabundo, cheio de curiosidades malsãs e os nervos com um perpétuo desejo incompreensível, é preciso ser aquele que chamamos *flâneur* e praticar o mais interessante dos esportes – a arte de flânar"²⁶⁵. Na psicologia das ruas de João do Rio, o *flâneur* é o maior, talvez o único a carregar este título, dos psicólogos urbanos. Psicologar a cidade, curioso verbo de sua pena, é expressão de seu talento. Um tipo meio vadio, meio Sherlock Holmes, um

²⁶⁴ Ibid., p. 55-60.

²⁶⁵ Ibid., p. 50.

desocupado de primeira, inteligente e observador, é o *flâneur*. Ele é algo ainda mais do que isso e espero captá-lo melhor seguindo este trecho:

Que significa flunar? Flunar é ser vagabundo e refletir, é ser basbaque e comentar, ter o vírus da observação ligado ao da vadiagem. Flunar é ir por aí, de manhã, de dia, à noite, meter-se nas rodas da população, admirar o menino da gaitinha ali à esquina, seguir com os garotos o lutador do Cassino vestido de turco, gozar nas praças os ajuntamentos defronte das lanternas mágicas, conversar com os cantores de modinha das alforjas da Saúde (...) é ver os bonecos pintados a giz nos muros das casas, após ter acompanhado um pintor afamado até a sua grande tela paga pelo Estado; é estar sem fazer nada e achar absolutamente necessário ir até um sítio lóbrego, para deixar de lá ir, levado pela primeira impressão, por um dito que faz sorrir, um perfil que interessa, um par jovem cujo riso de amor causa inveja...(...) É vagabundagem? Talvez. Flunar é a distinção de perambular com inteligência. Nada como o inútil para ser artístico.²⁶⁶

Um duplo valor nas crônicas pode ser observado: histórico, porque descreve o cotidiano carioca de uma época já bem distante, em um momento de intensas transformações, e expõe as muitas feridas da população por trás das aparências de uma capital. E psicológico, pois esse perambular com inteligência, a inteligência de quem aguça os sentidos para um presente tumultuado, mostra como, por meio do ofício de jornalista e atitude de poeta, é possível perscrutar as muitas facetas da vida urbana. João do Rio fez da cidade o seu campo e sentiu com o próprio corpo seus diferentes espaços. Afinal, ele não apenas registrou o que viu, mas sentiu o próprio cheiro da miséria naquele amontoado de carne abrigada nas hospedarias de má fama (os “círculos infernais”) ou nas prisões, entre assassinos e ladrões. Em sua pena, é o barulho, a algazarra mesma da cidade, e não o delírio de higiene ou a vontade de ordenar, que se destaca.

Descrever personagens e tipos que habitam a cidade não foi exclusividade de João do Rio. Anos depois, o escritor, romancista e teatrólogo Paulo de Magalhães publicou, em 1923, o livro “A Psychologia das Attitudes”²⁶⁷. Seu interesse recai tão somente na descrição de tipos que existem na sociedade moderna e que dela são produto. Por tipos podemos entender algo como modelos de pessoas, padrões para ser mais preciso, que qualquer um poderia reconhecer pelas redondezas do bairro ou no trabalho. Não há aqueles a quem chamamos de “tioção do churrasco”, o clássico “playboy” ou ainda o “maromba”? Seria algo neste sentido, pessoas que pensam e

²⁶⁶ Ibid., p. 50-51

²⁶⁷ DE MAGALHÃES, Paulo. A psychologia das attitudes. Rio de Janeiro: Editora A Grande Livraria Leite Ribeiro, 1923.

agem de modo muito semelhante e configuram um tipo social. Personagens de seu presente, eles estão em toda parte.

Paulo de Magalhães subintitula o livro de “ensaios de crítica social” e é interessante notar como a palavra crítica não raro surge em obras de psicologia que se propõem a descrever e refletir sobre o Brasil e sua história, o brasileiro, os costumes e seu modo de pensar. Retornarei oportunamente a este ponto, pois parece um desafio para compreender o uso do termo psicologia.

Que é atitude? Não há uma definição precisa, mas a obra em sua totalidade também não guarda mistério. Logo no início, ele assim comenta:

A vida é uma atitude que se define em cada dia. Atitude natural ou estudada, útil ou inútil, brilhante ou ridícula, mas sempre atitude ... O homem vive mais da postura que adota e sabe impor perante os outros, que daquela com que nasceu. Por isso, muitas vezes, a inteligência não passa de uma atitude...Aquele que a souber ostentar será um homem inteligente, pelo menos, para os outros.²⁶⁸

Atitude é, então, uma conduta própria da vida coletiva, uma postura que se exerce na presença dos outros. Trata-se de uma estratégia cotidiana e que emergiu com a sociedade moderna. Esta aplaude todos aqueles que sabem mentir, enganar consciências, ludibriar multidões, para vencer na vida. Mais do que ser inteligente, parecer que é. Mais do que ser rico, provocar nos outros a imagem da riqueza, isto é, que a ostentação lhe acompanha. A vida moderna representa o “triumpho da aparência”, a “supremacia da exterioridade” e vitorioso é aquele que sabe blefar. De modo que, quem não se curva a estas atitudes, a este modo de viver, insistindo em preservar modéstia, timidez ou acanhamento, é logo sufocado por esta “pyramide de ouro construída sobre alicerces de barro” que é a sociedade moderna. A estes sobram apenas os rótulos de incompetentes, cretinos ou covardes. O livro é um registro das “observações psicologico-sociais” do autor, de modo que cada capítulo procura esboçar um tipo social²⁶⁹.

Quem são? Ele descreveu dezessete tipos que rebentaram com o nascimento da sociedade moderna, são seus legítimos filhos e representantes, a se multiplicarem a cada dia. Por isto, a grande maioria é apresentada de forma negativa, isto é, como lamentáveis efeitos de uma sociedade onde o disfarce impera e as virtudes choram.

²⁶⁸ Ibid., p. 7.

²⁶⁹ Ibid., p. 8-9.

São criaturas do século XX, de um Brasil republicano que se esforçava por cultivar a pose e a pompa da vida moderna. Era, afinal, uma crítica de nossa sociedade de princípios do século XX. Apenas seu último tipo, Dona Santa, é o conforto e a esperança para quem compartilha da experiência de viver em uma sociedade falsa e tão cheia de máculas. A partir daqui, apresento a obra por meio de uma breve história, maneira talvez mais interessante porque dá a necessária coesão para o entendimento desta psicologia escrita por Paulo de Magalhães, uma vez que os capítulos são descrições isoladas e não se comunicam uns com os outros. A estrutura de personalidade ou de caráter se mantém fiel às caricaturas esboçadas. Caricaturas não por serem cômicos ou bizarros, mas porque os personagens encarnam um traço fundamental que o autor considera chave para o entendimento de cada um deles. Os nomes e as relações entre os personagens foram o artifício para conectá-los.

Havia um senhor de nome João Almeida, a quem a boa gíria canalha o apelidou de Coronel Almeida. Não era de fato um coronel por vestir farda, mas por ser um velho rico que se portava e se vestia com muita distinção, naqueles tempos o suficiente para ser chamado de coronel ou doutor. Vivia a frequentar festas, casas de conhecidos, cabarés, teatros e cafés. Era um libertino, portanto de conduta imoral: tinha sempre palavras de graça na ponta da língua quando se dirigia a uma mulher. Desnecessário dizer que procurava ser tão discreto quanto possível, evitando ao máximo extravagâncias que pudessem comprometê-lo em público. Em casa, por outro lado, era a fortaleza dos bons costumes, o pai de família a cumprir o seu papel de símbolo da moral.

Certa vez, um jornalista de nome Marcio quis extorquir do coronel Almeida uma grande quantia em troca de não publicar uma nota na imprensa para denunciar sua hospedaria. Logo pelas primeiras horas da manhã, bateu à porta de sua casa com a vontade de quem vai cobrar pela honra ferida ou uma dívida de empréstimo. Acontece que parte da renda do coronel provinha de aluguéis e Marcio ameaçou publicar no Diário um artigo sobre toda sorte de abusos e obscenidades que ocorriam nas dependências da hospedaria. Na verdade, nada acontecia, mas era uma oportunidade de Marcio conseguir algum dinheiro extra, pois até se provar o contrário o coronel haveria de ter prejuízo. Duzentos mil reis ou o escândalo, disse Marcio. Para não receber desnecessária atenção pública, cedeu. Marcio era um patife, um tratante como tantos outros jornalistas que por aí circulavam.

A esposa do coronel de tuberculose faleceu há muitos anos, mas dela nada observo. Do casal nasceram Josina e Ernani. O rapaz era desinteressado com o que se passava em casa e, com exceção dos favores e do dinheiro, pouco se comunicava com a família. Dele falarei depois. Josina, por outro lado, conhecia bem as presepadas do pai junto aos companheiros com que andava e as muitas amantes que arranjava, mas fingia nada saber. Era uma mulher que sabia gozar dos prazeres da vida, pois gostava de namorar e de se exhibir quando a oportunidade surgia. Casou-se aos 18 anos, mas o fez apenas para ser chamada de “senhora” e poder frequentar os *meetings* onde se reuniam amigos e companheiros de seu marido. Conhecida pela elegância com que se vestia, Josina, como uma mulher do século XX, estava sempre na moda. Entretanto, mesmo casada, a última coisa que fez foi abandonar a vida que tinha antes. Assim, logo fez alguns amantes e rápido se divorciou. Sua vida era assim, uma luxúria só! Mesmo mais velha, já pelos seus 45 anos, como que querendo provar ser ainda bonita e atraente, procurava namorar moços a todo momento. Um deles era o Manoel, jogador do Clube de Esporte Fluminense. Por fazer do esporte sua profissão, atividade que para muitos era apenas um modo de se obter saúde física, tinha notoriedade por onde frequentava. Era o *center-forward* do Fluminense, um qualificativo social que lhe rendia prestígio. Por isto e por ser jovem, sem dificuldade se tornou amante de Josina. Ela poderia ter vivido mais alguns bons anos, mas definhou por conta de sífilis e veio logo a falecer. Nos jornais, alguns necrológios foram escritos para enaltecê-la como uma senhora honesta e de grande estima, uma perda para a sociedade carioca.

Quanto ao seu irmão Ernani, este era um viciado incorrigível. Vivia pelos cassinos, a apostar o dinheiro que tomava emprestado dos amigos (quando conseguia) ou o que podia obter do pai, o velho Coronel Almeida. Ernani era jogador profissional e sua vida era dedicada ao jogo, mas sempre perdia. As poucas vezes que ganhava servia apenas como uma tola esperança de que um dia poderia fazer fortuna. Quando começou era um rapaz de 20 anos, mas a prática deformou tanto o seu caráter que o desgaste da alma se refletiu no corpo, pois o cansaço no olhar, as rugas na testa e o lento vagar davam a ele a aparência de alguém muito mais velho. Não era, aliás, apenas o dinheiro que perdia nas jogatinas, mas a estima dos amigos e o respeito do pai e da irmã. Certa vez, Ernani saiu para jogar e nunca mais retornou à casa. Conta-se que um conhecido lhe procurou para cobrar uma dívida e a conversa não terminou bem, mas o caso nunca foi esclarecido.

Em algum momento dessa trajetória nada incomum, Ernani conheceu Lucinha e com ela teve três filhos. Quando foi dado por desaparecido, eles ainda eram muito novos, pois o mais velho tinha apenas 6 anos. Dona Lucinha, de família humilde e crescida no morro da Favela, criou os filhos sozinha, pois em vida Ernani só existia para o jogo. Depois que faleceu, a situação dela piorou: sem emprego, o pão era contado. Todo o seu empenho em casa era para educar seus filhos, mas nenhuma amargura lhe tirava o sorriso do rosto. Seus vizinhos a viam como uma santa, sempre a repartir o que tinha com os necessitados e a zelar pela criação de seus filhos. Lucinha era o retrato do que havia de mais nobre e encantador na mãe brasileira.

Esta é a psicologia das atitudes de Paulo de Magalhães: uma descrição de personagens²⁷⁰ que são o espelho da sociedade moderna. Uma sociedade imoral e sustentada pelo jogo das aparências. Quem se recusa a ela se adaptar sofrerá as consequências. Isto é, aliás, a concepção que estrutura romances de época, como os “Os Inadaptados”²⁷¹, de Thomas Leonardos. A história mostra as frustrações e as dores de uma geração que não se curvou às transformações de uma sociedade em movimento – os costumes, as práticas e os valores que se reinventam e são compartilhados pelos filhos de um Brasil do século XX. A juventude, violentada pelos antigos valores e desejosa de liberdade, igualmente sofre com os anseios e as decepções dos pais, recalcitrantes progenitores de um movimento que forçavam por não reconhecer. Subjacente ao romance de Leonardos, existe um espanto diante de uma vida que não é mais a mesma, que o que estruturava a sociedade brasileira, em um passado talvez não muito distante, encontra tensão com os desejos de uma nova geração. Para os personagens mais velhos, tudo soa como prejuízo para a pátria, perda de uma identidade social, abismo moral. Este mesmo espanto parece ser a força que impulsionou a escrita de “A Psicologia das Atitudes”, pois os personagens encarnam a degradação moral que é a própria sociedade moderna. Embora não fique nítida uma demarcação temporal, Paulo de Magalhães deixa evidente que o Brasil moderno que critica é o Brasil do século XX.

²⁷⁰ Indicando as respectivas inspirações: O Coronel Almeida é o “Coronel Ridículo”; Marcio é o “Marcio Jornalista”; Josina, a “D. Honesta”; Ernani, o “Ernani Fichinha”; Manoel, o “Manoel do Musculo”; e Lucinha, a “Dona Santa”.

²⁷¹ LEONARDOS, Thomas. **Os inadaptados**. Rio de Janeiro: edições A.S.R, 1932.

Poucas foram as notas nas colunas de literatura ou letras que comentaram a obra. Algumas divulgaram a novidade ao público, elogiando o autor. Outras, como esta da revista *Fon Fon*, escreveram elogios:

Interessante este volume de Paulo de Magalhães. Vale por um punhado de vergastadas às faces da nossa sociedade. Lê-lo é frequentar nossos salões e ficar na Avenida a vêr os typos das varias rodas cariocas. Tem paginas de satyra cruel e outras de ironia mordente. Por ellas vemos desfilar (...) todos os typos que no Rio de Janeiro bem merecem os espinhos com que Juvenal torturou os seus congêneres da velha Roma. Merece ser lido o livro de Paulo de Magalhães, porque elle queima, como braza, os pés nús de muita gente que anda por ahi calçada elegantemente ...²⁷²

Apesar do intervalo de década e meia que separa a psicologia das atitudes das crônicas de João do Rio, é a sociedade brasileira daquele início de século XX de que tratam. As crônicas narram o cotidiano de uma capital que se transformava, e o flunar é o exercício que possibilitou observar as transformações que progressivamente transfiguraram a cidade. “O que é isto?” talvez seja a pergunta fundamental para então registrar o que foi atualizado. É o “psicologar” a atividade que permitirá chegar a uma resposta, e a “psicologia” surge como um recurso para expressar o íntimo da coisa transformada, que foi descrita para ser desvendada. Em Paulo de Magalhães, a observação como método para desvendar o âmago dos tipos sociais que descreve é um ponto em comum: observar atentamente as pessoas, destacar as atitudes que as caracterizam e transformá-las em caricatura para criticar a sociedade moderna. O que há em comum? O espanto diante de um tempo presente em movimento.

O formato, ainda que ligeiramente, também é semelhante: João do Rio escreveu crônicas e Paulo de Magalhães produziu ensaios, mas um e outro expressam literariamente a sociedade de seu tempo. Sobre o que escrevem? Esta é uma questão importante para prosseguirmos. Descrever o horror e a graça que se escondem nas ruas, a babel urbana daquele tempo, ou examinar tipos sociais, é atentar para costumes, gestos, vestimentas, como as pessoas se comunicam e interagem, enfim, modos de viver em sociedade. Significa falar sobre o amor, a mentira, a beleza, o flerte, a sensualidade. É possível tornar cada um destes aspectos objeto de descrição e análise psicológica, isto é, procurando mostrar, a partir da própria experiência, o que não se apresenta apenas superficialmente aos sentidos.

²⁷² ATRAVÉS dos livros. **Fon Fon**: Semanario Alegre, Político, Critico e Espusiante. Rio de Janeiro, 24 mar. 1923, p. 6.

Sim, o traje. Ele aparece tanto em João do Rio como em Paulo de Magalhães, o ornamento como um traço característico de um personagem e que permite ao observador recostado a um canto da rua reconhecer se aquele que passa é um comerciante ou um sacerdote. Não foi, contudo, objeto de reflexão. Foi na obra de Abelardo Roças, um jovem advogado e jornalista, que o assunto foi destacado. Em 1906, Roças publicou o seu livro “A Psychologia através da toilette”²⁷³. Nele, há uma diferença importante em comparação às obras discutidas até aqui: o livro surgiu a partir de uma conferência realizada pelo autor no salão do Instituto de Música, em 25 de agosto de 1906, para um público feminino.

Naquele tempo, parece que o gosto pela conferência pública estava a se formar nas cidades. A imprensa a todo tempo noticiava uma conferência que seria realizada em tal escola ou tal instituto. Tratava-se de tudo e era só escolher onde assistir. Havia conferências “sobre ‘Os cumes dos Andes’, na Sociedade de Geographia, a da ‘Evolução do assucar’, no Mostuario dos Vinhos, a da Associação Christã sobre a ‘Virtude da gymnástica’, a do conselheiro X, no Retiro, sobre ‘Coimbra do meu tempo’, a do Godinho sobre a ‘Cidade nova’, a do notável poeta Antunes sobre o Beijo (...)”²⁷⁴. João do Rio comenta que, na década que inaugurava o século XX, intelectuais e poetas como Olavo Bilac e Medeiros e Albuquerque provocaram o início de uma epidemia de conferências à maneira do Odeon de Paris. A epidemia se irradiou no Rio de Janeiro e, em poucas semanas e meses, a cidade só tinha uma preocupação: reunir-se em algum canto para ouvir alguém romper o sussurro da plateia ao dizer “meus senhores...”.

Entre o vozerio, estava Abelardo Roças a conferenciar. Em primeiro lugar, o que é a toailete? No mínimo estranho pensar uma psicologia por meio da toailete, quando esta palavra significa, para os leitores do século XXI, banheiro. Pelo menos este é o sentido mais corrente em nossos dias. Um de seus significados, no entanto, é vestimenta, e é esta a acepção considerada por Roças. Mas não se encerra por aí, isto é, no colete, no cinto, na calça ou no vestido, mas considera os detalhes que singularizam a expressão humana em público. Devemos acrescentar nesta conta “um laço de gravata, a côr de um colete, a forma de um chapéu, a risca de um cabelo, o friso de um bigode, o ar de uma atitude, o jeito de um gesto, todos os pequeninos

²⁷³ ROÇAS, Abelardo. **A psychologia através da “toilette”**. Rio de Janeiro: Typ. da Revista dos Tribunaes, 1906.

²⁷⁴ RIO, JOÃO DO [Paulo Barreto]. **Psychologia urbana**. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1911. p. 6.

detalhes da toilette (...) ²⁷⁵. A toaete compreende, portanto, não apenas as roupas e seus detalhes, mas tudo aquilo que é particular ao indivíduo: “o gesto, o andar, o sorriso, as maneiras, a atitude, a physionomia, o desenho, a forma e a coloração do vestuário” ²⁷⁶. De modo que é possível padronizar o vestuário – todos podem comprar roupas nas mesmas lojas ou contratarem os mesmos alfaiates – mas nunca a expressão da toilette em sua totalidade.

São precisamente as particularidades da toaete que identificam os traços morais ou de caráter do indivíduo. Um certo modo de dar o nó da gravata, a posição do chapéu e a maneira descobrir a cabeça quando se cumprimenta uma pessoa, um certo jeito de sorrir; tudo isto fala sobre nossas inclinações, preferências, ideias e temperamento. Por exemplo, em se tratando do temperamento, um homem que prefere roupas escuras tende ser apático ou triste; tons de vermelho, por outro lado, indicam temperamento mais agitado e violento; já indivíduos de gênio mais brando são simpáticos às roupas mais claras. Por outro lado, nesta curiosa passagem, Roças explica a correspondência entre a escolha das roupas e as condutas e ideias que distinguem um indivíduo:

Um homem, por exemplo, que usa muitas gravatas e muitos fatos é fatalmente no amor um D. Juan, na política um camaleão, na amizade um ingrato, nas opiniões um fácil. A razão é lógica e simples. A mesma volubilidade de espírito que o leva a mudar de gravatas leva-o a naturalmente a trocar de amantes, a abandonar seu partido, a esquecer a gratidão, a convencer-se de um facto. Inversamente, um homem conservador de aspecto é conservador no espírito, porque a toilette, como já dissemos, é o reflexo das idéias e dos sentimentos. Mudar, conseguintemente, de aspecto é mudar de idéias; conservar a toilette é até certo ponto conservar suas próprias opiniões. ²⁷⁷

Agora, por que a toaete? Essa é uma questão central na obra. Poderíamos pensar que o propósito de cobrir o corpo com trapos ou vestimentas seria o constrangimento do corpo nu, isto é, o pudor. Alguns concluiriam se tratar das coisas de amor: usamos roupas para atrair quem amamos, tornando-nos irresistível ao seu olhar. Outros apostariam na necessidade de proteger o corpo contra o frio ou o calor. Nada disso é a aposta de Roças, pois para ele é a aspiração à beleza que leva o indivíduo a se vestir. Acontece que, apesar de Deus ter feito o Homem à sua imagem e semelhança, a ele faltava o brilho da beleza divina. Foi tal lacuna da imperfeição

²⁷⁵ Roças, op. cit., p. 23-24.

²⁷⁶ Ibid., p. 16.

²⁷⁷ Ibid., p. 30.

humana que provocou a vontade de beleza que teria, no princípio, feito Eva se cobrir com a folha da figueira, e, hoje, a derramarmos admiração quando de frente a uma vitrine.

Se existe uma perspectiva individualizante, não se pode esquecer que a psicologia em Roças também inclui os grupos ou mais exatamente o tipo. Um profissional liberal, um artista ou um jurista também são reconhecidos por padrões de vestimenta e de gestos. Ninguém daquele Brasil de 1906 observaria um maltrapilho a perambular pelas ruas e concluiria estar diante de um juiz. Como bem frisou no início e no fim, a toaleta é o próprio homem e a ela tudo ele deve: sua imagem, seu prestígio e seu sucesso.

Aliás, a observação é também um chamado. Ele convida seus ouvintes a inspecionarem a rua do Ouvidor ou a passearem por um baile, para que observem o vestuário moderno. Suas proposições sobre as relações entre a toaleta e o caráter dos indivíduos, ou entre a toaleta e um tipo social, partem, portanto, de suas observações e de sua experiência em ambientes públicos. Aqui, uma ponderação: por um lado, o livro é o registro de suas reflexões filosóficas ou pelo menos que se aproximam da filosofia. Uma evidência disto é o rigor com que conduz seu pensamento. Observemos esta estrutura: “Estabelecida, como acabamos de ver, a relação entre o physico e o moral, póde-se perfeitamente deduzir do vestuário as idéias, o carácter e os sentimentos de um indivíduo assim como de um povo”²⁷⁸. Por outro lado, se este aspecto o distancia de João do Rio ou Paulo de Magalhães, partir da observação das pessoas e das ruas o aproxima daquele estilo literário que tratávamos há pouco. A semelhança também ocorre no que precisamente é observado: a toaleta tal como se expressa na sociedade moderna, isto é, do Rio de Janeiro do início do século XX.

A cronologia é curiosa, pois até quatro anos atrás, portanto até 1902, as ruas eram mais feias e tristes. O pavimento antigo era irregular, cheio de “altos e baixos” que obrigava as pessoas a marcharem encurvadas, “olhando quase sempre para o chão”. O estrangeiro que por aqui desembarcava se impressionava com o ar tristonho do brasileiro, daquela multidão que mais parecia uma procissão em funeral. Por que um país tão belo era tão triste? A explicação é que a cidade também era triste e isto se refletia no espírito das pessoas. Por conseguinte, para espíritos melancólicos, a

²⁷⁸ Ibid., p. 33-34.

preferência pela cor escura na vestimenta era uma consequência natural. Desta forma, “da tristeza da cidade vinha a tristeza do povo” e “da tristeza do povo derivava a tristeza da toilette”²⁷⁹.

A transformação da cidade no decorrer daqueles anos de 1902 a 1906 promoveu uma transformação de atitudes e hábitos. O pavimento moderno, e com isto ele quis dizer simplesmente o asfalto liso e sem depressões, modificou o andar das pessoas e sua correção de postura ao caminhar. Traduzindo, a construção de avenidas foi um fator de remodelação de um hábito. Mas não foi apenas isso, pois o plantio de árvores nas avenidas presenteava-as com algum frescor e suavidade, além do verdejar proporcionado, um embelezamento que prometia operar uma mudança sobre a fisionomia do carioca. Muito a propósito disto, cabe uma observação. Em uma crônica de maio de 1910, Julia Lopes de Almeida comentou sobre a arborização urbana no Rio de Janeiro²⁸⁰, ainda bastante limitada ao plantio de oiti nas praças e nas ruas, e exaltou o embelezamento das vias públicas de São Paulo. O calor em uma cidade litorânea como o Rio de Janeiro tornava a arborização uma ação necessária e inadiável, não apenas para tornar a cidade mais bonita, como também para o conforto das pessoas. Abelardo Roças observou o início do processo e já atentava para uma transformação em curso. Em consequência da sombra e do frescor, o hábito de franzir o cenho para se proteger da luz do sol, por exemplo, tenderia a desaparecer, e a expressão do carioca muito em breve se tornaria mais suave.

Em linhas gerais, esta é a psicologia em Roças. A análise da toailete para tratar sobre o indivíduo – sua moral, temperamento, conduta etc. – ou para identificar grupos distintos, é o que caracteriza sua psicologia. Ele medita sobre a transformação do espaço urbano que ocorria em seu presente, sendo ela a causa das modificações que se operavam sobre as pessoas: novas escolhas de vestuário, novos gestos e novos hábitos distintos. Novamente, o moderno entra em cena: da cidade que se iluminava pelo ideal do progresso, reestrutura-se a vida nas ruas, nas praças ou nos bailes. Foi o traje, mais do que qualquer outro aspecto da vida social, o espanto de Abelardo Roças. A conferência foi relativamente comentada na imprensa, mas observo uma nota do Jornal do Brasil que divulgou esta curiosa impressão: “O jovem conferente fala baixo e em um só tom. Parece impossível: a physionomia, sem uma ruga, sem

²⁷⁹ Ibid., p. 37-38

²⁸⁰ DOIS dedos de prosa. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 03 mai. 1910, p. 1. A Fundação Biblioteca Nacional, na mesma coleção já mencionada, em 2016 editou um livro que reúne as crônicas publicadas por Julia Lopes de Almeida, entre 1908 e 1912, no jornal O Paiz.

um sorriso, sem um movimento. A sua dissertação foi longa: durou das 4 horas as 5 e 15 minutos da tarde. Algumas citações e muitos termos francezes²⁸¹.

Na esteira das meditações em psicologia, voltemos a falar de João do Rio. Se em suas crônicas é o exercício da expressão literária, intensa e muito viva, que orienta toda a prosa, o mesmo não pode ser dito de sua “Psychologia Urbana”. Esta é uma organização das conferências que proferiu ao público carioca e paulista nos primeiros anos do século XX, um conjunto de reflexões sobre o urbano. A marca da oralidade é fácil de notar, mas não apenas no estilo, pois há passagens em que ele se comunica diretamente com seu público²⁸². Por exemplo, neste corte: “os senhores sorriem?”²⁸³, após comentar que os sacerdotes são mentirosos. Já agora a descrição cede à meditação, como se a experiência na cidade, observando-a, sentindo-a, vivendo-a, tivesse sido o primeiro passo para amadurecer reflexões posteriores. Em outros termos, ele passa da experiência às especulações generalizantes, um fio de filosofia sobre a cidade.

As reflexões buscam caracterizar a cidade. Seu exemplo é o Rio de Janeiro, mas não se limita à capital brasileira. Nas crônicas, ao leitor é nítido todo o colorido das ruas que ele pinta, até na própria forma como posteriormente organiza o livro – cada crônica, um aspecto. Não é, no entanto, a diversidade que ele procura salientar em sua psicologia urbana, mas uma certa raridade quanto ao significado de viver na cidade moderna.

Uma questão preliminar: por que psicologia? Ao contrário das obras anteriores, nesta há uma justificativa, embora despojada de maiores ornamentos. Em “Amável leitor...”, título das páginas que abrem o livro, ele diz: “A’ collecção chamei Psychologia Urbana, apenas porque me pareceu observarem esses trabalhos certos estados d’alma da cidade, de modo aliás urbaníssimo”²⁸⁴. Os estados são quatro: a mentira, o amor carioca, o flerte e o figurino. Há no desenrolar de cada um deles algo de semelhante ao que vimos em Abelardo Roças e Paulo de Magalhães, uma vez que a o jogo de aparências e a dissimulação aparecem como ingredientes a estruturar o

²⁸¹ CONFERENCIA litteraria. **Jornal do Brasil**, 26 ago. 1906, p. 10.

²⁸² Uma observação: na primeira edição, quando João do Rio menciona Nietzsche, ele escreve “Nitzche”, isto é, bem próximo de como falamos. Na segunda edição, os organizadores fizeram a correção, uma perda para o leitor que somente a esta teve acesso, pois se trata de um indício de oralidade. Não foi erro por parte de João do Rio, como se poderia imaginar, pois uma citação de Nietzsche inaugura o livro, com a grafia correta ao final da passagem.

²⁸³ RIO, João do [Paulo Barreto]. **Psychologia urbana**. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1911, p. 152

²⁸⁴ *ibid.*, p. 12.

cotidiano da urbe. Por outro lado, enquanto Paulo de Magalhães condena, em João do Rio a reflexão e o deleite caminham juntos. Não há denúncia ou desejo de apontar males disso ou daquilo outro: o orador goza de sua posição de espectador, a espreitar e meditar sobre as resultantes do viver coletivo (ou estados da alma urbana, como disse), com um toque de ironia, de riso de canto de boca, como quem compreendeu certas engrenagens que vivificam a cidade. Fez de suas conferências momentos deliciosamente provocadores, talvez mesmo constrangedor para alguns que estiveram presentes.

Por exemplo, ele falou sobre a mentira. Melhor, sobre a delícia de mentir. A reflexão se inicia com a leitura de um curioso testamento que prometia o seguinte: “Deixo metade da minha fortuna a quem ficar provado nunca tiver mentido ou dissimulado. E deixo também os juros desse dinheiro, porque ainda está para nascer o homem sem mentira”. Vê-se que era um desafio lançado ao mundo, com a convicção de fundo sobre o valor da mentira como tática de vida. Era um segredo que o homem havia compartilhado como última missão antes de morrer, o maior dos bens imateriais: “Todos mentem. A vida é mentira. Saibam mentir sempre com inteligência, façam de mentir uma delicia e terão a felicidade. Com a transmissão desse segredo julgo dar-lhes mais que se lhes desse todo dinheiro ganho a fazer da mentira uma delicia”²⁸⁵. Galhofa no estilo Shay Bradley²⁸⁶ ou valioso ensino para a vida? Os fictícios leitores daquele testamento acreditaram se tratar de zombaria, mas como foi recurso para introduzir as reflexões de João do Rio, provavelmente era coisa séria.

Tudo começa em tenra idade. A criança ouve mentiras desde muito cedo: é o Papai Noel que trará presentes; o Papai do Céu que envia o irmão mais novo em uma cesta; se teimar ou chorar, há sempre uma velha ou um saci para pegá-la, entre tantas outras ilusões a formar o seu mundo. Da mentira que ouve, faz dela um recurso para não ser descoberta em suas artimanhas e escapar dos castigos. E o adulto? Naturalmente, segue ele mentindo para conquistar um amor, para crescer nos negócios ou sobreviver na política. A vida social se sustenta, desde o princípio, na mentira. Observa João do Rio: “A base da prosperidade é a mentira. E só uma coisa vence a mentira: – uma mentira maior”²⁸⁷.

²⁸⁵ Ibid., p. 144.

²⁸⁶ Irlandês que gravou um áudio antes de falecer e pediu para que a família ouvisse no enterro. No áudio ele simulava batidas em uma madeira e dizia: Olá, deixem-me sair. Onde estou?”, enquanto a família olhava e gargalhava para o caixão a ser sepultado.

²⁸⁷ Ibid., p. 147.

Existe uma Mentira, com M maiúsculo, a partir da qual emana todas as posturas ou atitudes mentirosas: a hipocrisia, a invenção, a simulação, o engano, as mentirinhas, o fingimento, o disfarce e assim segue. Desde a profusão de Deuses e religiões, atravessando os sistemas filosóficos para compreender a natureza ou a si próprio, atingindo por fim a ciência e a técnica para controlar e prever, inventamos mentiras e a elas nos entregamos; ou nos deliciamos, para quem souber melhor apreciá-las. Apesar dessa universalidade da mentira, seu tempo presente continha certa particularidade: “Hoje, o homem civilizado é o animal mais coraçado de mentiras do orbe”²⁸⁸. Ela é o termômetro da civilização mesma, pois um povo que mente mais e melhor é um povo cada vez mais civilizado.

É claro que essa mentira viria carregada de observações sobre a moralidade, como bem se espera. Afinal de contas, a hipocrisia está no pacote. Tomemos como exemplo o jogo: jogar dados, entregar-se aos jogos de azar, apostar nas muitas loterias que havia, do bicho ou não, era não apenas uma questão criminal como também moralmente condenável. E, no entanto,

Há magistrados muito sérios e íntegros, que jogam o dado. O dado é um jogo proibido. O jogo proibido é considerado um vício. O vício é um crime contra a polícia de costumes. Os costumes são intangíveis. O magistrado é seu defensor. E porque é o dado proibido? ...Há homens cuja vida é um modelo de moral e que, entretanto, se deixam enganar e cada vez mais amam. É uma vergonha, é uma ignomia.²⁸⁹

A moral, portanto, é o que desejamos que o outro respeite. Códigos de conduta, leis, normas, tudo ilusão. Às escondidas, um viciado frequentador de jogatinas; em casa ou perante a vizinhança, um exemplo de moral. Eis a mentira social, reguladora da vida em sociedade e verdadeira arma de velhacos e cabotinos. “Os maiores patifes” – afirmou – “são os que mais prégam honradez”²⁹⁰.

Não existe o mínimo espaço para a verdade. Ela não seria mais do que um “novelo colossal de ilusões” que servimos para esta “admirável construção de interpretações” que é o mundo²⁹¹. Que possamos insistir na questão: o que é a verdade? A verdade, por si mesma, é qualquer coisa oca que aceitamos como tal, uma outra criação a povoar o catálogo de ilusões e que nos torna humanos:

²⁸⁸ Ibid., p. 150.

²⁸⁹ Ibid., p. 160.

²⁹⁰ Ibid., p. 160.

²⁹¹ Ibid., p. 168.

Que é verdade? Aquillo em que ajustamos acreditar: a existência de Jupter, as lagrymas de Isis formando o Nilo, a infalibilidade do Papa, o poder magico da pedra de cevar, a honestidade de Penelope ou de outra senhora mais moderna, a fidalguia do sr. Joaquim ali da esquina. Que é mentira? Aquillo que ajustamos não acreditar: a infalibilidade do Papa, as lagrymas de Isis formando o Nilo, a existência de Jupiter, a fidalguia do sr. Joaquim ali da esquina. Desde que os homens tenham o raro saber de aproveitar, de gozar a mentira achando todas as mentiras verdades, isto é, aproveitando a mentira- vaidade, o sr. Joaquim d'alli da esquina fica verdadeiramente fidalgo, as lagrymas de Isis formaram o Nilo e a infalibilidade do Papa é indiscutível. Mas esse tempo de absoluta civilização vem de longe ainda. O homem é principalmente covarde das próprias mentiras. Inventa e fica com medo. Cataloga e se aterra. Cria e treme. Pensa e hypocritamente não tem a coragem de aproveitar com prazer e gloria a única qualidade que o distingue dos outros animaes e que é na vida a rasão da sua necessária inutilidade: a faculdade de pregar mentiras.²⁹²

O que temos, então, são apenas mentiras? Sim. Dizer isto de frente a uma plateia letrada que vivia os tempos áureos de um positivismo à brasileira e maravilhada com o progresso na ciência, traduzido na técnica e no conforto material, talvez tenha provocado certo embaraço. Afinal, falava não apenas de si, mas de todos que o ouviam. Estavam necessariamente a praticar aquela arte tão necessária à vida: a arte de mentir, para a qual não havia aprendizes, apenas professores. Talvez, quem sabe, pensassem que no fundo tudo aquilo era uma grande e divertida mentira.

De qualquer forma, não era apenas a mentira a florescer tão cedo na vida. Outra lei da vida coletiva era a expressão do amor: ama-se precocemente no Rio de Janeiro. O modo para compreendê-lo foi este: colher tudo quanto se via e lia sobre o amor, do noticiário às epístolas infantis, e disto extrair uma média de como se ama. O amor carioca era diferente do amor em Berlim, em Paris ou em qualquer outra cidade. Diversamente, também, de como se ama no Rio Grande ou em Pernambuco. Naquela Corte de outrora, havia uma diferença importante em relação ao restante do mundo. Ele se desenvolvia cedo: pinta-se, pergunta-se por fulano, manda-se cartinhas. Em conversa com uma criança de 5 anos, no camarim de um teatro e trepada em uma cadeira para pôr "*rouge* no lábio", alguém pergunta: "– Que faz a menina aí?". E a resposta foi: "– Psio! (...) Estou a ficar bonita para ver se o tenor José repara em mim. Tem uma voz linda, não acha?"²⁹³. Uma carta escrita por um menino de 12 anos assim dizia: "Joaquina, não posso permitir que namores o Antonio. Quem gosta de ti sou eu. Dou-lhe na cara se tornar a levar-te flores com partes de que são para a professora.

²⁹² Ibid., p. 175.

²⁹³ Ibid., p. 27.

Espero-te na esquina ao sair da Escola. Papae está admirado como eu não quero jantar ha tres dias. Carlinhos”²⁹⁴. O amor do carioca desperta na alvorada da vida.

Mas amor e paixão verdadeiros existiam apenas entre os mais humildes. Porque a alta sociedade carioca pensava antes de amar, queria um amor com versos e estava cheia de pretensões. Casar-se com quem? Importa saber a posição na sociedade, o nível de cultura, se é protegido de fulano, amigo de cicrano, se se veste bem, se é rico ou tem um bom emprego. Este é o amor “velhacaria e exibição, diversão ou perversidade, cavação ou maneira de aparecer”²⁹⁵. Depois, ama-se um dia ou vive-se das aparências como tantos de seu círculo. O ambiente não permite viver de outra forma, melhor, impede a realização do afeto. Quando o amor se faz presente, o medo do mexerico, das conversinhas aqui e ali, da calúnia, do burburinho a circular pela vizinhança, acaba por esmorecê-lo. Doravante, o que resta senão o coioísmo, este brincar de namorar, de parecer que se ama, esta imagem distorcida do amor?

E entre a gente mais humilde? Pelo contrário, “o amor, a paixão, cada vez mais só existe admirável e exuberante na gente desclassificada, nos pobretões, nos ordinários, nos fora da sociedade”²⁹⁶. Porque esse amor desconhece a desigualdade, logo não se precisa fingir ou blefar, apenas sentir e sonhar. É ele um amor de beijos sem palavras, viril e empolgante. O violeiro cantor de modinhas, ajudante de carroceiro, e a negrinha, filha da lavadeira, não tem frases para com o outro. Apenas se amam: e o que mais importa? “Podia chegar o pai e ella apanhava. E elle também. Podia haver opposição da familia. Mas a vizinhança acharia natural, ella fugiria com elle, e teriam muitos filhos”²⁹⁷. Por outro lado, a lisonja nos salões, carregada de presunção e vaidade, é típica dos rapazes mais abastados: “Sabe V. Ex. que está alucinadora?”²⁹⁸.

Apanhemos uma carona no amor para tratar de outro assunto grave: o flerte (ou “flirt”, como chamou). Se o amor verdadeiramente só existia e pulsava forte entre os mais simples, não se poderia afirmar o mesmo sobre o flerte. Embora seja fenômeno universal – pois flerta-se nas grandes ou pequenas cidades, em toda parte do mundo – ele não é para todos. Namorar, pelo contrário, é milenar e democrático,

²⁹⁴ Ibid., p. 29.

²⁹⁵ Ibid., p. 45.

²⁹⁶ Ibid., p. 34.

²⁹⁷ Ibid., p. 38.

²⁹⁸ Ibid., p. 116.

mas namorar é conceito caduco, coisa de antigamente. Flertar, como boa prática moderna que é, à elite pertence:

O flirt só pertence à nata, ao escol, ao *dessus du panier*, ao pessoal *dernière pétrolette*, o pessoal que custa a se comprometer, veste bem, cria em torno uma atmosfera de excitantes, e, antes de se entregar completamente, reflete com calma na vida, na carteira de cambio e nas suas consequências. Nunca passou pela imaginação de ninguém o flirt de um vendedor de balas ou de uma lavadeira. E' uma ideia que horripila.²⁹⁹

Resultado da nevrose geral da sociedade, é um vício daqueles tempos modernos. Que é essa nevrose geral, ficamos sem saber, mas o emprego da palavra em outros momentos sugere uma aceção de excitação ou impaciência da sociedade. Sociedade doente? Talvez, mas doença ou não, é traço constitutivo da modernidade: aquele presente tumultuado e por fazer produzia um modo de vida agitado, irrequieto. Iuri Lapa e Lia Jordão sugerem³⁰⁰ que tal estado era reflexo da velocidade e da vertigem do mundo. Em tempo de abertura de avenidas, de circulação de bondes, de iluminação elétrica, do estilo burguês de viver, da entrada em massa de imigrantes e a conseqüente expansão da cidade, o flerte resulta do respiro moral e de renovação de costumes daquela sociedade.

Ao ouvirmos que uma pessoa flertou com outra, sem dificuldade concluímos se tratar de paquera. Fulana foi cantada, cicrano foi cortejado. A prática indica o vislumbre de um horizonte, o primeiro passo de algo a porvir. É um jogo entre adversários, a bem dizer, em que “cada um acredita enganar e não engana, não imagina mesmo que o enganado é elle. Ri das palavras que diz e não percebe a ironia das que ouve; pensa quase sempre ludibriar e é a si mesmo que burla; ri intimamente dos sentimentos que finge e não sente ser apanhado na rede da comedia. O flirt é a luta amorosa”³⁰¹. Por ser um jogo, é preciso conhecer as regras, os movimentos certos para apenas se curvarem um em direção ao outro. Vale lembrar, flertar é pender. E precisamente por ser uma luta, os movimentos se alternam entre a ousadia e a recusa, “em que o encontro infinito está sempre aí e sempre infinitamente afastado”³⁰².

Palavra das mais escorregadias é o flirt. No decorrer de sua análise, João do Rio discorreu sobre muitas definições de flertar. Dos cientistas aos escritores e

²⁹⁹ Ibid., p. 116-117.

³⁰⁰ A segunda edição conta com uma boa apresentação dos organizadores. Ver: RIO, João do. **Psicologia Urbana**. 2.ed. Rio de Janeiro: FBN, 2015. p. 16-17.

³⁰¹ Ibid., p. 113.

³⁰² Ibid., p. 115.

artistas, as descrições reúnem aclamados, embora isto seja uma característica mais geral da obra. Talvez neste caso, curiosamente, sua tentativa de analisar o flirt tenha sido, ela própria, um flerte, pois a impressão que se tem é de uma abordagem sinuosa que parece nunca contemplar nas partes. No todo, há a sensação de falta de unidade ou coesão. Muito bem a propósito, aliás, porque sua última investida antes de se render à experiência é retornar à pergunta: “Flirt? Palavra com que se denomina uma especie estranha de aproximação”³⁰³.

Uma reflexão sobre a cidade e seus modos de viver não poderia se furtar de analisar, como já vimos em Abelardo Roças e mesmo nas interessantes descrições de Paulo de Magalhães, sobre a vestimenta. Mas assim como Roças ampliou a toalete para além da camisa e do sapato, João do Rio pensa o traje como manifestação do figurino. Mais do que a roupa em si, trata-se de pensar a sociedade em termos de padrão ou modelo. Lembremos do rapaz à porta do teatro que corteja uma senhora, há pouco referido. Ele é um dândi, sujeito chique, portanto bem-vestido. Tendo sido inventado no século marcado pelo coroamento da burguesia, é cria do século XIX, como não poderia deixar de ser. Era, portanto, um cavalheiro sem ser nobre, um chique sem ser aristocrata. Como se veste? Calças justas, casaca escura de veludo por cima do colete branco, meias de seda, sapatos pontiagudos, gravata bordada, luvas brancas, uma bengala e, claro, a cartola, este curioso símbolo de elegância e poder entre os dândis. Oscar Wilde, Lord Byron, Santos Dumont, o próprio João do Rio, todos dândis.

Entretanto, ser um dândi não significa apenas se vestir como um. Ele compartilha de certas “opiniões e tendências, põe em foco certos tipos, inventa certas maneiras de estar e de pensar”³⁰⁴. É um molde comparativo, um tipo a ser copiado pelos demais. Uma totalidade como aquelas descritas por Paulo de Magalhães, embora este estivesse mais atento ao caráter dos tipos que habitam a sociedade moderna. A imitação está no cerne do que João do Rio chamou de “Lei do Figurinismo”. Alguém da nobreza ou da alta sociedade produz um gesto ou se veste de determinada forma e logo é copiado pelos admiradores. “É o figurino de fulano”, alguém comenta ao observar um admirador do fulano. Por exemplo, entre nós há o famoso chapéu panamá, moda eternizada por Santos Dumont. Tem um quê de pessoal e fortuito.

³⁰³ Ibid., p. 140.

³⁰⁴ Ibid., p. 69.

A imitação do vestuário parece ser própria da sociedade pós-revolucionária e burguesa. Se a história da civilização pode ser dividida em idades, como bem aprendemos, João do Rio considerou aquele momento a idade da vestimenta e da moda. Só podemos compreender a alma desse novo homem pelo casaco que usa³⁰⁵. As pessoas muito se importam com suas roupas e se vestir de acordo com um modelo, que se admira, é aumentar o valor de si próprio. Por outro lado, há um preço: estar na moda, ser chique, significa estrangular a própria espontaneidade e estar sujeito ao esfacelamento do figurino, cuja atualização é tão cheia de acidentes.

Este último ponto é interessante na obra de João do Rio e, de certa forma, um fio de entendimento para as outras, pois a renovação de trajes, da moda e do próprio figurino é sintoma de uma modernidade observada com certa insistência pelos autores. Em contraste a um antigo regime cujo modo de vida desmoronava, a modernidade era um permanente ventilar de ideias, costumes, modas e figurinos, de maneira a sempre apostar em um presente que, no instante mesmo em que se faz, rui-se para se reconstruir. Parece ter como valor uma afobada superação de si mesma, transformando a turbulência em regra geral:

A sociedade moderna meteu-se numa roda que gyra sem cessar e cujos raios são o como, o tão, o melhor, o pior, o igual. Não se deseja mais a eternidade nem nella se acredita, como na Grecia, como no próprio catholicismo. Também não se acredita na belleza pura, na belleza eterna. Deseja-se superar, ser o figurino, mostrar qualquer coisa diferente dos mais ou igual aos melhores nem que seja por alguns segundos. Só se acredita no bonito, no chic e no discintcto.³⁰⁶

Como podemos compreender as obras que foram abordadas neste tópico? Conforme o título, esta é uma outra psicologia moderna e, logo, observá-la em contraste com o que frequentemente se considera por isto poderia ser um caminho interessante para prosseguir. A comparação auxiliará o raciocínio.

Na psicologia dos clássicos manuais, são as faculdades da alma humana que se descreve: esboça-se os pensamentos, pinta-se a policromia dos sentimentos e das emoções, fala-se daquilo que nos motiva. Instrui-se aos alunos sobre o prazer, a tristeza, o juízo, a vontade, a imaginação e tudo o mais que pertencer à esfera psíquica. Eles aprendem que, de início, quando a psicologia subsistia enquanto capítulo da filosofia, essa investigação era introspectiva, isto é, o observador era

³⁰⁵ Ibid., p. 75.

³⁰⁶ Ibid., p. 68-69.

observador de si mesmo, de seus próprios estados afetivos e de seus pensamentos. Posteriormente, a partir das críticas postuladas na filosofia e com a emergência dos métodos experimentais nas ciências naturais, no século XIX a psicologia foi reorientada. Descrentes dos postulados metafísicos na psicologia, os cientistas começaram a sustentar a psicologia em novas bases – sobretudo fisiológica e física – ao ponto de serem necessários assistentes, laboratórios e toda a parafernália que os acompanha. O corpo é uma questão, pois se mensura sensação tátil, auditiva, quantidade de força, discriminação de peso, tempo de reação, entre outras variáveis, como janela para acessar a inteligência, os afetos ou a vontade. Reivindicava-se autoridade científica para a psicologia, doravante sob a alcunha de moderna, e a mensuração do corpo foi uma forma de conquistar a necessária objetividade na investigação da vida mental.

Esta psicologia moderna existiu sob distintas terminologias, entre as quais se destacam a psicofisiologia, a psicologia experimental e a psicofísica. Em contraste com uma psicologia sustentada em bases metafísicas, herdeira de uma filosofia acusada de postular abstratamente sobre as faculdades da alma, a psicologia moderna se inspirou, como bem os nomes expressam, nas ciências naturais, e buscou produzir seus resultados por meio dos métodos experimentais e da matemática. Quando Herman Ebbinghaus abre o seu “A sketch of the history of psychology” com a conhecida frase “Psychology has a long past, yet its real history is short”³⁰⁷, é uma ruptura e um renascimento que ele atesta, o expurgo da metafísica para renascer pura.

Como a noção de moderno estava presente no discurso das primeiras gerações de psicólogos acadêmicos? Vejamos alguns exemplos. Edward Titchener, em artigo publicado em 1893, comenta:

Modern Psychology surely began, not ‘three or four year ago’, with the publication of the *Willenshandlung*, – but some forty years ago, with Fechner’s notion of the definite functional correlation of psychical with physical processes. The modern psychologist is the experimental psychologist.³⁰⁸

³⁰⁷ EBBINGHAUS, Hermann. **Psychology**: an elementary text-book. Boston: D.C. Heath & Co., Publishers, 1908. p. 3.

³⁰⁸ TITCHENER, Edward B. Two recent criticism of ‘modern psychology’. **The Philosophical Review**, vol. 2, n. 4, p. 450-458, 1893. p. 456.

Neste caso há uma vinculação direta do moderno ao método experimental, e a correlação dos processos físicos com os psicológicos indica o nascimento da psicologia moderna. Assim, o problema do corpo foi uma das características que marcaram essa emergência. Outra foi na esfera da linguagem, que foi atualizada para romper com a tradição anterior. Neste caso, há uma passagem de Alfred Binet que comenta a propósito da definição de psicologia compartilhada pelos autores que chamou de modernos:

La science moderne a pris aujourd'hui un petit tour d'archaïsme. Elle consistait à considérer la psychologie comme la science de l'âme. Cela est bien abandonné; les auteurs modernes ont adopté l'expression et aussi l'idée de Lange qui, le premier, je crois, a dit que l'on devait cultiver une *psychologie sans âme*.³⁰⁹

De maneira geral, quando se emprega moderno nesses textos a ideia é unicamente, conforme acepção originária e corrente, referir-se aos últimos tempos, ao tempo presente, ao que havia de mais atualizado na ciência ou na psicologia, evidentemente em conotação positivada da palavra. Isto se traduzia em uma mudança de objeto – a alma passou a ter apenas valor etimológico – e de método. Quanto a este, não era que a tradição filosófica anterior ao século XIX fosse desprovida de observações empíricas, mas é que esta empiria, como lembrou Hugo Münsterberg, “were confined to mental life under natural conditions”³¹⁰. O natural a que se refere é para contrastar com o método experimental, que é artificial, ou seja, praticado por meio de controle da situação experimental, enquanto o “natural” seria o uso da própria mente como recurso único na investigação.

Entre os historiadores do início do século XX, o esforço será o de reconstituir os passos dessa psicologia moderna, todo o percurso na filosofia e depois na fisiologia que possibilitou seu nascimento. O clássico “A History of Experimental Psychology”, de Edwin Boring, é a grande referência de uma historiografia perpetuada: ao procurar as origens, Descartes é o personagem que marca o início da psicologia moderna e mesmo antecipa ligeiramente a psicologia fisiológica³¹¹; mais distante ainda no tempo, à psicologia moderna não faltariam as devidas referências à Antiguidade: por

³⁰⁹ BINET, Alfred. *L'âme et le corps*. Paris: Ernest Flammarion, 1905. p. 141.

³¹⁰ MÜNSTERBERG, Hugo. *Psychology: general and applied*. New York and London: D. Appleton and Company, 1915. p. 53.

³¹¹ BORING, Edwin G. *A history of experimental psychology*. New York: The Century Co., 1929. p. 165.

exemplo, “in how many ways this great man anticipated modern psychology”³¹², é o que afirma Boring sobre Aristóteles; e quanto à genealogia do especialista ou do profissional, Wundt foi o primeiro psicólogo do mundo³¹³. Demarcações de tal natureza permanecem vivas em livros didáticos ainda hoje, de história ou nos manuais introdutórios.

Diferentemente disso, por que as psicologias apresentadas no decorrer deste tópico seriam uma outra psicologia moderna? Elas não são modernas por terem rompido com a metafísica ou com qualquer outra tradição, filosófica ou não, mas por transformarem a própria vida moderna em objeto de descrição e reflexão. Não se trata de uma consciência compartilhada entre acadêmicos ou homens de ciência de que a psicologia, conforme pensada até então, era insuficiente para investigar os fatos psicológicos e, portanto, deveria ser sustentada em novas bases. Neste sentido, não há ruptura, mas tão somente o nascimento de uma psicologia que procura analisar o tempo presente de quem escreve. Em específico, trata-se de um olhar crítico sobre as pessoas, seus costumes, atitudes ou a própria vida urbana. A ruptura está, sim, não na psicologia, mas no que se observa: um mundo em transformação, que já não é mais o mesmo, que se transfigura em novas práticas, novos modos de viver. Em busca de capturar a essência desta mudança, o presente é observado com espanto e sensibilidade. E, da experiência do observador e com o recurso da história como ferramenta de análise, faz-se psicologia.

Nesta psicologia, a noção de alma permanece corrente. O valor etimológico da palavra foi conservado. Em “A Alma Encantadora das Ruas”, por exemplo, claro fica ao leitor que, feito uma pessoa, a cidade também tem alma. Nas esquinas ou nas ruelas, do terceiro andar das hospedarias infectas aos porões dos vapores no cais, estão presentes os seus matizes, os estados da alma. Nos cordões do Carnaval predomina a felicidade, a euforia e o prazer; entre as mulheres de frente às vitrines, o desejo pelo adereço e o sonho de uma vida de luxo; o ódio e a resignação, encarnados em corpos arruinados pela labuta nos depósitos de carvão e de manganês da ilha da Conceição. A alma da cidade é o que João do Rio se propõe a investigar. O que ela seria? A heterogeneidade de pessoas, ruas, prédios, objetos, instituições, festas, misturados aos crimes, alegrias, malandragens, ódios e violências, tudo conforma os diferentes estados da alma urbana. Tudo isto permite contemplá-la, mas também

³¹² Ibid., p. 155.

³¹³ Ibid., p. 310.

parece que este não é o único modo de intuí-la. Se João do Rio não deixa dúvidas sobre a necessidade de flunar para compreender a cidade, como uma célula que percorre o sistema circulatório de um organismo, por outro lado, em seus indícios aqui e ali podemos igualmente admirá-la em sua plenitude. As tabuletas, por exemplo, “são como os reflexos de almas, são todo um tratado de psicologia urbana”³¹⁴. Mas as tabuletas são uma entre tantas coisas que se vê pela cidade. Assim, ela está no todo, mas pode estar em cada uma de suas partes. Ela é acessível aos sentidos e por isto o flunar é um método efetivo. Não se trata de buscar em si as respostas para desvendar a própria intimidade, como na clássica introspecção, mas passear pelas ruas e observar o que a cidade tem a mostrar: ouvir as cantigas, conversar com presos, observar quem circula e o que se fala pelas ruas. A partir desta experiência e de suas reflexões, transforma-a em uma imagem – incompleta, pois a cidade se movimenta –, em psicologia das ruas.

Esta incompletude foi comentada em seu discurso de recepção à Academia Brasileira de Letras, que, aliás, é uma bonita homenagem ao poeta alagoano Sebastião Cícero dos Guimarães Passos. Quando tratou sobre a nova geração de artistas, isto é, aqueles que viviam o rebuliço da jovem república brasileira, há uma interessante passagem que sintetiza bem o seu próprio ofício como psicólogo das ruas:

Neste momento, o paiz entra na grande corrente humana, com a força e a ingenuidade de um gigante criança, que muito tempo passou sem nada fazer além de castello no ar e versos á sombra das palmeiras. É a transformação nos hábitos, nos costumes, nas idéias, um súbito grito de triumpho, a grande força do progresso que é a força de fugir de si mesmo. Da vida desapareceram os bohemios lyricos. Na arte extinguiu-se o sentimentalismo. A aspiração dos artistas novos seria a de fixar através da própria personalidade o grande momento de transformação social de sua pátria na maravilha da vida contemporânea; a de reflectir a vertiginosa ancia de progresso, esse aspecto incompleto, pouco constituído, agregado heteróclito de apetites barbaros e delicadezas civilizadas da raça, agora; a de gravar o instante em que os velhos sonhos afundam, com todas as valetudinárias superstições de outr’ora, inclusive a da moral, na eclosão de uma vida frenetica e admiravel.³¹⁵

Fixar por meio da personalidade, refletir, gravar o instante em que ruíam os velhos sonhos, não foi precisamente isto que fizeram Paulo de Magalhães, Abelardo Roças e, claro, o próprio João do Rio? O primeiro percebeu a sociedade moderna

³¹⁴ DO RIO, João [Paulo Barreto]. **A alma encantadora das ruas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 156.

³¹⁵ DO RIO, João [Paulo Barreto]. **Psychologia urbana**. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1911. p. 225.

como uma perigosa caminhada em direção ao abismo e o moderno está carregado de um tom pejorativo. Entretanto, a sociedade moderna que nascia não rompeu completamente com os valores e os sonhos de outrora, pois Dona Santa foi o filete de esperança daquele que viu o presente com decepção e muitas reservas.

De outra forma, Abelardo Roças observou a construção de avenidas, a arborização da cidade e toda a transformação urbana que ensejou uma mudança no uso dos trajes e da própria toailete como um todo. O moderno em Roças está presente de maneira elogiosa, porque transformamos aquela feiosa cidade em uma digna de sua envergadura e, com isto, largamos os tons escuros das roupas pelas cores mais amenas e adequadas a uma cidade mais bonita e alegre. Da cidade que nascia para o progresso, surgiu uma toailete mais elegante que buscou acompanhar, com ansiedade, os ventos de modernidade.

Por outro lado, não se pode concluir o mesmo sobre João do Rio, seja em “A Alma Encantadora das Ruas” ou em sua “Psicologia Urbana”, pois se por momentos parece que sua escrita está laureada de crítica, por outros também parecia se maravilhar com o que observava. Talvez, no fundo, tenha feito daquele exercício de flunar um delicioso exercício de trabalho, encontrando nas transformações em curso o deleite de um espectador sensível e curioso.

Vê-se que o moderno está presente tanto nestas quanto naquelas outras psicologias. Seja entre os experimentalistas ou entre os literatos, jornalistas ou escritores, a referência ao moderno é um traço que persiste. Ainda que sejam distintas – pois um se refere a uma nova psicologia e o outro à sociedade burguesa, pós-industrial e republicana – é preciso apontar uma consciência comum entre os autores.

As conotações que colorem distintamente a noção de moderno (pejorativa, positivada ou neutra, conforme cada autor) é o que aborda Jacques Le Goff em seu ensaio³¹⁶ a propósito dos distintos significados sobre o par antigo/moderno. Nossa relação com a tradição ou com o antigo é ambígua: ora o moderno exalta o antigo, como no Renascimento, em que se dignificou a antiguidade greco-romana; ora serve para denegrir a obscuridade dos tempos remotos e exaltar o presente, como no elogio do progresso e da razão no período revolucionário posterior ao século XVIII; ou simplesmente para demarcar uma diferença. As capturas são muitas e a discussão é

³¹⁶ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Editora Unicamp, 2015.

sinuosa. De todo modo, Le Goff comenta que “a consciência da modernidade nasce do sentimento de ruptura com o passado”³¹⁷.

Na psicologia, pensada como uma ciência ou conhecimento acadêmico, a ruptura não significou a emergência de uma nova psicologia pelo esquecimento do passado. Pelo contrário, tanto a Antiguidade quanto a filosofia dos séculos XVII e XVIII são exaltadas, embora tenha sido necessária uma reforma no modo de produzi-la para que ela se tornasse científica. Na história da psicologia, o “longo passado” a que Hermann Ebbinghaus se referiu lembra uma certa relação com os idosos: sábios por sua experiência acumulada, mas senis em sua eficiência ou rendimento. Portanto, a relação da psicologia moderna com a metafísica é ambígua, assim como o é própria noção de moderno com o antigo.

A consciência de que o presente representa uma descontinuidade em relação às práticas de até então não parece ter existido entre os escritores brasileiros de que nos ocupamos neste tópico. Melhor dizendo, há em relação ao social, ao Brasil em transformação, e não à psicologia. Não há uma tradição a ser rompida, apenas uma ligeira continuidade no significado de “psicologia” para mirar o surgimento do novo. Este novo tornou tal consciência de ruptura seu próprio objeto de investigação: ao analisar o tempo vivido, percebido na sua rápida transformação, esses outros psicólogos, como à beira do precipício temporal, contemplam o passado para compreender o Brasil, sua gente, os costumes e a cidade. O presente é criticado ou exaltado em contraste a um passado exaltado ou criticado. Neste sentido, é preciso notar que não se trata de psicologias a serviço do Estado, portanto para administrar a população, como é o caso daquelas que, na mesma época, estavam a auxiliar os serviços médicos e pedagógicos. Buscavam, pelo contrário, estranhar o rumo que o Brasil trilhava e cujos reflexos se verificava no espaço urbano, nos trajes e nos novos hábitos, conformadores de novos tipos e modos de viver. Se há uma tradição a ser remontada para inserir essas outras psicologias, devemos buscá-la na história ou na literatura, não na psicologia. Trata-se de um tipo de psicologia que se expressa em estilo literário, que se volta para a história e que, ao menos no caso de João do Rio e de Abelardo Roças, tem a filosofia no horizonte.

Perscrutar a alma das ruas ou desvendar a gente brasileira e seus costumes não são as únicas possibilidades para a psicologia brasileira do início do século XX.

³¹⁷ Ibid., p. 163.

Podemos nos questionar: quais outras experiências são possíveis de compartilhar sob a etiqueta psicologia? Que outra realidade poderíamos descrever a partir da experiência? Não percamos de vista o poema de Augusto dos Anjos, pois a experiência de quem fala é o eixo estruturador. No próximo tópico, o presente continuará em relevo, mas desta vez em perspectiva política e narrada por quem viveu os acontecimentos. São as psicologias dos acontecimentos históricos brasileiros.

5.2 OS PSICÓLOGOS PATRIOTAS E REPUBLICANOS: O RECURSO DA PSICOLOGIA PARA ANALISAR A POLÍTICA E O BRASIL

Quem rouba milhões é barão. E quem rouba tostões é ladrão.
(ditado popular, em Antonio Silva)

Quem narra o tempo presente é o quê? Historiador, jornalista, romancista...? A quem pertence o tempo que se vive? As curas aos médicos, a imprensa aos jornalistas e os romances aos literatos. Cada prática ou gênero de escrita há uma profissão ou um especialista, seja por lei ou reconhecido como tal pela sociedade. Posso ser advogado e escrever crônicas – serei chamado de advogado e escritor. Se um amigo é físico e compõe música, chamo-o também de artista. Mas qual nome se dá aos que escrevem sobre o tempo presente?

Um historiador talvez achasse esta pergunta um tanto descabida. Ele está certo: afinal, a escrita do tempo presente ou de um passado recente, entre os historiadores, parece ser mais regra do que exceção. Não foi assim que nasceu a História? Tucídides narrou a Guerra do Peloponeso, da qual foi testemunha e participante. O testemunho como fonte também está presente nas “Histórias” de Heródoto. No entanto, as críticas à escrita do tempo presente foram colocadas no século XIX, quando a proximidade do historiador com o próprio tempo contaminaria o seu trabalho com um subjetivismo a pôr em xeque o caráter científico de sua narrativa. As tradições historiográficas do século XIX, seja o historicismo alemão aos moldes de Leopold von Ranke, seja a historiografia positivista conforme Charles Seignobos, o tempo presente estava interdito. Ele era incompatível com a neutralidade necessária para descrever e analisar os fatos históricos. Portanto, o distanciamento com o próprio tempo se tornou condição para a História.

Foram necessários dois conflitos mundiais e muitos regimes totalitários no decorrer do século XX para que os historiadores começassem a repensar a escrita do

tempo presente. As dores e os traumas das gerações que sofreram perseguições dos regimes nazista, fascista e stalinista, além das ditaduras militares nos governos latino americanos, tudo isto provocou sofrimentos que foram transmitidos oralmente aos filhos e netos, até que o silêncio começou a romper a esfera privada. Do silêncio quebrado, procura-se por justiça, reparação, conciliação, uma agitação que mais nos aproxima do que nos afasta do século XX. Por conta disso, o debate teórico e epistemológico entre os historiadores reacendeu: a importância da memória e de analisar o tempo presente ressurgem na discussão historiográfica. O testemunho reconquista seu valor e a História Oral pouco a pouco vai conquistando seu justo espaço. Carlos Fico³¹⁸ realizou um interessante mapeamento dessa discussão na história da historiografia e, mais recentemente, Marieta de Moraes Ferreira³¹⁹ também a abordou e sinalizou a importância social da história do tempo presente para o Brasil.

No Brasil, se considerarmos os historiadores desde o advento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), encontraremos Francisco Adolfo de Varnhagen, representante de uma geração fortemente inspirada na construção de uma história da nação brasileira. O Romantismo e o Nacionalismo estão na base de uma historiografia que realça a figura do indígena – apaixonado e eleito para a construção de uma identidade nacional – e destaca o papel político da nação portuguesa para o Estado brasileiro³²⁰. A política, o fato histórico e a cronologia são aspectos importantes de nossa historiografia oitocentista.

Adentrando a segunda metade do século XIX para logo virar o século, podemos destacar o trabalho de Capistrano de Abreu, de início muito influenciado pelo positivismo e pelo evolucionismo que tanto orientaram o pensamento de muitos intelectuais brasileiros, durante a segunda metade do século XIX. Entretanto, não há mais aqui a visão apaixonada do índio, pois agora a construção da identidade nacional cede à importância cada vez maior do papel da cultura e da diversidade brasileira. No caso de Capistrano de Abreu, José D'Assunção Barros³²¹ observa que a esta primeira fase do autor – positivista, próxima a Varnhagen – sucede uma segunda que coloca

³¹⁸ FICO, Carlos. História que temos vivido. In: VARELLA, Flavia; MOLLO, Helena M.; PEREIRA, Mateus H. de F.; DA MATTA, Sergio. (Orgs.). **Tempo presente & usos do passado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 67-100.

³¹⁹ FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80-108, jan./mar., 2018.

³²⁰ Sobre isto, ver: MONTEIRO, Charles. Uma abordagem da historiografia brasileira da segunda metade do séc. XIX até 1920. **Estudos Ibero-Americanos**, v. XX, n. 1, p. 163-172, 1994.

³²¹ BARROS, José D'Assunção. Duas faces de Capistrano de Abreu: notas em torno de uma produção historiográfica. **Projeto História**, n. 41, 2010.

em relevo aspectos além da política para compreender o Brasil. Trata-se de uma transição na historiografia brasileira que permite entender a geração de 1930, sobretudo com Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda.

O passado longínquo é uma marca dessas historiografias, seja em Varnhagen ou em Gilberto Freyre. Retorna-se ao Brasil Colônia para compreender a singularidade da formação do país, seja do ponto de vista da construção da Nação ou dos profundos aspectos de nossa cultura. Manoel Bomfim, por exemplo, em seu “America Latina: Males de Origem”, analisa a colonização predatória de Portugal e Espanha para explicar os efeitos devastadores sobre as colônias por eles exploradas. Na historiografia brasileira, o tempo presente está à margem: mesmo “Ordem e Progresso” precisou de um distanciamento de meio século, desde a Proclamação da República, para ser publicado por Freyre.

Mas isso é a História, enquanto ciência e disciplina. Ela supõe a organização das fontes primárias, a crítica documental e uma análise orientada por certa metodologia e perspectiva historiográfica. Diferentemente dela, há os relatos de experiência ou impressões do que se viveu, portanto está para o tempo presente em relação àquele que contou ou escreveu. É a memória.

De especial interesse para os historiadores é a memória coletiva. Como mencionado, o tempo presente para a historiografia após a Segunda Grande Guerra ganhou relevo e o papel da memória animou a discussão teórica. As experiências traumáticas tornaram esse giro quase uma necessidade. Por exemplo, sabe-se que as memórias sobre Augusto Pinochet dividem o Chile: enquanto há fervorosos defensores do general, os adeptos do pinochetismo, há muitos outros que relatam ter se tratado de um período sombrio na história do país³²². Exemplo mais conhecido é o livro “A guerra não tem rosto de mulher”, de Svetlana Alexijevich. Ela resgata as memórias das mulheres soviéticas que lutaram na Segunda Grande Guerra: histórias que trazem à luz vozes femininas em uma tragédia normalmente narrada por homens. No Brasil recente, alguns historiadores já estão procurando compreender a tensão política brasileira vivida na atual década em torno da figura do atual Presidente da República: as memórias das pessoas de anos antes da eleição de 2018 estão sendo levantadas para posterior análise do fenômeno que alguns chamam de

³²² Samantha Quadrato analisou a memória do pinochetismo em um interessante estudo. Ver: QUADRAT, Samantha V. “Para Tata, com carinho!”: a boa memória do pinochetismo. *In*: AZEVEDO, Cecília et al. **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 399-418.

“bolsonarismo”. Enfim, quando um historiador entrevista ou colhe relatos aqui e ali, é a memória coletiva que se procura analisar – um grupo que compartilha certa visão dos eventos ou percepção de um fato histórico particular que viveu ou presenciou. Normalmente o estudo da memória está relacionado a eventos que são divisões de água na história mundial ou de uma nação, como guerras, revoluções ou ditaduras.

E o que a memória ou a história tem com a psicologia? Este tópico tratará de uma psicologia em muito motivada por eventos revolucionários ou de ruptura na história política do país. Pessoas que vivenciaram um evento, e mesmo participaram de alguma forma, escreveram sobre a vida política do país com o objetivo de analisar o Brasil de suas respectivas épocas. Chamaram seus trabalhos de psicologia: neles, procuraram expor o caráter de governantes e a direção dos ventos de convulsão social que atravessaram a história republicana do país. Expuseram seus pontos de vista sobre a política brasileira, os erros na administração pública e as paixões que prejudicaram o bom governo. Há um certo estilo de abordar a conjuntura política como “nos bastidores da história”, isto é, aquilo que está por trás das decisões tomadas pelas grandes figuras da política: o caráter, as motivações, o excesso de paixões, as teimosias, a vaidade e tantos outros aspectos da personalidade de quem se analisa. Psicologia em tom de revelação de um segredo, seja a própria experiência (subjetiva) de quem escreve, capaz de iluminar uma realidade que poucos puderam observar, ou fatos de pouco conhecimento revelados ao público. São as psicologias da política brasileira, escritas por psicólogos que compreenderam as sensibilidades e as paixões de seu presente. Dois casos serão os analisados neste tópico.

Em 1933, Antonio Silva³²³ publicou um interessante opúsculo intitulado “O Brasil do meu tempo”, com o subtítulo “(Psychologia) e Crítica”. Só com esta informação já podemos considerar alguns aspectos: em primeiro lugar, a análise do Brasil terá como suporte suas memórias, uma vez que se trata do tempo presente, isto é, do período que chamou de “Velha República” aos primeiros anos de Getúlio Vargas. Em segundo, a análise carrega a etiqueta da “crítica” e aqui podemos recordar quando Paulo de Magalhães empregou esta terminologia para compartilhar a fragilidade e a falsidade da sociedade moderna. A conotação permanece, porque a

³²³ Muito pouco encontrei sobre o autor. Uma nota do *Jornal do Brasil* que divulga seu livro o apresenta como professor catedrático da “Escola Normal de Santa Rita do Sapucahy”, em Minas Gerais. Ver: BIBLIOGRAPHIA. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 19 mai. 1933, p. 8.

crítica de Antonio Silva é, do mesmo modo, uma análise dos problemas de sua época por meio da psicologia. Em seu caso, é a política que está em questão.

Agora, o que seria esta psicologia? Curioso é o detalhe de estar entre parênteses. Por quê? Infelizmente apenas com a leitura do título não é possível responder aos questionamentos. Avancemos aos poucos para compreendê-la.

A advertência por ele escrita é um bom ponto de partida. Ele diz:

(...) falando num momento de grande agitação, em que a effervescencia das correntes politicas e a virulência das paixões envenenam a alma nacional, plantando intrigas e colhendo a discórdia, nos sectores básicos da política, escrevo, especialmente, para os brasileiros bastante patriotas, civis ou militares, que sabem colocar os interesses da Patria acima das competições partidárias.³²⁴

A advertência observa um período de agitação logo após a Revolução de Outubro de 1930. Na verdade, a turbulência foi uma característica das duas décadas que antecedem a publicação, mas parece que a ruptura política foi o que motivou a escrita do livro. De fato, é um elogio ao período da política brasileira que havia se iniciado com Getúlio Vargas: trata-se da possibilidade de o Brasil superar uma política arruinada por seus inúmeros erros éticos e administrativos, e redirecionar seu curso enquanto nação. Ele convoca os patriotas a aplaudirem e a se solidarizarem com o governo que se iniciava, pois as paixões em excesso e os interesses partidários há muito estavam a contaminar a alma do Brasil. Logo, era uma crítica aos vícios e erros das oligarquias que dominaram o país no curso da Primeira República.

Uma primeira parte é dedicada a analisar o perfil dos presidentes anteriores a Vargas, em especial os civis. A análise do caráter é o fio condutor para explicar os desdobramentos políticos: Epitácio Pessoa, por exemplo, foi descrito como autoritário, intransigente e obstinado; um “mau brasileiro, péssimo patriota e desastrado presidente”³²⁵. Foi um Marechal de Ferro civil que não se importou com o Brasil e com o cumprimento da lei, porque pôs à frente o seu bem-estar pessoal e mergulhou o país em dívidas para além de forças financeiras de que dispunha a pátria. Curiosa é a anedota que nos conta para reforçar a crítica ao caráter do presidente. Certa vez, um artista de humildes posses e admirador de Epitácio Pessoa lhe enviou um quadro como demonstração de sua afeição ao presidente. Anos se passaram sem qualquer

³²⁴ SILVA, Antonio. **O Brasil de meu tempo**: (psicologia) e critica. Rio de Janeiro: Andersen Editores, 1933.

³²⁵ Ibid., p. 19.

resposta, e quando o artista tentou perguntar ao presidente, indo diretamente ao Catete, foi enxotado pelo oficial de gabinete do palácio como um “desclassificado qualquer”.

Tampouco escapou da crítica áspera Arthur Bernardes e Washington Luiz. Suas personalidades e formas de conduzir a nação foram radiografadas. Ao primeiro, comentou: “Quando a paixão política de mau character accommete ao homem estadista, cega-lhe a mente intelectual e lhe desvaira a razão, incompatibilizando-o, completamente, com os dictames de sua consciência superior”³²⁶. Quanto ao segundo, destacou a soberba de sempre se achar acima das críticas. Ao final desta primeira parte pré-revolucionária, ao comentar a deposição de Washington Luís pelo golpe chefiado por Getúlio Vargas, resume desta forma a trapalhada que foi a República Velha:

(...) a deposição do teimoso presidente, que, até hoje, permanece exilado, em Paris, donde observa e acompanha, como penitente, o desenrolar dos acontecimentos que os desatinos do seu governo determinaram, no Brasil. Os últimos tempos da Velha Republica terminaram assim. Ella teve infância risonha, mocidade ora calma, ora agitada. Mas, tendo perdido, nos últimos dez anos, a compostura, entregou-se a uma vida de costumes dissolutos, tornando-se até escandalosa. Teve, por isso, velhice precoce e morreu de desastre, nas mãos do seu ultimo presidente, Sr. Washington Luis. Verdade é que os presidentes da Velha Republica, especialmente no ultimo decennio, nunca tiveram a menor consideração pelo art. 54 de nossa Constituição, que lhes impõe o dever de zelar pela honestidade administrativa e pelo patrimônio moral e financeiro da Nação.³²⁷

A revolução de outubro – evento que conhecemos por Revolução de 1930 – foi um ventilar sobre os miasmas da política brasileira. Extirpou do país o último representante das oligarquias que há quatro décadas estavam a dominar o país, desde a Proclamação da República. Não é pouca a esperança que Antonio Silva deposita sobre aquele momento e sobre a conduta de Getúlio Vargas, esperança que era uma aposta na “recuperação de nossa vida financeira, que depende da regeneração moral da politica administrativa”³²⁸. Se pensarmos o Brasil como um organismo, aquela revolução era a oportunidade de extirpar o cancro político que corrompia a sua higidez. Só ela, no final das contas, poderia regenerar a saúde do país.

³²⁶ Ibid., p. 37.

³²⁷ Ibid., p. 44-45.

³²⁸ Ibid., p. 50.

Por outro lado, logo em seguida à instalação do Governo Provisório, percebia os sinais de uma política recalcitrante às reformas em suas práticas, tão necessárias à sua reedificação. Ele diz:

O governo da Revolução tem sido bem intencionado com a política, mas será mal correspondido por ella, porque, na sua bôa fé, como regenerador dos costumes, commetteu o grande erro inicial de permitir que a virulência das paixões se infiltrasse no organismo da administração, impedindo-lhe a sua acção saneadora. O fermento das paixões, dando como resultado dissídios, que degeneram sempre em conflitos armados, tendo, quase sempre, á sua frente, os próprios homens que nos governaram, é uma prova de que é ainda bastante rudimentar a nossa educação politica.³²⁹

Qual era o problema? O Brasil de 1930 era um país que se dividia entre aqueles que desejavam um retorno imediato ao regime constitucional e aqueles que acreditavam que primeiro eram necessárias reformas, para que o retorno às liberdades constitucionais ocorresse sem atropelos. Aqueles almejavam a convocação de novas eleições e a promulgação de uma nova constituição, e então o novo presidente poderia governar sob regime constitucional. Entretanto, para os últimos, preciso era que Getúlio Vargas permanecesse mais algum tempo a governar como um ditador, e o autor se posicionou favoravelmente a esta alternativa. Para ele, o retorno atropelado às liberdades constitucionais deteria a marcha para um futuro melhor. O trauma da revolução e as ações políticas do Governo Provisório eram o remédio necessário para derrubar definitivamente velhas práxis. Assim, estar ao lado de Vargas era um ato de ponderação, melhor, demonstração de patriotismo. Defender sua saída imediata, por sua vez, era descambar em paixão política e colocar em xeque a causa revolucionária.

Sucedeu que, para o seu lamento, o Brasil viveu a Revolução Constitucionalista de 1932, protagonizada pelo estado de São Paulo. Do seu ponto de vista, era uma contrarrevolução, pois o Governo Provisório muito tinha a fazer pelo país antes que fosse convocada uma Assembleia Nacional Constituinte. Antonio Silva não se conformava com eventos que no fundo eram a realização de desejos antipatrióticos, mera continuidade de espíritos que nunca colocaram os interesses do país à frente dos partidários. O vírus das paixões políticas voltava a contaminar a administração pública. Contudo, Vargas não foi derrubado, pois o Governo Provisório saiu vitorioso

³²⁹ Ibid., p. 58-59.

daquele derramamento de sangue. Não comemorou, pelo contrário, observou criticamente a tolerância de Vargas que resultou em impunidade:

(...) a brandura aveludada com que os próprios chefes militares têm tratado os principais responsáveis pela rebelião contra-revolucionária, depois de tanto segue derramado, é um signal de que a actual justiça revolucionária vae se inspirar nos mesmos princípios julgadores da “Juncta de Sanções”, que levou sua clemencia até ás fronteiras da inconsequência, cujo território invadiu, batendo o “record” da impunidade.³³⁰

Como mencionado, o subtítulo da obra é “(psicologia) e crítica”. À primeira vista, observamos uma psicologia nos capítulos que abrem, pois tanto os espíritos treinados nos manuais quanto o senso comum seriam levados a pensar que, por tratar do caráter dos presidentes, a psicologia nisto se resumiria. Contudo, um olhar mais atento nos obriga a reconsiderar tal conclusão, uma vez que tanto a crítica quanto a psicologia aparecem muito misturadas no decorrer de uma obra que perscruta o âmago do Brasil de seu tempo. Para entendê-lo, enveredou pela política, de fato, mas às críticas políticas se somam observações sobre a religião católica, o papel da imprensa e a miséria no campo. É como se os enganos da política brasileira fossem produto de uma mazela mais profunda, que toca o espírito da nação brasileira, o caráter e a mentalidade da nação, algo subjacente à superfície das práticas administrativas. Esta parece ser sua psicologia.

Quando escreve a propósito dos problemas do país, nítida é a presença da psicologia no texto. É especialmente interessante quando escreve sobre a miséria do camponês e a opulência do fazendeiro. O campo brasileiro é o local onde convivem senhores de terra, ricos e exploradores, e o roceiro, pobre, explorado e que muitas vezes precisava implorar pela caridade pública para sobreviver. É o retrato da gente mais humilde que há no país, o roceiro, este personagem da história do Brasil nunca lembrado pelos poderes públicos e que vivia praticamente em condição de escravidão. Eram explorados dia e noite por fazendeiros que pagavam uma ninharia de 2\$000 pelo trabalho de sol a sol, na colheita de 80 litros de café, o principal produto de exportação do Brasil de sua época. A situação era pior, pois à exploração no trabalho se soma a força da lei:

São colonos nacionais, que trabalham, com suas mãos calejadas, o dia inteiro, capinando os cafezais e colhendo o fructo para o fazendeiro abastado,

³³⁰ Ibid., p. 175.

que, ao fim da colheita, deduzidas todas as despesas do custeio da fazenda, recolhe, todos os anos, centenas de contos nas arcas do seu thezouro! E, si o misero trabalhador, que concorre, brutalmente, para accumulão das riquezas, vencido pelo desespero de ver um filho chorando, de fome, leva para casa um punhadinho daqueles milhares de litros do café colhido, todos os rigores da lei penal são poucos para aplacarem a indignação do fazendeiro, que desenvolve contra elle toda a sorte de perseguições. Como é cruel a alma da pulência egoísta! Como é feroz o coração da riqueza avara! Jesus Christo foi o maior psychologo de todos os tempos. E foi, certamente perscrutando o intimo dos corações, que Elle disse: 'E' mais fácil passar-se um camello pelo fundo de uma agulha do que um rico se salvar'.³³¹

É claro que a presença da psicologia não está apenas no reconhecimento de Cristo como o maior dos psicólogos, embora desvendar o coração humano tenha sido exatamente o motivo para literatos terem sido reconhecidas como psicólogos, conforme já observado anteriormente. É a observação da avareza no coração do fazendeiro e da negligência dos estadistas, como as causas da miséria do camponês, das injustiças e das desigualdades no campo brasileiro. Na verdade, não é o indivíduo que está em relevo, tal ou qual fazendeiro, mas o caráter da maioria dos que detém terras e explora os camponeses: eles não tem qualquer pena do sofrimento do pobre e os explora até a última gota de suor para aumentar os contos de réis do seu tesouro pessoal. Mas, se o camponês, “para aplacar a sua fome, tira algumas migalhas do rico, é por este considerado um perigoso larapio, confirmando o proverbio que diz: ‘quem rouba milhões é barão. E quem rouba tostões é ladrão’”. Deste modo, a despeito da análise de grandes figuras da política, além de considerar o próprio Cristo, sua psicologia também é uma psicologia dos grupos, pois reconhece nos traços de caráter ou nas inclinações do coração a diferença entre este ou aquele grupo.

Onde estaria a solução para o país, seja a miséria e a injustiça no campo, ou a própria política, historicamente uma prática interessada e apaixonada? Na composição do livro, o leitor percebe um fato curioso: dos capítulos curtos que compõem a obra, chama a atenção o espaço que reservou para tratar da questão religiosa no Brasil.

De ponta a ponta, o texto é uma crítica à Igreja Católica, a esta instituição romana que domina o pensamento religioso brasileiro. Antonio Silva está convicto de que a igreja de Roma não pratica o verdadeiro cristianismo, e que, na verdade, ela engana as consciências ao não ensinar os verdadeiros princípios cristãos: o amor, a tolerância, a humildade, os laços de comunidade, a paz entre os povos e outros

³³¹ Ibid., p. 137-138.

valores que se perderam. Porque preferiu erguer castelos e ostentar seu ouro para exercer sobre o mundo o seu poder e influência, não teve sucesso na verdadeira educação cristã. Ela própria, ao seu ver, não seria exemplo da bela doutrina de Cristo: para se manter como culto hegemônico, seja no Brasil ou em qualquer outra parte do mundo, persegue seitas e outras práticas religiosas, além de quaisquer não católicos que pratiquem a caridade ou o bem. Sua história é escrita com sangue e para exemplificar fala em especial sobre o massacre da noite de São Bartolomeu, na França do século XVI, e sobre o Tribunal da Inquisição. No Brasil, um exemplo bastante pontual: a perseguição às “Operárias do Bem”³³², um grupo de mulheres que com poucos recursos cuidavam de um orfanato em São Paulo. O clero, em aliança a juízes de Comarca, prejudicou a exibição de uma peça teatral que elas haviam organizado para levantar algum dinheiro para o sustento do orfanato. Vigários locais e bispos foram acusados de perseguirem o “Orfanato Analia Franco” e D. Clelia Rocha, sua diretora.

A educação espiritual e religiosa de um país à mercê da influência da Igreja Católica era, portanto, ir na contramão dos ensinamentos de Cristo. Rendida à ostentação da riqueza material, ela prefere exaltar a construção do Cristo Redentor no alto do Corcovado, considerando-o “a maior demonstração da fé catholica que já se realizou no Brasil”³³³, a ter que cultivar seus ensinamentos no coração de cada brasileiro. O prejuízo é claro: não aprendendo os verdadeiros ensinamentos de Cristo, ser cristão se resume à prática de alguns rituais. Peca-se, mas se entende que confessar uma vez por ano é necessário para alcançar o reino dos céus; explora-se alguém, como o rico fazendeiro faz com o pobre camponês, mas à mesa de jantar com a família agradece a comida ou vai à missa aos domingos, isto é, cumpre um ritual para expiar os erros. Em prejuízo da reforma espiritual, cultiva-se o materialismo, a vaidade, a ânsia de riqueza, e se reduz o aprendizado do verdadeiro cristianismo a algumas práticas que são ensinadas durante a catequese. Em suma, via a Igreja Católica como uma instituição que, no decorrer de sua história, perverteu os ensinamentos de Cristo:

O catholicismo romano, tal como o vem compreendendo e praticando o povo, sob a orientação política da “Curia”, com a cumplicidade literária de seus príncipes sem batina é uma deformidade da bellissima doutrina que Jesus

³³² Ibid., p. 119-123.

³³³ Ibid., p. 128.

Christo ensinou ao povo, por meio de suas parábolas intuitivas, reservando aos espíritos escolhidos a sua parte profundamente philosophica.³³⁴

Quem eram os príncipes sem batina? Na linha de frente do catolicismo brasileiro daquele momento, estavam algumas figuras muito conhecidas e influentes: não apenas padres e bispos, mas também escritores e pensadores como Alceu Amoroso Lima – o “príncipe leigo do catolicismo”, nos dizeres de Antonio Silva. Este considerava que representantes da igreja de Roma no Brasil, como o Tristão de Athayde, enganavam a si mesmos e ao povo por compactuarem com as práticas de uma instituição que não promovia uma verdadeira reforma espiritual na população brasileira.

Mas por que o autor dedica tantas linhas para criticar a Igreja Católica e qual a relação disto com o restante do livro? Mais especificamente, que possível relação essa crítica teria com psicologia? Quanto à primeira questão, nas entrelinhas do texto observamos algumas expressões que permitem localizar melhor o autor. Ele utiliza expressões como “fluidos maléficos”, “Puro Espirito Universal”, além de referências ao ocultismo, levando-nos a compreender a razão de certa atitude anticatólica do autor. Quanto ao segundo questionamento, embora a política tenha atravessado quase todo o livro, a solução para as mazelas do Brasil era uma reforma da mentalidade e do caráter da nação, ou seja, dos brasileiros em geral. Isto só era possível através de uma reforma religiosa:

O Brasil só melhorará de sorte, quando melhorar a mentalidade politica que nos tem governado. Essa mentalidade só melhorará, quando se reformar o caracter dos homens que a encarnam. E o caracter dos homens só melhorará, quando a sua mentalidade religiosa deixar de ser uma bastardia catholica submettida á escravidão espiritual, para constituir a gloria da Igreja de Jesus Christo, realizando, pelos laços da fraternidade e do amor, a paz e a concordia, entre todos os corações.³³⁵

Assim, o saneamento da política brasileira era necessário para que o país pudesse trilhar um futuro promissor, mas teria de haver, antes, uma reforma religiosa da população. Esta reforma seria o caminho necessário, o mais eficaz, para uma transformação mais profunda que resultaria na desejada renovação política. O bom governo seria uma consequência de uma reeducação da alma brasileira, de uma reforma psíquica a evoluir espiritualmente o Brasil. De todo modo, não parecia

³³⁴ Ibid., p. 92.

³³⁵ Ibid, p. 142-143.

depositar essa esperança sobre Vargas e o Governo Provisório, mas considerava que este ao menos poderia ensejar mudanças necessárias para a administração pública, há um tanto viciada pelas velhas práticas que Antonio Silva muito destacou. A solução definitiva, no entanto, parecia escapar das mãos revolucionárias, mas nisto já não insisto com receio de extrapolar as observações do autor.

Agora, um segundo caso. Desta vez, o panorama nacional cede à escala regional. As questões sociais mais amplas, como a pobreza ou a religião, praticamente inexistem porque a política local é a protagonista da obra. Em 1923, João Francisco Pereira de Souza, o Coronel João Francisco, militar castilhistas que muito atuou na fronteira do Brasil com o Uruguai, publicou “Psicologia dos acontecimentos políticos sul rio-grandenses”. O livro trata de alguns dos fatos políticos que marcaram as três primeiras décadas da república no Rio Grande do Sul, isto é, desde a presidência de Júlio de Castilhos até os acontecimentos mais recentes de sua época, como o assassinato de Pinheiro Machado e o problema da reeleição de Borges de Medeiros, já na década de 1920. Tem uma estrutura curiosa: os acontecimentos são examinados por meio de artigos de protesto e manifestos à população local, em tom de revelação ou de denúncia de um estado de coisas na política. É uma reunião de artigos que foram publicados na imprensa local.

De modo semelhante a Antonio Silva, o Coronel João Francisco narra o que viu e vivenciou, embora sem pretensões de comentar o cenário nacional. Para os propósitos do tópico, os acontecimentos narrados são menos importantes, pois demandaria esforços em analisar a história do Rio Grande do Sul, empreendimento que sem dúvida foge da competência deste que escreve. Quando pertinente, serão apontados apenas aos acontecimentos que são necessários para compreender a psicologia escrita pelo militar.

A importância da experiência é destacada logo no prefácio, autoria de Mario Pinto Serva. Ele comenta que o livro foi escrito por quem viveu e participou diretamente dos acontecimentos que relata. O valor da obra foi manifestado desta forma, apresentando um interessante ponto de vista quanto ao modo de pensar e narrar uma história:

Este volume tem o sabor inigualável dos livros feitos por quem viveu a história. É um depoimento pessoal de quem viu e viveu dentro dos factos históricos que descreve. Eis por que assume tão alto valor o livro de Júlio Cesar descrevendo as guerras gálicas. A história, assim descripta, por quem a viu e escreve, tem o sabor capitoso da observação directa, da vida real. É

como o painel composto traço a traço pelo pintor ante a paisagem debuxada. Quase todos os livros de historia são feitos por quem não ouviu nem viu cousa nenhuma mas apenas compulsou uma porção de livros e documentos. Evidentemente na historia assim descripta entra por muito a imaginação e fantasia do autor embora trabalhando sobre documentos fidedignos. Mas uma coisa é o que se vê e ouve e outra coisa é a narrativa feita por quem viu e ouviu. O mesmo facto narrado por dez pessoas diferentes assume ás vezes dez aspectos e dez coloridos diversos. Conforme o narrador os factos mudam na essência e nas circumstancias. Dahi o valor inapreciável da contribuição histórica do Coronel João Francisco, depoimento vivo de quem conhece amplamente todo o scenario histórico descripto e foi parte precípua em muitos dos factos.³³⁶

Assim, ter sido um militar de alta patente na Primeira República do Brasil lhe conferia lugar privilegiado para uma observação cristalina dos fatos históricos. Apesar de não ter sido um político, seu posto de militar possibilitou transitar entre as figuras mais importantes da política local e acompanhar as reuniões e as decisões que ocorriam nos bastidores da política: era amigo de Pinheiro Machado, Júlio de Castilhos, além de próximo a outros castilhistas e membros do Partido Republicano Rio-Grandense, partido este que praticamente dominou toda a política daquele estado no decorrer da Primeira República. Em outras palavras, é o depoimento do observador e participante aquilo que mais poderia se aproximar de uma história tal como aconteceu.

Deixemos de lado qualquer reflexão sobre a escrita da história. Em primeiro lugar, o que exatamente significa “psicologia dos acontecimentos”? No mínimo curiosa essa expressão, a princípio não se remetendo a nenhuma escola ou tradição em psicologia cultivada no Brasil. Uma primeira pista aparece quando ele começa a tratar sobre a psicologia do gaúcho. Aliás, esta psicologia – que é a descrição de um tipo – é um elogio ao seu povo (o povo gaúcho) e atravessa quase todo o livro. Ao contrário dos outros povos ou tipos brasileiros, muitos dos quais cresceram em regiões montanhosas ou sinuosas, o gaúcho foi criado nos campos lisos, retos, sem deformações, ou seja, é filho dos pampas, das planícies cobertas de gramíneas e do clima temperado que caracteriza a região. Isto se refletiu em sua alma: de cima de um cavalo, o gaúcho contempla toda a paisagem do alto e “considera-se rei e senhor absoluto da própria natureza”. O resultado é a formação de uma alma nobre, altiva, audaz, de um povo invencível cujo horizonte não foi, no curso das gerações, estreitado pelas montanhas ou espremido pelo vale. A vida ao ar livre nas planícies fez do

³³⁶ FRANCISCO, João. **Psychologia dos acontecimentos políticos sul-riograndenses**. São Paulo: Monteiro Lobato & Co., 1923. p. 6.

gaúcho um povo “feito para viver em liberdade” e, portanto, “o despotismo jamais conseguirá arrebatá-lo”.

Não é apenas a geografia o único aspecto a conformar a formação da alma gaúcha. Há uma questão histórica importante: João Francisco sublinha as muitas lutas que fizeram parte da história de seu povo, em que homens como Bento Gonçalves, Canabarro, Marquez de Souza e Osório puderam provar o seu valor. Ele destaca os conflitos republicanos ocorridos no século XIX, como a Guerra dos Farrapos. Assim, “a vida campeira, as lutas constantes, o clima temperado, o ambiente libérrimo das verdes e floridas campinas, deram ao gaúcho um typo bem caracterizado com o cunho do valor”³³⁷.

Porém, uma fatalidade caiu sobre os gaúchos. Algo como um vírus, um “morbus violento”, como expressou, surgiu no seio da raça. Borges de Medeiros encarna essa decadência e envergonha a nobre e sã raça gaúcha. Indivíduos como ele estavam a contaminá-la, pois era um tirano, contrário aos salutares princípios republicanos. João Francisco o compara a outros personagens da política sul americana, mas deixa o assunto para mais adiante, preferindo primeiro lembrar as epopeias gaúchas que tanto orgulham o nobre povo, para só então analisar o elemento de decadência.

Aqui está uma diferença importante a ser notada em relação à obra de Antonio Silva. Este inicia analisando o caráter de alguns dos presidentes da república, logo uma psicologia das grandes figuras da política brasileira se constrói ao longo dos capítulos iniciais. Parte delas para explicar a má administração do país. O coronel João Francisco, por outro lado, não parte do indivíduo, mas de um tipo brasileiro, o gaúcho, para prosseguir descrevendo os acontecimentos que observou. É como se estivesse querendo afirmar – e parece-me razoável supor isto – que os problemas da política local nos últimos tempos era produto de uma degeneração psíquica da raça que já se manifestava em algumas figuras de sua época. Mas, da mesma forma que a psicologia em Antonio Silva não se limita a uma psicologia do indivíduo, tampouco João Francisco à natureza do gaúcho se restringe. Afinal, era uma psicologia dos acontecimentos políticos. Avancemos um pouco mais na obra para observarmos suas histórias.

Tudo começou em 03 novembro de 1891, quando o Marechal Deodoro da Fonseca, a poucos dias de completar seu segundo ano na presidência, deu um golpe

³³⁷ Ibid, p. 24.

de Estado ao fechar o Congresso e decretar estado de sítio. O golpe de três de novembro foi a primeira crise política desde a Proclamação da República. Na época, quem governava o Rio Grande do Sul era Júlio de Castilhos, destacado autor da constituição estadual de 1891 e um republicano entusiasta das teses positivistas. Embora a resposta não tenha sido enérgica, Castilhos se posicionou contrariamente ao golpe de Deodoro da Fonseca, pois além de não ter respaldo legal, nele não via qualquer justificativa. Procurou obter esclarecimentos do presidente antes de se decidir por apoiá-lo ou não. A postura de Castilhos diante da tensão política que ameaçava a constituição e os princípios republicanos tinha uma justificativa: ele queria proteger a ordem pública no estado do Rio Grande do Sul e uma decisão não ponderada poderia provocar agitações desnecessárias.

Acontece que as paixões políticas locais já haviam contaminado o ambiente. A imprensa teve um papel importante na agitação, como havia tido, aliás, na divulgação das ideias liberais e republicanas no decorrer do século XIX. Conta-nos Francisco das Neves Alves³³⁸ que a imprensa sul-rio-grandense inclinou ao pensamento liberal a partir da década de 1870, mas desde a república evitava se posicionar politicamente para não sofrer repressão. Um exemplo é o tradicional folhetim Diário do Rio Grande que, durante o período castilhista, preferiu a notícia imparcial à crítica política. Porém, com a agitação decorrente do golpe de Deodoro, não apenas o Diário, mas outros folhetins locais também condenaram o fechamento do congresso pelo ditador. A imprensa reagiu e, com ela, setores da população.

O resultado do conflito foi a queda do marechal para empossar Floriano Peixoto e, no estado, Júlio de Castilhos renunciou e uma Junta Provisória composta por quatro membros assumiu o governo do estado. Na perspectiva de João Francisco, fiel a Castilhos, aquele era um momento de retrocesso para o Rio Grande: oportunistas se aproveitaram da turbulência para derrubar o notável Júlio de Castilhos que sempre respeitou os princípios republicanos e prezou pela boa administração do estado. O fato de ter abandonado o governo e não ter aberto fogo contra aquela usurpação era prova de um espírito nobre. Foi este seu traço de caráter que teria evitado um banho de sangue no Rio Grande, decisão aplaudida por amigos e pessoas de sua intimidade. De todo modo, sete meses depois cai a Junta Provisória e, após um período de breves sucessões no governo, Júlio de Castilhos retorna a presidir o estado em 1893.

³³⁸ ALVES, Francisco das Neves. 8 de novembro de 1891: uma “Revolução” esquecida no passado do Rio Grande. **BIBLOS**, v. 19, p. 135-150, 2006.

Avancemos para o ano de 1915, quando João Francisco começa a relatar um outro acontecimento político, agora no Rio de Janeiro. Foi em 8 de setembro daquele ano, já pelo entardecer, que no saguão do Hotel dos Estrangeiros o senador e general Pinheiro Machado foi assassinado com uma punhalada pelas costas. Pinheiro Machado era uma das figuras mais influentes naqueles tempos da Primeira República, sempre mencionado por João Francisco com muita admiração e respeito. O seu algoz foi Manço de Paiva³³⁹, um homem de 31 anos que cometeu o crime convicto de que prestava um serviço ao Brasil. Por muito tempo as autoridades desejaram saber a mando de quem Manço de Paiva assassinou Pinheiro Machado, mas ele insistiu que foi guiado por sua própria consciência. Muito se especulou sobre o assunto, pois Pinheiro Machado, homem influente que era, tinha lá seus inimigos. João Francisco relatou a sua versão do fato e estava seguro sobre o verdadeiro culpado do que considerou uma das maiores injustiças já cometidas no país.

A autoridade do denunciante residia no fato de ser amigo íntimo de Pinheiro Machado, ou pelo menos assim dizia. Em reunião pouco antes de falecer, ele havia confessado ao coronel João Francisco que Nilo Peçanha planejava matá-lo. Algum tempo depois do assassinato, o autor decidiu revelar a verdade ao público, escrevendo uma carta que muito circulou na imprensa do Rio Grande do Sul. O peso de sua palavra assim foi comentado:

O coronel João Francisco, como se sabe, foi íntimo amigo de Pinheiro Machado, com quem concertava os seus planos políticos, tendo formado, nas fileiras do situacionismo riograndense, o seu prestígio de cidadão e de soldado. Disso decorre naturalmente que a sua palavra merece o maior respeito, quando é trazida ao debate que quase sempre se estabelece em torno do vulto político do saudoso caudilho. A revelação que o Sr. João Francisco acaba de fazer é um depoimento da mais alta valia pessoal, conhecedor que foi de todas as ocorrências, em torno da individualidade partidária de seu chefe: e, por isso mesmo, veio esclarecer uma situação bastante melindrosa, qual a que foi criada pela suposição de que Manço de Paiva fora incumbido, pelo niilismo daquele tempo, para dar cabo da vida de Pinheiro Machado³⁴⁰

³³⁹ Seu nome era Francisco Manço de Paiva Coimbra. No mesmo dia que apunhalou Pinheiro Machado se entregou à polícia, mas só foi julgado em 1917. O julgamento foi filmado, mas a Cinemateca Brasileira informa que o filme está desaparecido. Trata-se de um dos crimes políticos mais famosos de nossa história, tendo sido fartamente noticiado pela imprensa. Não foi possível descobrir precisamente quando o “Magnicida”, como ficou conhecido, foi solto, mas acredito ter sido no início da década de 1940, após cumprir pouco menos que a pena máxima de prisão, cerca de 25 anos. Desde que saiu da prisão, Manço de Paiva deu várias entrevistas que foram publicadas na imprensa e seu nome muito circulou pelo ano de 1963, quando da morte do presidente norte-americano John Kennedy. O médico Xavier de Oliveira, já mencionado neste trabalho, publicou em 1928 o livro “O Magnicida Manço de Paiva” para analisá-lo. O caso até hoje pouca atenção recebeu da historiografia.

³⁴⁰ FRANCISCO, op. cit., p. 71-72.

Muito se comentou na imprensa sobre essa revelação. O coronel reproduziu os artigos em seu livro, muitos dos quais reforçaram a sua autoridade no caso. Não se tratava de acusação leviana, pois uma palavra de alguém próximo a Pinheiro Machado certamente era motivo para Nilo Peçanha ir à público se explicar. Desta forma, ter convivido com alguns dos grandes homens da política – a autoridade de quem os conheceu no íntimo, verdadeiramente – parece colocá-lo na posição de quem esteve “nos bastidores” da história, presenciando tudo aquilo que acontece por detrás das cortinas do palco dos acontecimentos políticos. Pois no livro existe um modo clássico de narrar a história: os acontecimentos são provocados pelas decisões dos grandes homens. Toda decisão, por sua vez, é produto das ideias, dos sentimentos, do caráter do indivíduo, e quem os conhece de perto saberá precisamente justificar os fatos históricos. Algo nestes termos: uma guerra civil foi travada em tal província porque fulano e cicrano, líderes no local, movidos pela vaidade e pelo orgulho, recusaram-se a sair do poder. O resultado foi um conflito armado na região. Portanto, por trás da história existe a psicologia dos homens, como aquilo que impulsiona a própria história.

João Francisco utiliza a palavra “historiar” quando relata alguns acontecimentos. A palavra é interessante porque na obra significa analisar um evento por meio das relações e do caráter das pessoas envolvidas. Por exemplo, quando diz “vou historiador o caso desde a sua origem”³⁴¹, ele narra a organização de um golpe para evitar a posse do presidente Prudente de Moraes, eleito em 1894. O ator a executar o golpe seria Floriano Peixoto, isto é, o plano era que houvesse continuidade em seu governo.

Acontece que Floriano Peixoto e seus companheiros generais e almirantes estavam muito descontentes com Prudente de Moraes. Talvez por ser aquela transição um tanto desconfortável para os militares, uma vez que ele seria o primeiro civil a ocupar a presidência desde o início da República. A justificativa, sem muitos detalhes, era que Prudente de Moraes tinha um plano reacionário a executar, referindo-se ao fato de que ele estaria ao lado dos rebeldes da Revolta da Armada, portanto contra Floriano Peixoto. Fosse como fosse, o caso é que a cúpula de militares que apoiava o Marechal de Ferro, em fins de 1894, planejou uma arapuca para impedir a posse do presidente eleito:

³⁴¹ Ibid., p. 99.

Levaram a Floriano tal plano, que era o seguinte: existia a coincidência de que Prudente de Moraes, o presidente eleito, era então o presidente do Senado. Assim, a 10 ou 11 de novembro, Floriano alegando doença, passaria o governo ao presidente do Senado, e dois ou três dias depois – a 13 ou 14 – por motivo de qualquer acto deste, as tropas florianistas, que era a quase totalidade, levantar-se-iam e deporiam Prudente de Moraes.³⁴²

O objetivo era que ele permanecesse por mais algum tempo, até que ocorresse uma nova eleição e um florianista fosse escolhido para ocupar a presidência. Floriano Peixoto concordou em executar aquele plano, desde que Júlio de Castilhos e Pinheiro Machado também o aprovassem. Não foi o caso. Pelo menos quanto a este, a resposta teria sido a seguinte: “Nego o meu apoio, porque o acto que vocês querem praticar terá consequências funestas para a Republica. Bom ou máo, o presidente eleito deve ocupar o seu lugar e governar enquanto estiver dentro da lei. Não há outro caminho a seguir”³⁴³. No final, todos “reconheceram a força das razões do grande gaúcho” e desistiram do plano. Foi o espírito republicano de Pinheiro Machado que teria impedido a consecução de um plano que resultaria em mais um golpe de Estado na história política brasileira.

Enfim, o “historiar” foi apenas um parêntese para observar a articulação entre psicologia e história na obra. Os processos históricos são personalizados e, mais do que isso, suas causas são procuradas na psiquê do indivíduo. Retornemos, agora, à morte de Pinheiro Machado. Sem dúvida, o crime foi para o autor um trauma na política brasileira. Ele se conecta a um outro personagem a ser analisado: Borges de Medeiros, político do Partido Republicano Rio-Grandense que foi sucessivamente reeleito presidente daquele estado por um período de 25 anos. Borges de Medeiros era um castilhista e não haveria motivos, a princípio, para criticá-lo. Ocorre que, como havia mencionado, João Francisco apontou Nilo Peçanha – a quem com desdém chamou “Dentuça de Limpa Trilhos” – como principal autor do complô que pôs fim à vida de Pinheiro Machado. Na época das eleições presidenciais de 1921 que resultaram na vitória de Arthur Bernardes, Borges de Medeiros foi parceiro de Nilo Peçanha quando este havia concorrido ao cargo. Ele relatou a aliança desta forma:

José Bezerra e Nilo Peçanha, apontados por todo o mundo como os principais membros do *complot* que poz o punhal na mão do sicário que assassinou Pinheiro Machado, como já demonstrei, foram, na ultima

³⁴² Ibid., p. 100-101.

³⁴³ Ibid., p. 101.

campanha política nacional, os mais íntimos companheiros de Borges de Medeiros. Com este formaram a aliança que por todos os meios, mesmo os mais indignos, pretendeu impedir que o Dr. Arthur Bernardes fosse eleito Presidente da República. Quando este já estava eleito e reconhecido, Borges de Medeiros ajudou, segundo é voz corrente, a preparar uma revolução, cujo fim era evitar que o presidente eleito contra a vontade dele e dos seus comparsas ocupasse o Cattetete.³⁴⁴

O objetivo da crítica é esboçar um contraste entre Borges de Medeiros e o que o Rio Grande do Sul de melhor havia oferecido à nação: os verdadeiros gaúchos, aqueles que descendiam dos farrapos. Borges de Medeiros era a expressão do vírus que atacou aquele estado e produziu uma variante no caráter do gaúcho. Por quê? Como a última passagem destaca, Borges de Medeiros decidiu ferir os princípios republicanos ao não respeitar a lei da sucessão presidencial. Além disso, João Francisco comenta que homens como Júlio de Castilhos ou Pinheiro Machado, a seu ver os legítimos republicanos, eram contrários à reeleição por entenderem que ela ofende os princípios democráticos. Por diversas vezes Borges de Medeiros foi reeleito presidente do Rio Grande, portanto, na visão do coronel era um traidor do legado de Júlio de Castilhos. Ele havia se distanciado do caminho republicano trilhado por Castilhos e já não era mais um exemplo nem de democrata, nem de liberal e muito menos de republicano. E, para piorar, estava convicto de que ele foi um dos mandantes do assassinato de Pinheiro Machado.

Desvirtuando do caminho, sobrou-lhe o epíteto de déspota. Foi assim que o coronel encaminhou o final de suas reflexões: as muitas linhas escritas para analisar o desvio de Borges de Medeiros foram coroadas ao compará-lo a homens como Facundo Quiroga e Juan Manuel de Rosas, militares e políticos argentinos por ele considerados tiranos. Por exemplo, ele acredita que as transformações pelas quais Facundo Quiroga passou no decorrer de sua vida poderiam ser comparadas à trajetória de Borges de Medeiros, sugerindo que de um homem honrado fez-se um tirano. No caso do político brasileiro natural dos pampas, ele havia rompido com “o evangelho de Julio de Castilhos e seus preceitos moraes”³⁴⁵ e quis se eternizar no poder. Apesar de um longo tempo no governo, sua administração foi avaliada como sendo marcada por muitos equívocos, uma vez que o tirano era, na verdade, um homem medíocre, incapaz de continuar uma gestão castilhista que muito teria melhorado a vida do povo gaúcho.

³⁴⁴ Ibid., p. 135.

³⁴⁵ Ibid., p. 152.

No entanto, apesar de medíocre, a ele não faltou o apoio necessário para permanecer no governo: “os erros de Borges de Medeiros teem sido funestos a elle próprio e a todos que se conservam no seu circulo, fanatizados pela tyrannia do contagio mental do desequilibrado dominador”³⁴⁶. Esta passagem é interessante porque João Francisco recorre a Gustave Le Bon para explicar o fenômeno. Ele resgata Le Bon para sugerir que Borges de Medeiros, um desequilibrado e cheio de superstições, dominou mentalmente um grande número de castilhistas com sua tirania e fanatismo. Em suma, um indivíduo de grande influência política conseguiu curvar uma massa aos seus desígnios. O recurso ao sociólogo francês é um complemento à suposição de que as ações de um único homem moveram uma massa e esta, por sua vez, direcionou a história do Rio Grande. Logo, se os grupos possuem um papel importante nos desdobramentos históricos, por trás de sua ação há a vontade de um único indivíduo. Neste caso, não foi um representante do cavalheirismo gaúcho a guiar os rumos daquela região, mas o despotismo de um traidor.

Esses são os principais acontecimentos narrados. A obra tem rupturas na história do Rio Grande do Sul, pois o destaque a alguns eventos possui íntima relação com o envolvimento do autor com a política castilhista. A descontinuidade se percebe também no fato do livro ser uma compilação de artigos, cartas e manifestos publicados na imprensa, como já comentado, o que contribuiu para a repetição de alguns assuntos, enquanto outros pouca atenção receberam. De todo modo, existem algumas semelhanças com a obra de Antonio Silva que cabe observar.

Uma psicologia que se articula à história presente, seja uma psicologia dos acontecimentos ou do Brasil, parece exigir, em primeiro lugar, a vivência de quem escreve naquilo que narra. É uma psicologia que se produz na experiência do próprio autor com os acontecimentos de sua época. Tal vivência é uma presença que pode ser por meio da observação mais distanciada, como parece ter sido com Antonio Silva, um professor de uma Escola Normal que acompanhou os acontecimentos como um cidadão que possui suas convicções políticas e procura se informar sobre o que se passa ao redor, como qualquer outro. Em segundo, temos o caso de João Francisco, um militar implicado com a política castilhista que pôde observar de um ângulo diferenciado aquilo que descreveu, uma vez que conheceu de perto os principais personagens das histórias que narra.

³⁴⁶ Ibid., p. 163.

Por outro lado, a experiência, por si mesma, não é suficiente. Foi necessário um choque de ordem política para que as obras fossem escritas. Em Antonio Silva, é a Revolução de 1930 que renovou as esperanças do professor. Em João Francisco, o golpe de três de novembro e as decorrentes turbulências no Rio Grande, a morte de Pinheiro Machado e a tirania de Borges de Medeiros, que o impressionaram e o fizeram ir a público se manifestar. São rupturas ou traumas na política local ou nacional que os autores experimentaram e analisaram por meio da escrita. Independente de qual tenha sido o evento, interessante é notar que o futuro do país está no horizonte da discussão.

Há um outro aspecto importante a ser ressaltado: os livros têm um propósito coletivo que se relaciona a este último aspecto. Cada um foi escrito não apenas para compartilhar suas impressões, mas principalmente para iluminar sobre questões que os autores julgavam relevantes para o esclarecimento da nação. Este é, aliás, precisamente o motivo que dificulta sua classificação como memórias, pois são histórias contadas com a pretensão de distanciamento objetivo, sem paixões que poderiam embotar o entendimento das questões políticas examinadas. A experiência traz a convicção de um fato histórico, não um “do meu ponto de vista, aconteceu isso”, mas um “eu vejo, vivo essa realidade e sei do que estou tratando”. E, como a palavra do autor, ao chamar seu trabalho de psicologia, é aqui muito importante, alegar que seria memória e não história é caminhar na contramão de um esforço nesta pesquisa. Tal propósito poderíamos chamar de educativo, pois é um chamado aos brasileiros. “O Brasil de meu tempo” visa à cooperação, um chamado para agir em favor da Revolução de 1930. Foi escrito para os brasileiros patriotas, os que cultivam sentimentos de civismo. Em essência, o mesmo poderia ser dito para “Psicologia dos acontecimentos políticos Sul-riograndenses”, porque examinar questões locais serviu a João Francisco para esclarecer sobre a natureza de seu povo, e, por conseguinte, quem são os bons gaúchos, os que trabalham pela grandeza do estado e muito honram o Brasil. E, de outro lado, apontar quem são os tiranos que estavam a aviltar o povo gaúcho e os rumos do país. Tem um propósito de reparação também, uma vez que o livro aborda intrigas na esfera política que facilmente poderiam confundir o público. Para expor adequadamente esta intenção, vale reproduzir algumas das linhas por João Francisco para introduzir o livro:

As paginas que ahi escrevi-as para vós, meus patrícios e patrícias Rio-Grandenses, descendentes do immortaes Farrapos; escrevi-as com o intuito de corrigir o mal, estimular os sentimentos patrióticos e dignificar, honrar e homenagear a todos que luctaram, luctam e continuarão a luctar, sob a santa inspiração do bem 2020mum, em holocausto da Republica, da honra, da Justiça e da prosperidade desta Grande Patria brasileira, que, uma e indivisível, chegará um dia a ser o verdadeiro tabernáculo da liberdade e o maior patrimônio da humanidade.³⁴⁷

Ao que parece, existe um saneamento da nação que precisa ser realizado e com urgência. Apenas o cultivo de alguns sentimentos – sejam eles cristãos, de patriotismo ou de respeito aos valores republicanos – poderiam remediar a política e redirecionar a história do Brasil. Identificar essas paixões, distanciar-se delas, apontar criticamente os problemas e seus responsáveis, em todo este exercício analítico há a presença da psicologia, seja para avaliar o caráter de certos indivíduos, descrever um tipo brasileiro ou identificar elementos da alma nacional.

Contrariamente às psicologias do tópico anterior, em que a sociedade ou o brasileiro moderno é a tônica das obras, neste caso a psicologia está a serviço de uma análise política, em nível nacional ou regional. A linha é tênue, pois os brasileiros – seja na figura dos presidentes, do gaúcho ou simplesmente a massa de cidadãos ou patriotas – muito aparecem em Antonio Silva e João Francisco. Por outro lado, há uma diferença bastante perceptível: nestes casos, é o Brasil, enquanto Pátria ou unidade política, que está em relevo. Portanto, a psicologia surge como base para uma crítica do Brasil, experienciado por cada um, seja para analisar indivíduos de renome no cenário nacional ou tipos da sociedade brasileira. Enquanto no anterior a observação incidia sobre os novos costumes e modos de viver em um Brasil moderno, aqui a crítica, quando incide sobre indivíduos, é um meio para pensar a política e o destino do país. Todas, vale lembrar, partem das observações e vivências de cada autor.

No início deste tópico, para a pergunta que havia sido feita com relação a quem escreve sobre o tempo presente, a resposta poderia ser: qualquer um que, incomodado com a situação de seu país, decida compartilhar sua experiência e pontos de vista sobre os problemas gerais da nação, colocando em relevo a política. Cada um, a seu modo, teceu críticas tendo como referência uma boa administração da nação ou um Brasil ideal. Para tanto, a psicologia foi um importante instrumento para fundamentar as críticas.

³⁴⁷ Ibid., p. 7

5.3 OS ILUSTRES HOMENS ORDINÁRIOS E A CURIOSA HISTÓRIA DE UM COICE: A PSICOLOGIA SOCIAL ESCRITA POR UM ANÔNIMO E UM GARIMPEIRO DE PSICOLOGIAS

O dinheiro, que por si só não honra a ninguém, não raro deshonra mais a quem o possui, do que a miséria a quem a sofre
(Oswaldo Paixão)

Um estudante de psicologia, como foi o caso deste que escreve, comumente aprende que a psicologia social é a especialidade que estuda as interações entre as pessoas. A definição do Dicionário de Psicologia da American Psychological Association (APA) resume bem esse primeiro contato de muitos alunos com a psicologia social:

Psicologia social o estudo de como os pensamentos, sentimentos e ações de um indivíduo são afetados pela presença real, imaginada ou simbolicamente representada de outras pessoas. A **psicologia social psicológica** difere da **psicologia social sociológica** na medida em que a primeira tende a dar maior ênfase a processos psicológicos internos, enquanto a última se focaliza em fatores que afetam a vida social, como posição, papel e classe.³⁴⁸

É uma definição clássica desta disciplina e especialidade, portanto fartamente compartilhada por docentes e citada na literatura. No Brasil, a psicologia social é uma área já consolidada e fortemente presente no currículo universitário. Muitas são as disciplinas ofertadas nos cursos de graduação que abordam tópicos da psicologia social. Sua principal instituição, a Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), sem dúvida é uma das maiores entidades de psicologia do país. A partir deste atual cenário, vivenciado pelos alunos de um modo geral, cabe perguntar: e sua história no Brasil?

Conta-nos Elizabeth de Melo Bomfim³⁴⁹ que a psicologia social brasileira remonta à década de 1930, quando Raul Briquet e Arthur Ramos ministraram os primeiros cursos de psicologia social no país. O primeiro ofereceu o curso na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, enquanto o outro lecionou na Escola de Economia e Direito da Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro. A estes

³⁴⁸ VANDENBOS, Gary R. (Org.). **Dicionário de psicologia**: American Psychological Association. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 762

³⁴⁹ BOMFIM, Elizabeth de Melo. Históricos cursos de Psicologia Social no Brasil. **Psicol. Soc.**, v. 16, n. 2, p. 32-36, 2004.

soma-se Nilton Campos, que um pouco depois, já na década de 1950, ministrou um curso de psicologia social e econômica, na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil, também no Rio de Janeiro. Todos eram médicos e a psicologia social por eles ensinada era sobretudo generalista: no curso de Raul Briquet, por exemplo, havia, primeiramente, uma base de teorias e conceitos da psicologia, da biologia e da sociologia, para depois se estudar questões relativas à vida social, como o preconceito de raça, a adaptação social, opinião pública etc. Este seria o primeiro momento da psicologia social no Brasil, cujos vestígios se resumem a alguns poucos cursos ministrados e compêndios.

Foi na segunda metade do século XX que transformações importantes ocorreram em sua história. Não apenas a fundação da ABRAPSO, em 1980, mas também abordagens muito influenciadas pelo pensamento de Karl Marx, pela teoria das representações de Moscovici e por autores como Michel Foucault que pensam as relações de poder, surgidas após a década de 1970. É a crise na psicologia social de que fala Leonardo Pinto de Almeida³⁵⁰: da psicologia social psicológica que vigorou até a década de 1960, emerge uma psicologia social sociológica. A primeira se sustenta no comportamentalismo e no cognitivismo norte-americanos, e propõe analisar o indivíduo na sua adaptação ao grupo. O grupo é uma estrutura produtiva e que necessita, para o seu bom funcionamento, de indivíduos bem adaptados. A sociológica, por sua vez, compreende o indivíduo na sua historicidade e em suas reais necessidades, além de valorizar o coletivo. Autores como Silvia Lane e Ana Mercês Bahia Bock foram importantes neste segundo momento da psicologia social brasileira.

Tudo isto, no entanto, é uma história vinculada às instituições acadêmicas e seus professores. Portanto, por este caminho é preciso que o historiador se debruce sobre manuais, documentos de instituições ou entidades científicas e, em se tratando de história tão recente, converse com os que fizeram parte dessa história. Ele identificará que ela se inicia discretamente na década de 1930 e tem uma guinada a partir da década de 1970. Por seus aspectos formais e sendo produto da cultura acadêmica, é o que se narra aos estudantes.

Abandonemos esse caminho. Sendo o objetivo aqui suspender a historiografia corrente para perseguir qualquer rastro do psíquico na história, as instituições científicas são apenas parte de uma história maior. Os modelos formais de psicologia

³⁵⁰ ALMEIDA, Leonardo Pinto de. Para uma caracterização da Psicologia social brasileira. **Psicol. cienc. prof.**, v. 32, n. spe, p. 124-137, 2012.

social, sustentados nesta ou naquela disciplina, bem como suas instituições, são aqui apenas um acidente de terreno em uma topografia rica em outros detalhes. O caso a seguir é um acidente de outra natureza.

Lá pelas tantas do mês de novembro de 1909, em um típico dia da capital fluminense em que o verão, disfarçado de primavera, sorria às escondidas, um *chauffeur* conduzia o senhor Rodolpho Miranda ao palácio do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Ele iria tomar posse como novo ministro do governo de Nilo Peçanha e, por isto, o homem não pregou o olho a noite toda, tamanha era sua agitação com o evento a ocorrer no dia seguinte.

O prédio do Ministério ficava na Praia Vermelha, em um belo edifício na atual Avenida Pasteur. O problema era que o futuro ministro não conhecia a região e ordenou ao motorista que parasse ao lado de um não menos majestoso casarão, um pouco antes do ministério. “E’ aqui!”, ele anunciou seguro. “Buzinou, fez muito barulho, tocou o auto até a escada, com grande estranheza do diretor do estabelecimento”. Veio ao seu encontro o médico Juliano Moreira, diretor do Hospício Nacional de Alienados, a quem ordenou: “Prepara tudo, convoca o pessoal, que quero empossar-me”. Era a primeira vez que Juliano Moreira via aquele homem e naturalmente achou estranha a situação. “Mas, afinal, quem é o Snr?”, perguntou o médico. E ele responde: “Pois não está prevenido que eu tomo posse hoje às 11?”. Juliano Moreira não teve dúvidas: tratava-se de um louco que havia sido confiado aos seus cuidados para internação. Para a sorte do quase ministro, o motorista confirmou a identidade de Rodolpho Miranda e evitou o que poderia ter sido um cômico e dramático episódio da história política brasileira. Furioso com o engano, partiu com o seu automóvel.

Esta historieta é uma das muitas anedotas narradas em “Figurões vistos por dentro (estudo de psychologia social brasileira)”, livro escrito por Simão de Mantua³⁵¹, um curioso heterônimo de um misterioso autor. A obra é organizada da seguinte forma: cada capítulo é uma narração biográfica de um figurão. Os figurões, em sua maioria, são personalidades da política mineira, paulista e rio-grandense-do-sul: Chrispim Jacques Bias Fortes (1847-1917), presidente do estado de Minas Gerais

³⁵¹ DE MANTUA, Simão. **Figurões vistos por dentro** (estudo de psychologia social brasileira). São Paulo: Monteiro Lobato & Cia., 1921. Infelizmente não pude encontrar informações sobre o autor e mesmo críticos na imprensa não sabiam quem havia publicado aquele livro. Alguns desconfiaram ou mostraram algum conhecimento, mas sem revelar o nome do autor. Outra observação: o autor lançou um segundo volume de mesmo título para analisar outros personagens e, neste, anunciou a publicação de um terceiro que não foi localizado para a leitura. De qualquer forma, o primeiro é suficiente para os propósitos do tópico.

durante o governo de Deodoro da Fonseca; Joaquim Candido da Costa Sena (1852-1919), engenheiro pela Escola de Minas de Ouro Preto e especialista em mineralogia. Foi professor e posteriormente diretor daquela instituição, tendo sido representante do Brasil no Congresso Científico Pan-Americano, ocorrido no Chile, em 1909. Entre fevereiro e setembro de 1902 assumiu interinamente a presidência do estado de Minas Gerais; Domingos Pereira de Menezes, político mineiro no período imperial; Bernardo dos Reis, atuou como um modesto porteiro entre 1830 e 1865, também nas Minas Gerais; Pinheiro Machado (1851-1915), figura de que já falamos no tópico anterior; e Rodolpho Miranda (1860-1943), o personagem da anedota relatada anteriormente, que havia sido político em São Paulo e posteriormente Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio no governo de Nilo Peçanha³⁵². Seis capítulos, seis personagens e um sem número de anedotas – esta é sua psicologia social.

A obra pode ser considerada, de certa forma, uma interessante interseção entre Paulo de Magalhães e Antonio Silva. Porque, como vimos, o primeiro descreveu tipos da sociedade brasileira, os filhos de um decadente Brasil moderno. Já o segundo, analisou, em um primeiro momento, as personalidades de presidentes como Arthur Bernardes ou Washington Luís, para tratar sobre a política brasileira naquele período republicano. A crítica presente em ambos, seja de um ponto de vista social ou político, é a expressão de uma insatisfação de cada autor com um estado de coisas que viveu e observou. Por outro lado, as histórias de vida contadas por Simão de Mantua não tem a pretensão, ao menos não declaradamente, de criticar, denunciar ou examinar uma diferença na política ou nos costumes. O objetivo é compartilhar com o público suas observações e o que ouviu sobre os figurões da política centro-sul brasileira. Também diz que é de seu desejo trazer à público histórias que agradavam quando narradas entre amigos. É difícil saber onde termina a descrição de um fato biográfico e onde começa a anedota, mas isto torna a leitura ainda mais interessante.

Ao seu ver, suas próprias observações ou o conhecimento via relato conferiram ao seu estudo um grau de realismo necessário para mostrar ao público os

³⁵² Alguns dos dados biográficos elementares não foram escritos corretamente. Por exemplo, Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda aparece no livro como “Rodolpho Agrypino Nogueira de Miranda; Costa Sena é “Dr. Costa Senna”. É possível que tenha sido um engano do autor, mas não descarto a possibilidade de que tenha feito com intenção, pois, por exemplo, referiu-se a Nilo Peçanha pelo anagrama Olin. As datas de nascimento de Bernardo dos Reis e de nascimento e morte de Domingos Pereira de Menezes não foram informadas pelo autor e não foram encontradas em outras fontes. Para auxiliar a escrita, a base de dados do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) foi consultada, cujo endereço eletrônico é: <<https://cpdoc.fgv.br>>. Com exceção de algumas poucas inconsistências encontradas, sigo com o autor.

personagens tais como realmente o são. Afinal, os figurões são de carne e osso, e ele acredita ter conseguido captá-los na sua concretude. Pois foi assim que ele iniciou o trabalho:

Encerra este livro factos observados pelo autor e outros que lhe foram confiados por pessoas fidedignas. Acredita o autor ter produzido trabalho que estampa fielmente typos representativos do nosso meio social, dos últimos tempos do segundo reinado aos quatro primeiros quinquênios do vigésimo século. E', sem o pretender, leve estudo de psychologia social. No traçal-o, houve escrúpulo em apresentar as personagens tal como o são, e só, uma vez ou outra, se lhes atribuem feitos que não foram do domínio publico. A imaginação entrou por pouco na organização deste estudo, havendo, quando muito, um ou outro accrescimo preciso para o revestimento artístico do arcabouço, mas isso lhe não prejudica o feito de obra realista que de facto é.³⁵³

Quando Simão de Mantua diz “typos representativos” não está esboçando caricaturas, como o fez Paulo de Magalhães. Os tipos aqui são as próprias vidas que ele narra e a noção de “representativo” parece carregar certa ambiguidade: primeiro, o representativo significa se tratar de um indivíduo que se distingue por sua envergadura na política ou por traços que configuram uma personalidade notável. Segundo, o representativo poderia ser também uma semelhança com o outro, uma vez que, quando despido de todo ornamento civil ou das aparências necessárias para a vida em grupo, um figurão mineiro se assemelharia a qualquer outro mineiro, sendo, assim, um “típico” da região.

Para este último caso, consideremos Chrispim Jacques Bias Fortes. Como na maioria dos personagens, Simão de Mantua esboça um panorama que se inicia com a infância, o lugar onde cresceu, suas inclinações e hábitos, instrução formal, o início da carreira, intrigas e peripécias envolvendo inimigos políticos, e os acontecimentos já próximos da morte. Em certo momento da narrativa, ele diz o seguinte: “Criava bezerros, fazia bons queijos, dava a vida pela caça e pela pesca, interessava-se vivamente pelas coisas do seu município: em uma palavra, o Dr. Chrispim Jacques Bias Fortes era o typo representativo do mineiro”³⁵⁴. Desta forma, a descrição de sua vida revela hábitos e um cotidiano típicos de um mineiro dos oitocentos.

Por outro lado, de viva e intensa expressão é Joaquim Candido da Costa Sena. Sua inteligência, ousadia e simplicidade parece ter feito dele um interessante comunicador e cientista. Sua participação no Chile, como delegado brasileiro do

³⁵³ Ibid., p. 5.

³⁵⁴ Ibid., p. 14.

mencionado evento, foi tão marcante a ponto de Simão de Mantua ter feito esta avaliação: “Pela primeira vez, a Europa curvou-se diante do Brazil! O Dr. Senna, personificando o Brazil, transitava, bonacho, sob os olhares invejosos de meio milhão de viventes”³⁵⁵. Neste caso, é a singularidade de um personagem que aparece na narrativa.

Efetivamente, é um curioso caso de psicologia social. Começando pelo estilo, ele escreve ao modo coloquial. Mais do que isso, o autor se esforça por se expressar à maneira da linguagem oral, isto é, procura escrever como se fala. O título deste tópico é icônico neste aspecto, mas muitos outros poderiam ser reproduzidos aqui. É uma marca de seu trabalho, que, por sinal, dificulta a leitura para aqueles que já estão um tanto distanciados da Primeira República. A escrita coloquial carrega nítidas marcas de uma época e quem está pouco familiarizado com os jargões e modos de falar muito situados no tempo e no espaço, vê-se às voltas para compreender o texto.

Outra marca é a franqueza com que expõe a vida dos personagens. Quando escrevemos memórias ou biografamos uma pessoa muito conhecida, normalmente destacamos os feitos e sua importância para a época. Relatar fatos cotidianos, pilhérias ou curiosidades que possam manchar a imagem do biografado traz embaraços para o escritor. Um pseudônimo, neste caso, parece adequado para quem deseja publicar pormenores, atestar mediocridades de gente muito exaltada e mostrar o quanto de humano há por debaixo dos panos, isto é, das regras, da mentira e da pompa que caracterizam os hábitos de civismo. Para isto, o escárnio e o humor presentes nas narrativas o distanciam do tom grave e mais formal das outras obras até aqui analisadas. Aliás, pouco há de formal em sua narração, ao passo que muita indiferença há, certo ar de desinteresse, no trato dos figurões.

Por exemplo, como vimos no tópico anterior, quando João Francisco fala sobre Pinheiro Machado, logo observamos a maneira elogiosa de se referir ao general. Lá, ele é um ilustre republicano, pessoa distinta, alma de nobre. Poucos no Brasil estariam à sua altura. Quando, por outro lado, Simão de Mantua escreve sobre Pinheiro Machado, suas origens e juventude são comentadas da seguinte forma:

Familia sem foros de nobreza, formada pela mescla do sangue plebeu de um luso com o de uma índia da raça Guarany. Essa boa mistura dá musculo, energia e saúde, embora quase sempre com certa tendência ao sanguinarismo. Que há de mais ou de se lastimar que assim o seja? Todos

³⁵⁵ Ibid. p. 83.

esses figurões testas coroadas, que andam pelo velho mundo a se ostentar de deuses terrestres, descendem irremissivelmente de respeitáveis bandidos, raptos, assassinos.³⁵⁶ (...) José Gomes Pinheiro Machado frequentou colégio, fez os preparatórios e matriculou-se na Faculdade de Direito de S. Paulo. Foi estudante medíocre, ou talvez, abaixo de medíocre, a ser verdade o que revelou ao cronista pessoa que com elle conviveu naqueles remotos tempos, na garoenta Paulicéa. Mas já ahi se manifestava a sua veia de peleador e rinheiro. Gostava de gabar-se de valente, de adextrado no tanger uma ponta de gado ou no parar de um rodeio.³⁵⁷

E quando fala sobre os feitos do general, não menos sincero ou indiferente ele se expressa. Desta vez, o toque de um bom humor, discreto, mas nitidamente presente, acompanha a história. É que existia uma lenda em torno de Pinheiro Machado que o general soube aproveitar: contava-se que ele havia sido voluntário na Guerra do Paraguai, quando ainda era muito moço. Parece que ele nunca contestou, pelo contrário, “deixou crescer e tomar vulto, não a desmentindo, antes pelo contrario, confirmando-a sempre que se referia a certa enfermidade grave que o acometera. É claro – esteve doente, por isso não se cobriu de louros. Está tudo explicado...”. E finaliza com este gracejo: “O General Pinheiro, fizera, pois, duas campanhas: a do Paraguay, na cama, e a da revolução contra os federalistas, a cavalo e ‘brigando destemidamente’, afirmou ao cronista um insuspeito informante”³⁵⁸.

De inteligência modesta também era Rodolpho Miranda, o político de que falávamos há pouco. Não por ter confundido o edifício do ministério com o do hospício, mas por outra situação bem diferente. Depois que tomou posse, o novo ministro muito insatisfeito estava com o tratamento da imprensa para com sua pessoa. Era alvo constante de troça, em resumo. Para tentar resolver o assunto, buscou o conselho dos diretores do ministério. Perguntou: “Digam-me, rapazes – ragazzi – que é preciso fazer para tapar a bocca a esses escarninhos dos jornaes?”. Um deles respondeu: “Dar de comer a eles, Excia.!”; conselho este seguido de aplausos. O que o ministro fez? Executou a ideia à risca, isto é, decidiu construir um restaurante no ministério e convidar toda a imprensa fluminense para comer em sua companhia, e assim o fez. Não economizou um vintém para se ver esquecido nas páginas da imprensa. O que o diretor quis dizer? Era para o ministro dar-lhes dinheiro...

Mesmo um personagem tão elogiado como Costa Sena era um homem como outro qualquer. Quando esteve a bordo, a caminho daquele congresso no Chile para

³⁵⁶ Ibid., p. 151-152.

³⁵⁷ Ibid., p. 156-157.

³⁵⁸ Ibid., p. 157-158

representar o país, exprimiu-se em diversos idiomas, o que causou uma boa impressão em seu entorno. Era jovem, mas de inteligência enciclopédica, poliglota e sábio. Contudo, a atenção também caiu sobre si, desta vez quando comeu em público:

Tomada a sopa e servido o primeiro prato, o Dr. Senna, segundo a moda em voga lá em Minas Geraes, amontoou na ponta da faca quantidade avantajada de alimento, cahi o queixo e introduziu pela boca a dentro, o que provocou grito de pavor a uma francezinha que lhe ficava em frente, a qual, nervosa, protestara: – Mais, nom de Dieu, vous me faites peur! Todos riram e o nosso concidadão, calmo e superior: – Elle est nerveuse, 210errifica, je l'ai fait exprès, pour l'effrayer. Rindo-se maliciosamente, disse o Dr. Senna, em bom francez parisiense: – Il y a toutefois des choses bien plus 210errificantes que cela; il y a des personnes qui avalent des épées, sans le fourreau. Ça va sans dire. O nosso ilustre patricio, desde então, não mais se serviu da faca para levar alimento á bocca.³⁵⁹

Estes são os ilustres que, quando vistos por dentro, revelam-se homens comuns, tão ordinários quanto os outros de sua terra. Caso distinto foi o de Bernardo dos Reis³⁶⁰, um porteiro da secretaria da presidência de Minas Geras, em Ouro Preto, então capital da província. Célebre se tornou entre a comunidade local por ter sido um funcionário exemplar, pela sua pontualidade, mas também muito fisgava os olhares pelo seu jeito esquisitão de ser e pelo que havia de mais evidente em sua aparência: era um homem de dois metros e quinze centímetros de estatura. Embora não tenha sido um funcionário da alta administração ou um político, Simão de Mantua analisa a vida e a personalidade de uma simples, porém muito astuta e notável criatura, conhecida pelas “gerações que passaram por Ouro Preto, de 1830 a 1865”³⁶¹. Salvo característica e outra, era um homem simples, comum, desses cuja memória rapidamente se apaga depois que filhos, netos e amigos mais próximos falecem. Ao contar sua história, o autor desejou perpetuá-lo na memória das futuras gerações. Porque ele revelaria “o typo mais acabado do philosopho hábil em saber viver, pelo manejo adestrado da lisonja enroupada quase sempre em discreto sarcasmo”. Bernardo dos Reis não era um figurão por pertencer à casta dos mais privilegiados ou por ocupar cargos no vértice da pirâmide política, mas, assim como os grandes muito

³⁵⁹ Ibid., p. 80.

³⁶⁰ Uma investigação na imprensa de meados do século XIX mostrou que a única pessoa com aquele nome e que exercia a profissão de porteiro, em Ouro Preto, chamava-se Bernardo dos Reis Coutinho. Uma nota da Secretaria da Presidência de Minas Gerais assim comentou: “Por falecimento do velho e honrado porteiro, Bernardo dos Reis Coutinho (...)”. Ver: SECRETARIA da presidência. **Noticiador de Minas**, Ouro Preto, 16 jun. 1969, p. 2.

³⁶¹ Ibid., p. 134.

tinham de simples e medíocre, um indivíduo como aquele porteiro revelaria, quando bem observado, uma face de extraordinária existência.

Não era apenas por ser exemplo de funcionário ou pela estatura nada comum, mas também por sua inteligência prática que sabia bem explorar as situações para seu proveito. Quando um governo assumia, ele ia cumprimentar o novo presidente da província e trazia-lhe um presente, juntamente ao pedido de permanecer no cargo de porteiro; não importava a direção dos ventos da política, estava sempre ao lado do governo, nunca da oposição.

Era solteiro e vivia em uma residência simples, mas tinha um misterioso baú em torno do qual se criou grande mistério e burburinho. Muitos acreditavam que o porteiro era, na verdade, um homem podre de rico, pois guardava muito ouro naquele baú de ferro. Certa vez, um negociante, conhecido por Guimarães, esperançoso e confiante de que aquilo não era uma lenda, convidou Bernardo dos Reis para ser padrinho de seu filho e a morar em sua residência. O raciocínio era simples: quando o velho porteiro vier a falecer, todo o ouro seria de seu filho, portanto seu. Mas Bernardo dos Reis foi descrito por Simão de Mantua como um psicólogo, pois “soube tirar proveito do próximo, não só na sua qualidade de funcionário público de baixa categoria, mas ainda explorando a ganancia dos homens precavidos e finos, que em geral são os que negociam”³⁶². Sabendo da curiosidade e de todo o mistério em torno daquele seu baú e de que o convite se devia à ganância, aceitou-o. Lera o âmago das intenções de Guimarães, como bom psicólogo que era. Mudou-se e ficou chegado à família. Um dia, quando Bernardo dos Reis esteve ausente da casa, Guimarães mexeu no baú e ouviu um barulho de moeda. Pronto, convenceu-se de que não era mais lenda! O velho era rico e em breve todo aquele dinheiro seria seu. Quando o porteiro faleceu, encontraram a chave e logo se encarregaram de abrir o baú. Depois de muitas voltas, nele encontraram um bilhete que dizia o seguinte: “Este bahú só contem cascalhos que apanhei no córrego do Funil”. E foi tudo que a família de Guimarães herdou.

Os figurões, quando suas vidas são analisadas de perto, revelam existências que são um singular amálgama do que há de mais brilhante e notável, vulgar e medíocre, entre os seres humanos. Sua psicologia social é, assim, um olhar lançado sobre o íntimo de algumas figuras de sua curiosidade e interesse. Talvez a mensagem

³⁶² Ibid., p. 141-142.

que tenha desejado transmitir tenha sido, por meio de anedotas ou curiosidades aqui e ali no curso de cada vida, a uniformidade entre os homens. A vida, quando analisada de perto, despe-se de excessos e aparências, e é rica em simplicidade, em astúcia, em inocência, em infâmia, em pequenas grandezas e coisas mesquinhas. A psicologia social de Simão de Mantua analisa as vidas de alguns indivíduos, desde sua infância até o fim de seus dias, mas, ao tratar deles contando anedotas, muito fala sobre os brasileiros, culturas locais, modos de se expressar e de viver, histórias que circularam entre a população, a política em diferentes províncias, enfim, sobre o Brasil.

Exploremos outra psicologia social. De tal maneira surpreendente e talvez ainda mais estranho é este segundo caso. Se a pretensão de Simão de Mantua foi compartilhar com o público boas histórias para explorar, de dentro, as vidas dos figurões, agora temos um caso de reparação. Melhor, de acerto de contas.

Na origem da obra está um caso, ocorrido em 1936, e foi o seguinte. Osvaldo Paixão, um escritor e jornalista, havia sido contratado, no início daquele ano, pelo comendador Nicolau Luiz Cardozo Guimarães, vulgo Guimarães das Linhas, para escrever artigos a serem publicados no Diário Português. O jornalista havia defendido publicamente o Diário quando este foi alvo de ataques por parte de outros veículos da imprensa. Por conta disso, o comendador, que era quem mandava naquele jornal, solicitou sua colaboração. Não ficou estabelecido um contrato formal, apenas um combinado entre eles: Osvaldo Paixão deveria escrever três artigos por semana no Diário. Ele receberia quinhentos mil reis mensais, reconhecendo o chefe que seu trabalho merecia mais do que aquilo, mas prometeu que, a partir daquela modesta quantia, seu ordenado apenas aumentaria com o tempo.

Para sua surpresa, poucos meses depois ele foi informado, por recado de um colega, que os seus serviços não eram mais necessários. Ouviu uma justificativa econômica, mas o recado era muito vago e o deixou desconfiado sobre as verdadeiras razões. Osvaldo Paixão queria explicações e foi conversar, pessoalmente, com o comendador. No momento em que ele chega à presença do homem para tirar satisfações, este estava acompanhado e, ao que ele relata, ouviu uma resposta mentirosa, de aparências ou formal, que escondia os reais motivos. A verdade era que Osvaldo Paixão havia discordado de Nicolau Guimarães sobre questões internas relativas ao funcionamento do jornal, além de ter se envolvido com um inimigo do comendador. Vaidoso como era, não iria admitir a petulância daquele gajo. Pelo menos foi nisso que acreditou, já que nenhuma conversa sincera parece ter ocorrido.

Enfim, o caso é que foi dispensado, por recado, e ainda soube que, lá pela redação ou por entre os locais onde exercitava sua autoridade, o comendador estava a contar mentiras sobre sua pessoa ou a destilar antipatias entre os seus. Além da indiscrição, nenhuma nota no jornal foi publicada para esclarecer aos leitores sobre o assunto, o que o incomodou sobremodo.

Sobre o último ponto, o esclarecimento público era importante. Afinal, o que seus leitores iriam pensar de um jornalista que havia sido contratado poucos meses antes e era, assim, de repente, dispensado? Devido ao ocorrido, Osvaldo Paixão preocupou-se com a avaliação pública de seu caráter. Não cumpria os prazos? Faltava ao trabalho? Cometeu algum delito? Como confiar em uma informação divulgada por um jornalista de tal estirpe? Para que sua índole como pessoa e honra de jornalista não sofressem dano, uma nota no Diário Português deveria ter sido publicada. Mas não, além de ter sido dispensado daquela forma, por recado, com uma justificativa mentirosa, ainda corria o risco de ter manchada sua imagem de cidadão decente e jornalista competente. Artigos e livros, anteriormente publicados, foram comentados e elogiados na imprensa. Jovem, parecia já ter conquistado certo nome como escritor e jornalista. Gestos de urbanidade para com sua pessoa? Talvez, mas ele assim se percebia, como um bom profissional das letras.

Jornalista simples, ao que tudo indica não era um homem de posses e necessitava de seu ofício para prover sustento à família. Nicolau Guimarães, por outro lado, era um homem rico e Osvaldo Paixão reconhece, na sua condição de homem humilde, que nada poderia fazer para subtrair seu patrimônio material. Ele relata que era de costume do comendador dizer que ia fazer “doer no bolso”, e sua situação foi um exemplo de que ele poderia mesmo fazê-lo. E quanto a si? Não tinha poderes nem condição econômica para sequer empregar algum esforço neste sentido. Aquela humilhação, no entanto, precisaria ser paga com alguma moeda. Apenas com sua inteligência e fazendo uso do instrumento da pena, isto é, exercendo o que de melhor sabia fazer, poderia buscar uma outra forma de devolver o coice. Qual seria? O comendador era um homem muito conhecido por ser presidente de algumas sociedades, dono de indústria e de casa comercial. Dirigia a Caixa de Socorros Dom Pedro V, uma instituição de caridade; era presidente da Associação Portuguesa de Beneficência Memória de Luiz de Camões; proprietário da conhecida indústria de cigarros Veado e comerciante dono de armarinho; e, na esfera jornalística, proprietário do Diário Português. Em suma, era um capitalista. Tinha, portanto, suas relações e

precisava zelar por sua reputação diante do público. Contar aquela história parecia uma maneira muito mais proveitosa de pagar na mesma moeda. Foi assim que, sentindo-se humilhado e achando tudo aquilo uma grosseria contra sua pessoa, ele publicou, ainda naquele ano de 1936, o livro “Historia de um coice (psychologia social)” para expor ao público o mau caráter que era o comendador³⁶³. Rebaixado por aquele homem que descartou, feito um cavalo que com um coice afasta de si uma criatura indesejada, a sua colaboração no jornal, via no opúsculo um esforço de “justiça social”, como afirmou, a partir do qual o público julgaria o caráter de Nicolau Guimarães.

O estilo lembra um pouco a resposta de Neves Manta a Medeiros e Albuquerque³⁶⁴, porque as linhas fervem de desafetos. No caso de Osvaldo Paixão, salta aos olhos seu rancor e a repulsa para com a pessoa do comendador. Imbuído de um amor próprio, considera-se um brasileiro patriota, pessoa de grande valor e bom jornalista, enquanto o comendador, homem de posses, bem posicionado na sociedade, na verdade seria um homem grosseiro, estúpido, de uma maldade inata, um tirano, hipócrita, uma vergonha para Portugal (o comendador era português) e mais um tanto de coisas. As palavras atiradas contra o comendador, qualificando seu caráter e sua inteligência, atravessam a leitura em praticamente todo o texto. É entre vírgulas, parênteses e travessões que se observa as passagens de maior acidez do texto. Por exemplo, quando diz: “No momento em que eu deixava, de uma vês por todas, o Diario Português (ouve só isto, mal-agradecido) (...)”³⁶⁵.

Esse modo de escrever, como se estivesse pessoalmente com o comendador a dizer-lhe duras verdades (poucas e boas, como diríamos), torna muito pessoal a mensagem do livro. Não apenas pelos sentimentos que moveram Osvaldo Paixão a escrevê-lo, transparecendo seus desafetos na escrita, a todo momento, mas também por essa proximidade com que se dirigiu ao seu interlocutor. Melhor dizendo, o livro é como uma carta escrita a um inimigo, só que um pouco maior e lançada ao público. Vejamos mais este trecho:

³⁶³ PAIXÃO, Osvaldo. **Historia de um coice (psychologia social)**. Rio de Janeiro, 1936.

³⁶⁴ Para o leitor já distanciado daquele tópico, apenas um lembrete: Medeiros e Albuquerque publicou uma crítica na imprensa sobre um livro do médico Neves Manta em que este analisa a personalidade do escritor João do Rio. A crítica de Medeiros e Albuquerque foi áspera e Neves Manta publicou um opúsculo para responder ao jornalista. Na resposta, vê-se um médico contrariado e descontente com aquela crítica, uma vez que sua resposta apresenta ironias e ataques à inteligência e obra de Medeiros e Albuquerque.

³⁶⁵ Ibid., p. 138.

Mas, muito imbecil e muito estabonado, sem nenhuma noção da distancia imensa, que separa um honrado homem de pensamento de um fuão Guimarães das linhas, tu quizeste ser, em relação a mim — pobre cretino! — o patrão que despede, só para o gôzo estúpido de tal coisa proclamares a todo tempo, e em toda parte. Levaste a cabo, como querias, o teu coice, o que tornou inevitável a narração da sua história por mim, para indispensável esclarecimento de muita gente, que tendo visto, e compreendido, a minha entrada de leão para o Diario Português, estava vendo agora, sem compreender, a minha saída de sendeiro...Porque a verdade é que, sem a mais curta, mais singela nota – ao menos para constar – sobre o meu afastamento, não davas, ao dedicado colaborador brasileiro do teu jornal, nem a precária atenção de um enterro da mais ínfima classe! Nada! Era a vala-comum!...

O sentido de social é o objetivo, ou melhor, seu destino. Repetidamente ataca-se o comendador e o leitor acompanha o desenrolar de uma carta assoberbada de epítetos e deboches. Embora os aspectos morais, de personalidade e intelectuais sejam os principais alvos de sua pena, Osvaldo Paixão não se esquece daquelas outras características que são facilmente objeto de troça. Ele aconselha que o comendador faça cirurgia plástica; que seus dentes não são um caso de odontologia, mas de polícia; que Deus lhe deu um bom par de orelhas; seu sotaque de português para certas palavras e expressões; ao final de cada capítulo há uma caricatura do comendador, o desenho de um homem calvo, gordo e sempre apontando o dedo para cima, como se estivesse a todo o tempo dando ordens e sentindo prazer nisso. Enfim, não economiza afrontas e as lança sob diferentes formas. Ao final do livro, a impressão que se tem é que o comendador era uma pessoa terrível, um monstro que habitava o social e com quem os cariocas conviviam, mas acreditavam ser um homem ilustre. Ele revela o monstro.

De fato, não é um exagero. Poderíamos nos perguntar: mas por que interessaria ao público conhecer aquela história tão pessoal? Em primeiro lugar, como já dito, ele queria retribuir o coice ferindo a reputação de Nicolau Guimarães. Não para por aí. Ele indica que as crianças deveriam aprender as regras da língua portuguesa a partir da seguinte frase: “Nicolau Guimarães é ignorante e mau”³⁶⁶. Em princípio, parece apenas uma brincadeira pueril, como alguém a tirar sarro com o outro. Porém, aos poucos ele desenvolve melhor a sugestão e começa a indicar exemplos de exercícios com a frase e de como o ensino poderia se beneficiar daquela sentença que julgava perfeita, estética e gramaticalmente. O comendador, para ele,

³⁶⁶ Ibid., p. 165.

representava um perigo social, e as pessoas, incluindo as crianças, deveriam, no curso de sua educação, conhecer o agente que corrompia a sociedade.

Agora chegamos a um ponto que converge para o próprio ofício de Osvaldo Paixão. Alertar a população sobre a presença daquele agente fazia parte de sua missão como escritor e jornalista brasileiro. Foi assim que definiu o seu dever: “o de esclarecer e aconselhar, quanto às mazelas sociais que lhe desmoralizam o presente, ameaçando comprometer-lhe o futuro”³⁶⁷. Ele avaliou aquele seu esforço não apenas como uma resposta pessoal a quem feriu a sensibilidade de um homem honrado, mas também uma responsabilidade para com a sociedade. Se havia algum mal, era preciso denunciar. E para tal, a tarefa consistia em examinar o comendador em sua psicologia, para mostrar à sociedade sua verdadeira face. Em sua vida profissional, procurava ser um “garimpeiro de psicologias”³⁶⁸, atividade esta que, ao narrar a história do coice, tinha por horizonte uma advertência social.

A psicologia aqui convocada tem menos relação com uma estrutura formal de conceitos trabalhados com rigor, aos moldes tradicionais de uma ciência ou um sistema filosófico, e mais com uma certa noção geral de objetivar, por meio da escrita, a alma ou o íntimo de uma pessoa. A psicologia social de Osvaldo Paixão, neste sentido, assemelha-se à de Simão de Mantua, uma vez que é por meio da análise do indivíduo que se mostra à sociedade quem é, de fato, tal ou qual indivíduo. Tanto em um quanto em outro está presente a experiência do próprio escritor com o indivíduo que se analisa, isto é, suas observações e proximidade com o objeto. No caso de Osvaldo Paixão, ele queria alertar.

Não demorou muito até surgirem os primeiros ruídos. Poucos meses depois, mais para o final do ano de 1936, Osvaldo Paixão foi processado. A queixa estava fundamentada na Lei de Imprensa, em outras palavras, por ter injuriado, em texto, uma outra pessoa. O julgamento foi ocorrer apenas em janeiro de 1937 e gerou algumas notas e artigos na imprensa. O natural barulho entre os jornais já era de se esperar, tanto mais pelo fato do réu ser um jornalista e a classe logo ter tido conhecimento do ocorrido. Recusando ajuda de colegas ou amigos mais próximos, estava Osvaldo Paixão, no dia 21 de janeiro de 1937, protagonizando sua própria defesa, justificando e rebatendo as acusações que Nicolau Guimarães lhe havia feito por conta daquela tal psicologia social. Foi absolvido por unanimidade. O comendador

³⁶⁷ Ibid., p. 177.

³⁶⁸ Ibid., p. 151.

apelou, mas a decisão foi mantida. Das notas e avaliações que saíram na imprensa, muito foi elogiada a eloquência de Osvaldo Paixão durante o seu julgamento³⁶⁹.

Quando narramos a história da psicologia social no Brasil, logo pensamos naquele ramo do conhecimento que teria, em sua origem, Gustav Le Bon, Gabriel Tarde, Wundt, as sociologias do século XIX, Kurt Lewin e tantos mais. Disciplinamos e buscamos suas raízes formais, seus estrangeirismos a partir dos quais construímos a nossa. Saltamos para a formação de instituições e grupos cujos indivíduos compartilhavam do interesse pela psicologia social. Narra-se o início dos cursos, nesta ou naquela universidade, a formação das instituições, dos programas de pós-graduação, os primeiros trabalhos publicados e os momentos de crise. Uma história, enfim, fechada ao ambiente acadêmico e que narra as origens de seus profissionais ou professores. Neste tipo de história, as aqui examinadas não são conciliáveis, pois são fundamentalmente distintas daquilo que se entende por psicologia social, seja no conteúdo, no estilo ou mesmo entre os autores.

Antes que aqueles conhecidos cursos de psicologia social fossem ministrados em ambiente universitário ou que instituições carregando tal etiqueta fossem fundadas, havia uma psicologia social brasileira, já nas primeiras décadas do século XX, que estava despida de pretensão científica aos moldes do discurso acadêmico, no caso, que não se apresentava como um estudo das interações entre as pessoas ou dos grupos. Eram estudos, pois assim eram caracterizados, mas de outra natureza. Os dois casos de psicologia social aqui apresentados não buscaram compreender o preconceito, a violência, a liderança, a opinião ou o movimento de massas, ou qualquer outro fenômeno de natureza social. Se tais questões surgem, é nas histórias onde podemos encontrá-las, como elementos que enriquecem a própria narrativa e orbitam as vidas dos protagonistas. Passaram bem longe das tradições acadêmicas em psicologia ou, o que é mais nítido, de qualquer tentativa de matematizar fenômenos. Os seus autores contaram histórias sobre pessoas: é uma psicologia social toda sustentada em anedotas, gracejos, encantos e aversões, respeitando as proporções em cada obra. Ao narrarem histórias, não está em questão qualquer abstração sobre o social, mas ele próprio aparece conforme a narração de episódios de vida, tendo como elemento fundamental a experiência de cada autor. Miravam as

³⁶⁹ Sobre o julgamento, muitas são as fontes disponíveis para leitura do caso. Ver, por exemplo: SENSACIONAL julgamento do jornalista Osvaldo Paixão. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 23 jan. 1937, p. 2. Uma curta nota, porém com fotografia do réu e da assistência durante o julgamento, foi publicada em: LEI de imprensa. **A Nação**, Rio de Janeiro, 22 jan. 1937, p. 3.

figuras da política ou de expressão social, nas suas diferentes tonalidades, ora como grandiosas, ora como ordinárias ou simplesmente más. As vidas eram o que de fato interessava, mas para conta-las foi preciso esbarrar em muitas outras, as dos homens comuns, e também escrever sobre o universo cultural que as cercava, isto é, os hábitos, gestos, modos de falar, de perceber o mundo, de comer, de pilheriar, enfim, de narrar o Brasil e a vida de brasileiros.

5.4 OUTROS PSICÓLOGOS E OUTRAS PSICOLOGIAS: POR UMA NOVA HISTORIOGRAFIA

Quando retornou à sua cidade, o marinheiro britânico Charles Marlow³⁷⁰ percebeu aquela gente tão cheia de si, compartilhando um modo de viver tão pretensamente civilizado, avarento e ilusório, como uma horda de desvairados a cuidarem de seus afazeres cotidianos, imbuídos de uma tola convicção de estarem seguros naquela urbe. “Encontrei-me – ele diz – de volta na cidade sepulcral indignado com a visão de pessoas se precipitando pelas ruas para surrupiar dinheiro umas das outras, para devorar sua comida infame, para engolir sua cerveja infecta, para sonhar seus sonhos tolos e insignificantes”³⁷¹. Sua viagem ao Congo, bem no coração do continente africano, oportunizou um vislumbre sobre o enigma da vida e sobre si mesmo que o tornou distanciado e impaciente com aquele estilo de vida típico de uma capital agitada.

O que ele viu? Aquilo que faz estremecer as bases de um castelo que se supõe bem erigido, que leva ao incômodo de retornar às questões fundamentais. O absurdo, em suma. Porque o absurdo não é outra coisa senão o que não nos ouve ou que não pode ser ouvido, portanto que oferece risco aos nossos alicerces. No caso de Marlow, seria algo como: isto que vejo é humano? E, se for, o que sou? Precisamente, o início do horror foi este: “A Terra parecia irreal. Estávamos acostumados a observar a forma aguilhada de um monstro conquistado, mas ali...ali você podia ver uma coisa monstruosa e livre. Era irreal, e os homens eram...Não, eles não eram inumanos. Bem, vocês sabem, isso era o pior de tudo – essa suspeita de eles não serem inumanos”³⁷².

³⁷⁰ Personagem de Joseph Conrad do romance “O Coração das Trevas”.

³⁷¹ CONRAD, Joseph. **O coração das trevas**. São Paulo: Abril, 2010, p. 124.

³⁷² *Ibid.*, p. 65.

O problema é que o Marlow não estava a refletir, ao abrigo do calor da lareira, sobre a variedade da existência humana e, com uma afiada imaginação, chegou à conclusão de que aquelas caretas, rodopios, uivos e pulos eram perfeitamente possíveis e que provavelmente existiriam por aí, em locais até então inexplorados pelos arautos da civilização. Não, foi uma experiência, e, como tal, vivida na sua concretude, ainda que no íntimo tenha desejado ser tudo um pesadelo. Real, tão e simplesmente... como é possível? O contato com o singular, o estranho, o tipo mais incomum do gênero humano, difícil de conceber, e a reação de espanto e de pouca abertura, marcam o início da experiência. De si para si, havia um medo entranhado que veio à luz sob a forma de uma temerosa desconfiança, a de que, na verdade, o outro nada tinha de inumano, que era tão humano como a ele próprio.

Foi na relação com esse outro, inconcebível e maravilhoso na sua singularidade, que foi possível uma reavaliação de sua própria condição. O problema da alteridade o tornou consciente de que as trevas não se encontravam, como acreditou, a 12 mil milhas de distância, mas na condição avarenta, ordinária e desprovida de sentido que caracteriza um modo de vida cuja presença esteve ali, o tempo inteiro, de fácil alcance.

A pergunta que se faz (ou melhor, a pergunta que este que escreve fez a si mesmo) é: seria possível vivermos um mundo sem as nossas conhecidas paisagens? Sem o pensamento grego da antiguidade, o cristianismo, o direito romano, o marxismo, a física e a medicina modernas, ou qualquer outra coisa que intercede, em maior ou menor grau, a experiência de um ocidental que nasceu no final do século XX? Sem elas, e o que se fez a partir delas e que foi herdado, tudo se transformaria em um grande absurdo e enlouqueceríamos. De repente, às 3 da madrugada o sol nasce, as árvores se enraízam em direção ao céu, da mangueira nasce um cacho de banana, o messias encarna para salvar o mundo pelo riso, e outras coisas perturbadoras do gênero. A questão é menos sobre a possibilidade de o absurdo ocorrer e mais sobre o que ele, o absurdo mesmo, diz sobre nós.

Isto é uma caricatura para o problema a analisar. Não é para tanto. Aqui serve para imaginarmos o que aconteceria se retirássemos, camada por camada, tudo aquilo que nos constitui. A tradução da questão é esta: se cortarmos da psicologia seus modelos comportamentais, de percepção, os testes psicológicos para selecionar trabalhadores ou avaliar a inteligência de crianças, suas muitas crias a partir do relacionamento com as ciências da cognição, não esquecendo as dissertações sobre

as faculdades da alma em obras de filosofia, como também seus laboratórios e sua sorte de terapias, o que resta? Ainda, se visitarmos outras comunidades de psicólogos, agentes de outras inscrições, interessados em outras paisagens, como integrá-los sem endoidarmos?

Os casos que foram apresentados no decorrer do capítulo mostram que resta muita coisa e que, de fato, há outros psicólogos. Ao longo do trabalho insisti em escrever psicologia com p minúsculo, de propósito, justamente para não fazer referência a um conjunto de pressupostos, mais ou menos bem aceitos, que caracterizam um campo formal de estudos, a partir do qual gravitam todas as suas práticas e escolas de pensamento. Isto é, a Psicologia. Faz-se tal referência sem que seus profissionais tenham resolvido questões de fundo, pois na prática parecem carecer de importância. Há uma certa resignação quanto ao debate filosófico, conforme sugeri no final do capítulo anterior. Aqui, a fuga da questão se tornou ainda mais difícil, mas ainda há uma possibilidade: envolver-se em um debate de tal envergadura, apesar de necessário, seria um excesso e uma armadilha. Pois o objetivo é caminhar na direção contrária da consagração de uma definição. A tarefa não é, pois, um “Isto é...”, mas, antes, um “Por que não?”. A primeira já foi resolvida, os autores decidiram chamar seus textos de psicologia. Isto é psicologia, disse João do Rio. Do ponto de vista dos próprios autores, cuja voz se aceita, a questão está resolvida. A outra se coloca da seguinte maneira: a historiografia poderia revelar uma diversidade ainda maior ao incluir outras obras que até hoje não foram levadas à sério. Esta operação muito revela sobre o próprio campo, uma vez que falar de vestidos e descrever festas de rua soa tão diferente, e mesmo bizarro, de uma história em que habitam padres seminaristas e médicos em laboratório, que inevitavelmente a pergunta fundamental surge: se aquilo também é psicologia, afinal, o que é psicologia? Se ele é um psicólogo, o que significa ser um psicólogo? Ou, de outra forma: o que é a nossa psicologia? Foi quando surgiram outros candidatos a povoar o território que todo ele se embaraçou.

Em vez de se deter sobre definições primeiras, o trabalho procurou todo e qualquer vestígio que carregasse o rótulo da psicologia. Antes de selecioná-las, verificar o que foi produzido. Diríamos, em bom português brasileiro, dar corda às psicologias, isto é, deixá-las cada qual falar, adotando um critério geral para a procura (“psicologia”, apenas isto) e, somente então, organizá-las e refletir sobre suas propostas. Desta forma, a primeira atitude foi a de uma simetria que possibilitasse

perseguir o que foi produzido em seu nome. Feito João do Rio, vadiar por entre becos, cruzar esquinas e descrever o que se observa. Sem isto, o problema da definição se apresentaria, desde o início, como um fantasma a selecionar as verdadeiras das falsas psicologias. Retornarei a este último ponto mais adiante. Por enquanto, é preciso escrever algumas palavras sobre a noção de simetria.

Que é simetria? Na língua portuguesa, simetria nada mais é do que:

Correspondência em grandeza, forma, e posição relativa de partes que estão em lados opostos de uma linha ou plano médio, ou ainda que estão distribuídas em torno de um centro ou eixo; harmonia resultante de certas combinações e proporções regulares; - bilateral: expressão com que se designa a simetria do corpo dos animais; (Geom.) a simetria de uma figura plana em relação a um eixo.³⁷³

De que maneira a definição nos auxilia a compreender a raiz grega e sua expressão na filosofia? Henry Liddell e Robert Scott lançam uma primeira luz sobre a questão³⁷⁴. Simetria, no grego, é *συμμετρία* e esse vocábulo possui dois sentidos: 1. “commensurability, reducibility to a common measure, opp. *ἀσυμμετρία* (...)” e 2. “symmetry, due proportion, opp. *ἀμετρία*, one of the characteristics of beauty and goodness (...)”. De um lado, uma definição que se aproxima da lógica e da matemática, enquanto a outra da estética. Interessante é o fato de que nos dicionários de filosofia consultados a noção de simetria se inclina para a lógica, como por exemplo em Nicola Abbagnano: “mensurabilidade, proporção ou harmonia. Diz-se que é simétrica a relação entre dois termos nos dois sentidos: por exemplo, a relação ‘irmão’”³⁷⁵. Já Ferrater Mora diz: “Uma relação R é chamada simétrica quando, se uma entidade x tem a relação R com y, então y tem a relação R com x. Exemplo, a relação primo de.”³⁷⁶ Nos dicionários de filosofia de Cambridge³⁷⁷ e Standford³⁷⁸, a noção de simetria também é essencialmente lógica.

³⁷³ Simetria. In: DE LIMA, Hildebrando.; BARROSO, Gustavo. (Orgs.). **Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa**. 9.ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S/A, 1951. p. 1127.

³⁷⁴ *συμμετρία*. In: LIDDELL, H.G.; SCOTT, R. (Orgs.). **A greek-english lexicon**. 8.ed. New York: American Book Company, 1897. p. 1460. Os sentidos contrários (“opp.”) nas duas definições significam, respectivamente, assimetria e ametria.

³⁷⁵ Simetria. ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2015. p. 1070.

³⁷⁶ Relação. In: FERRATER, Mora. **Dicionário de filosofia**, tomo IV (Q-Z). São Paulo: Edições Loyola, 2001. p. 2498-2502.

³⁷⁷ Relation. In: AUDI, Robert. **Cambridge dictionary of philosophy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 788-789.

³⁷⁸ Symmetric. In: BLACKBURN, Simon. **Oxford dictionary of philosophy**. Oxford: Oxford University Press, 2016. p. 468.

Na obra de David Bloor, a simetria é um princípio³⁷⁹. Simetria é o terceiro de quatro princípios de Bloor para propor o que chamou de Programa Forte na sociologia do conhecimento, cujo objetivo é explicar em termos sociológicos qualquer ciência, inclusive as ciências naturais. Os diferentes sistemas de conhecimento, sejam eles verdadeiros ou falsos, o êxito ou o fracasso, ciência ou pseudociência, teriam causas sociais que os explicassem. Trata-se de uma tentativa ambiciosa, com forte inspiração em Durkheim, de continuar o trabalho de outros sociólogos do conhecimento a quem Bloor atribuiu uma certa timidez nos seus esforços, uma vez que explicaram as causas sociais do erro e, com isso, deixaram a ciência de lado.

Bloor tomou o sentido de simetria em acepção comparável às definições anteriores. Ele se esforçou para sustentar que a sociologia do conhecimento explicaria também as ciências naturais, de modo que os mesmos tipos de causas (as sociais, as quais chamarei de X) poderiam explicar “a” e “b”, sendo “a” as crenças falsas e “b” as verdadeiras. Portanto, o que Bloor defendeu foi que “a” teria a mesma relação com X que “b”. Isto não significa dizer que X é o mesmo conjunto de causas, mas que a partir dele partem diferentes explicações, só que de mesma natureza (sociais). “Clearly – afirma Bloor - there are different causes at work in the two cases otherwise there would not be different effects. The symmetry resides in the types of causes”³⁸⁰.

A questão principal a ser destacada é que Bloor potencializou (ou resgatou, como defende) a capacidade explicativa da sociologia do conhecimento. Apoderou-se da rica e órfã ciência, gerada quase que espontaneamente, de paternidade desconhecida, para aproximá-la de uma família de sobrenome *sui generis*. Não se trata de uma paternidade individual (Galileu, pai da física moderna), tampouco a uma família como grupo de indivíduos (os naturalistas ingleses do século XIX), mas exatamente de reconciliar uma atividade humana com sistemas de valores e crenças, perfeitamente capaz de ser analisada pela sociologia.

No caso do presente trabalho, não foi objetivo apontar as causas sociais que poderiam explicar tanto um laboratório de psicologia experimental quanto a psicologia urbana de João do Rio. Até poderia sê-lo, mas a atitude primeira de uma simetria não implica na busca por vetores sociais. Trata-se de uma atitude mais livre e mais modesta: adaptando o modelo, de considerar o “X” como “psicologia”, de modo que,

³⁷⁹ BLOOR, David. **Knowledge and social imagery**. 2.ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

³⁸⁰ Ibid., p. 36.

um e outro teriam a mesma relação com X, isto é, são psicologias. Uma distribuição de luminosidade, de modo a incluir personagens e psicologias outras em uma história que, muito preocupada até então em se afirmar ciência, excluiu na proporção em que faltou se explicar. A simetria, por outro lado, não é para descartar as peculiaridades entre as obras, como se a correspondência implicasse em uma uniformidade. Pelo contrário, o segundo passo é precisamente o reconhecimento de suas diferenças. Primeiro elas foram mapeadas, depois agrupadas segundo um e outro critério (o objeto ou o objetivo, como foi o caso aqui) e finalmente reconhecidas, por meio de uma descrição, segundo seus próprios termos.

Uma crítica poderia ser levantada. Para considerar uma relação simétrica entre distintos elementos em relação a um X, seria forçoso defini-lo também. O que é o X? Afinal, se alguém afirmar que “a” e “b” são manifestações de coragem, há um entendimento subjacente do que seria a própria coragem. A noção de simetria foi um passo, mas agora é preciso ir além.

No início da tese, o primeiro esforço consistiu em mostrar que a construção da historiografia solidificou um roteiro que muito valorizou as instituições científicas, os métodos experimentais, a formalização da psicologia enquanto disciplina universitária e seus serviços para solucionar problemas da sociedade. Entende-se, grosso modo, que a psicologia caminhou das especulações às técnicas. Se há uma psicologia com P maiúsculo, do ponto de vista da historiografia ela se construiu a partir dessas camadas. Este é o fundo, a partir do qual se atualiza com novos personagens, instrumentos e testes nunca descritos, uma instituição soterrada pelo tempo, obras utilizadas em tal curso ou instituição etc. A atualização, agindo na superfície, nada estranha, apenas perpetua as bases com novos vernizes. Por um lado, não tinha como ser muito diferente, pois ela teve início com professores e profissionais diretamente envolvidos com as instituições acadêmicas, e, hoje, são seus herdeiros que continuam a narrar a história aos alunos e futuros profissionais. Em suma, trata-se de uma linhagem, um elogio em espiral no interior de uma mesma família que se bifurcou, mas que constrói seus monumentos (linhas do tempo, bustos, portas de departamento etc.) para lembrar de seus antepassados.

Uma das formas de repensar o roteiro é reverter essa lógica, e assim seria possível ampliar o horizonte da historiografia. Um exercício semelhante ao de Giles

Deleuze quando procurou reverter o platonismo³⁸¹. Em Deleuze, o problema não é o reconhecimento das cópias, de um lado, e do Modelo, de outro. O ponto não é a existência da cópia. O exercício de separar serve para identificar e suprimir os simulacros, isto é, as falsas cópias que apenas aparentemente se assemelham ao Modelo. Assim, para um ato ser eleito como justo há, por trás, um conceito de Justiça, um fundamento a partir do qual podemos selecionar os pretendentes (as boas cópias).

A origem do fundamento está no mito. Ele diz:

O mito, com sua estrutura sempre circular, é realmente a narrativa de uma fundação. É ele que permite erigir um modelo segundo o qual os diferentes pretendentes poderão ser julgados. O que deve ser fundado, com efeito, é sempre uma pretensão (...). Assim, o mito constrói o modelo imanente ou o fundamento-prova de acordo com o qual os pretendentes devem ser julgados e sua pretensão medida. E é sob esta condição que a divisão prossegue e atinge seu fim, que é não a especificação do conceito mas a autenticação da Idéia, não a determinação da espécie, mas a seleção da linhagem.³⁸²

Linhagem é o que se forma com a seleção. Da ideia que se faz Modelo, fundamento primeiro e originada no mito, elege-se todos os pretendentes cuja natureza ecoa sobre o Modelo. O simulacro, por outro lado, apenas simula, engana por sua aparência externa, mas, quando analisado de perto, verifica-se a falta de correspondência com o Modelo. Este está surdo às suas pretensões. De modo que, enquanto a cópia se faz ouvir, o simulacro é inaudível. Assim, quando, em uma conversa, alguém afirma que certo ato foi justo e o outro responde, com espanto, “mas isto é um absurdo”, o problema está no fundamento. E não raro a conversa prossegue com a seguinte interpelação: “o que você entende por Justiça?”.

O problema a destacar é o que pode representar o simulacro na configuração da linhagem. Não é que ele seja uma casca vazia desprovida de fundamento, uma ideia falsa a ludibriar os não esclarecidos. Deleuze chama atenção para o fato de que o simulacro possui outro fundamento, ou melhor, o seu próprio fundamento, e é precisamente aí onde se encontra a sua dessemelhança em relação ao Modelo pressuposto. Ele é surdo porque está erigido em outras bases. Neste sentido, se o simulacro simula o próprio fundamento, toda ideia, por si mesma, seria um simulacro. Se há um julgamento possível, não deveria ser dos pretendentes em relação a um critério preliminar, mas os simulacros nos seus próprios termos. A proposta de

³⁸¹ DELEUZE, Gilles. Platão e o simulacro. *In*: _____. **Lógica do sentido**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003. p. 259-271.

³⁸² *Ibid.*, p. 260-261.

reversão do platonismo é, portanto, uma simetria que descarta o espécime para incluir as diferenças. Em outras palavras: suspende-se o conceito de humano civilizado para incluir os congolezes de Conrad, de Psicologia ou de psicólogo para incluir as críticas de Antonio Silva e as histórias de Simão de Mantua. Resgatar a potência de cada qual expressar a própria identidade, para reconhecer os monstros de outrora. Melhor, para reconhecer o monstro na sua própria monstruosidade, em uma história em que não há nada além de monstros.

Incluir as psicologias analisadas no decorrer do capítulo e seus respectivos psicólogos significa abandonar a Psicologia e os mitos que sustentam sua historiografia. Mito talvez não seja a melhor palavra, já que trata de uma história protagonizada por deuses ou seres divinos. No caso das histórias que narram feitos de heróis, conto é uma palavra mais interessante. A história de uma ciência normalmente está cheia de heróis que lutaram pelo seu florescimento. Na psicologia brasileira, esses heróis atuaram principalmente no início da nossa história republicana. Como já vimos, há um conto importante, equivalente ao da historiografia estrangeira: o conto do laboratório que legitima a fundação de uma ciência. Suas atividades importam menos que sua função, como uma história passada de geração em geração, mas que pouco se sabe o que aconteceu. Plínio Olinto, Lourenço Filho e outros presenciaram a instalação dos primeiros laboratórios, neles trabalharam, registraram seus testemunhos e, hoje, os profissionais que dão continuidade às práticas em psicologia perpetuam tais feitos. A responsabilidade dos últimos foi a de transformar os primeiros testemunhos em historiografia, restituindo, detalhando, corrigindo e ampliando os esforços de memória das primeiras gerações.

Não se trata de negar os eventos, mas de percebê-los na sua particularidade. Na mesma época em que Manoel Bomfim, Maurício de Medeiros e Clemente Quaglio iniciaram os primeiros esforços de psicologia experimental para auxiliar as práticas pedagógicas ou médicas, Abelardo Roças e João do Rio também se dedicaram a pensar em psicologia. Nas décadas de 1920 e 1930, quando Waclaw Radecki e Helena Antipoff chefiaram seus respectivos laboratórios, o coronel João Francisco, o anônimo Simão de Mantua e o escritor Osvaldo Paixão também a cultivaram. Portanto, a historiografia, no seu esforço em se debruçar sobre teses de medicina, fichas de exame e manuais, percorre direções muito específicas. De um modo geral, os historiadores estão a navegar por um afluente acreditando que atravessam o mar. Os hábitos de pesquisa, que acabam por restringir a historiografia e consagram certos

objetos, lançam à sombra escritores, poetas, jornalistas, militares e professores outros. São personagens e obras esquecidas cuja aceitação poderia lançar novas perguntas à historiografia e um novo entendimento sobre a constituição da psicologia brasileira. A produção em psicologia foi, sem sombra de dúvida, muito mais rica e múltipla, mas é preciso abandonar a Psicologia para que sua diversidade desponte e a historiografia possa ser reconsiderada. Os tópicos anteriores, apesar disso, foram apenas uma espiada sobre uma rica gleba, repleta de possibilidades.

É importante apontar algumas diferenças. Por um lado, os testes psicológicos, a emergência da psicologia experimental, o desenvolvimento das psicologias comportamental, cognitiva e outras, herdam problemas clássicos da filosofia e tem a métrica em sua base, isto é, trata-se de uma história que necessariamente passa pelos tópicos em psicologia geral, pela psicometria e pela parafernália dos laboratórios. Por outro, de uma maneira geral todas as psicologias analisadas na segunda parte deste trabalho têm algumas características em comum, das quais três serão destacadas.

A primeira é que a noção de psicologia por eles compartilhada é vaga, intuitiva e deve ser apreendida conforme sua leitura. Contrariamente aos manuais utilizados nas escolas normais, por exemplo, em que existe um capítulo introdutório dedicado a definir a ciência, seus métodos e objetivos, nelas a utilização da terminologia é semelhante a um uso corrente em que não é necessário explicá-la para seguir com a escrita. Assim, não havendo definições explícitas feito uma obra organizada aos moldes acadêmicos, seu significado deve ser extraído ou traduzido no próprio andamento da leitura, como um exercício etnográfico em que se procura imergir em outras práticas, visões de mundo ou cultura, para compreendê-las a partir dos critérios da comunidade que se estuda. Porque a palavra psicologia, neste caso, deve ser entendida no interior de uma cultura literária compartilhada pelos escritores, da qual o ambiente acadêmico se projeta como um arrabalde. Em termos metodológicos, sua investigação deve ocorrer em fontes como artigos de jornais ou revistas, palestras que foram posteriormente publicadas, romances, poesias, contos, crítica social e literária etc. Os livros que foram analisados pertencem a tais gêneros literários. Onde menos ela surge definida, organizada, formalizada, é que seu significado está implicitamente compartilhado pelos escritores. Cabe ao investigador compreender os objetivos de cada obra, possíveis referências a outros escritores ou tradições de pensamento, para verificar o seu significado.

Por exemplo, João do Rio citou fartamente escritores, cientistas, poetas e artistas, principalmente os franceses. Aqui podemos traçar uma rede de autores, muito embora nem sempre seja possível esclarecer o significado do termo. No caso específico de João do Rio, ele mesmo observa, em passagem já citada, que sua psicologia trata de estados da alma da cidade. Portanto, ela preserva o significado original da palavra ao se referir à alma, em uma época que esta já concorria com a de personalidade, mente e consciência, na definição de psicologia. No discurso corrente e na cultura literária, o significado próximo ao etimológico permaneceu muito vivo no recorte temporal deste trabalho, embora não exclusivo. Todavia, Simão de Mantua apenas narra suas anedotas, mas a psicologia não deixa de estar lá, seja no título ou dispersa aqui e ali ao longo do livro. Quando diz, por exemplo, que Bernardo dos Reis foi um psicólogo, o que se entende é que o personagem soube agir a partir do conhecimento dos desejos e das inclinações das pessoas, para delas tirar proveito. A ideia de psicólogo está carregada de certa sensibilidade do indivíduo, como se ele fosse dotado de uma visão que o permitisse enxergar a interioridade das pessoas, aquilo que as motiva, como elas percebem ou agem no mundo. É um olhar privilegiado sobre as pessoas, que, quando traduzido em ações ou na escrita, caracteriza o ofício do psicólogo.

Mas e nesta curiosa passagem, quando narra sobre o ministro Rodolpho Miranda?

E por todo o Ministerio, até nos W.C., só se lia ou ouvia “Cidadão”; “Saude e Fraternidade” – saudação esta republicana. E a alegria comunicativa notada entre os nossos diretores generalizára-se por todo o funcionalismo da Agricultura, que nada é mais igual, mais parelho em toda a natureza do que dois empregados públicos. São duas quantidades psychologicas iguaes entre si e iguaes a todas as outras da espécie. São, em summa, milhares de pessoas distinctas e uma só entidade psychologica verdadeira.³⁸³

As “quantidades psicológicas” que se igualam e a “entidade psicológica verdadeira” lembram os tipos de Paulo de Magalhães. São modos de se comportar, de pensar ou de viver que se manifestam em diferentes pessoas que compartilham o mesmo ofício (na passagem, os funcionários públicos do Ministério da Agricultura) ou dada circunstância (o Brasil moderno, como em Paulo de Magalhães).

³⁸³ DE MANTUA, op. cit., p. 221-222.

Essa característica da palavra psicologia diverge da psicanálise e da psiquiatria, e, portanto, a diretriz metodológica apresentada a elas não se aplica. Quando um escritor fala em “psicanálise” já se entende que ele está tratando de uma terapêutica ou uma técnica, sustentada em certos princípios e que foi criada por Freud. Quando se refere à psiquiatria, é uma especialidade da medicina a qual logo se associa o papel de médicos como Pinel e Kraepelin. Portanto, pressupõe-se uma prática específica e destinada ao tratamento de doenças psíquicas.

Por outro lado – e este é o segundo aspecto que gostaria de destacar –, a noção de psicologia, antes mesmo de pensarmos sobre sua formalização enquanto capítulo da filosofia ou técnica para examinar, selecionar e ajustar, é usada para criar tanto uma dimensão interior quanto um modelo a ser desvelado. A dimensão interior surge para examinar especificamente este ou aquele indivíduo, tarefa que marca os trabalhos de Osvaldo Paixão, Antonio Silva e todos aqueles que, em capítulo ou na obra inteira, dedicaram-se a tal esforço. Já o modelo aparece como um tipo ou uma espécie de natureza, isto é, características que conformam um certo modo de existir, no caso, de tipos brasileiros. Foi o caso de Paulo de Magalhães quando tratou de modelos que emergiram com a vida moderna; em Abelardo Roças, quando procurou entender um novo brasileiro que irrompia com as mudanças na cidade e na toaleta, ou, ainda, com Simão de Mantua que tratou, por exemplo, sobre o típico mineiro. Modelos de vida e interioridades, embora possam ser entendidos separadamente, coexistem e expressam um entendimento de psíquico ou de psicologia que atravessa as obras.

A diferença, no entanto, não está exatamente aí. A concepção de que existe uma intimidade acessada de si para si é antiga na psicologia e permanece ainda hoje como um senso comum. O objetivo é o que as difere. Enquanto a prática profissional visa administrar a população dos hospitais, das escolas ou das indústrias para solucionar os problemas da vida urbana, aquelas outras psicologias notoriamente têm outros propósitos. Não se trata de uma prática de controle, mas de uma crítica; nem de selecionar escolares ou trabalhadores, mas de desnudar transformações; tampouco postular sobre o funcionamento de um indivíduo abstrato, mas descrever vidas e contar histórias para homenagear, rir ou ferir o caráter; não é, enfim, uma prática que buscou alianças com o Estado para provar sua utilidade pública, mas articulada a interesses pessoais e ao ofício do escritor. Todas se debruçam sobre o presente: João do Rio lançou uma interrogação sobre a capital e transformou seu

jornalismo investigativo em literatura urbana; Antonio Silva foi um entusiasta da Revolução de 1930 e observou aquele estremecer da política como uma chance do Brasil renascer; Simão de Mantua, feito um literato que procura mostrar ao público a cultura sertaneja de Goiás ou da Bahia, conta histórias, muitas vezes de situações simples mas muito singulares, sobre a vida de pessoas. Seja a crítica, a observação de uma transformação ou a narração de anedotas ou histórias de vida, o objetivo é a própria produção literária, a vontade de comunicar e compartilhar uma perspectiva, plena de encantamento, esperança, humor ou decepção de cada autor. Estão sustentadas em outros alicerces, e este é o terceiro ponto a ser destacado.

Parece que no geral elas partem de um espanto sobre o presente. As transformações no presente, seja na esfera política, nos costumes ou a vida em particular, provocam um espanto, de maneira que a escrita em psicologia acaba sendo um registro dos escritores a partir de suas experiências. Talvez a única exceção tenha sido Simão de Mantua, mas mesmo em sua psicologia esse espanto se traduziria em uma paisagem que se modificou, isto é, os homens que marcaram um lugar ou um tempo recente, tal cidade que já não é mais a mesma, os costumes locais de outrora. De modo que, a característica em comum das obras parece ser a própria condição: para se germinar uma psicologia não seria preciso um grupo de cientistas a se organizarem em torno de uma escola ou de uma tradição de pensamento, mas um espanto sobre um acontecimento ou fenômeno qualquer, observado, vivenciado. Este espanto assemelha-se àquele que tradicionalmente aborda a filosofia: é uma atração sobre o objeto que desperta uma grande admiração e um forte ímpeto de desvelo. “De fato – conforme na “*Metafísica*” de Aristóteles – os homens começaram a filosofia, agora como na origem, por causa da admiração (...)”³⁸⁴. No artigo 53 (*L’admiration*) de seu “*Les Passions de L’ame*”, Descartes comenta a surpresa e o espanto que há quando nos deparamos com um novo objeto pela primeira vez e conclui que “(...) il me semble que l’Admiration est la première de toutes les passions”³⁸⁵. Assim como disse certa vez Whitehead: “*Philosophy is the product of wonder*”³⁸⁶. Do mesmo modo, uma

³⁸⁴ *Metaf.*, A 2, 982b, 12-13. Ver a edição brasileira publicada a partir da tradução italiana de Giovanni Reale: ARISTOTELES. **Metafísica**. São Paulo: Loyola, 2002. p. 12.

³⁸⁵ A primeira edição, em francês, pode ser consultada na World Digital Library pelo endereço eletrônico <<https://www.wdl.org/pt/item/14786/>>. Ver: DESCARTES, R. **Les passions de l’ame**. Paris, 1649. A tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Jr. foi consultada: DESCARTES, R. **As paixões da alma**. In: _____ . Discurso do método; Meditações; Objeções e respostas; As paixões da alma; Cartas. Tradução de J. Guinsburg e B. Prado Júnior. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 227-282.

³⁸⁶ WHITEHEAD, Alfred N. **Nature and life**. London: Cambridge University Press, 1934. p. 1.

psicologia pode emergir do fascínio sobre as coisas. De modo semelhante à filosofia, a admiração também poderia ser pensada como a atitude primeira da psicologia, algo como um espanto psicológico. Desta forma, tudo poderia ser psicologia e poderíamos fazer as psicologias de tudo.

E o que seriam essas psicologias de tudo? Esta é uma consideração que pode ampliar significativamente a diversidade da psicologia de que trata a historiografia³⁸⁷. Não se trata de considerar várias escolas no domínio de uma ciência, mas de pensar a psicologia no duplo movimento entre uma realidade que se transforma e a experiência do autor nessa mesma realidade. O resultado é a possibilidade de escrevermos uma psicologia urbana, uma psicologia dos acontecimentos, uma psicologia da vestimenta, uma psicologia social de figurões ou que narra a história de um coice, uma psicologia e crítica, uma psicologia do amor, outra da lágrima, do vencido, do adultério, da mulher, do Barão do Rio Branco e tantas outras³⁸⁸.

O espanto seria o ponto de partida. Sobre o que se sustentam? Certamente não sobre preleções filosóficas, dissertações em seminários, na matemática ou no método experimental. De fato, houve um conjunto de psicologias que assim foi erguida. As que foram abordadas neste trabalho se assentam sobretudo nas memórias e observações dos escritores, na história do Brasil e na cultura brasileira, mas também um pouco na filosofia e em gêneros literários como a poesia, o romance ou a carta. No que concerne aos últimos, são visíveis no estilo das obras: a psicologia social de Simão de Mantua carrega o estilo do romance e da crônica, enquanto a de Osvaldo Paixão, um estilo epistolar; a psicologia do vencido, de Augusto dos Anjos, é uma poesia; em “A Alma Encantadora das Ruas”, o cotidiano carioca da primeira década do século XX é apresentado em crônicas, enquanto sua “Psicologia Urbana” reúne comunicações que parecem reflexões filosóficas sobre o amor ou a mentira, tendo a cidade como cenário de fundo. Mesmo nesta, há a presença de diálogos, poesias, recursos de linguagem que mostram uma interação com seus ouvintes, elementos que conferem às suas reflexões um feitio distinto daquele de um ensaio

³⁸⁷ Não apenas os textos mais gerais de história que procuram abordar as diferentes escolas e tradições de pensamento da psicologia, mas também autores como Arthur Ferreira que fazem dessa pluralidade seu objeto de análise. Por exemplo: FERREIRA, Arthur A. L. O múltiplo surgimento da psicologia. *In*: JACÓ-VILELA, Ana M.; PORTUGAL, Francisco T.; FERREIRA, Arthur A. L. **História da psicologia: rumos e percursos**. Rio de Janeiro: Nau, 2013. p. 19-52.

³⁸⁸ Todas as mencionadas foram publicadas no Brasil nas primeiras décadas do século XX. As que não foram analisadas nos tópicos anteriores, entre outras a se descobrir, carecem de trabalhos e poderiam fornecer novos entendimentos para se repensar a psicologia brasileira.

filosófico. Em algumas, o estilo está mais nítido; em outras, há uma mistura. Independente disto, é importante observar uma forte presença do Brasil, sua cultura e povo nas obras, seja para atestar um presente em transformação, exaltá-lo ou condená-lo. Nisto, o recurso à história e à biografia são ferramentas importantes para analisar as questões que afetam os escritores, juntamente às experiências nas respectivas realidades que se movimentam.

Uma última observação para encaminhar este trabalho às suas considerações finais. Não é possível demonstrá-la adequadamente, mas apenas sugerir uma forma de compreender parte dessa história pelo deslocamento da terminologia. Se é verdade que a palavra psicologia nasceu nos seminários e obras de padres católicos e protestantes, no Brasil esses primeiros usos podem ser rastreados nas atividades dessas figuras, mais exatamente entre os católicos. Poucas décadas depois, médicos e professores já estavam a publicar suas teses e obras sobre psicologia. A questão a se observar é que esse desenvolvimento, embora já mostre uma ampliação do vocábulo, ocorreu em instituições específicas que funcionam de acordo com suas próprias regras: a Igreja Católica, as faculdades de medicina, as escolas normais etc. Nos seminários e nas faculdades, ambientes com alguma restrição, as dissertações e teses eram preparadas, lidas e defendidas publicamente. Já os livros, em sua maioria, eram destinados aos estudantes que iriam prestar exames de vestibular ou aos alunos das escolas normais. Novamente, vê-se um direcionamento do público leitor ou ouvinte. Por outro lado, no início do século XX outras obras em psicologia, de formato e conteúdo mais variados, começaram a ser publicadas, e a própria palavra começou a circular com mais frequência conforme o século XIX foi chegando ao seu fim. A psicologia, enquanto vocábulo ou conhecimento organizado, ampliou consideravelmente seus espaços de circulação. Não estava restrita à teologia, à filosofia ou a um uso específico de tal ou qual grupo, mas, adaptando uma conhecida frase popular, caiu na boca dos conferencistas e na pena dos escritores.

Perseguir a palavra e suas capturas permite contar várias histórias. Poderíamos narrar a história de uma disciplina e teríamos na conta uma lista de manuais ou noções de psicologia utilizados principalmente em instituições de educação. Contaríamos ainda uma história das conferências, ministradas nas escolas de música, nos teatros, nas associações de trabalhadores, na Academia Brasileira de Letras, por escritores, jornalistas, acadêmicos, artistas ou políticos interessados em psicologia. Um outro ramo da historiografia seria dedicado às tentativas de quantificar

os estados de consciência, as faculdades da alma e de sistematizar modelos. Neste caso, teríamos uma história de exames, de laboratórios e seus instrumentos de medida. Uma outra poderia ser dedicada ao seu uso na crítica literária, nas colunas de notícias sobre o cotidiano da cidade, em crônicas ou nos editoriais, e um farto material publicado pela imprensa estaria disponível para consulta. Uma vez que seu emprego não se limita a certo gênero ou atividade, tantas histórias são possíveis de serem contadas, segundo tal ou qual enfoque ou problema.

Desta maneira, se rompermos com a história de uma linhagem que constrói sua memória tendo a filosofia como ponto de partida, mas que dela se aparta para reivindicar autonomia e status de ciência, o resultado é uma historiografia que vê tal caminho como a construção de um bairro ou uma comunidade³⁸⁹ que tem suas regras e modos de funcionamento específicos, entre outras comunidades possíveis. Neste caso, o centro (ou a urbes propriamente dita) seria tão somente a terminologia ou então uma cultura literária mais ampla a partir da qual se projetam gêneros que carregam o rótulo da psicologia. A organização das casas, das ruelas, avenidas e comércios conferem paisagens distintas a cada uma delas. Ao mudar a perspectiva de entendimento, não se teria uma Psicologia a partir da qual as outras seriam como paralogismos, mas paraversos, isto é, versões que conviveram ao lado, no tempo e no espaço, e que povoam um mundo psíquico ainda bastante desconhecido. O *para* não observa anormalidades ou irregularidades a partir de um centro, as psicologias indigestas, tolices pronunciadas em seu nome, mas aponta para a existência de paisagens outras, singulares na forma e no conteúdo, e que são um farto material para novas historiografias.

Da mesma forma, e para nós talvez isto seja uma ideia insuportável, não haveria verdadeiros ou falsos psicólogos, uma vez que todos aqueles que produziram alguma psicologia poderiam ser incluídos na discussão historiográfica. Os médicos Henrique Roxo e Juliano Moreira foram tão importantes quanto João do Rio ou Simão de Mantua, pois todos deixaram marcas de psicologia no curso da história. Estudar a tese de Henrique Roxo sobre os atos psíquicos poderia ser tão interessante para a historiografia quanto as anedotas de Simão de Mantua sobre a vida de alguns brasileiros. A clínica e o laboratório coexistiram com palestras, observações sobre o cotidiano, registros de nossa cultura, críticas à política, histórias de vida e impropérios:

³⁸⁹ Em um sentido semelhante, mas mais restrito, à ideia de subúrbio observada por Clifford Geertz quando analisou o bom senso como um sistema cultural. Ver: GEERTZ, op cit., p. 111-141.

todas são parte de uma história e muitas histórias, a partir delas, podem ser contadas. A diferença de valor atribuída está menos no esforço de fulano ou na importância de tal psicologia do que nos critérios e interesses de quem narra, conforme observado no início deste trabalho. Na imagem abaixo, cada cor seria um paraverso que guarda suas fronteiras, mais ou menos permeáveis, com seus vizinhos:



Cada um deles se serve do *psy* de diferentes maneiras. Pendulam entre o rigor acadêmico e a livre imaginação: alguns tendem para a filosofia, outros para a literatura; alguns apenas se diferenciam pela tonalidade na cor, uma vez que tratam de temas parecidos ou compartilham de certos métodos; todos, invariavelmente, contemplam o centro e por ele são iluminados. O centro não é uma unidade conceitual, a tal da Psicologia que reúne especialidades ou as verdadeiras psicologias, mas, pelo contrário, é como uma imagem, densa e tão cheia de possibilidades, a partir da qual tantas linhas quanto possíveis podem ser traçadas. Contrariamente às duas faces que se entreolham, do capítulo sobre controvérsias, aqui se compartilha de um aspecto comum (o psíquico) sem haver tensão entre práticas, modelos científicos ou tradições de pensamento. Os paraversos são a história fria, mas não menos interessante e viva, que correu por entre as tensões, longe dos sistemas, das compreensões totalizantes e dos negócios de estado. Interditados pela historiografia, estão admiravelmente capilarizados na escrita.

6 CONCLUSÃO

O início da tese interroga o propósito de ensinar ou contar histórias, e segue com pequeno conto sobre um aluno e um estranho instituto de psicologia e ciências psíquicas. Narrar uma história é uma ação poderosa que constrói realidade e a nossa experiência é mediada por um sem número de mitos, contos e histórias. Quantas ilusões são necessárias para nos convertermos em humanos e vivermos como tal? E, no entanto, quando observamos um fenômeno que confunde a inteligência ou ouvimos excentricidades que desafiam a lucidez, uma ingênua atitude pode se fazer presente nesta confissão: “não foi o que me contaram”.

Da mesma forma, muitas histórias são narradas para um aluno no curso de sua formação. Elas não se restringem às disciplinas introdutórias, momento em que efetivamente os professores contam muitas histórias, mas também são contadas nas reuniões de pesquisa, nos encontros entre calouros e veteranos, nas conversas particulares com os professores e profissionais, nas notícias divulgadas pelos órgãos da classe etc. Histórias de vida, relatos de situação e revelação de acontecimentos são compartilhados a todo o tempo no decorrer do aprendizado. No cotidiano entre os seus, o aluno em vias de formação constrói uma percepção sobre o que estuda e o que irá praticar, e sobre o seu papel no grupo ao qual é candidato a pertencer.

É certo que os profissionais, de um modo geral, têm uma consciência mais ou menos compartilhada sobre sua profissão, com base em informações divulgadas por canais que gozam de prestígio na hierarquia do conhecimento. São os livros e revistas acadêmicas, as páginas virtuais de tal associação ou sociedade, a palestra de uma autoridade naquela ciência, entre outros meios. Isso não significa que no cotidiano aprendemos outras tantas que as desafiam. Pelo contrário, podem mesmo reafirmá-las. Por exemplo, a diversidade de métodos e modelos na psicologia é muito frisada entre alunos e profissionais, seja para positivar ou manifestar ressalvas. Na literatura, essa diversidade é analisada segundo tradições de pensamento: algumas correntes têm raiz norte-americana, tal prática é francesa e assim sucessivamente. Uma outra história que nos contam desde cedo é que a psicologia conquistou sua autonomia em relação à filosofia e sua posição no rol das ciências, ao fundar laboratórios e promover serviços de exame e seleção. Mesmo que haja um entendimento um tanto geral ou enigmático sobre os feitos de outrora, isso possibilita aos alunos a construção de uma identidade à ciência que estudam ou ao território do qual participam.

Em relação ao Brasil, muito há a se fazer quanto ao resgate da memória ou ensino da história. Embora atualmente haja sociedades científicas, uma produção bibliográfica considerável, periódicos e um corpo de pesquisadores que a cada ano aumenta, a experiência deste que escreve é que, no panorama das disciplinas de uma ciência e no treinamento profissional, a história é percebida como um inventário de marcos históricos e curiosidades de pertinência duvidosa. Quando muito, ela serve para apresentar as práticas sustentadas em técnicas e modelos hoje condenáveis. A dose de importância atribuída à história, como um discurso crítico sobre a psicologia, recai em grande parte sobre o juízo dos pesquisadores que a ela se dedicam, o que difere de muitas das especialidades que desfrutam de um prestígio na classe profissional. Apesar de um cenário ainda pouco maduro, pelos cursos ao redor do país disciplinas são oferecidas, e existem livros didáticos e muitos artigos sobre a psicologia no Brasil.

O objetivo da primeira parte da pesquisa foi justamente responder a esta questão: o que é narrado sobre a psicologia no Brasil? Ou, de modo mais prático: o que os psicólogos brasileiros aprendem sobre sua história? Livros e trabalhos mais conhecidos são de especial interesse, uma vez muito citados e presentes nas ementas como material didático para as disciplinas. No capítulo, procurei reconstituir a historiografia, iniciando pelos primeiros ensaios e mostrando como ela perpetuou uma narrativa cuja estrutura já havia sido delineada naqueles trabalhos. Os historiadores, grosso modo, fizeram de tais esforços uma especialidade a cultivar, profissionalizaram o que um dia foi exercício de memória entre professores e médicos.

A predileção por práticas específicas que se sustentam na matemática e na fisiologia, encabeçadas por cientistas afeitos aos métodos experimental e de avaliação, como feitos importantes para a cientificidade e autonomia da psicologia, mostra uma função interessante da historiografia. É comum o psicólogo ter que provar que sua prática é científica e isto significa uma velha aliança com as ciências biológicas e naturais. Certa vez, durante o curso de graduação deste que escreve, um professor, com certa impaciência, afirmou: “não adianta ficar de blábláblá como muitos por aí, tem que fazer ciência”³⁹⁰. Esta separação entre as psicologias científicas e as

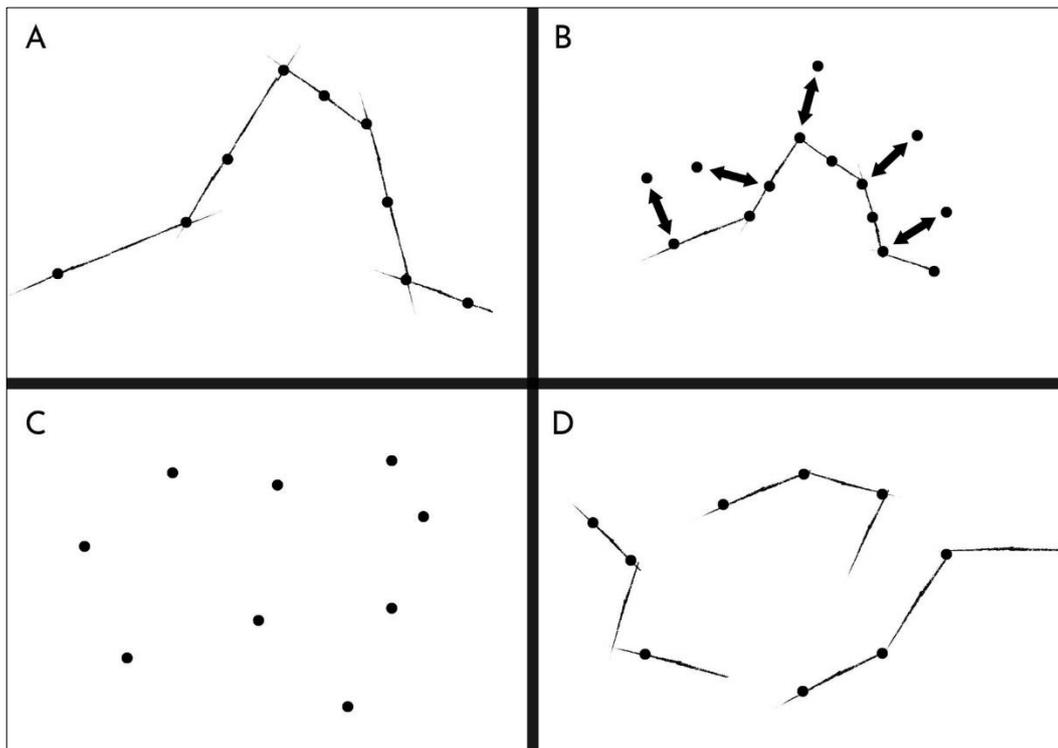
³⁹⁰ Michel Foucault relata uma conversa semelhante com um professor que o perguntou se ele “gostaria de fazer a ‘psicologia’ como o sr. Pradines e o sr. Merleau-Ponty, ou a ‘psicologia científica’ como Binet ou outros mais recentes (...)”. Ver artigo “A pesquisa científica e a psicologia”, traduzido por Marcio Luiz Miotto e divulgado na página virtual Espaço Michel Foucault, que pode ser acessado em: <<http://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/pesquisa.pdf>>.

de “blábláblá” é um velho divisor de águas nos cursos de graduação, e tem um efeito curioso: enquanto uns parecem repousar em terreno confortável, outros se vêm às voltas para provar o valor científico de seus trabalhos. Mesmo os primeiros precisam sublinhar que são cientistas, uma preocupação que não enrugava a testa de nenhum físico ou biólogo. Os historiadores, sendo muitos deles psicólogos simpatizantes ou envolvidos em propósitos de classe, curiosamente não se distanciam dessa atitude, pois eles se esforçam em mostrar os primeiros lampejos de ciência, reafirmando a existência de uma ciência remota e seus respectivos heróis, como que para provar que a psicologia cultivou uma tradição científica desde tempos idos. Assim, enquanto o psicólogo tem a preocupação em atestar que o que faz é ciência, o historiador reforça o discurso ao dizer que “é uma ciência... e não é de hoje”. Para o aluno brasileiro, conhecer a fórmula de Fechner, os resultados de laboratório de Wundt ou os cursos de psicologia experimental de Manoel Bomfim tem a função de prova. Pouco importa pormenores dos modelos de outrora, pois são esquisitices para os historiadores se preocuparem. Saber que existiram é menos para se tomar conhecimento do que foi superado do que para provocar um alívio no grupo sempre ansioso em provar sua cientificidade.

Diante desta função, há consequências na historiografia. Os esforços que se seguiram na tese tiveram por objetivo superar as restrições de um roteiro, na esperança de poder, como venho insistentemente afirmando, arejar uma historiografia produzida, em sua maioria, por profissionais engajados na profissão ou comprometidos com certa visão de psicologia, e que muito se esforçam para reunir seus ídolos e fixar eventos que julgam importantes para a memória da profissão. A construção de uma memória ou de uma narrativa que organiza feitos importantes, seus autores, episódios marcantes ou de ruptura, que elege datas comemorativas e enaltece indivíduos, é importante para a identidade de um grupo, aspecto que não se questiona. Aqui ela foi objeto de análise para a proposta de duas perspectivas: uma que, sob o olhar das controvérsias, analisa zonas de conflito, e uma outra, tão ou ainda mais potente, que procurou seguir e compreender todo tipo de obra que se apresenta como psicologia, as quais chamei de paraversos.

Se é possível representar a estrutura deste trabalho em passos de uma caminhada, a marcha foi dada em quatro passos. O primeiro foi um reconhecimento de território; o segundo, um vislumbre de limites pelas tensões; os dois últimos foram o vislumbre de outros domínios e a tentativa de propor outros caminhos de pesquisa.

Como quem revigora o espanto sobre uma trilha cuja marcha havia se habituado, o primeiro passo foi observá-la de perto, depois mirar sobre o matagal que, da margem da trilha, luta para se apossar da faixa de terra pisoteada, e somente então caminhar pela brenha misteriosa e virgem para observar outras paisagens e erigir novos atalhos. Resumo a caminhada desta maneira:



Em A, a observação foi lançada sobre a historiografia construída, um caminho que nos conduz da filosofia aos laboratórios, destes aos testes de aplicação em massa, aos serviços de psicologia aplicada e ao reconhecimento da psicologia enquanto profissão. Cada ponto pode ser um evento importante, um personagem ou uma instituição: o livro “Investigações de Psicologia” de Eduardo Ferreira França, publicado em 1854; o laboratório de psicologia experimental no Pedagogium, inaugurado logo nos primeiros anos do século XX; a promulgação da Lei 4119/62 que regulamentou a profissão de psicólogo etc. Muitos pontos podem ser inseridos sem que a estrutura se modifique. Em B, a perspectiva da controvérsia possibilitou observar os conflitos entre aqueles inseridos em algum ponto do caminho e os que defenderam outras práticas ou modelos. Para aproveitar o exemplo do laboratório no Pedagogium, Medeiros e Albuquerque escreveu em suas memórias, quando de seu tempo na direção da Instrução Pública no Rio de Janeiro, que “Em certos pontos não

cheguei mesmo a ser compreendido. Assim, o Laboratorio de Psicologia Pedagogica que fundei no Pedagogium em 1897, pareceu uma extravagancia e foi logo após suprimido”³⁹¹. É mais interessante perpetuar que o Pedagogium abrigou o primeiro laboratório brasileiro, inspirado em um modelo francês de psicologia experimental, do que pôr em relevo a questão: que forças contrárias agiram para que a instituição fosse suprimida e por quê? A afirmação de Medeiros e Albuquerque relembra aquela de Raimundo de Farias Brito sobre o preconceito na intelectualidade brasileira que impedia a psicologia de florescer. Vê-se que, para um mesmo objeto considerado, e neste caso estamos observando ainda hoje uma oca instituição laureada de ciência, há uma perspectiva muito pouco explorada, a de uma controvérsia em torno daquele laboratório. Seja este ou os casos trabalhados, os exemplos são muitos para argumentar que a controvérsia é constitutiva da história de uma ciência. Ela ilumina outros personagens e suas tramas discursivas, um contraste entre fundamentos, procedimentos de cura, visões de humano, de psiquismo ou de psicologia propriamente dita.

Na tese, os passos foram dados em ordem, embora os dois últimos tenham ocorrido paralelamente. Em que pese a imperfeição de cada um deles, uma vez que a crítica à historiografia poderia ter sido executada de outra maneira, ou o arranjo de casos controversos poderia ter sido outro, é importante observar que o último foi, de todos, insuficiente. Propor outras historiografias significa construir novos caminhos. Aqui eles foram vislumbrados, pois o aspecto diacrônico não foi trabalhado adequadamente. As psicologias foram organizadas segundo um e outro critério, examinadas, mas apenas levemente narradas em perspectiva histórica. Por exemplo, os psicólogos que olharam com espanto aquele Brasil em movimento, afoito pelo progresso e pelo modo burguês de viver, dedicaram-se a refletir e a escrever sobre o cotidiano. Sem dúvida, as transformações na estrutura das cidades, cada vez mais cheias de imigrantes e de mão de obra assalariada que substituía o trabalho escravo, mudanças nos costumes, o papel da imprensa e do jornalismo, a prática de conferenciar em teatros ou escolas, as fumaças de republicanismo e suas filosofias afins, entre outros aspectos, devem ser consideradas por sua relevância histórica. Por outro lado, investigar uma prática que transformou o cotidiano em objeto, da qual aquelas psicologias foram como uma ramificação, poderia proporcionar um melhor

³⁹¹ MEDEIROS E ALBUQUERQUE, J. J. C. C. **Minha vida**: da infância a mocidade. 2.ed. Rio de Janeiro, 1933, p. XII.

entendimento. De um modo geral, foi possível apenas sugerir caminhos para análises mais aprofundadas, de modo que os traços do último quadro são mais pálidos em relação aos demais.

Uma solução teria sido escolher um único caso e aprofundá-lo tanto quanto possível. A solução é mais segura, mas não permite evidenciar a diversidade frisada no decorrer do trabalho. Era necessário não suprimir este aspecto em favor do objetivo da pesquisa. O mesmo poderia ser dito para o capítulo anterior, pois as controvérsias foram muitas e de natureza muito distintas. Priorizar um caso ou outro não permitiria ouvir a intensidade do burburinho.

O maior desafio dos passos C e D foi a organização. Os critérios foram decididos conforme a percepção de uma certa tônica nos textos, ou então por uma característica um tanto simples como chamar o próprio trabalho de psicologia social. Não que a análise tenha sido menos desafiadora, mas, em meio a tantas psicologias desconhecidas, arrumar o terreno foi tarefa crucial para prosseguir com as reflexões. A limitação do capítulo é também o vislumbre de um horizonte: não apenas foi um arranjo possível, talvez mesmo provisório, mas diante de outras obras esquecidas e as muitas perguntas que podem ser formuladas, a historiografia sem dúvida encontrará nelas um terreno muito fértil de pesquisas.

Em boa parte tal desafio pode ser explicado pela diferença. A psicologia, enquanto técnica que desponta nas instituições de saúde, educação e trabalho, torna-se instrumento de médicos, professores e administradores. Nascida no século XX, ela carrega a missão de examinar, descrever, classificar, separar. Múltipla nas suas práticas de solucionar problemas de adaptação, é exercida por um profissional competente em psicologia, designado psicologista ou psicólogo. Quanto à pesquisa, torna-se cada vez mais difícil separá-la da prática. Este leque de práticas, articulado às instâncias do Estado, mas também exercido em particular, encontra seu sentido no que Canguilhem chamou de “postulado implícito comum”, isto é, “a natureza do homem é de ser um instrumento, sua vocação é de ser colocado em seu lugar, em sua tarefa”³⁹². O seu valor está em ser ferramenta.

Mas tal postulado tem relação apenas com um tipo de psicologia que, no Brasil, tem quase a idade de nossa república. Desta forma, da pergunta cínica de Canguilhem, isto é, “quem designa os psicólogos como instrumento do

³⁹² CANGUILHEM, Georges. **Estudos de história e de filosofia das ciências**: concernentes aos vivos e à vida. Rio de Janeiro: Forense, 2012. p. 415.

instrumentalismo?”, mais afim à historiografia poderíamos questionar: quando pelo umbral cruzam os representantes do instrumentalismo, o que fazer com os outros que ficaram? Pois, ao sairmos da Biblioteca Nacional, se olharmos em direção à Praça Floriano ou à lateral do Museu Nacional de Belas Artes, um rol de celebridades é o que avistaremos. Mas, se caminhamos em direção à praça, estaremos sobre os escombros do Palacio Monroe e ouviremos, francamente, um comerciante a reclamar sobre a Guarda Municipal e o vozerio de uma turba mergulhada em suas preocupações. E, daquela questão, a historiografia poderá de outra forma auxiliar a responder uma outra pergunta, esta um tanto fora de moda entre nós.

Afinal de contas, caro leitor, o que é psicologia?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A alma humana. **Reformador**, Rio de Janeiro, 01 set. 1898, p. 2.
- A brevíssima permanência do “professor” Mozart. **Diário da Noite**, São Paulo, 26 abr. 1928, p. 3.
- A causa da loucura. **A Razão**, Rio de Janeiro, 15 jun. 1918, p. 1.
- A explicação científica dos milagres. **Careta**, Rio de Janeiro, 09 ago. 1930, p. 2.
- A filosofia de S. Thomaz e a literatura. **O Apostolo**, Rio de Janeiro, 05 de jun. 1870, p. 6.
- A loucura. **A Razão**, Rio de Janeiro, 27 mar. 1917, p. 1.
- A physiologia de Haeckel e o Spiritismo. **Reformador**, Rio de Janeiro, 15 nov. 1891, p. 4.
- A physiologia de Haeckel e o Spiritismo. **Reformador**, Rio de Janeiro, 01 jan. 1892.
- A questão de Roma. **O Apostolo**, Rio de Janeiro, 12 fev. 1871, p. 4.
- A vida fóra da matéria**. 5.ed. Rio de Janeiro: Centro Redentor, 1950.
- Aos cientistas especialistas. **A Razão**, Rio de Janeiro, 04 abr. 1917, p. 1.
- As nossas aggremações. **Fon Fon**, Rio de Janeiro, 11 jan. 1913, p. 13.
- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Discurso de posse**. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm%3Fsid%3D1045/discurso-de-posse>>. Acesso em: 17 de junho de 2019.
- ALMEIDA, Leonardo Pinto de. Para uma caracterização da Psicologia social brasileira. **Psicol. cienc. prof.**, v. 32, n. spe, p. 124-137, 2012.
- ALVES, Francisco das Neves. 8 de novembro de 1891: uma “Revolução” esquecida no passado do Rio Grande. **BIBLOS**, v. 19, p. 135-150, 2006.
- ALVES, José Eustáquio et al. Distribuição espacial da transição religiosa no Brasil. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 215-242, 2017.
- ANTUNES, Mitsuko A.M. Prefácio. In:_____. (Org.). **História da Psicologia no Brasil**: primeiros ensaios. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 7-9.
- ARISTOTELES. **Metafísica**. São Paulo: Loyola, 2002.
- ATRAVÉS dos livros. **Fon Fon**: Semanario Alegre, Politico, Critico e Espusiante. Rio de Janeiro, 24 mar. 1923, p. 6.
- AVISO. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 15 jul. 1892, p. 8.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **O cemitério dos vivos**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2004.

BARROS, José D'Assunção. Duas faces de Capistrano de Abreu: notas em torno de uma produção historiográfica. **Projeto História**, n. 41, 2010.

BATISTA, Rodolfo Luís Leite. **Entre aparelhos e arquivos**: uma história do Laboratório de Psicologia da Faculdade Dom Bosco de São João del-Rei (1953-1971). 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei.

BELFORD ROXO, Henrique de Brito. **Manual de Psiquiatria**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1921.

BIBLIOGRAPHIA. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 19 mai. 1933, p. 8.

BINET, Alfred. **L'âme et le corps**. Paris: Ernest Flammarion, 1905.

BLOOR, David. **Knowledge and social imagery**. 2.ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

BOMFIM, Elizabeth de Melo. Históricos cursos de Psicologia Social no Brasil. **Psicol. Soc.**, v. 16, n. 2, p. 32-36, 2004.

BORING, Edwin. **A history of experimental psychology**. 2.ed. New York: Appleton-Century-Crofts, INC., 1950.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>>.

BRASIL. **Constituição de 1891**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>>. Acesso em: 02 de agosto de 2019.

BRASIL. **Decreto n. 119-a**, de 7 de janeiro de 1890. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm>. Acesso em: 02 de agosto de 2019.

BRASIL. **Decreto Nº 847**, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

BRASIL. **Decreto Nº 3.987**, de 2 de janeiro de 1920. Reorganiza os serviços de Saúde Pública. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-3987-2-janeiro-1920-570495-publicacaooriginal-93627-pl.html>>.

BRASIL. **Lei de 03 de outubro de 1832**. Dá nova organização às actuaes Academias Medico-cirurgicas das cidades do Rio de Janeiro, e Bahia. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37274-3-outubro-1832-563716-publicacaooriginal-87775-pl.html>.

BRASIL. Relatórios policiaes, 3ª Delegacia Auxiliar. *In*: _____. **Boletim Policial**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916.

BROZEK, Joseph; MASSIMI, Marina. Historiografia da psicologia no Brasil. *In*: _____. (Orgs.). **Historiografia da psicologia moderna**: versão brasileira. São Paulo: Edições Loyola, 1998. p. 209-221.

Ca' te espero. **A Razão**, Rio de Janeiro, 08 abr. 1917, p. 1.

CABRAL, Annita de Castilho e Marcondes. A psicologia no Brasil. *In*: ANTUNES, M.A.M. (Org.). **História da Psicologia no Brasil**: primeiros ensaios. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 33-70.

CAESARIS, C.I. **Commentarii De Bello Gallico, liber septimus**. Berlin: Weidmannsche Buchhandlung, 1898

CAESARIS, G.I. **De Bello Gallico, liber quintus**. London: George Bell & sons, 1900.

CAMPOS, Nilton. **Psychologia da vida affectiva**. Rio de Janeiro, 1930.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas. Helena Antipoff: razão e sensibilidade na psicologia e na educação. **Estud. av.**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 209-231, Dec. 2003.

CANGUILHEM, Georges. **Estudos de história e de filosofia das ciências**: concernentes aos vivos e à vida. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

CARULA, Karoline; ENGEL, Magali Gouveia; CORRÊA, Maria Letícia. (Orgs.). **Os intelectuais e a nação**: educação, saúde e a construção de um Brasil moderno. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013.

Cegos e surdos propositaes. **A Razão**, Rio de Janeiro, 02 set. 1917, p. 1.

CENTOFANTI, Rogerio. Radecki e a psicologia no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, vol. 3, n. 1, 1982, p. 2-50.

_____. Os laboratórios de psicologia nas escolas normais de São Paulo: o despertar da psicometria. **Psicol. educ.**, n. 22, p. 31-52, 2006.

_____. **O livro dos cem anos do Laboratório de Psicologia Experimental da Escola Normal Secundária de São Paulo**: 1914-2014. São Paulo: 2014.

CONFERENCIA. **Reformador**, Rio de Janeiro, 15 dez. 1885, p. 4.

CONFERENCIA litteraria. **Jornal do Brasil**, 26 ago. 1906, p. 10.

Conferências. Rio de Janeiro: Centro Espirita Redemptor, s.d.

CONSELHO Federal de Psicologia. Formação em “Psicologia Cristã”: comunicado do CFP sobre formação em “Psicologia Cristã”. **site.cfp.org.br**, 2018. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/formacao-em-psicologia-crista-comunicado-do-cfp/>>.

_____. “O outro lado do paraíso” presta um desserviço à população brasileira. **site.cfp.org.br**, 2018. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/o-outro-lado-do-paraíso-presta-desserviço-população-brasileira/>>.

_____. Nota orientativa sobre COACHING. **site.cfp.org.br**, 2019. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/03/14_03_2019_Nota-Orientativa-sobre-COACHING.pdf>.

CONSELHO Regional de Psicologia da 6ª Região. (Org.). **50 anos da psicologia no Brasil: a história da psicologia no país.** São Paulo: CRPSP, 2013. Disponível em: <<http://www.crp01.org.br/fotos/pdf-2015-10-06-12-34-36.pdf>>.

CONSELHO Regional de Psicologia – Distrito Federal. Nota sobre a prática de coaching. **crp-01.org.br**, 2019. Disponível em: <https://www.crp-01.org.br/page_3908>.

CONSELHO Regional de Psicologia – Minas Gerais. Nota explicativa sobre a apresentação de coaching em novela. **crp04.org.br**, 2018. Disponível em: <<https://crp04.org.br/nota-explicativa-sobre-apresentacao-de-coaching-em-novela/>>.

CONTRÔUERSIA. *In: Oxford latin dictionary.* Oxford: The Clarendon Press, 1968. p. 436.

DA ROCHA, Franco. **Esboço de Psychiatria.** São Paulo: Typ. Laemmert, 1904.

DE ARAUJO JORGE, Artur Guimarães. BINET-SANGLÉ: Jesus Christo e a psychologia mórbida. *In: _____.* **Ensaio de historia e critica.** Rio de Janeiro, 1916, p. 165-194.

DE CERTEAU, Michel. **A escrita da história.** 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

DE MAGALHÃES, Paulo. A psychologia das attitudes. Rio de Janeiro: Editora A Grande Livraria Leite Ribeiro, 1923.

DE MANTUA, Simão. **Figurões vistos por dentro** (estudo de psychologia social brasileira). São Paulo: Monteiro Lobato & Cia., 1921.

DELEUZE, Gilles. **Sobre o teatro:** um manifesto de menos; O esgotado. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

_____. Platão e o simulacro. *In: _____.* **Lógica do sentido.** São Paulo: Editora Perspectiva, 2003. p. 259-271.

DESCARTES, R. **Les passions de l'ame.** Paris, 1649.

_____. **As paixões da alma**. In: _____. Discurso do método; Meditações; Objeções e respostas; As paixões da alma; Cartas. Tradução de J. Guinsburg e B. Prado Júnior. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 227-282.

DETIENNE, Marcel. **Mestres da verdade na Grécia arcaica**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

DICIONARIO de ciencias occultas. São Paulo: O Pensamento, 1927.

DO ESPÍRITO SANTO, A. A., JACO-VILELA, A. M. As invisibilidades da história: Athayde Ribeiro da Silva e a psicologia do esporte no Brasil. **Memorandum**, vol. 31, 2016, p. 56-79.

DO RIO, JOÃO [Paulo Barreto]. **Psychologia urbana**. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1911.

_____. **A alma encantadora das ruas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DOIS dedos de prosa. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 03 mai. 1910, p. 1

DOS ANJOS, Augusto. **Eu /Outra poesia**. São Paulo: Círculo do Livro S.A, s.d.

Dr. Juliano Moreira. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 26 mar. 1917, p. 4.

EBBINGHAUS, Hermann. **Psychology**: an elementary text-book. Boston: D.C. Heath & Co., Publishers, 1908.

ERNY, Alfred. **O psychismo experimental**: estudo dos phenomenos psychicos. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1894.

ESCOLA Normal de São Paulo. **Psychologia e psychotechnica**: publicação do laboratório de psychologia experimental. São Paulo: Typ. Siqueira, 1927.

ESPIRITISMO Racional e Científico (christão). 10.ed. Rio de Janeiro: Centro Espírita Redemptor, 1937.

FELICIO, Marcos. **Quarenta anos de desordem e outros escriptos**. Rio de Janeiro: Est. Graph. Roland Rohe & C., 1929.

FERREIRA, Arthur A. L. O múltiplo surgimento da psicologia. In: JACÓ-VILELA, Ana M.; PORTUGAL, Francisco T.; FERREIRA, Arthur A. L. **História da psicologia**: rumos e percursos. Rio de Janeiro: Nau, 2013. p. 19-52.

_____. Produção de subjetividade e psicologia: delineamentos conceituais e um modo político de produção de conhecimento. In: FERREIRA, A.A.L.; MOLAS, A.; CARRASCO, J. (Orgs.). **Psicologia, tecnologia e sociedade**: controvérsias metodológicas e conceituais para uma análise das práticas de subjetivação. Rio de Janeiro: NAU, 2015. p. 13-41.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80-108, jan./mar., 2018.

FICO, Carlos. História que temos vivido. *In*: VARELLA, Flavia; MOLLO, Helena M.; PEREIRA, Mateus H. de F.; DA MATTA, Sergio. (Orgs.). **Tempo presente & usos do passado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 67-100.

FICTIÃO. *In*: **Oxford latin dictionary**. Oxford: At The Clarendon Press, 1968.

FON FON: Semanario Alegre, Politico, Critico e Espusiante, Rio de Janeiro, 21 mai. 1932, p. 37.

FONSECA, Luiz E.P. Waclaw Radecki: propondo uma nova narrativa a um velho personagem. **Revista de Psicologia**, vol. 27, n. 2, 1-12, 2018.

FRANCISCO, João. **Psychologia dos acontecimentos políticos sul-riograndenses**. São Paulo: Monteiro Lobato & Co., 1923.

GEERTZ, Clifford. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1997.

GIUMBELLI, Emerson. Heresia, doença, crime ou religião: o Espiritismo no discurso de médicos e cientistas sociais. **Revista de Antropologia**, v. 40, n. 2, p. 31-82, 1997.

GOMES, William Barbosa. Avaliação psicológica no Brasil: Tests de Medeiros e Albuquerque. **Aval. psicol.**, v. 3, n. 1, p. 59-68, 2004.

GUEDES, Maria do Carmo. Memórias da Pós-Graduação em Psicologia no Brasil: a Psicologia Social da PUC-SP. **Memorandum**, vol. 14, 2008, p. 103-115.

HERÓDOTO. **História**, volume 1. 3ª.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019, p. 1.

INSTITUTO de Psychologia. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 19 de mai. 1932, p. 4.

ISAIA, Artur Cesar. O espiritismo nas teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. **História Revista**, v. 12, n. 1, p. 63-79, 2007.

ITALIA, Aristoteles [Arthur da Silva Torres]. **Psychometria**. Rio de Janeiro: Casa Torres, 1917.

JABERT, Alexander; FACCHINETTI, Cristiana. A experiência da loucura segundo o espiritismo: uma análise dos prontuários médicos do Sanatório Espírita de Uberaba. **Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.**, v. 14, n. 3, p. 513-529, 2011.

JACÓ-VILELA, Ana Maria. MEDEIROS E ALBUQUERQUE, José Joaquim de Campos da Costa. (1867-1934). *In*: CAMPOS, R.H.F. (Org.). **Dicionário biográfico da Psicologia no Brasil**: pioneiros. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2011. p. 227-228.

KLEMM, Otto. **Historia de la psychologia**. Madrid: Daniel Jorro, Editor, 1919.

LATOURE, Bruno. Pasteur e Pouchet: heterogênese da história das ciências. *In*: SERRES, M. **Elementos para uma história das ciências**, vol. III. Lisboa: Terramar, 1996. p. 49-76.

_____. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. 2.ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Editora Unicamp, 2015.

LEI de imprensa. **A Nação**, Rio de Janeiro, 22 jan. 1937, p. 3.

LEONARDOS, Thomas. **Os inadaptados**. Rio de Janeiro: edições A.S.R, 1932.

LEVANTANDO as cortinas da sciencia experimental da alma. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 12 mai. 1932.

LIDDELL, H.G.; SCOTT, R. (Orgs.). **A greek-english lexicon**. 8.ed. New York: American Book Company, 1897.

LIMA, Alceu Amoroso. O Instituto official de psychologia. **A Ordem**, n. 28, p. 401-407, 1932.

LIVROS novos. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 22 ago. 1928, p. 5.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergstrom. A psicologia no Brasil. **Arq. Bra. Psic. Apl.**, vol. 23., n. 3, p. 113-142, 1971.

_____. A psicologia no Brasil nos últimos 25 anos. **Arq. Bra. Psic. Apl.**, vol. 23, n. 3, p. 143-151, 1971.

LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

MACDONALD, Paul. Francis Bacon's behavioral psychology. **Journal of the History of the Behavioral Sciences**, vol. 43, num. 3, p. 285-303, 2007.

MARCONDES, Antonio Vieira. **Klinotherapie em psiquiatria**. These defendida na faculdade de medicina do Rio de Janeiro. 1904.

Mascara scientifica. **A Razão**, Rio de Janeiro, 10 abr. 1917, p. 2.

MEDEIROS E ALBUQUERQUE, J. J. C. C. **Minha vida**: da infância a mocidade. 2.ed. Rio de Janeiro, 1933.

MENDONÇA, Diego do Nascimento. **A ciência psicológica e seus fundamentos**: um estudo da vida e da obra de Nilton Campos. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

MIRANDA, Rodrigo Lopes. **O Laboratório de Psicologia da Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Belo Horizonte**: diálogo entre Psicologia e

Educação. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

MIRANDA, Rodrigo Lopes; Cirino, Sergio Dias. O que os laboratórios podem nos dizer sobre a história da psicologia? **Memorandum**, n. 30, p. 104-119, 2016.

MONTEIRO, Charles. Uma abordagem da historiografia brasileira da segunda metade do séc. XIX até 1920. **Estudos Ibero-Americanos**, v. XX, n. 1, p. 163-172, 1994.

MÜNSTERBERG, Hugo. **Psychology**: general and applied. New York and London: D. Appleton and Company, 1915.

NETTO, Samuel Pfromm. A psicologia no Brasil. *In*: ANTUNES, M.A.M. (Org.). **História da Psicologia no Brasil**: primeiros ensaios. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 139-175.

NEVES-MANTA, Inaldo de Lyra. **A respeito de “A individualidade e a obra mental de João do Rio em face da psiquiatria”**: replica a medeiros e Albuquerque. Rio de Janeiro: Editora Imprensa Medica. 1928.

_____. **A arte e a neurose de João do Rio**. Rio de Janeiro: Marisa Editora, 1934.

NIETZSCHE, Friederich. **Além do bem e do mal**. Curitiba: Hemus, 2001.

NOS feudos do “leader” catholico-integralista Tristão de Athayde. **A Manhã**, Rio de Janeiro, 31 mai. 1935, p. 2.

NOTAS litterarias. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 1 jul. 1928, p. 3.

O Apostolo, **O Apostolo**, Rio de Janeiro, 07 jan. 1866, p. 2.

O caso do hospital espirita. **Correio da Noite**, Rio de Janeiro, 04 jun. 1914, p. 3.

O Christianismo e a Sciencia. **A Cruz**, Rio de Janeiro, 01 fev. 1863, p. 2.

O ensino religioso. **O Apostolo**, Rio de Janeiro, 06 abr. 1890, p. 2.

O esboço do projecto de constituição Magalhães Castro. **O Apostolo**, Rio de Janeiro, 23 mar. 1890, p. 2.

O espiritismo perante a sciencia terrena. **A Noticia**, 18-19 fev. 1916, p. 2.

O fluido electrico é o magnético?. **Reformador**, Rio de Janeiro, 01 mar. 1887. p. 3.

O “Hospital Espirita Redemptor” é um inferno de supplicios inconcebíveis. **A Noite**, Rio de Janeiro, 30 mai. 1914, p. 1.

O inquérito policial vae ser aberto. **A Noite**, Rio de Janeiro, 02 jun. 1914, p. 1.

O “Jornal” de 1928. **Jornal do Commercio**, 09-10 abr. 1928, p. 4.

O Professor Charles Richet e a materialização de fantasmas. **O Fluminense**, Nictheroy, 30 ago. 1907, p. 2.

O Professor Mozart. **Ilustração Pelotense**, Pelotas, 1 out. 1925, p. 10.

O Professor Mozart. **Ilustração Pelotense**, Pelotas, 1 dez. 1925, p. 16.

O Professor Mozart faz interessantes declarações ao Diarrio Nacional. **Diario Nacional**, São Paulo, 26 abr. 1928, p. 12.

O Professor Roberth. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 13 jul. 1892, p. 9.

O que é o Hospicio Nacional de Alienados. **A Razão**, Rio de Janeiro, 29 jan. 1920, p. 4.

O que é ser espírita. **A Rua**, Rio de Janeiro, 12 jan. 1916, p. 3.

Os perigos sociaes dos feiticeiros e dos bruxos. **Diário da Noite**, Rio de Janeiro, 04 abr. 1930, p. 4.

OLINTO, Plinio. **Psicologia**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1930.

_____. A psicologia experimental no Brasil. *In*: ANTUNES, M.A.M. (Org.). **História da Psicologia no Brasil**: primeiros ensaios. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 25-31.

OLIVEIRA, Xavier. **Espiritismo e loucura**: contribuição ao estudo do fator religioso em psiquiatria. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco F. Editor, 1931.

PAIXÃO, Osvaldo. **Historia de um coice (psychologia social)**. Rio de Janeiro, 1936.

PASQUALI, Luiz; ALCHIERI, João Carlos. Os testes psicológicos no Brasil. *In*: PASQUALI, Luiz. (Org.). **Técnicas de Exame Psicológico – TEP Manual**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001. p. 195-221.

PEDRO, R.M.L.R. Sobre redes e controvérsias: ferramentas para compor cartografias psicossociais. *In*: FERREIRA, A.A.L.; FREIRE, L.L.; ARENDT, R.J.J. (Orgs). **Teoria Ator-Rede e Psicologia**. Rio de Janeiro: Nau, 2010. p. 78-96.

PENNA, Antonio Gomes. **História da Psicologia no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

PEREIRA NETO, André de Faria.; AMARO, Jacqueline de Souza. O Centro Espírita Redemptor e o tratamento de doença mental, 1910-1921. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 19, n. 2, p. 491-507, 2012.

PÉRES, Sávio Passafaro; MASSIMI, Marina. O conceito de memória na obra de Machado de Assis. **Memorandum**, n. 15, p. 20-34, 2008.

PESSOTTI, Isaías. Dados para uma história da psicologia no Brasil. *In*: ANTUNES, M.A.M. (Org.). **História da Psicologia no Brasil: primeiros ensaios**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 121-137.

PHILOSOPHIA. **A Reforma**, Rio de Janeiro, 12 jul. 1871, p. 3.

PIÈRON, Henri. **Dicionário de Psicologia**. Rio de Janeiro: Editora O Globo, 1950.

PIRES, Sanyo D.; GROPPPO, Paula. A institucionalização do espiritismo como religião no Brasil a partir do seu conflito com a psiquiatria. **Mnemosine**, vol. 14, n. 2, p. 25-50, 2018.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

_____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

Pontos de Psychologia: organizados segundo o programma das escolas normaes. 2a. ed. São Paulo: Estabelecimento Graphico Irmãos Ferraz, 1928.

PORTUGAL, Francisco Teixeira. Psicologia e história no pensamento social de Manoel Bomfim. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, vol. 10, n. 2, p. 596-612, 2010.

_____. Manoel Bomfim no Pedagogium: psicologia, política e educação. *In*: MIGNOT, A.M.V. (Org.). **Pedagogium**: símbolo da modernidade educacional republicana. Rio de Janeiro: Quartet; Faperj, 2013. p. 147-164.

PRESTRE, Dominique. Controverse. *In*: LECOURT, Dominique. **Dictionnaire d'histoire et philosophie des sciences**. Paris: Presses Universitaire de France, 2006. p. 284-287.

PROFESSOR Roberth. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 03 jul. 1892, p. 8.

PSYCHIATRIA e literatura. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 18 nov. 1928, p. 4.

QUADRAT, Samantha V. "Para Tata, com carinho!": a boa memória do pinochetismo. *In*: AZEVEDO, Cecília et al. **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 399-418.

Questões éticas: psicologia e misticismo não se misturam. **Jornal PSI**, n. 40. Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. Jan/fev, 2004.

RADECKA, Halina. **Exame psychologico da creança**. Rio de Janeiro, 1930.

REDAÇÃO. Fuvest divulga relação candidato/vaga para o vestibular USP 2018. **Jornal.usp.br**, 2018. Disponível em:

<https://jornal.usp.br/universidade/ingresso/fuvest-divulga-relacao-candidatovaga-para-o-vestibular-usp-2018/>>.

Relação. *In*: FERRATER, Mora. **Dicionário de filosofia**, tomo IV (Q-Z). São Paulo: Edições Loyola, 2001. p. 2498-2502.

Relation. *In*: AUDI, Robert. **Cambridge dictionary of philosophy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 788-789.

RESOLUÇÃO CFP nº 013/2000. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2000.

RIBEIRO, Leonidio; DE CAMPOS, Murillo. O espiritismo no Brasil: contribuição ao seu estudo clínico e médico-legal. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1931.

RIVERETO, Honorio. **As curas psychicas e o professor Mozart**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro, 1925.

ROÇAS, Abelardo. **A psychologia atravez da "toilette"**. Rio de Janeiro: Typ. da Revista dos Tribunaes, 1906.

ROSE, Nikolas. **Inventing our selves: psychology, power and personhood**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

RUDOLFER, Noemy da Silveira. **A evolução da psychologia educacional através de um histórico da psychologia moderna**. Monographia apresentada ao concurso da cadeira de Psychologia Educacional do Instituto de Educação (Universidade de São Paulo). São Paulo: Empreza Graphica da Revista dos Tribunaes, 1936.

SABOIA, Vicente Candido Figueira de. **A vida psychica do homem: ensaio philosophico sobre o Materialismo e o Espiritualismo**. Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editores, 1903.

SANTOS, Rodrigo A. N., NETO, Fuad K. Os primeiros tempos da psicanálise em Minas Gerais: a difusão das ideias freudianas na década de 1920. **Memorandum**, vol. 31, 2016, p. 80-106.

SEABRA, Alberto. **O problema do Além e do Destino**. Rio de Janeiro: O Pensamento, 1927.

SECRETARIA da presidência. **Noticiador de Minas**, Ouro Preto, 16 jun. 1969, p. 2.

SENECAE, L.A. **Script quae manserunt**. Georg Olms Verlag: Hildesheim, 1990.

SENSACIONAL julgamento do jornalista Oswaldo Paixão. **Diario Carioca**, Rio de Janeiro, 23 jan. 1937, p. 2.

SHAPIN, Steven; SHAFFER, Simon. **Leviathan and the air-pump**. Princeton: Princeton University Press, 1985.

Simetria. *In*: ABBRAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2015. p. 1070.

Simetria. *In*: DE LIMA, Hildebrando.; BARROSO, Gustavo. (Orgs.). **Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa**. 9.ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S/A, 1951. p. 1127.

SILVA, Antonio. **O Brasil de meu tempo**: (psychologia) e critica. Rio de Janeiro: Andersen Editores, 1933.

Symmetric. *In*: BLACKBURN, Simon. **Oxford dictionary of philosophy**. Oxford: Oxford University Press, 2016. p. 468.

TARDE, Gabriel. **A opinião e as massas**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

THEATRO Novelli. **O Pharol**, Juiz de Fora, 19 jul. 1892, p. 3.

THEATRO S. Pedro de Alcantara. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 17 jul. 1892, p. 8.

TITCHENER, E.B. Two recent criticism of 'modern psychology'. **The Philosophical Review**, vol. 2, n. 4, p. 450-458, 1893

UM antro de exploração. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 14 jan. 1920, p. 3

UM escriptor e sua obra. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 20 jul. 1934, p. 4

UMA pioneira da psicologia. **Jornal do CRP 6ª região**, v. 14, n. 91, jan/fev, 1995.

VAINFAS, Ronaldo. História cultural e historiografia brasileira. **História: Questões & Debates**, n. 50, p. 217-235, 2009.

VANDENBOS, Gary R. (Org.). **Dicionário de psicologia**: American Psychological Association. Porto Alegre: Artmed, 2010.

VENTURINI, T. Diving in magma: how to explore controversies with actor-network. **Public Understand of Science**, vol. 19, n. 3, p. 258-273, 2010.

VERNANT, Jean-Pierre. A bela morte e o cadáver ultrajado. **Discurso**, n. 9, p. 31-62, 1978.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**: Foucault revoluciona a história. Brasília: Editora UnB, 1982. Na parte IV o autor desenvolve a imagem do bibelô.

VON RANKE, Leopold. Sobre o caráter da ciência histórica. *In*: Jurandir Malerba. (Org.). **Lições de história**: o caminho da ciência no longo século XIX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 141-154.

WEBER, Beatriz Teixeira.; LINS, Dalvan Alberto Sabbi. Relações entre Espiritismo e Medicina no Rio Grande do Sul: a apometria. **ACHSC**, vol. 45, n. 1, p. 245-266, 2018.

WHITEHEAD, Alfred N. **Nature and life**. London: Cambridge University Press, 1934.

ZOLA, Emile. **Do Romance**. São Paulo: Edusp, 1995.